



Andréa Cristina Marques de Araújo  
Diogo Luiz Lima Augusto  
Patrícia Gonçalves de Freitas  
Organizadores

Geopolítica e debates emergentes em

**POLÍTICA, ECONOMIA,**

**RELIGIÃO E CULTURA**



2022



Andréa Cristina Marques de Araújo  
Diogo Luiz Lima Augusto  
Patrícia Gonçalves de Freitas  
Organizadores

Geopolítica e debates emergentes em

**POLÍTICA, ECONOMIA,**

**RELIGIÃO E CULTURA**



**2022**



2022 by Editora e-Publicar  
Copyright © Editora e-Publicar  
Copyright do Texto © 2022 Os autores  
Copyright da Edição © 2022 Editora e-Publicar  
Direitos para esta edição cedidos à Editora e-Publicar pelos  
autores

**Editora Chefe**

Patrícia Gonçalves de Freitas

**Editor**

Roger Goulart Mello

**Diagramação**

Dandara Goulart Mello

Lidiane Bilchez Jordão

Roger Goulart Mello

**Projeto gráfico e Edição de Arte**

Patrícia Gonçalves de Freitas

**Revisão**

Os autores

**GEOPOLÍTICA E DEBATES EMERGENTES EM POLÍTICA, ECONOMIA,  
RELIGIÃO E CULTURA, VOLUME 1.**

Todo o conteúdo dos capítulos, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

**Conselho Editorial**

Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade Federal de Santa Catarina

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense

Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia

Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais

Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina

Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes

Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco

Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina

Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Edilene Dias Santos - Universidade Federal de Campina Grande

Edwaldo Costa – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás

Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará





Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense  
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz  
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA  
Jesus Rodrigues Lemos - Universidade Federal do Delta do Parnaíba  
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas  
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará  
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes  
Marcos Pereira dos Santos - Faculdade Eugênio Gomes  
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo  
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes  
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará  
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista  
Rodrigo Lema Del Rio Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

G345 Geopolítica e debates emergentes em política, economia, religião e cultura [livro eletrônico] : volume 1 / Organizadoras Andréa Cristina Marques de Araújo, Patrícia Gonçalves de Freitas. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5364-079-5

1. Geopolítica. I. Araújo, Andréa Cristina Marques de. II. Freitas, Patrícia Gonçalves de.

CDD 320.12

**Elaborado por Ana Carolina Silva de Souza Jorge – CRB6/2610**

**Editora e-Publicar**

Rio de Janeiro, Brasil

[contato@editorapublicar.com.br](mailto:contato@editorapublicar.com.br)

[www.editorapublicar.com.br](http://www.editorapublicar.com.br)



**2022**



# Apresentação

É com grande satisfação que a Editora e-Publicar vem apresentar a obra intitulada "Geopolítica e Debates emergentes em política, economia, religião e cultura, Volume 1". Neste livro engajados pesquisadores contribuíram com suas pesquisas. Esta obra é composta por capítulos que abordam múltiplos temas da área.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Editora e-Publicar

---

# Sumário

CAPÍTULO 1 .....	10
MOVIMENTO DE CLASSE E MOVIMENTO SOCIAL .....	10
	Erisvaldo Souza
CAPÍTULO 2 .....	26
STALINGRADO: UMA VISÃO ESTRATÉGICA ALEMÃ E RUSSA .....	26
	Jean Richard Badette
	Luciana De Aguilar Belizio
	Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad
CAPÍTULO 3 .....	41
AS CIDADES COMO ATORES SUBNACIONAIS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O CASO DE SÃO PAULO .....	41
	Jean Richard Badette
	Luciana De Aguilar Belizio
	Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad
CAPÍTULO 4 .....	49
A UNIFIL E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: PRIMEIROS APONTAMENTOS .	49
	Jean Richard Badette
	Luciana De Aguilar Belizio
	Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad
CAPÍTULO 5 .....	58
DO FORDISMO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO .....	58
	Susana Da Costa Mota
	Rodson Oldani Casanova
	Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad
	Diovane Da Rosa Dill
	Luciana De Aguilar Belizio
CAPÍTULO 6 .....	74
EXPANSÃO DO ISLAMISMO NO EGITO ANTIGO E NORTE DA ÁFRICA .....	74
	Juliano Fabrício Antunes
	Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad
CAPÍTULO 7 .....	93
OS JOVENS NEGROS E A LUTA PELA VIDA EM UM PAÍS “DEMOCRÁTICO” .....	93
	Monica Abud Perez de Cerqueira Luz
	Flavia Abud Luz
CAPÍTULO 8 .....	100
A DOCTRINA NEOLIBERAL PELO MUNDO ONTEM E HOJE .....	100
	Natália Araújo de Oliveira

---

---

CAPÍTULO 9 .....	113
EDUCAÇÃO EM CONTEXTO : REFLEXOS DO USO DA TECNOLOGIA EM VIDA E NA SOCIEDADE.....	113
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c202217479870</b>	Abraão Danziger de Matos
CAPÍTULO 10 .....	125
SOCIÓLOGOS CLÁSSICOS E A RELIGIÃO .....	125
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c2022180910870</b>	Adelcio Machado dos Santos Dreon Mendes Rubens Luís Freiberger
CAPÍTULO 11 .....	135
ATIVIDADES ECONÔMICAS DA MULHER DO CAMPO: UM OLHAR PARA O PROTAGONISMO FEMININO E A AGROECOLOGIA .....	135
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c2022169411870</b>	Diana Maria Alexandrino Pinheiro Gáudia Maia Costa Leite Pereira João Batista de Oliveira David Fernandes Lima Monica Lopes Folena Araújo
CAPÍTULO 12 .....	142
DO IMAGINÁRIO AOS SENTIDOS DAS MIGRAÇÕES: MARCAS E EXPRESSÕES NORDESTINAS EM SÃO PAULO.....	142
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c2022179512870</b>	Elis Regina Barbosa Angelo
CAPÍTULO 13 .....	157
O REVISIONISMO COMO NORMA: BREVE ENSAIO SOBRE OS DISCURSOS HISTÓRICOS ACERCA DO SOCIALISMO E DO NAZISMO .....	157
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c2022169513870</b>	Felipe Monteiro Pereira de Araújo
CAPÍTULO 14.....	172
TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS IMANENTES A CIDADANIA SOCIAL BRASILEIRA .....	172
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c2022166314870</b>	Huama Maximo Elizete Conceição Silva
CAPÍTULO 15 .....	184
AS CRISES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DE SEUS REBATIMENTOS NA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....	184
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c2022165315870</b>	Mably Trindade
CAPÍTULO 16.....	199
AÇÃO E REPRESENTAÇÃO FEMININA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO LITORAL SUL DA PARAÍBA .....	199
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c2022177716870</b>	Marcy da Luz Marques Horasa Maria Lima da Silva Andrade Wagner Lins Lira

---

---

CAPÍTULO 17 .....	210
O DESEMPENHO DE ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DA BAHIA NA REDAÇÃO DO ENEM: UMA ABORDAGEM DESCRITIVA A PARTIR DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO BAIANA DA EDUCAÇÃO .....	210
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c2022166717870</b>	Ricardo Santos David

CAPÍTULO 18 .....	231
EXPEDIÇÕES AFROGEOGRÁFICAS: GEOREFERENCIANDO A NEGRITUDE NO BAIRRO DE MADUREIRA .....	231
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c2022167218870</b>	Marcus Vinícius Castro Faria Diomario da Silva Junior Vinícius de Luna Chagas Costa

---





# CAPÍTULO 1

## MOVIMENTO DE CLASSE E MOVIMENTO SOCIAL

Erisvaldo Souza

### RESUMO

Neste artigo, temos como finalidade desenvolver uma análise sobre movimento de classe (classe trabalhadora) e movimento social buscando entender seus objetivos e perspectivas de transformações sociais radicais. Nossa análise parte do método de análise de Marx no sentido de entender concretamente essa realidade. Por outro lado, analisaremos também o conceito de movimento social de grupos sociais, observando como esses são constituídos historicamente e fruto da luta de classes. Neste sentido, Viana (2016) e (2017) nos possibilita uma reflexão teórico-metodológica sobre esse fenômeno a partir da concepção de Karl Marx, bem como um entendimento mais organizado sobre movimento de classe e movimento social de grupos sociais. Por fim, nossa análise vai mostrar as distinções entre esses dois fenômenos que são importantes para compreendermos a sociedade moderna inserida na luta de classes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento de classe; movimento social; luta de classes; sociedade moderna.

### INTRODUÇÃO

O que é um movimento de classe? Como podemos defini-lo? E quais suas relações entre um movimento social? Estas são questões fundamentais a serem respondidas ao longo desse trabalho. Na sociedade moderna, as relações sociais se desenvolvem e se tornam cada vez mais complexas, por isso a necessidade de desenvolver uma reflexão sobre esses dois fenômenos, ao mesmo tempo se torna uma tarefa difícil. Inicialmente, torna-se importante realizar alguns apontamentos históricos sobre movimento de classe (classe operária) e mostrar como esse foi sendo formado historicamente a partir das suas necessidades e posteriormente analisar conceitualmente movimentos sociais vinculados a grupos sociais.

Para a realização desta investigação, nossa base é o movimento operário do século XIX na Europa e sua organização como um movimento de classe para que possamos compreender suas especificidades e formas de organização, sua luta e perspectiva de classe, Em termos gerais, o tema movimentos sociais ocupa um lugar central na discussão sociológica clássica ou até mesmo na contemporaneidade, só que em perspectivas diferentes. Os movimentos sociais são objeto de estudo das diversas ciências sociais e recebe tratamentos diversos por parte destas ciências, mas o grande problema que estas encontram é a de como definir o que é um

movimento de classe ou movimentos sociais em termos conceituais, para tanto, o nosso esforço é poder contribuir com essa discussão neste trabalho de pesquisa.

## O MÉTODO DE ANÁLISE

Para explicarmos o que é um movimento de classe, vamos utilizar o método de análise da sociedade em Marx, para depois perceber as mudanças que ocorreram no contexto do século XIX. Inicialmente podemos dizer que o movimento de classe tem na sua origem e formação histórica no movimento operário organizado em luta pela defesa dos seus interesses e dependendo do contexto, lutas mais acirradas no sentido da radicalidade na busca pela superação da sociedade capitalista.

Desta forma, o ponto de partida para compreender a incipiência e desenvolvimento deste movimento é o método de análise de Karl Marx. Assim, podemos perceber que o método na qual analisa esse movimento, surgiu a partir do método de análise de Marx, que é o método dialético. Entretanto, torna-se importante percebermos as contribuições desse autor para a formação e o desenvolvimento desse movimento de classe em suas ações para a defesa dos seus interesses.

Nesta perspectiva de análise, podemos afirmar que é no prefácio de *Para a Crítica da Economia Política* que Marx caracteriza a produção material, ou seja, indivíduos produzindo socialmente, este é o ponto de partida. Para tanto, o referido autor realiza uma crítica aos autores clássicos da economia política, neste caso Adam Smith e David Ricardo, demonstrando seus limites em suas análises. Marx afirma que o resultado no qual pretende chegar não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma mesma unidade. Neste caso torna-se necessário refletir sobre essas questões, para tanto, Marx argumenta:

A idéia que se apresenta por si mesma é esta: na produção, os membros da sociedade apropriam-se [produzem, moldam] dos produtos da natureza para as necessidades humanas; a distribuição determina a proporção dos produtos de que o indivíduo participa; a troca fornece-lhe os produtos particulares em que queira converter a quantia que lhe coube pela distribuição; finalmente no consumo, os produtos convertem-se em objetos de desfrute, de apropriação individual. A produção cria objetos que correspondem às necessidades; a distribuição os reparte de acordo com as leis sociais; a troca reparte de novo o que já está distribuído segundo a necessidade individual, e finalmente, no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual satisfazendo-a no desfrute. A produção aparece assim como ponto inicial; o consumo, como ponto final; a distribuição e a troca aparecem como meio-termo, que é assim dúplice, já que a distribuição é determinada como momento determinado pela sociedade, e a troca como momento determinado pelos indivíduos. Na produção a pessoa se objetiva; no [consumo], a coisa se subjetiva; na distribuição, a sociedade, sob a forma de determinações gerais dominantes, encarrega-se da mediação entre a

produção e o consumo; na troca, essa mediação realiza-se pelo indivíduo determinado fortuitamente” (Marx, 1999: 30).

A crítica que Marx realizou aos economistas do século XVII-XVIII é porque estes realizavam uma análise de certos números de relações gerais abstratas e determinantes, como é o caso da divisão do trabalho, o dinheiro, o valor entre outros. A partir da crítica das concepções desses autores, Karl Marx irá elaborar o seu método de análise da sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que busca superar as limitações desses economistas, que segundo o próprio Marx, esses não ultrapassavam os limites da economia defensora dos interesses burgueses.

O ponto de partida da análise proposta por Marx é radicalmente oposto dos chamados economistas clássicos. Desta maneira, qual é a perspectiva de Marx? Ele parte da perspectiva do proletariado para analisar as relações sociais concretas dentro do modo de produção capitalista. Para esse autor, o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja um ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e representação.

Torna-se importante pontuar que o método de Marx consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, ou seja, proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas tudo isso, sendo possível segundo o próprio Marx se o pesquisador partir da perspectiva do proletariado que é a classe explorada dentro do modo de produção capitalista.

Na perspectiva de análise de Marx, “partir da perspectiva burguesa é um obstáculo ao desenvolvimento da consciência. Para ter acesso à verdade é preciso partir da perspectiva contrária, ou seja, da perspectiva do proletariado” (MARX Apud, PEIXOTO, 2003, p. 29). Observe o que diz outro autor sobre essa questão: “Marx inaugura um tipo de pesquisa histórica revolucionária, em sua forma e em seu conteúdo” (FERNANDES, 1983, p. 14). Na obra de Marx não temos nada de doutrinário como querem alguns conservadores da ordem social vigente, temos então, uma teoria da sociedade crítico-revolucionária que tem como objetivo principal, a emancipação da sociedade em sua totalidade.

Duas obras de Marx nos oferecem algumas possibilidades para que possamos entender o seu método de análise da sociedade, como é o caso do *Manifesto Comunista e a Ideologia*

*Alemã*<sup>1</sup>, escrito em parceria com Engels. O método de análise de Marx tem como objetivo entender a sociedade em sua totalidade, a partir das relações sociais concretas. *O Manifesto Comunista* ficou conhecido em todo o mundo pela sua qualidade na análise das questões que interessavam a classe trabalhadora e seus diversos outros fatores abordados nesta obra.

Porque Marx e Engels colocavam o proletariado como protagonista de suas ações e defesa de seus interesses? Segundo os autores, “de todas as classes que se põe de frente a frente hoje com a burguesia, somente o proletariado é uma classe realmente revolucionária” (MARX; ENGELS, 1998, p. 26). Ainda afirmam que a emancipação da classe trabalhadora será obra da própria classe trabalhadora, a partir da sua luta consciente e coletiva contra a burguesia.

Para Marx, além de revolucionária a classe operária ao emancipar-se, emancipará universalmente todos os seres humanos, sejam eles, oprimidos ou opressores. Marx e Engels se mostravam militantes articulados em torno de uma questão fundamental para a classe trabalhadora, que é a da luta pela transformação da sociedade capitalista em sua totalidade.

O método dialético de Marx possibilitou desenvolver uma análise aprofundada e coerente do modo de produção capitalista em sua totalidade, caracterizando toda a exploração e dominação capitalista em relação à classe trabalhadora. Desta forma o método de análise e a atuação de Marx na sua práxis contribuiu com a luta operária. Assim, seu método de análise se torna importante para podermos realizar uma análise do fenômeno movimento de classe.

## **O CONCEITO DE MOVIMENTO DE CLASSE**

Neste item do nosso trabalho, temos como proposta realizar um breve estudo sobre o conceito de movimento de classe. Para desenvolver esse conceito utilizaremos algumas obras fundamentais como: Jensen (1996); Viana (2016) e Viana (2017). Essas obras buscam a partir de uma concepção marxista estudar os movimentos de classe e perceber suas ações e organização no sentido da luta pela defesa dos interesses da própria classe.

Inicialmente podemos afirmar que as causas de um movimento social podem ser internas ou externas: “Se a causa de um movimento social é simultaneamente interna e externa, então só é possível compreendê-lo analisando a constituição do grupo social que lhe dá vida.

---

<sup>1</sup> Existem outras obras e textos que demonstram seu método de análise como o capital (1988), mas que pelo formato deste artigo não vamos desenvolver, mas que são fundamentais para a compreensão de sua obra na totalidade.

Um grupo social não significa um coletivo organizado de indivíduos e sim um conjunto de pessoas que possuem algo em comum”. (JENSEN, 1996, p. 48). No caso da classe operária do século XIX ainda em formação na Europa, estes passam a ter uma consciência e objetivos comuns, que era inicialmente a luta pela defesa de seus interesses e barrar a ampliação da exploração, mas de acordo com os avanços da luta esses interesses são transformados, principalmente na tentativa de revoluções sociais e políticas daquele modelo de sociedade que estava sendo formado.

A classe operária é historicamente explorada e dominada nos seus locais de trabalho, onde a opressão se torna cada vez maior. Desta forma, esses passam a reconhecer essas práticas e passam a lutar. Assim, esta classe social tem consciência de que necessita se organizar e superar essa relação de exploração e dominação, pois mesmo sendo a principal produtora de toda a riqueza existente na sociedade, porém quanto mais riqueza essa classe social produz mais pobre esta se torna.

Na concepção de Jensen (1996) os movimentos sociais estão envolvidos pela dinâmica da luta de classes. Eles podem estar sob a hegemonia ideológica da burguesia e/ou de suas classes auxiliares ou sob a direção revolucionária do proletariado. No primeiro caso, enquadram-se os movimentos sociais conservadores e reformistas e, no segundo, enquadram-se os movimentos sociais de classes (revolucionários).

Na sociedade capitalista e sua divisão em classes sociais entre produtores e não produtores de riqueza material, (podemos afirmar que existiu essa divisão em outras sociedades, mas não é o caso analisar neste momento), onde sem dúvidas existem movimentos sociais que buscam conservar as bases do capitalismo e outros que buscam romper com as relações de produção dentro do capitalismo como é o caso do movimento operário organizado. Neste sentido, como podemos definir um movimento de classe? No seu princípio podemos dizer que esse tipo de movimento social, tem por base uma classe social, com interesses e objetivos comuns. No nosso caso aqui analisado, trata-se do movimento operário do século XIX que estava se formando e integrado ao conjunto das relações sociais na sociedade capitalista da época.

Nesse período a Europa estava passando por um processo de mudanças históricas, sociais, políticas, econômicas na qual estavam se formando em termos de sociedade, sua organização e principalmente a classe operária que estava se formando e ao mesmo tempo se organizando para as lutas sociais, pois a partir de sua consciência e necessidades, passou a

perceber que tinha que lutar contra a ordem social vigente, ou seja, os capitalistas e seus representantes.

Um ponto importante no qual temos que citar é que os movimentos de classe como o da classe trabalhadora e outros movimentos sociais de grupos, estavam em um período ainda inicial no século XIX e neste caso, irão se desenvolver em períodos posteriores da história da sociedade capitalista, mas é com esse modelo de sociedade que irão surgir esses movimentos sociais, para tanto é preciso entender a historicidade destes para poder compreender suas ações e objetivos.

É preciso demonstrar a partir da concepção de Viana (2016) que a base dos movimentos de classe é distinta dos movimentos sociais de grupos sociais, o que gera diversas outras diferenças derivadas, além do que, no caso do proletariado, o que ocorre é um antagonismo com o capital, o que não existe necessariamente no caso dos movimentos sociais. Nesse antagonismo com o capital, a classe operária em momentos de luta vai perceber que toda a riqueza da sociedade é produzida por esta classe social, assim começam a contestar diretamente o capital e seus representantes. Ainda assim, colocam antagonismos, seus interesses, valores e concepções, pois se a classe operária não produzir, todo o capital fica prejudicado, tanto em termos de produção e reprodução.

Outro elemento importante apontado por Viana (2016) em sua análise sobre os movimentos sociais, é a distinção entre um movimento de classe, como são o movimento operário e o movimento camponês. O movimento social existe tendo por base um grupo social<sup>2</sup> e não uma classe social. Entretanto, essas distinções historicamente são perceptíveis na própria constituição dos movimentos sociais. No caso da classe operária seus objetivos e perspectivas são claras, principalmente quando o acirramento das lutas de classes no interior dessa classe em luta contra a classe dominante se desenvolve em termos de contestação das relações sociais dentro da sociedade capitalista.

Seguindo as ideias de Viana (2016) não podemos confundir movimentos sociais com manifestações, partidos políticos, classes sociais, ideologias, organizações, entre outras

---

<sup>2</sup> Seguindo esse mesmo autor, grupo social é uma categoria, tal como “conjunto”, e tem sua origem na matemática. Nesse caso, o grupo pode ser definido como conjunto de símbolos diferenciados no qual o seu produto (seja de um símbolo ou mais) pertence ao conjunto. Esta é uma definição da Matemática do século 18. Em outro momento deste artigo voltaremos a essa definição com mais informações.

afinidades de fenômenos que os definem a partir desta confusão. Em termos gerais, um movimento de classe, está associado a organização, luta, reivindicações a partir de suas ações que são específicas daquela classe social, já os movimentos sociais estão ligados as ações de grupos sociais específicos (negros, ambiental, mulheres, etc.).

No século XIX período de formação da classe operária e de movimentos de classes, a burguesia estava se consolidando em termos de poder constituído, sendo presente a forte oposição e antagonismo entre essas duas classes sociais na defesa de seus interesses. Quando nos referimos as classes sociais nesse período, estamos falando de ações que reforçam a consciência do pertencimento de classe, tanto para burgueses como para o proletariado organizado. Neste sentido, podemos afirmar que o movimento da classe operária foi se fortalecendo e abrindo espaço além dessa consciência de classe, do forte sentimento de pertencimento a uma classe social que na sua base passou a ser muito forte e lutar diretamente contra os capitalistas.

É possível perceber também que nesse movimento de classe da classe trabalhadora que estava se formando e se desenvolvia, expressa muito claramente a luta entre as classes sociais que estavam buscando no caso da classe burguesa o fortalecimento da sociedade capitalista e a classe operária que via na luta revolucionária a oportunidade de realizar uma mudança radical das relações sociais.

Buscando uma perspectiva que possa dar conta de compreender de forma coerente a formação dos movimentos de classe, seus antagonismos com a classe dominante e a dinâmica da luta de classes, Viana (2016) afirma que os movimentos sociais não estão fora da sociedade, não são autossuficientes, não existem fora do conjunto das relações sociais, que geram as situações sociais, os grupos sociais, entre outros aspectos constitutivos dos mesmos. Assim, esse mesmo autor esclarece que o conceito de movimentos sociais é apenas o ponto de partida para a compreensão dos mesmos. Portanto, podemos dizer que historicamente os movimentos sociais de classes e de grupos foram se transformando ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, passaram por mudanças significativas na sua forma de organização e luta, no caso do movimento operário, há momentos de avanços e recuos em suas lutas.

Por isso, na concepção de Viana (2016) é preciso compreender a relação entre movimentos sociais e classes sociais, com suas lutas e formas de consciência, instaurando determinada hegemonia na sociedade e nos movimentos sociais. Assim, a análise da



composição social dos movimentos sociais e da hegemonia na sociedade e no seu interior torna-se fundamental para compreender sua dinâmica.

Desta forma, é preciso compreender a ação das classes sociais envolvidas nos movimentos sociais, bem como de seus grupos, que são distintos das ações da organização de uma classe social em luta. Determinados grupos sociais no interior da sociedade capitalista irão lutar por pequenas reformas no interior desta, mas outros movimentos sociais, como o da classe operária quem em momentos de radicalidade visa a transformação social total das relações sociais. Sendo assim, são objetivos e ações distintas no que diz respeito as possíveis transformações sociais em questão em um movimento de classe e um movimento social de um grupo social específico.

Para podermos continuar a nossa discussão é preciso deixar claro que os movimentos sociais do século XIX são movimentos de classes e que ao longo desse século é o momento em que outros movimentos sociais de grupos irão surgir e se desenvolver. Assim, podemos pensar uma questão importante que facilita a nossa compreensão, que é perceber a diferença entre movimento social e grupo social. Para essa questão podemos inserir a seguinte citação:

É preciso, antes de continuar, esclarecer que o grupo social não é o movimento social. O grupo social engendra o movimento social, mas nem todos do primeiro participam e são integrantes do segundo. O movimento social é composto por aqueles que realizam alguma mobilização, ou seja, são uma parte do grupo social, a parte que não é inerte e sim efetiva. Ou seja, nem todos os negros fazem parte do movimento negro, assim como nem todas as mulheres, os estudantes, as pessoas a favor da paz, são integrantes do movimento feminino, estudantil e pacifista, respectivamente. Os indivíduos do grupo social se tornam integrantes do movimento social do seu grupo quando efetivam algo com o mínimo de persistência em favor do mesmo, como, por exemplo, escrever ou produzir culturalmente (panfletos, livros, manifestos, artigos, quadros, poesias, história em quadrinhos, etc.) ou participar de protestos, organizações e outras formas de ações coletivas ou compartilhadas (VIANA, 2016, p. 30-31).

Assim, o autor nos mostra claramente a distinção do que vem a ser um grupo social e um movimento social, pois um grupo a partir de seus interesses e objetivos, podem integrar um movimento social. Por outro lado, os indivíduos irão integrar um movimento social a partir do momento em que possam ter interesses em determinados temas na qual são também de interesses de lutas de certa quantidade de indivíduos que formam ou integram um grupo social e a partir disso, irão formar um movimento social.

Nessa lógica de organização do movimento social, passam a contribuir com as questões em luta deste movimento. Suas lutas podem ser variadas, desde questões dos direitos pela moradia, defesa do meio ambiente, das mulheres, negros etc. Assim, para terem seus direitos atendidos passam a fazer reuniões, manifestações públicas contra autoridades ou instituições

até conseguir seus objetivos, que muitas vezes pode ser uma pequena reforma no âmbito da sociedade ou até mesmo um serviço que se torna uma política pública.

Entretanto, a lógica de organização do movimento de classe da classe operária é permanente, pois a classe existe permanentemente no âmbito da sociedade capitalista nos mais variados locais de trabalho, seja na indústria, fábricas, metalurgia, comércio, construção civil, trabalho doméstico etc. Por isso, a necessidade permanente de luta, contra a exploração e dominação da classe dominante.

Segundo Viana (2017) a emergência da sociedade moderna gera o proletariado, classe que tem interesses na verdade e necessita dela para sua autolibertação, que significa, simultaneamente, emancipação humana. Portanto, desde o princípio do engendramento da classe operária e de suas condições sociais e econômicas de vida, temos a necessidade desta em lutar em favor dos seus interesses, pois uma minoria detentora dos meios de produção e toda a riqueza da sociedade vai lhe impor um tipo de vida limitada em termos sociais, morais, econômicos, culturais. Por fim, é preciso mudar essa realidade na qual está inserida, sendo assim, sua luta coerente e verdadeira.

Por fim, neste item do nosso trabalho, realizamos uma breve discussão sobre movimentos de classe, mas já apontamos algumas questões importantes sobre movimentos sociais de grupos sociais. Desta maneira, nosso objetivo é fundamentar algumas questões sobre esse tipo de movimento social.

## **MOVIMENTOS DE GRUPOS SOCIAIS**

Passemos para a próxima parte deste trabalho que tem por objetivo a análise dos movimentos de grupos sociais que surgiram no século XIX e ao longo do século XX irão se desenvolver e um conjunto variado de novos movimentos sociais irão surgir, ao mesmo tempo em que podemos perceber que estes passaram por um processo histórico de modificações e que são interessantes para a nossa análise no contexto da contemporaneidade.

O século XX marcou um acentuado desenvolvimento tecnológico, científico e diversos outros fatos históricos relevantes como as duas grandes guerras mundiais e a própria *Revolução Russa de 1917*, quando os Bolcheviques tomaram o poder na Rússia, instituindo uma ditadura tendo por base o partido político e sua burocracia. Não devemos negar a burocratização das instituições, estado, igreja, sindicatos, partidos políticos entre outras, bem como a complexificação da luta de classes.

Por outro lado, existe toda uma forma de organização técnica e científica que caracteriza a sociedade capitalista no século XX, bem como do Estado capitalista que vai ser a base para toda essa organização a partir de suas associações com os grandes conglomerados empresariais. Uma das funções sociais do Estado nesse modelo de organização é o amortecimento das lutas de classes e o controle dos movimentos de classes e movimentos de grupos sociais, sendo que os primeiros são uma ameaça bem mais forte ao poder constituído do Estado e seus representantes.

Desta forma, o Estado e suas demais instituições associadas (polícia, exército, por exemplo) atuaram no sentido de controlar os movimentos sociais e limitar suas ações e atividades no contexto de uma sociedade que vai estabelecendo novas relações sociais a partir desse modelo de organização da sociedade civil e do próprio Estado. Essas mudanças e formas de controle possibilitam uma fragmentação cada vez maior da sociedade no que se refere aos seus direitos e lutas. É importante entender que nos anos de 1960 é um período importante dessas mudanças e novos movimentos sociais irão aparecer na cena política das sociedades européias, americanas e na América Latina. Esta questão pode ser colocada então da seguinte forma:

A partir dos anos 60, uma série de novos movimentos sociais – entre eles o movimento estudantil, diversos movimentos nacionais e étnicos e o movimento das mulheres – se tornaram extremamente ativos na vida política, os sociólogos dedicaram muito mais atenção a tais formas de ação política, que podem ser consideradas não só como constituindo uma base ou contexto para o desenvolvimento de atividades políticas mais altamente organizadas, mas também como forças políticas, por sua própria natureza, existindo ao lado dos partidos estabelecidos e dos grupos de pressão, e às vezes em conflito com eles (Bottomore, 1981, p. 38).

É neste novo contexto que surgem os novos movimentos sociais, observando como estes se manifestam na sociedade. O século XX gerou um novo tipo de movimento social, neste caso torna-se importante entender suas especificidades e seus novos “atores sociais” e o que de fato estes objetivam, ou seja, quais são suas lutas sociais, políticas, econômicas etc. Neste século os novos movimentos sociais buscam lutar por questões isoladas dentro da sociedade. São lutas fragmentadas por direitos sociais, civis e políticos específicos, mas que esses novos movimentos sociais tem uma forma de organização e luta para a defesa de suas demandas.

Um fato novo e interessante apontado por Bottomore (1981) é que esses movimentos sociais passam a atuar e fazer pressões sociais e existir juntamente com os partidos políticos<sup>3</sup>, apesar dos objetivos serem distintos. Viana (2016) mostra como essa relação entre movimentos sociais de grupos sociais se relaciona com os partidos políticos. Apesar de Bottomore falar em conflitos entre essas duas formas de organização, pois em alguns momentos os interesses podem ser divergentes.

Vejamos mais um apontamento importante sobre movimentos sociais e instituições, principalmente o Estado, pois segundo Viana (2016) a relação entre o aparato estatal com os movimentos sociais é complexa. A princípio ele parece externo aos movimentos sociais, sendo apenas o palco das reivindicações. No entanto, o Estado realiza o processo de regularização dos movimentos sociais. Mesmo esses existindo de forma fragmentada, o Estado tem clareza que esses podem incomodar em suas lutas, por isso vai criar estratégias para poder estabelecer formas de controle sobre esses.

Citamos agora um pouco dessa fragmentação dos movimentos sociais, segundo Rouanet (1998) vê a emergência dos movimentos sociais, como o das mulheres, dos homossexuais, dos pacifistas e dos ecologistas, muito mais um enriquecimento do campo político que a superação da política moderna por uma nova política pós-moderna, segmentar e micrológica. Não seria uma riqueza, mas uma nova forma de luta política, que fragmenta cada vez mais a luta política dos mais variados movimentos sociais de grupos sociais.

Os movimentos sociais têm em seu método de análise certo empirismo sem fundamentação teórica. Podemos dizer que “a ausência ou inconsistência de quadros teórico-metodológicos é mais ou menos conceitual” (GOHN, 2002, p. 243). Neste sentido, falta aprofundamento no sentido de compreender de forma aprofundada a partir de uma teoria e uma metodologia que possa dar conta de compreender essa realidade que é complexa no sentido da pesquisa.

Nesta perspectiva de compreender os movimentos sociais, podemos perceber como aponta Melluci Apud Gohn (2002) ao demonstrar como são difíceis de definir conceitualmente

---

<sup>3</sup> Não vamos retomar um estudo sistemático sobre os partidos políticos na sua totalidade apesar da importância de estudos sobre essas organizações, mas podemos citar duas obras que estudam essa temática: Nildo Viana em sua obra: *O que são partidos políticos* da editora Germinal, 2003 e Erisvaldo Souza em sua obra intitulada: *Partidos políticos, intelectuais e conselhos operários* da editora Virtual Books, 2018.

e há várias abordagens de difícil comparação (MELLUCI Apud GOHN, 2002: 243). Assim, está presente certa complexidade do que é um movimento social, suas implicações, lutas e objetivos, ainda segundo essa autora, esses movimentos sociais seriam então heterogêneos.

Nas duas obras de Viana (2016); (2017) temos uma perspectiva que a partir da concepção de Marx, do método dialético vai realizar um aprofundamento dessas questões e trazer uma explicação coerente com a realidade e uma conceituação para os movimentos sociais de classe e movimentos sociais de grupos sociais, bem como suas distinções. Para tanto o autor vai definir movimentos sociais de grupos sociais da seguinte forma:

Os movimentos sociais são mobilizações de grupos sociais que produzem senso de pertencimento e objetivos gerados por insatisfação social (demandas, necessidades, interesses, etc) com determinada situação social. Um movimento social gera um conjunto de ramificações que muitas vezes são confundidos com ele, mas que são partes ou derivações do mesmo, tais como organizações, ideologias, tendências, manifestações, etc (VIANA, 2016, p. 48).

Assim, temos uma definição interessante para os movimentos sociais de grupos sociais, que explica e deixa evidente o que de fato é um movimento social. Ao estudar a obra desse autor, podemos perceber que além do uso coerente do método de análise de Karl Marx<sup>4</sup>, este estudar a historicidade dos vários movimentos sociais, sejam eles de classes ou de grupos sociais e vai perceber historicamente como cada um desses atuou, ao mesmo tempo em que o movimento da classe operária visa a transformação social, outros movimentos sociais de classe buscam reformas sociais e políticas pontuais no interior da sociedade capitalista.

Essa discussão é interessante e podemos inserir também outros elementos na qual o autor trabalha em relação à dinâmica e a história dos movimentos sociais na sociedade moderna. Desta maneira, destacamos:

Os autores e pesquisadores que colocam o movimento operário, entre outros, como movimento social cometem um equívoco que é originado, sem dúvida, por partir de outra abordagem teórico-metodológica ou então por deficiência analítica ou teórica. A história e dinâmica dos movimentos sociais são bem distintas das de uma classe social. As classes sociais emergem com a sociedade de classes e na sociedade moderna as classes fundamentais surgem com o próprio capitalismo, enquanto que os grupos sociais que são a base dos movimentos sociais possuem processos distintos de formação ou de constituição de um movimento, mas os movimentos sociais só emergem na sociedade moderna e em um determinado período de sua existência (VIANA, 2016, p. 54-55).

---

<sup>4</sup> No que diz respeito aos estudos sobre a obra de Marx no século XX, podemos retomar os estudos de Korsch (1966) que vai afirmar que nos seus traços mais importantes, contudo, a teoria marxista permanece, mesmo nos últimos escritos de Marx e Engels, inalterada no essencial. Mesmo na sua forma mais desenvolvida de socialismo científico, o marxismo de Marx e Engels continua a ser o vasto conjunto de uma teoria da revolução social. A única modificação consiste em que, na última fase, os diferentes elementos deste todo, economia, política, ideologia-teoria científica e prática social – se separam mais uns dos outros.

Então, está presente uma distinção fundamental entre o movimento operário como um movimento social específico de classe, bem como sua vinculação à luta dos trabalhadores organizados a partir dos seus interesses e objetivos e um movimento social de um grupo social. Como é apontado acima pelo autor, alguns pesquisadores do campo de estudos sobre movimentos sociais cometem alguns equívocos ao estudar e analisar o movimento operário como um movimento social<sup>5</sup>, neste caso, é preciso ter uma abordagem teórico-metodológica apropriada para poder desenvolver um estudo desta natureza e que possa ter coerência com o objeto abordado. Outro ponto importante discutido aqui é a questão das distinções entre classes sociais<sup>6</sup> e grupos sociais, pois são duas coisas diferentes para tanto uma pesquisa não pode gerar confusões terminológicas. Dentro dessa dinâmica analisada pelo autor, aparece mais um elemento novo, que é a questão da classe social, onde muitas vezes o interesse de um grupo social na qual vai formar um movimento social, pode ser ou não a expressão dos interesses de uma classe, isso vai depender dos objetivos desse movimento social, que também ser objetivos permanentes ou provisórios.

A perspectiva de Viana (2017) nos aponta ainda que os movimentos sociais não são movimentos de classes sociais e por isso o movimento operário, o movimento camponês, etc., não se incluem nesse conceito. Segundo ele, esse esclarecimento conceitual é fundamental, inclusive para termos uma compreensão mais adequada da contribuição de Marx para a teoria dos movimentos de grupos sociais e movimentos de classes sociais.

Trata-se de uma questão teórico-metodológica e do ponto de partida e de vista do pesquisador que vai analisar um movimento social. Na realidade concreta, quando o autor visa defender o referencial teórico-metodológico partindo do ponto de vista de Marx, vimos que a construção do texto em termos históricos, teórico-metodológico, onde a teoria e os conceitos de fato irão expressar a realidade analisada. Para tanto, Viana (2017) ainda deixa claro que os movimentos sociais são gerados por grupos sociais e os movimentos de classes, obviamente, por classes sociais. Aqui a diferenciação entre grupos sociais e classes sociais se torna fundamental.

---

<sup>5</sup> No texto intitulado Movimento social clássico e contemporâneo, SOUZA, Erisvaldo (2011) de fato esse equívoco está apontado pelo autor acima, mas com suas duas obras de (2016) e (2017) realizei novas reflexões sobre o tema e ao mesmo tempo atualizar parte daquilo que foi escrito de forma equivocada.

<sup>6</sup> Em outro momento definimos o que é um grupo social e agora, podemos dizer nas palavras de Viana (2016) que classes sociais são um conjunto de indivíduos que possuem um determinado modo de vida comum, interesses comuns e a luta em comum contra outras classes sociais a partir de uma determinada atividade fixada na divisão social do trabalho, gerada pelo modo de produção dominante.

Podemos dizer que cada um desses modelos de movimentos sociais cumpre determinados objetivos dentro da sociedade capitalista, porém o movimento operário organizado tentou e tenta historicamente ir além dos limites das imposições da classe dominante, pois foram várias tentativas de revolução social, apesar que um movimento social de grupo, pode também em momentos pontuais avançar e se tornar revolucionário, isso vai depender do contexto das lutas sociais. Portanto, um estudo sobre movimentos sociais, deve partir de um ponto de vista de uma teoria e uma metodologia que possa ser coerente com o fenômeno estudado, pois se trata de um objeto fundamental para a manutenção ou não das relações sociais capitalistas, sendo que neste caso, o movimento da classe operária se colocou historicamente do lado da força para a transformação social da realidade em sua totalidade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os movimentos sociais de classes como é o caso do movimento dos trabalhadores e do camponês e dos movimentos de grupos sociais em geral, são fundamentais para que possamos analisar determinados aspectos da vida em sociedade, principalmente a sociedade moderna. Estes movimentos sociais, mesmo que distintos passaram a ter certa importância para um conjunto variado de classes ou grupos sociais, que historicamente lutaram em favor da transformação social radical ou da conservação desta sociedade, bem como algumas reformas reivindicadas por alguns movimentos de grupos sociais descontentes com a sociedade capitalista.

Neste artigo, foi possível perceber a importância dos estudos e principalmente da atuação desses movimentos sociais, pois de alguma forma auxiliam a sociedade civil para a defesa de interesses e direitos, isso vai depender do grupo ou da classe social em luta, para poder se inserir nesse modelo de sociedade, ou até mesmo em momentos de maior radicalidade romper com essa mesma sociedade.

Percebemos que historicamente, os movimentos de classe, como o da classe operária surgiu no contexto das lutas sociais do século XIX e que os movimentos de grupos sociais têm sua formação nesse mesmo contexto. Foram comuns também as tentativas de revoluções por parte dos movimentos de classes sociais.

Esse movimento expressou e expressa a luta de classes que é um elemento essencial para a compreensão da sociedade capitalista, fato este na qual demonstramos na parte do método de análise do nosso artigo, para tanto é preciso compreender esses fenômenos na sua realidade concreta e poder contribuir com uma análise sobre os movimentos sociais de classe e de grupos sociais que integram esses movimentos, que em alguns momentos podem avançar e se tornarem mais radicais e contribuir com o acirramento da luta de classes e enfim, derrubar toda a estrutura e organização da sociedade capitalista.

## REFERÊNCIAS

- BOTTOMORE, Tom. *Sociologia Política*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *Karl Marx e Friedrich Engels*. In: FERNANDES, Florestan (org) *História*. São Paulo, Ática, 1983.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo, Loyola, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. *Os movimentos sociais no início do século XXI*. Petrópolis, Vozes, 2003.
- JENSEN, Karl. *Teses Sobre Os Movimentos Sociais*. In: Revista Ruptura, Ano: 04 Nº: 04, Goiânia, Maio de 1996.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto, Afrontamento, 1966.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1988. Vol. I.
- MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo, Nova Cultural, 1999.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Editora Centauro, 2005.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.
- PEIXOTO, Maria Angélica. *O Método Dialético em Marx*. Goiânia, Revista Teoria e Práxis, ano 01, número 01, jul/dez de 2003.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- SOUZA, Erisvaldo. *Movimento social clássico e contemporâneo*. Goiânia, Revista de Ciências Humanas. Estácio de Sá, vol. 02, 2011.
- SOUZA, Erisvaldo. *Partidos políticos, intelectuais e conselhos operários*. Pará de Minas, Virtual Books, 2018.



VIANA, Nildo. *Marx e os movimentos sociais*. Pará de Minas, Virtual Books, 2017.

VIANA, Nildo. *O que são partidos políticos*. Goiânia, Edições Germinal, 2003.

VIANA, Nildo. *Os movimentos sociais*. Curitiba, Editora Prismas. 2016.

# CAPÍTULO 2

## STALINGRADO: UMA VISÃO ESTRATÉGICA ALEMÃ E RUSSA<sup>7</sup>

Jean Richard Badette  
Luciana De Aguilar Belizio  
Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad

### RESUMO

Este artigo tem por finalidade contextualizar historicamente a Batalha de Stalingrado, com ênfase nas estratégias militares alemã e soviética. Partindo do método hipotético-dedutivo e com a hipótese central de que a falha no planejamento estratégico alemão resultou na sua derrota na batalha de Stalingrado, a presente pesquisa, realizada a partir de pesquisas bibliométricas e bibliográficas, buscou responder se a estratégia soviética foi superior à nazista e em quais aspectos esta última fracassou.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geopolítica, Segunda Guerra Mundial, Batalha de Stalingrado.

### INTRODUÇÃO

A batalha de Stalingrado, que aconteceu entre a Alemanha e as tropas da URSS entre agosto de 1942 e fevereiro de 1943, foi a mais sangrenta de toda a guerra. Esse conflito foi responsável pela morte de aproximadamente dois milhões de pessoas entre soldados e civis dos dois países. O presente artigo tem por objetivo contextualizar historicamente a Batalha de Stalingrado, com ênfase nas estratégias militares alemã e soviética e, partindo do método hipotético-dedutivo, utiliza das contribuições de Colin Gray (1999) para testar hipótese central de que a falha no planejamento estratégico alemão resultou na sua derrota na batalha de Stalingrado. Em nível metodológico, esta pesquisa é exploratória e descritiva seguindo o método qualitativo e hipotético dedutivo, tendo como técnicas de pesquisa bibliográfica e bibliométrica.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, bem como uma conclusão. No primeiro, o Marco Teórico trata dos principais autores e teorias utilizados como embasamento para o desenvolvimento do artigo. O segundo capítulo trata da retomada histórica da Segunda Guerra

---

<sup>7</sup> Cabe agradecer as contribuições dos colegas do curso de RI da UFSM, para a elaboração do presente artigo, com especial destaque: Júlia Carvalho Vermonde de Araujo, Júlia Giovana Castilho Teixeira, Kevin Souza Martins e Rodrigo André Konrad.

Mundial onde houve o envolvimento de todos os continentes, e que resultou no maior desastre causado pelo ser humano em termos de perdas de vida humanas e danos infraestruturais. O terceiro capítulo, por sua vez, tem por objetivo abordar de uma maneira geral a batalha de Stalingrado, batalha esta travada entre a União Soviética e a Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Trata-se da batalha mais cruel de toda guerra e que marcou o início da queda da potência alemã até a sua derrota. Também subdivide-se entre tópicos que abordam as estratégias soviética e nazista empregadas ao longo do conflito. Por fim, o quarto capítulo busca apresentar as consequências da Batalha de Stalingrado para a queda do Reich e para o desfecho do conflito, expondo de que maneira o conflito foi crucial para a determinação dos rumos do conflito. Na conclusão, comprovamos a hipótese apresentando os aspectos determinantes para o fracasso da estratégia ofensiva alemã frente à defensiva soviética.

## **MARCO TEÓRICO**

O presente marco teórico parte das noções de Cohen (2014) sobre geopolítica, atentando à importância que o autor dá a aspectos geográficos, como território, demografia e recursos naturais, bem como sua relação com processos políticos, que são elementos pertinentes para a presente pesquisa. A respeito da análise de geopolítica, Cohen (2014) afirma que esta trata não da previsão de eventos futuros específicos que venham a causar alterações na configuração geopolítica, mas sim de condições que podem vir a trazer mudanças geopolíticas, uma vez que “what such analysis can do is focus the attention of policy makers on conditions that are likely to bring about geopolitical change” (Cohen, 2014, p. 1).

Partindo da já citada afirmação de Cohen sobre a análise, pode-se atentar à afirmação de Mackinder sobre a importância da região que ele chama de pivô geográfico da história: “[...] seria correto apontar que a implantação de algum novo controle da área interior, em substituição ao controle da Rússia, não tenderia a reduzir o significado geográfico da posição pivô.” (Mackinder, 1904, p. 99). Tal afirmação sugere que, num cenário em que o avanço nazista fosse bem sucedido, este seria capaz de beneficiar-se das vantagens geográficas oferecidas pela região, propagando posteriormente seus domínios rumo às estepes e sustentando sua posição no norte da África a partir da obtenção de recursos naturais.

Antes, no entanto, cabe apresentar o conceito de pivô geográfico da história, ou Heartland sustentado por Halford Mackinder. Amparado pela importância e respectivos impactos dos fatores geográficos sobre a história humana, sendo sua preocupação, mais precisamente, a formação das civilizações modernas europeias - partindo de uma visão

imperialista e eurocêntrica -, Mackinder (1904) demonstra que a formação e a configuração política da Europa tal como se dava no começo do século XX, com a existência de muitos Estados de proporções menores no ocidente em comparação com vasta área ocupada pela Rússia no leste, estava relacionada às características geográficas próprias das regiões, de um lado repleto de montanhas e vales, enquanto o outro consiste numa extensa planície, coberta por estepes ou rodeada por florestas e regiões pantanosas (Mackinder, 1904, p. 88).

Mas o que chama a atenção do autor sobre as planícies, que formam um extenso corredor a partir do leste europeu rumo ao oriente, é a segurança que a região proporciona frente a ameaças marítimas, uma vez que esta configura-se por estepes cultiváveis em seu centro, florestas e regiões pantanosas cercadas por gelo ao norte e nenhum grande rio com saída direto para o mar, o que ao mesmo tempo inibe a ação e capacidade de penetração de potências marítimas no Heartland e torna essa região propícia para o estabelecimento de um Estado focado no controle territorial - seja por meio da mobilidade de ferrovias e estradas - e, portanto, no poder terrestre (Mackinder, 1904, p. 95), sendo esta uma vantagem em relação ao domínio marítimo capaz de levá-lo ao domínio global, como relembra Cohen (2014, p. 17).

**Figura 1:** O pivô geográfico de mackinder.



**Fonte:** COHEN, 2014, p. 18.

Apesar de a perspectiva geopolítica ser dinâmica e sofrer mudanças de acordo com o sistema internacional ao longo do tempo, como afirma Cohen (2014, p. 5), as noções estabelecidas por Mackinder sobre o Heartland, a partir de uma perspectiva na qual há grande importância dos fatores geográficos, são ainda pertinentes para o propósito do presente artigo e, juntamente com as contribuições de Friedrich Ratzel e seu conceito de *Lebensraum*, nos auxiliarão na compreensão das motivações dos atores, bem como no desenrolar do conflito.

O papel desempenhado pela obra de Friedrich Ratzel para as doutrinas expansionistas - como nos casos da Alemanha Bismarckiana e Nazista -, bem como para o desenvolvimento do estudo da Geopolítica (COHEN, 2014, p. 17), concebe ao conceito de Lebensraum dupla importância para a presente análise, pois auxilia no entendimento das percepções alemãs sobre seu próprio espaço vital. Antes, no entanto, cabe demonstrar o conceito. Lebensraum, ou Espaço Vital, consiste principalmente no espaço necessário ao desenvolvimento de uma população. Partindo de um determinismo geográfico, Ratzel sustenta que a luta por espaço é provocada por uma crescente expansão da presença humana num espaço geográfico estático (RATZEL, 1901, p. 14), sendo o tamanho do espaço ocupado por um Estado ao mesmo tempo um gerador de vasto poder político (apud. COHEN, 2014, p. 17) e de capacidade de desenvolvimento de sua população, sob a noção de que a expansão de suas fronteiras leva à redução do tensionamento causado tanto por ameaças externas às fronteiras como pela já citada luta por espaço (RATZEL, 1901, p. 18).

Para melhor abordar as estratégias empregadas pelos atores envolvidos, cabe antes visitar a definição de Colin Gray desenvolvida a partir de um diálogo com a definição de Clausewitz: “Strategy is the bridge that relates military power to political purpose” (GRAY, 1999, p. 17). Portanto, trata-se de como fazer uso do poder militar, explícito ou apenas em termos de ameaça, como um meio com propósitos políticos (ibidem). Também

envolve diferentes esferas - estratégica, operacional ou tática - e dimensões, podendo ser baseadas em ambientes geográficos ou recortes dos efeitos de determinados eventos (ibidem, p. 23).

Nesse sentido, porém, é importante observar que:

To neglect strategy in defence planning or the conduct of war would be like trying to play chess without kings on the board; there would be no point. Failure of strategy, however, does not always flow from neglect of strategy. The problem can lie with policy. A strategist can only orchestrate engagements purposefully for the political objective of the war if the war has a clear political objective. Strategic performance either in defence planning in peacetime or in war itself will be harmed if policy is vague, if its objectives are ephemeral, or if it sets political constraints upon military activity that prevent generation of sufficient strategic effect to produce (GRAY, 1999, p. 44)

Portanto, a afirmação de Cohen acerca da clareza nos objetivos políticos como possível determinante para o sucesso de uma estratégia se faz muito pertinente para analisar o caso alemão, como abordar-se-á adiante.

## SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A Segunda Guerra Mundial, que ocorreu entre 1939 e 1945, foi a mais sangrenta de todas as guerras da história da humanidade até os dias de hoje. Trata-se de uma guerra que alastrou-se por todos os continentes. A perda de vida humana foi estimada entre 30 a 50 milhões sem contar o desastre causado na infraestrutura dos países, principalmente na Europa, que foi devastada. Esse cataclismo humano foi provocado pelos avanços tecnológicos da indústria de armamento da época com o emprego de blindados, bombardeiros e a terrível bomba atômica (NYE JR, 2009, p. 113).

Diferentemente da grande guerra, a Segunda Guerra Mundial trouxe consigo novas estratégias de combate como ataques bombardeios a aeronaves adversários, rompimento de linhas de comunicação terrestre, e o uso da *Blitzkrieg* como nova tática de guerra usadas pelas forças alemãs que consistia em ataques rápidos e de surpresa com vários grupamentos do seu exército contra forças inimigas. Essa nova estratégia contribuiu grandemente para a conquista de várias vitórias com ataques incessantes e intermitentes da sua infantaria, artilharia e blindados. A Polônia, por exemplo, foi derrotada pela Alemanha poucos dias depois de ter usado a *Blitzkrieg* (LOHBAUER, 2005, p. 79).

De acordo com NYE (2009), o revanchismo alemão fez com que a Segunda Guerra Mundial tivesse também o nome de “guerra de Hitler”, enquanto que na verdade o seu desejo em relação a guerra era para ser uma guerra curta, razão pela qual foi usada a *Blitzkrieg*. Esse sentimento de revanchismo originou-se no tratado de versalhes onde a Alemanha foi humilhada pela imposição do desarmamento pelos aliados e foi acusada como a única responsável pela Grande Guerra, uma vez que deu início às hostilidades e, portanto, deve pagar uma alta indenização para os aliados, o que acarretou consequências desastrosas na economia alemã.

Com a ascensão de Hitler no poder em 1933, a Alemanha passou a adotar uma política expansionista para ganhar mais territórios. Para isso, ele começou a tomar medidas drásticas como a retirada da Alemanha na Liga das Nações e da conferência de desarmamento, denunciou as cláusulas militares do tratado de versalhes sobre a restrição do exército alemão a cem mil homens e anunciou o seu plano para triplicar o exército e desenvolver uma força aérea. Com isso, a partir de 1936, começou com as ações expansionistas ao fazer intervenções militares na Renânia, Áustria e na Tchecoslováquia (NYE JR, 2009, p. 115-117).

De ponto de visto cronológico, a primeira fase da guerra (1939-1941) foi uma guerra estritamente europeia que deu o seu início com a invasão da Polônia por Hitler, mais

precisamente em primeiro de setembro de 1939 e passou a ser mundial a partir de maio de 1941, depois da invasão alemã à União Soviética e do ataque japonês à base americana de Pearl Harbor. (SARAIVA, 2008, p. 170).

A União Soviética deu início com a sua participação na guerra com a invasão da Polônia também em setembro de 1939. Apesar da assinatura de um pacto de não agressão entre a URSS e a Alemanha, em junho de 1941 a cobiça de Hitler o levou a invadir o país com a batalha de Stalingrado e a batalha de Kursk. Nesse mesmo mês a França e o Reino Unido declararam guerra a Alemanha nazista, e a partir disso foi uma incessante invasão de país para país. No meio de todas essas invasões os Estados Unidos adotaram uma postura isolacionista devido a oposição da opinião pública internar a qualquer intervenção militar direta no conflito, mas esse isolacionismo norte americano acabou com o ataque de Pearl Harbor. O mundo nessa época dividiu-se em dois grupos: as potências do eixo composta pela Alemanha, Itália e o império do Japão e os aliados pelos Estados Unidos, França, Inglaterra e a União Soviética. Após quatro anos de batalhas sangrentas, o desfecho da Segunda Guerra Mundial foi marcado pela destruição de duas cidades japonesas, Hiroshima e Nagasaki, pela bomba atômica largada pelos Estados Unidos no dia 6 e 9 de agosto de 1945, assim, as potências do eixo saíram colapsados e os aliados vitoriosos. (SARAIVA, 2008).

## **O CONFLITO DE STALINGRADO**

A cidade de Stalingrado, hoje chamada de Volgogrado, está localizada na margem esquerda do rio Volga, e consiste em uma rota comercial de grande relevância que faz uma conexão entre os poços de petróleo do Cáucaso ao interior da União Soviética. A sua localização é um fator determinante na derrota dos alemães, pois, a sua característica dificultava o avanço do exército alemão, e, além disso, era uma das cidades mais industrializadas da União Soviética e encarregada por grande parte da produção bélica do Exército Vermelho. Mesmo sabendo de tudo que está o esperando, a obstinação do Hitler pela conquista da cidade causou a morte de milhões de militares alemães e a derrota das suas forças armadas. Além da sua importância industrial, a cidade de Stalingrado tinha uma importância simbólica tanto para Stalin quanto para Hitler. Se Hitler conquistasse a cidade seria como vencer o próprio Stalin, já para o Stalin, a perda da cidade com o seu próprio nome significaria uma derrota desastrosa e vergonhosa. (FUENTES LÓPEZ, 2018). A invasão da cidade foi feita por meio de uma operação chamada de operação Barbarossa que mobilizou 3,6 milhões de soldados alemães, acompanhado de 3.600 blindados e 2700 aviões, cujo objetivo era lançar um ataque pesado de surpresa para

capturar a maior parte do território ao oeste e forçar Moscou a se render (HASTINGS, 2012, p. 157; LUTHER, 2004, p. 2).

Várias batalhas foram travadas entre diferentes países durante a Segunda Guerra Mundial, entretanto, a batalha de Stalingrado, que aconteceu entre a Alemanha e as tropas da URSS entre agosto de 1942 e fevereiro de 1943, foi a mais sangrenta de toda guerra. Esse conflito foi responsável pela morte de aproximadamente dois milhões de pessoas entre soldados e civis dos dois países. Um dos objetivos do envolvimento da Alemanha nessa guerra com a União Soviética era tomar controle das jazidas de petróleo localizadas na região do Cáucaso. (I MATA, 2015, p. 60). Embora no início dos ataques o Exército Alemão tenha começado a massacrar os soldados soviéticos e tomar controle de quase toda cidade ao usar a sua famosa tática de *Blitzkrieg* ou guerra relâmpago, porém, tudo não aconteceu conforme o planejado. Ao entrar na cidade, os alemães depararam-se com uma forte resistência militar soviética que permaneceu até chegou o inverno, o que por sua vez é a maior causa da derrota alemã.

A potência da Alemanha desde o início da guerra e as suas estratégias o permitiu conquistar vários territórios, porém, em agosto de 1942 quando começou as suas ações ofensivas contra União Soviética, foi o início de um longo período tenebroso de perdas de batalhas com altas taxas de mortes dos seus soldados até o fim do Terceiro Reich na Europa, pois, a *Wehrmacht* não conseguiu recuperar sua força anterior até 1945 (I MATA, 2015).

De acordo com WERTH (2015), essa batalha tinha quatro fases principais, que são: “1- A fase defensiva, até 19 de novembro de 1942; 2- A ofensiva russa ao norte e ao sul de Stalingrado, que levou ao cerco das forças alemãs na cidade; 3- A tentativa alemã fracassada de vir em auxílio de suas forças em Stalingrado; 4- A liquidação das unidades alemãs cercadas (janeiro de 1943).” (p. 19).

**Figura 2: OFENSIVA ALEMÃ NO VERÃO DE 1942.**



Fonte: Griess, Thomas E., ed. *West Point Atlas for the Second World War: Europe and the Mediterranean. The West Point Military History Series.* Wayne, NJ: Avery, n.d.



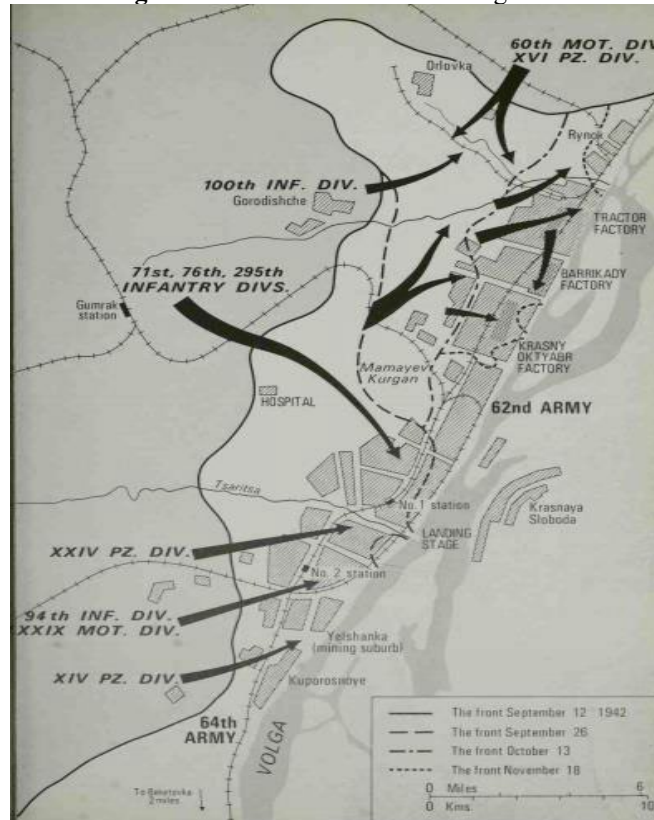
## ESTRATÉGIA ALEMÃ

A mobilização alemã no território soviético em 1941, iniciou-se de forma grandiosa com a Operação Barbarossa e três milhões de soldados à disposição dos comandantes arianos. Essa primeira movimentação foi devastadora para os exércitos da URSS, pois a estratégia alemã de *Blitzkrieg* (Guerra-Relâmpago) que consistia em atacar os fronts soviéticos vulneráveis com aeronaves de artilharia, seguidas dos blindados e as tropas de assalto, aniquilava qualquer chance de uma reviravolta na batalha, já que ia enfraquecendo os inimigos em cada ataque (WERTH 2015). Após chegar perto das regiões da cidade de Caucasus, Hitler mudou sua estratégia e dividiu o exército em duas partes: uma parte ia para o conflito em Caucasus e a outra, comandada pelo Tenente General Friedrich Paulus, foi para o que seria o palco do desfecho da Segunda Guerra Mundial, Stalingrado (GUERRA, sem data).

Com os grandes interesses políticos, geográficos e econômicos nos territórios soviéticos, os alemães, no ápice da Batalha de Stalingrado, possuíam para uso no conflito: “250.000 soldados, 740 blindados, 1.200 aeronaves e 7.900 armas” (LUTHER, 2004 p.5). Com esse poderio, o exército Alemão, famoso por sua estratégia e alta tecnologia, tinha um grande diferencial do seu rival soviético: os Panzers. Esses blindados, considerados os maiores e mais potentes da Segunda Guerra Mundial, causaram danos fatais em pelotões inteiros por onde passavam, todavia essas máquinas eram mais eficazes em campos abertos e não para as estreitas ruas de Stalingrado cheias de escombros e devastadas pelo bombardeio do próprio exército alemão (LUTHER 2004).

Friedrich Paulus, iniciou sua ofensiva em Stalingrado em agosto de 1942 com a seguinte formação: os grupos de assalto foram responsáveis por atacar a área central e norte da cidade, enquanto os Panzers ficaram de apoio estratégico ao sul. Utilizando a técnica de *Blitzkrieg*, os aviões de artilharia começaram os ataques com bombas aéreas, desestabilizando e enfraquecendo o exército vermelho. Posteriormente, os arianos ao norte atacaram os soviéticos, seguidos do ataque ao sul dos blindados, colocando seus rivais em sua linha defensiva do rio Volga (LUTHER, 2004). Com quase 90% da cidade nas mãos do exército alemão, Hitler se colocava como vencedor do conflito, contrariando Paulus e querendo mais rapidez para tomar a cidade que levava o nome do seu inimigo, Stalin (GUERRA, sem data).

**Figura 3:** Ofensiva alemã em stalingrado.



**Fonte:** Geoffrey Jukes, *Stalingrad: the turning point* (New York: Ballantine Books, 1968),p. 99.

Esse momento de vitória alemã começou a diminuir e o que antes levavam poucos dias para conquistar, passaram a levar semanas e até meses para ter algum êxito. Os destroços da cidade atrapalhavam as principais armas arianas, os blindados, que não conseguiam ter o mesmo desenvolvimento anterior e se apertavam nas pequenas ruas de Stalingrado. Além disso, com a estratégia soviética de fazer com que os alemães lutassem como eles queriam, ou seja, uma batalha de perto ao invés de algo mais estratégico, distante e tecnológico, foi essencial para a derrocada ariana. Em um momento do conflito, as disputas estavam em todos os cantos, cada edifício, esquina e rua conquistada era um grande avanço para ambos os lados (MOZOTA, 2020).

Com o combate “homem a homem” que estava acontecendo no conflito, os soviéticos utilizavam homens e mulheres como atiradores noturnos, se escondendo pelos esgotos da cidade, atacando os alemães que estavam indefesos e fragilizados. Porém, os

arianos propuseram outra estratégia para combater esses soldados: o lança-chamas, instrumento brutal que penetrava em espaços pequenos e acertavam os combatentes soviéticos (ZIEMKE, BAUER, 1987).

Entretanto, enquanto esse movimento estava acontecendo no centro da cidade, os flancos germânicos estavam expostos para avanço de mais de 1 milhão de soldados soviéticos. A resposta para esse ataque demorou para acontecer, visto que Hitler não deu a devida importância em um primeiro momento, gerando um fechamento de cerco para os soldados alemães, que ao final do conflito estavam passando frio, fome e adquirindo inúmeras doenças (ERICKSON, 2019).

## **ESTRATEGIA SOVIÉTICA**

Conforme os Alemães conseguiam adentrar a cidade de Stalingrado, os Russos iam mudando a sua estratégia, e preparavam a si mesmos para que aguentasse o avanço das tropas alemãs, e a cidade para que esta se tornasse o campo de batalha perfeito, de uma forma que iria fortalecer a si mesmos durante o conflito. Devemos deixar registrado que a situação soviética também era precária e instável, diferente do que temos por senso comum, onde estes saem vitoriosos facilmente sobre os alemães em uma batalha que foi decisiva para a Segunda Guerra Mundial, muitas vezes foi pensada a alternativa de entregar Stalingrado para Hitler, porém o Exército Vermelho tinha o plano definitivo de aniquilar com um único golpe todo o VI exército alemão, e devido a isso, a cidade vira um projeto de guerra, aí a importância da batalha para a história mundial (LUTHER 2004).

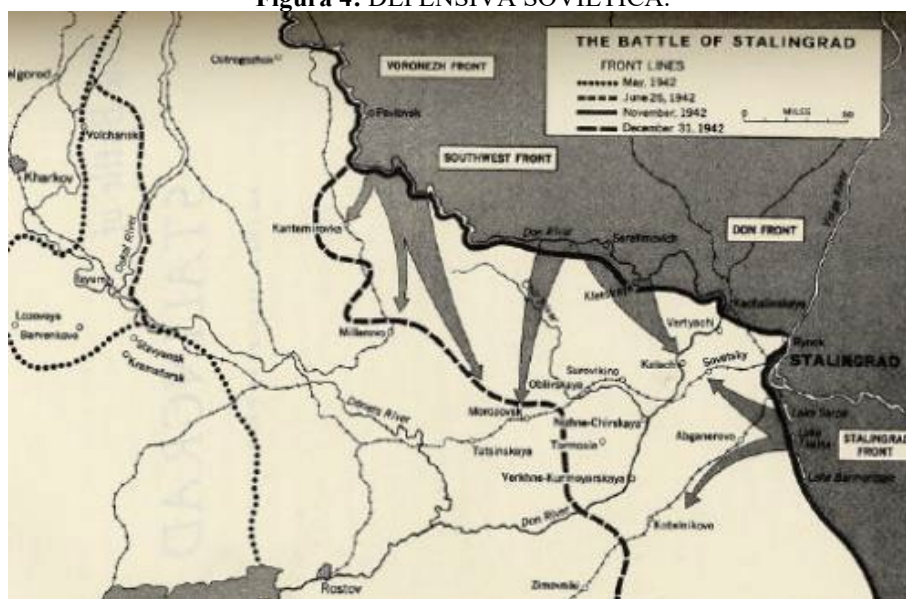
Os soviéticos já haviam usado do conceito de Terra Arrasada para enfraquecer as forças alemãs ao longo de seu caminho até Stalingrado, ou seja, pelo caminho o exército soviético ia queimando as cidades e as deixando sem provisões, roupas, comida, ou qualquer bem que os Alemães pudessem saquear e usar para continuar avançando em terras Russas, isso deixava os Alemães a mercê do frio soviético, e como estes não estavam preparados para esse frio, sofriam muito mais que as tropas russas durante as batalhas. Muito da má preparação para o frio soviético se deu por arrogância dos generais alemães, que não acharam que iriam demorar mais de uma estação para vencer os Russos em Stalingrado, a Blitzkrieg estava acostumada a conquistar países em dias, e na batalha contra o Exército Vermelho, estes levavam dias para tomar um edifício sequer (JONES, 2010).

A demora do avanço alemão para dentro da cidade Russa se dava por diversos motivos, entre eles o intenso treinamento do Exército Vermelho para combates corpo a corpo, algo que os alemães não estavam acostumados a enfrentar, pois dependiam sempre da Luftwaffe e de suporte aéreo para ganhar suas batalhas. Os generais russos logo perceberam essa falha na estratégia alemães, e buscaram encurtar as linhas de conflito, fazendo com que fosse impossível

projetar um ataque aéreo que atingisse apenas um dos lados. Como explicado, os Russos contavam com um melhor treinamento para combate na cidade, e as táticas usadas por eles, que consistiam no uso intenso de granadas de mão e de submetralhadoras, são estudadas e usadas até hoje por exércitos no mundo todo (LUTHER 2004).

A transformação de prédios civis em verdadeiros fortes da batalha também entrava na estratégia de batalha Russa, com armas antitanques estrategicamente colocadas no primeiro andar, atiradores de elite nos andares superiores, e morteiros nos sótãos, cada edifício era guardado como uma torre de defesa, e trocavam de mão na batalha diversas vezes, sendo estes importantes pontos na invasão e na defesa da cidade (BRADY, 2011).

**Figura 4: DEFENSIVA SOVIÉTICA.**



Fonte: Zhukov, Georgi K. Marshal Zhukov's. *Greatest Battles*. Translated by Theodore Shabad. New York: Cooper Square Press, 1969.

## OPERAÇÕES URANO, SATURNO E ANEL

Após algum tempo de batalha em Stalingrado, as tropas alemãs se encontravam vulneráveis em seus flancos devido a formação que usaram para penetrar na cidade, e embora estivessem conseguindo avançar, deixavam as suas costas livres para um ataque russo que poderia vir a qualquer momento, mesmo que este não fosse esperado por Hitler e seus generais, que não suspeitavam do plano de eliminar o exército alemão ali naquela região. Assim, o alto comando soviético decide lançar uma grande ofensiva e tornar a cidade em uma armadilha, o que ficou conhecido como operação Urano, cercando o exército alemão, o exército vermelho atacaria com vários exércitos as inúmeras frentes do campo de batalha, essa estratégia se deu na segunda metade de novembro de 1942, no famoso “inverno geral” Russo (CABO, 2017).

A operação Saturno se deu após o enfraquecimento dos alemães e suas aliadas pela operação Urano, no tempo em que estes pensavam estarem conseguindo libertar seus aliados do cerco de Stalingrado, os soviéticos lançam inesperadamente outra ofensiva contra os exércitos alemães, Romanos e Italianos (CABO, 2017). Essa operação deixa mais de 80% de Stalingrado novamente em mãos soviéticas, e expulsa as forças de Hitler e seus generais da cidade, o que mais tarde consagra o rendimento das tropas alemãs com o fechamento do cerco, e declara a vitória soviética na batalha de Stalingrado (CRAIG, 2004).

## **CONSEQUÊNCIAS DA DERROTA PARA O REICH E PARA O DESFECHO DO CONFLITO: PÓS-CONFLITO DE STALINGRADO**

A batalha de Stalingrado foi um momento crucial para a determinação do desfecho da Segunda Guerra Mundial, já que o conflito marca o início da derrota dos nazistas no front oriental e na grande guerra como um todo, visto que era a primeira vez desde o início do conflito que os alemães colocavam-se em posição defensiva. A perda na Batalha de Stalingrado “trouxe perdas irreversíveis para os alemães em termos de mão de obra, material e moral” (LUTHER, 2004, p.14) já que a campanha resultou na perda de cerca de 3.500 blindados e canhões autopropelidos, 12.000 canhões e morteiros e 3.000 aeronaves, além disso, durante a batalha foram aprisionados 22 generais alemães, o que causou um baque na moral nazista que dependia de elementos de propaganda para a manutenção do apoio da opinião pública e recrutamento de civis para o esforço de guerra (LUTHER, 2004, p.14).

A vitória soviética na batalha era estratégica. Empurrando os nazistas 400 milhas em direção à Cracóvia, garantiu-se a segurança da região do Cáucaso e do Mar Cáspio, que era de extrema importância primeiramente por ser a principal fonte de petróleo da União Soviética, e secundamente por ser uma das duas principais rotas pelas quais os Aliados enviaram equipamentos e mantimentos do acordo *Lend-Lease* (LUTHER, 2004, p.15) na forma de caminhões, jipes, alimentos e remédios que mantinham o Exército Vermelho com capacidade de locomover-se, alimentado e relativamente saudável (SLEPYAN, 2013, p. 319).

Após a batalha, o exército alemão encontrava-se em declínio, enquanto o Exército Vermelho estava atingindo seu auge, já no verão de 1943 possuíam superioridade numérica, material e doutrinária. De acordo com Slepian

As diferenças foram marcantes: na primavera de 1943, o Exército Vermelho totalizou quase 5,8 milhões de soldados, 6.000 blindados, e mais de 20.000 armas em comparação com os 2,7 milhões de homens da Alemanha, 1.330 blindados e 6.360 peças de artilharia. No final de 1943, as forças soviéticas haviam crescido para 6,4 milhões de homens, enquanto o efetivo das tropas alemãs era de pouco menos de 2,5

milhões, com um adicional de 700.000 de tropas Aliadas de qualidade variada (SLEPYAN, 2013, p. 317).

A visível expansão da indústria militar soviética durante a guerra foi o fator determinante para a mudança de rumo em Stalingrado e na Segunda Guerra Mundial. Com o apoio proporcionado pelo acordo de *Lend-Lease* entre os Aliados, e a garantia dos canais de comunicação e fornecimento, a União Soviética buscou concentrar os esforços do complexo industrial-militar na produção de armamentos menos complexos, como armas pequenas, artilharia, blindados e aeronaves táticas (SLEPYAN, 2013, p. 319). De acordo com Barber e Harrison (1991) essa produção representou de 60 por cento do PIB do bloco em 1942 e possibilitou que o Exército Vermelho se tornasse duas forças distintas, "um exército de qualidade", cerca de um quinto de sua força total, consistindo em exércitos de blindados, unidades de guardas e outras formações bem equipadas e treinadas, e "um exército de quantidade" para preencher as linhas e apoiar as forças de ataque (ERICKSON, 1983, p. 84).

Apesar desse nível de produção ser insustentável no longo prazo, Barber e Harrison (1991) argumentam que ela durou tempo suficiente para que os soldados soviéticos utilizassem dessa superioridade para empurrar o exército nazista de volta ao leste, avançando pela Europa até a chegada dos soviéticos à Berlim em 1945, alimentando a confiança do Exército Vermelho e do Estado Soviético. Tal atuação foi o que permitiu à União Soviética um bom posicionamento nas negociações diplomáticas do pós-guerra, incorporando territórios na Prússia Oriental e a porção oriental da divisão de Berlim (LOHBAUER, 2005,p.92).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando uma vitória antes do final do conflito, a Alemanha nazista pecou na continuação de sua estratégia na cidade de Stalingrado. Hitler, ao tomar controle de 90% do território local, colocando os soviéticos em uma linha defensiva que circundava o rio Volga, se precipitou e contrariou Friedrich Paulus em escolhas operacionais de ataques e defesas. Outro ponto que prejudicou bastante o exército nazista foi o fato da batalha ser decidida de forma direta entre os soldados e não com a estratégia utilizada pelo exército de Panzers, além disso o frio constante e a não preparação para o inverno soviético prejudicaram os nazistas.

Nesse sentido, a estratégia soviética, especialmente sua persistência numa postura defensiva, foi extremamente eficaz, pois utilizou suas melhores armas, como o frio intenso e a batalha corporal, como instrumento no conflito (LUTHER, 2004).

Além das falhas e acertos estratégicos que foram decisivos para o desfecho da Batalha de Stalingrado, outros fatores no contexto geral da Segunda Guerra Mundial também foram

determinantes na mudança de rumo do conflito. O mais importante deles foi a reação da máquina industrial militar soviética que reabasteceu o Exército Vermelho durante os anos finais da guerra frente aos alemães que, em contrapartida, sofreram perdas irreparáveis encontrando-se sem recursos para reposição, o que os levou a uma posição de desvantagem (LUTHER, 2004, p.16). A reviravolta provocada pela produção de recursos e a indústria bélica chama a atenção para a importância de boas relações entre as dimensões civis-militares, que em um contexto de conflito podem fornecer apoio às forças armadas.

Por fim, pode-se concordar com nossa hipótese de que a falha no planejamento estratégico alemão resultou na sua derrota na batalha de Stalingrado, mas não apenas, partindo novamente da afirmação de Cohen (2014, p. 44) sobre a clareza nos objetivos políticos ser fundamental para o sucesso de uma estratégia, pois, no caso alemão, a falta de foco de seu front, aliado ao mau aproveitamento dos recursos tecnológicos - importante dimensão estratégica - no contexto geográfico de Stalingrado, fez com que a reação soviética prevalecesse ao final.

## REFERÊNCIAS

BARBER, J.; HARRISON, M. **The Soviet Home Front, 1941–1945: A Social and Economic History of the USSR**. London : Longman.1991

BRADY, M.. "**Improvisation versus rigid command and control at Stalingrad.**" *Journal of Management History* (2011).

CABO, G.. "**Os princípios de guerra empregados na Batalha de Stalingrado: um estudo.**" (2017).

CLAUSEWITZ, C. V.. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CRAIG, W. **Enemy at the Gates: the Battle for Stalingrad**. Konecky Konecky, 2004.

COHEN, S. B.. **Geopolitics: The geography of international relations**. Lanham: editora Rowman & Littlefield, 3ª ed. 2014.

ECHIVARRIA, A. J. **Clausewitz and Contemporary War**. Nova York: Oxford University Press, 1ª ed., 2007.

ERICKSON, J.. **The Road to Stalingrad: Stalin's War with Germany**. Routledge, 2019.

FUENTES LÓPEZ, B. **El general invierno: la batalla de Stalingrado**. 2018.

GEOFFREY, JUKES. **Stalingrad: the turning point**. New York: Ballantine Books, 1968.

GUERRA, Generais em. **The Battle of Stalingrad**. Ian Duncan. Washington: National Geographic, sem data.

GRAY, C.. **Modern Strategy**. Nova York: Oxford University Press, 1999.

GRIESS, T. E., ed. **West Point Atlas for the Second World War: Europe and the Mediterranean**. The West Point Military History Series. Wayne, NJ: Avery, n.d

HASTINGS, M. **Inferno. O mundo em guerra 1939-1945**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

I MATA, D. O. de C.. **La batalla de Stalingrado “el principio del fin del ejército alemán en el este”**. Revista Aequitas: Estudios sobre historia, derecho e instituciones, n. 5, p. 59-78, 2015.

JONES, M. K. **Stalingrad: How the Red Army Triumphed. Pen and Sword**, 2010.

LOHBAUER, C.. **História das relações internacionais II: o século XX: do declínio europeu à era global**. Vozes, 2005.

LUTHER, T. C. **The Strategic Implications of the Battle of Stalingrad**. 2004.

MACKINDER, H. J.. **The Geographical Pivot of History**. The Geographical Journal, vol. 23, número 4, p. 421 - 37, abril de 1904. Traduzido para o português por Fabrício Vasselai. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29, pp. 87 - 100, 2011.

MOZOTA, J. G.. **Stalingrado (1942-1943): La gran batalla ideologica de la Segunda Guerra Mundial. In: La Batalla: Análisis Históricos y Militares**. Ministerio de Defensa, 2020. p. 1089-1136.

NYE JR, J. S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. Editora Gente Livre Edit Ltda, 2009.

RATZEL, F.. **Lebensraum: a biogeographical study**. Berlim, 1901. Traduzido para o Inglês por Tul'si Bhambry. Editora Elsevier, 2018.

SARAIVA, J. F. S. (Ed.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. Editora Saraiva, 2008.

SLEPYAN, K.. **“Battle Fronts and Home Fronts: The War in the East from Stalingrad to Berlin”** in A Companion to the Second World War 2 vols., ed. Thomas Zeiler, Blackwell-Wiley Publishing, 2013.

WERTH, A.. **Stalingrado: 1942-o início do fim da Alemanha nazista**. Editora Contexto, 2015.

ZHUKOV, G.. MARSHAL, K. **Greatest Battles**. Translated by Theodore Shabad. New York: Cooper Square Press, 1969.

ZIEMKE, E. F.; BAUER, M. E. **Moscow to Stalingrad: decision in the east**. Center of Military History, United States Army, 1987.



# CAPÍTULO 3

## AS CIDADES COMO ATORES SUBNACIONAIS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O CASO DE SÃO PAULO

Jean Richard Badette  
Luciana De Aguiar Belizio  
Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad

### RESUMO

O presente artigo de revisão bibliográfica versa sobre a Inserção e atuação internacional do município de São Paulo na esfera das relações internacionais, processo esse que decorrendo fenômeno da integração, cujos impactos e desdobramentos transbordam os governos nacionais, clássicos atores das Relações Internacionais, mobilizando o conjunto da sociedade e especialmente as unidades governamentais estaduais e locais. Para dar conta desse propósito realizaremos a análise das ações estratégicas da cidade na luta contra a pobreza e seus projetos de desenvolvimento entre os anos de 2005 e 2020. Ao final do texto evidenciamos a importância dessa inserção bem como os desafios decorrentes dessa articulação.

**PALAVRAS CHAVE:** Relações Internacionais; Novos atores; Atores Subnacionais; Município de São Paulo.

### INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo tornou-se um gigante econômico e financeiro tanto no Brasil quanto na América Latina. Através desse tema, busca-se compreender quais são os passos que foram feitos dentro do período citado para que a cidade se tornasse o que ele representa hoje. Essa análise permitirá ver e compreender ainda mais de forma concreta a importância da paradiplomacia e cooperação descentralizada no desenvolvimento das cidades sem precisar depender totalmente do governo central, representado pelo Estado Nação.

Destaca-se ainda que no sistema internacional podemos identificar dois tipos de atores: os atores estatais e os não-estatais. Os atores estatais referem-se aos Estados, enquanto os não-estatais são os que não possuem características de Estado, como soberania e autonomia.

### A GLOBALIZAÇÃO COMO PORTA DE ENTRADA DOS ENTES SUBNACIONAIS NA ESFERA INTERNACIONAL

O processo da globalização tanto no seu aspecto econômico, comercial quanto cultural abre espaço para atuação das entidades subnacionais na esfera internacional. Segundo Prado (2009), o termo da globalização pode ser utilizado em dois sentidos. Em um aspecto positivo, ela é descrita como um processo da integração da economia mundial, e em um sentido mais

normativo, ela é vista como uma forma de determinar uma estratégia de desenvolvimento com o foco na rápida integração com a economia mundial. Nesse sentido, observa-se a participação de vários governos subnacionais na promoção do desenvolvimento econômico e social através da implementação de políticas públicas locais, municipais e estaduais.

Vivemos um contexto histórico marcado pela crescente participação, nas relações internacionais, dos chamados governos subnacionais (estados-membros, províncias, regiões, länders, cantões, municípios, departamentos, etc), e esses, por sua vez, vêm desenvolvendo diversas atividades, principalmente nos campos da cooperação internacional e integração regional. Tal fato decorre, da forma com que esses atores se organizam, visto que tal ação pressupõe uma autonomia resultante de serem o que a literatura especializada chama de Estado composto, denominado Estado Federal ou Federação de Estados.

Os governos subnacionais já não devem ser tratados apenas como meros sujeitos de direito interno, uma vez que: “[...] os governos subnacionais são estruturas estatais. Portanto, sua incorporação ao processo da integração e da política internacional atingem a natureza mesma do Estado nacional, fazendo parte da própria adequação do Estado às mudanças em curso.” (VIGEVANI e WANDERLEY, 2005, p. 11).

No caso da cidade de São Paulo, ela começou, em primeiro lugar, pela criação em 2001, da sua Secretaria Municipal de Relações Internacionais para montar a estrutura institucional e poder avançar de maneira formal nos seus objetivos.

Essa Secretaria divide as suas atividades em várias áreas, tais como:

A) Assuntos Internacionais Bilaterais (CAIB) cuja atividades são: I) Assessorar os órgãos da Administração Pública Municipal nas relações internacionais bilaterais; II) Identificar e promover ações conjuntas e de cooperação de interesse do Município com órgãos e entidades estrangeiras; III) realizar ações de promoção internacional do Município, prospecção de recursos bilaterais internacionais e ações de captação de investimentos.

B) Assuntos Internacionais Multilaterais e Redes de Cidades (CAIM) cuja função é de: I) Coordenar e acompanhar o relacionamento com organizações e entidades internacionais multilaterais e redes de cidades; II) Identificar e promover ações conjuntas e de cooperação de interesse do Município com organismos e fóruns multilaterais; III) realizar ações de promoção internacional, prospecção de recursos multilaterais internacionais e ações de captação de investimentos.

C) Missões e Projetos Internacionais (CMPI) responsável por: I) Organizar a logística das missões internacionais do Prefeito, do Vice-Prefeito e da Secretaria; II) Executar e/ou acompanhar projetos internacionais de interesse do Município que estejam afetos às atribuições e competências da Secretaria; III) organizar, coordenar e apoiar a realização de eventos internacionais; IV) Identificar oportunidades de projetos, premiações, ações e boas práticas nacionais e internacionais de interesse do Município.

D) Comunicação, responsável pela: I) Produção de releases sobre projetos da cidade de São Paulo para o público nacional e internacional; II) Produção de conteúdos que apresentam o potencial da cidade no exterior em diversas áreas; III) Comunicação da área internacional com outros órgãos municipais, nacionais e internacional. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS)

Porém, a cidade de São Paulo não começou as suas atividades nesse sentido a partir da criação deste órgão. Desde a década de 1980, a cidade tem realizado projetos internacionais por intermédio de diferentes Secretarias. A título de exemplo, em 1989, foi criada a Assessoria de Relações Internacionais com o objetivo de buscar financiamento, elaborar projetos, e fazer cooperação tecnológica e intercâmbio de experiências, mas esse órgão foi dissolvido com o término da gestão de Luiza Erundina (1989-1992). (TODESCO, 2015).

## **UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE AS AÇÕES ESTRATÉGICAS DAS DIFERENTES GESTÕES DA PREFEITURA PARA ATUAÇÃO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO**

Com a chegada de José Serra como prefeito da cidade em 2005, embora tenha ficado por pouco tempo no cargo (até 2006) devido a sua participação na disputa eleitoral para assumir o governo do estado, muita coisa começou a mudar, sobretudo quando o seu vice-prefeito Gilberto Kassab assumiu a liderança do município.

Durante a gestão de Gilberto Kassab, houve um aumento considerável no orçamento da Secretaria Municipal de Relações Internacionais o que permitiu a elaboração e execução de muitos projetos contribuindo ainda mais para a inserção internacional da cidade de São Paulo, por exemplo

O encaminhamento de projetos para organizações multilaterais (BIRD, BID, FAO, OIT, UNESCO, OMS, UN-Habitat); o desenvolvimento de um intercâmbio de políticas públicas e acordos de cooperação técnica entre São Paulo e outras cidades; a captação de recursos para a cidade e o estímulo a investimentos; a realização de missões institucionais e técnicas; a inserção e o fortalecimento da cidade de São Paulo em plataformas transnacionais importantes, como a rede C40, que conferiu grande visibilidade internacional à cidade e às políticas públicas em curso voltadas à mitigação dos efeitos da mudança do clima. (ROSA, 2014, p. 58).

Durante os dois mandatos de Gilberto Kassab (2006-2008; 2008-2012) na frente da prefeitura, a cidade de São Paulo passou por transformações significativas. Por meio de um projeto chamado de “Cidade Limpa”, aprovado pela câmara municipal, ele proibiu a utilização da mídia externa como painéis eletrônicos, distribuição de panfletos no município com exceção nos pontos de ônibus e relógios de rua. Além disso, foi realizado o programa de enterramento da rede elétrica que tornou obrigatório a fiação subterrânea na cidade.

Em suma, o aumento no quadro orçamentário para a SMRI sob a gestão de Gilberto Kassab colocou a cidade num outro patamar no que diz respeito à sua inserção internacional

através de vários acordos de cooperação bilateral e de “projetos coordenados ou apoiados pela Secretaria: o programa URB-AL, da União Europeia; o acordo com a região de Île-de-France, na França, em 2006; a realização da X Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 2004; a Cúpula Mundial de Prefeitos da rede C40, em 2011.” (ROSA, 2014, p. 58).

Em 2013, a SMRI passou por um processo de reestruturação com a chegada do Fernando Haddad (2013-2016) como o novo prefeito de São Paulo. Com base na Lei 15.764/2013 de maio de 2013, a SMRI adquiriu uma nova atribuição tendo a partir daí relações federativas e passou a ser chamado de Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas SMRIF. Essa mudança na estrutura da secretaria abrangeu ainda mais a esfera de atuação do município dando-lhe mais competência legal para exercer com mais assertividade a cooperação internacional descentralizada. (ROSA, 2014, p. 59).

Nesse sentido, vários novos projetos foram implementados e deram mais visibilidades para São Paulo na esfera regional e internacional, projetos estes que o permite fazer parte do Mercado Comum de Cidades (Mercocidades), da Associação Mundial de Grandes Metrópoles (Metropolis), da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), da (ICLEI) Governos Locais pela Sustentabilidade que é a principal associação mundial de governos locais e subnacionais com o foco no desenvolvimento sustentável.

Além disso, devido a essa reestruturação onde foi criada a Coordenadoria de Projetos Especiais (COPE), a cidade de São Paulo atuou na preparação e organização da Copa do Mundo de 2014, o que contribuiu para sua projeção internacional e do seu crescimento econômico. (ROSA, 2014, p. 61).

Após o fim do mandato de Fernando Haddad, o João Doria assumiu a liderança de São Paulo (2017-2018), porém renunciou ao cargo para lançar-se nas eleições para o cargo de governador do estado. Durante esse pouco tempo da sua gestão, ele debruçou-se sobre a situação dos moradores de rua ao criar vários Centros Temporários de Acolhimento (CTAs).

Com a implementação desse projeto, foram criadas mais de quatro mil vagas de acolhimento, distribuídas pelos principais bairros cujas necessidades são maiores. Ao acolher essas pessoas, o objetivo é que elas “consigam trabalho e possam se desenvolver rumo à autonomia e geração de renda, e nos CTA’s, os conviventes participam de capacitações para o programa Trabalho Novo, que previa a inserção de pessoas em situação de rua no mercado de

trabalho - mais de duas mil já estão trabalhando em grandes empresas como McDonald's, Riachuelo, Restaurante Coco Bambu e muitas outras.

Os CTAs têm a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos, que oportunizem a construção de novos projetos de vida (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

Por fim, com a saída de João Doria em 2018, o Bruno Covas, que foi eleito vice-prefeito da cidade, na chapa do prefeito cessante, assumiu o cargo (2018-2020) e em 2020 foi reeleito para continuar no comando do executivo da prefeitura, mas infelizmente não conseguiu concluir o seu mandato devido ao seu falecimento em maio 2021 de um câncer. Entretanto, durante a sua gestão, ele conseguiu construir cinco novos parques, doze novos Centros Educacionais Unificadas (CEUs), e oito novos hospitais. (Fonte: Site do próprio prefeito – Diretrizes do Plano do Governo).

## **SÃO PAULO NA LUTA CONTRA A POBREZA E O SUBDESENVOLVIMENTO**

O problema da pobreza, da desigualdade social e do subdesenvolvimento representa um desafio considerável e constante enfrentado por muitas entidades subnacionais. Isso faz com que elas buscam por alternativas que possam ajudar a melhorar as condições de vida da sua população, procuram usar mecanismos que ajudam no desenvolvimento econômico e social, e muitos desses governos subnacionais usam a paradiplomacia e a cooperação internacional descentralizada como instrumento eficaz para atingir os seus objetivos.

Tendo essa autonomia, devido à descentralização da política externa da administração central de alguns países, algumas cidades procuram fazer parcerias através das suas Secretarias de Relações Internacionais, fechar acordos tanto com outros países ou municípios, quanto com organizações internacionais governamentais ou não governamentais seja de alcance regional ou global. No caso de São Paulo, através da celebração de acordos de cooperação bilateral e multilateral como, por exemplo, com a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), ela conseguiu dar passos significativos que a coloca cada vez mais perto da concretização do seu objetivo que é a erradicação da pobreza e do subdesenvolvimento. (SIMINI e LAISNER, 2018, p. 237-238).

Além dessas cooperações com essas instituições, a capital paulista conseguiu implementar um dos projetos de maior relevância desenvolvido na âmbito internacional no combate à pobreza que é o projeto chamado “Rede 10 – Luta contra a Pobreza Urbana” vinculada ao programa URB-AL já mencionado anteriormente.

Embora o nosso recorte temporal começou a partir de 2005, esse projeto começou em 2001 na gestão de Marta Suplicy (2001-2004) e continuou na gestão do José Serra e do Gilberto Kassab (SIMINI e LAISNER, 2018, p.289). O programa URB-AL foi criado em 1995 e é um programa de “(...) cooperação descentralizada e intercâmbio entre as cidades da União Europeia e da América Latina em torno de questões urbanas de interesse comum, que funciona por meio da criação de redes temáticas.” (SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E FEDERATIVAS DE SÃO PAULO, 2004, p. 09). Esse programa tem por objetivo “(...) promover parcerias duradoras entre os agentes locais, por meio de encontros transferências de conhecimento, experiências e boas práticas.” (SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E FEDERATIVAS DE SÃO PAULO, 2004, p. 9)

Além disso, no combate para acabar com a fome na cidade, a Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas tem assinado vários acordos em relação a isso como, por exemplo, o Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana em 2015 “para articulação de governos locais do mundo que privilegiam e reconhecem o compromisso nas políticas de agricultura urbana e segurança alimentar.” Destacamos ainda o “Memorando de Entendimento com a *Bloomberg Philanthropies* para o projeto Ligue os Pontos - Para implementação do Projeto Ligue os Pontos, iniciativa para desenvolver a produção de pequenos agricultores, ampliar suas fontes de renda, conectá-los aos potenciais consumidores e preservar áreas mananciais” com o início da sua vigência em 2017”(SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E FEDERATIVAS DE SÃO PAULO, 2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho permitiu ver que dentro das responsabilidades do governo central/federal de um país em relação a garantir o bem estar da sua população e estabelecer as estruturas que permitem o crescimento e desenvolvimento econômico e social, o envolvimento das entidades subnacionais tem uma importância fundamental nesse processo. O caso de São Paulo ganhou destaque no que diz respeito ao uso da paradiplomacia e da cooperação internacional descentralizada.

Por meio da implementação de suas políticas públicas municipais, ela conseguiu transformar a cidade através das parcerias e acordos bilaterais e multilaterais com instituições de maior relevância como por exemplo a União Europeia. Portanto, esse trabalho evidenciou que um município não precisa depender totalmente da ajuda do governo central para resolver os seus problemas e se desenvolver.

A própria administração pública municipal consegue fazer isso como é o caso de São Paulo. É certo que ainda falta muita coisa a se melhorar na cidade, entretanto, devemos reconhecer que as integrações realizadas no cenário internacional contribuíram e complexificaram o desenvolvimento local.

O caso em tela coaduna com o que a bibliografia aponta no sentido de que cada vez mais os entes subnacionais têm procurado parceiros no cenário internacional, para fomentar o crescimento econômico de sua região, utilizando-se das mais variadas estratégias.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, C. R. **Curso de teoria do estado e ciência política**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BARBOSA, S. A. O poder de celebrar tratados no direito brasileiro. **Revista de informação legislativa**. Brasília, ano 41, n. 162, p. 353-362, abr./jun. 2004..

BARRETO, M. I.; MARIANO, M. P. Questão subnacional e integração regional: o caso do Mercosul. In: VIGEVANI, T.; WANDERLEY, L. E.; BARRETO, M. I.; MARIANO, P. (Orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; UNESP/EDUSC, 2004, p.21-48.

CASTELO BRANCO, A. C. **Paradiplomacia e entes não-centrais no cenário internacional**. Curitiba: Juruá, 2009.

PECEQUILO, C. S. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visão**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PRADO, L. C. D.. Globalização: notas sobre um conceito controverso. **Encontra-se publicado no site do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, 2009.

PRAZERES, T. Por uma atuação constitucionalmente viável das unidades federadas brasileiras ante os processos de integração regional. In: VIGEVANI, T.; WANDERLEY, L. E.; BARRETO, M. I.; MARIANO, P. (Orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Educ; Unesp/Edusc, 2004, p. 283-312.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – Secretaria Municipal de Relações Internacionais. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/relacoes\\_internacionais/acesso\\_a\\_informacao/index.php?p=222944](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/relacoes_internacionais/acesso_a_informacao/index.php?p=222944). Acesso em 12 Dez 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – Secretaria de Assistência Social. Disponível: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/cta/index.php?p=247879](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/cta/index.php?p=247879). Acesso em 21 Dez 2021.

REDE 10 – LUTA CONTRA A POBREZA URBANA. **Documento Base**. Coordenação da Rede 10 – Luta Contra a Pobreza Urbana. Programa URB-AL, São Paulo, 2002.

REDE 10 – LUTA CONTRA A POBREZA URBANA. **Documento Final**. Coordenação da Rede 10 – Luta Contra a Pobreza Urbana. Programa URB-AL, São Paulo, 2005

REZEK, F. **Direito internacional público: curso elementar**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ROSA, L. O. B. A Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas da Prefeitura Municipal de São Paulo. In: MARCOVITCH, Jacques; DALLARI, Pedro B. A. **A Experiência de Estados e Municípios no Brasil: Relações Internacionais de Âmbito Subnacional**. IRI-USP, 2014.

SITE DO PREFEITO - Diretrizes do Plano do Governo. Disponível em: <https://www.covas45.com.br/propostas>. Acesso em 10 Dez 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E FEDERATIVAS DE SÃO PAULO, 2021: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/relacoes\\_internacionais/assuntos\\_internacionais/index.php?p=270126](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/relacoes_internacionais/assuntos_internacionais/index.php?p=270126). Acesso em 01 Dez 2022,

SIMINI, D. G.; LAISNER, R. C.. Superação do subdesenvolvimento, erradicação da pobreza e atuação internacional de municípios: o exemplo da cidade de São Paulo. **Revista de Direito da Cidade**, v. 10, n. 1, p. 225-256, 2018.

TODESCO, B. P. R. et al. **O protagonismo das cidades no século XXI**: a atuação da Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas da Prefeitura Municipal de São Paulo na gestão Haddad, de 2013 a 2015. 2016.

VIGEVANI, T. et al. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Unesp; Educ, 2004. 107

\_\_\_\_\_.; WANDERLEY, L. E. (Org.). **Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul**. São Paulo: Unesp; Educ; Fapesp, 2005.



# CAPÍTULO 4

## A UNIFIL E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: PRIMEIROS APONTAMENTOS

Jean Richard Badette  
Luciana De Aguiar Belizio  
Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad

### RESUMO

O presente artigo de revisão bibliográfica tem como propósito compreender a atuação da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), cuja importância decorre do fato que a mesma vem representando, cada vez mais, um ponto central na política externa pacificadora brasileira, desde o início do comando brasileiro da Força Tarefa Marítima, em 2011. Nesse sentido, o presente texto busca responder o seguinte questionamento: Que princípios da política externa brasileira justificam a participação do país na UNIFIL? Para responder à pergunta, será apresentada primeiramente uma retrospectiva histórica da Missão de Paz no Líbano, destacando os principais acontecimentos e evidenciando as características da participação brasileira. Depois, será realizada a análise dos princípios de política externa, presentes na Constituição de 1988, além de princípios não positivados que caracterizam a diplomacia brasileira, com a intenção de discutir a correspondência desses princípios na Missão de Paz do Líbano. Por fim, o trabalho se voltará a uma análise das perspectivas futuras da participação brasileira em missões de Paz, oferecendo uma visão mais ampla da justificativa da ação de política externa por parte do país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Missão de Paz; UNIFIL; Política Externa Brasileira; Diplomacia.

### INTRODUÇÃO

O histórico de participação em missões de Paz da ONU representa um dos principais aspectos da política externa brasileira. Retrospectivamente, a participação ativa do Brasil no envio de tropas e assistência econômica em um grande número de missões de Paz possibilitou ao país o reconhecimento internacional de sua característica pacificadora, assim como reforçou os princípios norteadores de sua política externa ao longo da história.

A partir de 2011, quando o Brasil passa a ocupar o comando de sua Força Tarefa Marítima, a Missão de Paz no Líbano (UNIFIL) ganha uma característica central no desenvolvimento da política pacificadora brasileira, tanto em número de militares presentes quanto em importância estratégica. De 2010 a 2015, foi a única Missão de Paz que contou com a contribuição brasileira no envio de tropas (UZIEL, 2015). O motivo para a centralidade da UNIFIL e o Comando Militar brasileiro no Líbano se dá, também, pela proximidade dos

vínculos culturais e migratórios entre os dois países e por interesses brasileiros de projeção de poder militar, político e econômico na região do Oriente Médio (CANELA, 2017)

Nesse sentido, esta investigação realiza-se no sentido de acompanhar o desenvolvimento da política externa brasileira, buscando traçar uma justificativa histórica e constitucional para a participação brasileira na UNIFIL, analisando a relação fundamental entre as características da Missão de Paz no Líbano e os princípios formadores da política externa brasileira. Assim, o presente trabalho será dividido em três partes específicas: primeiramente, a apresentação de uma análise histórica do contexto da missão de Paz no Líbano e seu desenvolvimento até os dias de hoje, além de uma descrição das características da participação brasileira na UNIFIL. Em um segundo momento, constará uma avaliação dos princípios de política externa brasileira com base nos desdobramentos do art. 4º da Constituição de 1988, buscando traçar pontos de contato entre os princípios positivados pela lei e as características fundamentais da missão de Paz no Líbano. Por último, a terceira seção tratará de uma visão em perspectiva, oferecendo uma discussão a respeito dos possíveis benefícios futuros do país ao participar de missões de Paz como a UNIFIL.

## **A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA MISSÃO DE PAZ NO LÍBANO**

A Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) tem atuado no Líbano desde março de 1978, no contexto da intensificação do conflito israelo-libanês, o qual ocorre desde o início da década de 1970. Por meio das Resoluções nº 425 e 426, foi criada pelas Nações Unidas a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), cujo propósito, na sua origem, era confirmar a retirada das forças israelenses, restaurar a paz e a segurança internacional e ajudar o Governo do Líbano a garantir o retorno de sua autoridade efetiva na área (ONU, 1978).

Após a delegação da Força Tarefa Marítima passar por sucessivas trocas de comando, em 2010, após o atual comandante italiano anunciar que deixaria o cargo, a ONU teve de buscar um novo comandante para a força naval. A direção da missão foi então ofertada à Indonésia, que declinou. O convite foi feito ao Brasil que assumiu no ano seguinte (PEREIRA, 2015). As justificativas que levaram ao Brasil a participar da operação perpassam desde o campo estratégico, no âmbito da política exterior brasileira, até questões de ordem prática e interna das Forças Armadas (PEREIRA, 2015).

Atualmente, as atividades que a Marinha do Brasil desenvolve no Líbano estão em consonância com a proposta original. Sua missão tem sido a de apoiar a Força Naval do Líbano no patrulhamento e no monitoramento do seu mar territorial por meio de Operações de

Interdição Marítima cujo objetivo é prevenir a entrada de ilícitos transfronteiriços pelo mar em território libanês. Além disso, a Marinha do Brasil trabalha no treinamento de militares da marinha libanesa, por meio de exercícios e atuações conjuntas para que, no futuro, sejam capazes de assumir o controle de suas águas territoriais (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015).

## **UM OLHAR SOBRE OS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

A representação temática em itens elencados, dispostos no art. 4º, implementou uma série de princípios com o objetivo de orientar a condução da política externa do país, tais como:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da Paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (BRASIL, 1988, s.p.)

A primeira e mais dominante relação entre a participação brasileira na UNIFIL e os princípios que norteiam a política externa brasileira se encontra na dimensão existente em volta do conceito específico da paz. De fato, a força da Paz na condução brasileira de suas relações internacionais é um ponto fundamental a justificar a participação brasileira em missões que localizam seu objetivo primário na busca pela paz.

Em conformidade com os princípios brasileiros, a UNIFIL conta com uma íntima relação com o conceito de Paz, inclusive no texto jurídico de sua criação.

Nos artigos da Resolução 425 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o curto dispositivo jurídico que formalizou a Missão de Paz no Líbano em 1978, é citada a criação de uma “força-tarefa com o objetivo de confirmar a retirada das forças israelenses, restaurando a paz e a segurança internacionais e assistindo o Governo do Líbano para assegurar o retorno de sua efetiva autoridade na área” (ONU, 1978, tradução nossa).

Por fim, outro princípio constitucional que pode ser destacado a partir da participação brasileira na UNIFIL é o princípio da “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade” (IX), que remete ao próprio modo de atuação das missões de Paz proporcionadas pelas Nações Unidas.

A partir de 2011, quando o Brasil entra no comando da Força Tarefa Marítima na fronteira libanesa com o objetivo de prover o amparo à Marinha Libanesa em operações de contrabando, além de treinar os militares libaneses e garantir a segurança marítima no sul do país, a atuação brasileira teve como característica a cooperação entre diferentes corpos militares compostos pelos demais países participantes da Missão, como a Alemanha, a Turquia e a França (CANELA, 2017).

Ao todo, os países que contribuem para a Missão de Paz da UNIFIL com o envio de tropas militares totalizam quarenta e seis (UNIFIL, 2018-2021). Esse tipo de cooperação internacional tem como fundamento a participação ativa da política externa brasileira principalmente nas Nações Unidas, uma constante na história da política exterior brasileira, que vê no Conselho de Segurança da ONU um dos principais vetores de participação internacional, sendo um dos países que defende historicamente sua reforma (CERVO; BUENO, 2015).

Ampliando o escopo da análise, percebe-se que não são apenas os princípios presentes na Constituição de 1988 os que podem justificar a presença brasileira no Líbano. Destaca-se, então, a existência de princípios da política exterior brasileira que, embora não estejam positivados no art. 4º, ainda representam importantes vetores que orientam a atividade internacional do país. Dentre esses, Lessa (1998) discute o princípio do universalismo brasileiro, principalmente na sua característica de construção de relações bilaterais no caso brasileiro.

O autor argumenta que o princípio do universalismo, combinado com uma perspectiva pragmática que também define a política externa brasileira ao longo dos anos, constituiu uma importante estratégia para o estabelecimento de relações bilaterais e parcerias estratégicas.

Conforme o Profº Fernando Henrique Eduardo Guarnieri da Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ, a política externa vincula as necessidades e as demandas internas às oportunidades e desafios externos. Assim, a política externa do Brasil visa uma relação entre Estados-nações que tem como objetivo ações políticas no qual intentam alcançar relações com os demais países do mundo, porém, de forma pacífica.

O Brasil se pauta na proteção de seus interesses nacionais, inclusive, segurança nacional e economia por meio de ações pacíficas da cooperação internacional, já que o Brasil não se utiliza de ações mais violentas como a guerra. Por isso para o Profº Fernando Henrique Eduardo Guarnieri da UERJ é necessário avaliar as capacidades diplomáticas do país para projeção de interesses políticos e econômicos, e essa investigação demanda um foco comparativo com

outros países emergentes que também experimentam novos desafios e alavancagens em suas respectivas políticas externas.

O Brasil tem uma tradição da diplomacia e o reconhecimento internacional de ações que priorizam a negociação e o diálogo para resolver conflitos sendo reconhecido como um Estado pacifista, por sempre defender a construção da Paz nas relações internacionais.

Ao aliar os conceitos de universalismo e pragmatismo, dá-se a ideia da capacidade brasileira de estender seus laços diplomáticos com países diversos, a depender dos interesses em jogo. Essa estratégia de construção de relações com atores não-tradicionais é antiga e recorda as características da Política Externa Independente, que comandou a política externa do país nos anos 60. Nesse sentido, o perfil universalista e a busca por novos parceiros figuram como uma característica central “que, juntamente com o pacifismo, o juridicismo e o realismo, constituem a moldura conceitual da *praxis* diplomática brasileira” (LESSA, 1998).

## **O FUTURO DO BRASIL NAS MISSÕES DE PAZ E SUA GRADUAÇÃO NO SISTEMA INTERNACIONAL**

O Brasil, ao assumir o comando da Força Tarefa Marítima da UNIFIL, sendo o primeiro país não integrante da OTAN nesse contexto, transmite uma imagem de credibilidade e alto nível de profissionalismo da Marinha brasileira, e assim o país adquiriu uma certa proeminência no sistema internacional (MARTINS, 2016). As bases da política externa brasileira, no início da sua participação na UNIFIL, eram a cooperação, legitimidade, desenvolvimento e paz mundial em um ambiente de multilateralismo (CANELA, 2017, p. 37) e tal participação se configura como um instrumento do exercício da sua política externa (CANELA, 2017, p. 38).

Contudo, analisando as perspectivas futuras do que a participação brasileira em Missões de Paz como a UNIFIL pode proporcionar ao país, é necessária a ampliação do debate em torno dos princípios de política externa para uma análise que leve em conta os interesses estratégicos brasileiros. Assim, a participação do Brasil nas Missões de Paz de forma geral, é decorrente de vários interesses e benefícios. Esses interesses são classificados em três categorias: internas; bilaterais/regionais; e institucionais.

Os interesses internos referem-se a interesses que a participação em Missões de Paz possa realizar, mas que se localizem no campo da legalidade ou das agências domésticas brasileiras. Isto é, ao se fazer presente, é uma oportunidade para o Brasil cumprir os princípios

do artigo quatro da Constituição Federal de 1988, quais sejam: treinar as Forças Armadas e promover o papel dos militares na sociedade.

A dimensão bilateral/regional refere-se a interesses que as missões podem promover entre o Brasil e o país anfitrião, ou seja, solidarizar-se com o país egresso de conflito; promover o comércio e investimento brasileiros.

Por último, na dimensão institucional, a participação do Brasil nas Missões de Paz aumenta a legitimidade da sua candidatura à vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU); fortalece o multilateralismo e a solução pacífica das controvérsias; maximiza a influência brasileira no CSNU durante biênios eletivos, e, por fim, demonstrar a sua capacidade de mobilização (UZIEL, 2015, p. 120-121).

Nesse sentido:

Alguns países se beneficiam em áreas comerciais e de política bilateral ou regional por sua participação em operações de Paz. Não há exclusão de motivos egoístas (balcão de autoajuda) e humanitários, pelo contrário, há complementaridade entre eles, conforme o caso e país em questão. (KERR, 2015, p. 28)

Nesta perspectiva, o Brasil, enquanto ator pacífico do sistema internacional, ao participar nas missões de Paz, no caso da missão específica sob análise neste artigo, proporciona maior sustentação ao pleito de ocupar um assento permanente no CSNU.

Ademais, essa participação contribui para a política externa brasileira tendo em vista que demonstra o interesse do Brasil no multilateralismo, na defesa da paz e na solução pacífica das controvérsias, além de ampliar a projeção de poder do país no cenário internacional.

Em uma perspectiva do futuro, depois desse longo período de participação na UNIFIL, o Brasil pode obter ganhos econômicos e comerciais.

No que tange aos interesses específicos regionais, relativos à Missão de Paz no Líbano, há o adensamento da relação com os demais países que participam da Missão e o incremento das relações comerciais e de investimentos com o país apoiado. (CANELA, 2017, p. 41),

O próprio Brasil já enxerga as operações de Paz como uma possibilidade de desenvolvimento econômico e social.

Segundo o livro Branco da Defesa:

O Brasil tem sustentado que as operações de Paz devem apoiar-se sobre quatro elementos: segurança, fortalecimento institucional, reconciliação nacional e desenvolvimento. O equilíbrio entre esses elementos é uma das prioridades brasileiras, tanto no debate conceitual que resulta na elaboração das diretrizes da ONU sobre o tema, quanto na atuação das forças brasileiras nessas missões. A atuação brasileira em missões de Paz tem se distinguido, sempre que cabível, pelo empenho

na reconstrução dos países em bases social e economicamente sustentáveis (BRASIL, 2012 s/p).

Nesse contexto, empresas brasileiras como “EMGEPRON, EMBRAER e AVIBRAS podem se beneficiar com o fornecimento de meios navais, terrestres e aéreos, respectivamente, para as forças armadas libanesas” (CANELA, 2017, p. 45).

Além disso:

A Marinha poderia em particular se beneficiar com a construção de navios patrulha oceânicos, que já dispõe de experiência na construção de navios desse tipo que atualmente operam satisfatoriamente no cumprimento da tarefa de controle de área marítima, que é o cerne da questão da operação da FTM (CANELA, 2017, p. 45).

O autor segue afirmando que:

O setor econômico é promissor, posto que as operações conduzidas por navios e aeronaves demonstram a capacidade e a qualidade dos equipamentos empregados pela Marinha e isso se reflete na credibilidade dos equipamentos brasileiros, sendo uma oportunidade cada vez maior para indústrias de defesa do país obterem vantagens comerciais no Líbano (CANELA, 2017, p. 47):

Nesse sentido, pode-se dizer que a continuação da gestão da UNIFIL e a participação das Forças Armadas Brasileiras em outras Missões de Paz é um vetor de grandes benefícios tanto econômico, comercial, quanto militares para o desenvolvimento do país.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No presente artigo, ao pôr em destaque uma perspectiva histórica dos princípios formadores da política externa brasileira, relacionando-os à missão específica da UNIFIL, percebe-se que há um alinhamento relativo em ao menos sete dos dez princípios contidos na Constituição de 1988, além da correspondência de outros princípios historicamente relevantes na política exterior brasileira.

Observa-se a preponderância dos princípios que versam sobre paz, solução de conflitos e soberania, sendo esses diretamente associados à base jurídico-institucional que fundamenta a Missão de Paz no Líbano.

Ao associar os princípios ao caso específico da UNIFIL, a análise nos leva a ampliar o debate da justificativa da participação brasileira na UNIFIL para diferentes tipos de interesses, que não apenas representados pela Constituição Federal.

A partir do entendimento dos princípios de pragmatismo e universalismo, revela-se a existência de justificativas de caráter militar, econômico e estratégico que, somados à correspondência dos princípios analisados, fundamentam a ação política brasileira no Líbano.

Diante do exposto, entende-se que a própria análise dos princípios nos leva a estender o debate para outras frentes, ressaltando que a justificativa para a participação brasileira em Missões de Paz como a UNIFIL requer uma interpretação plural que reúna a historicidade dos princípios que regem a política externa com a atualidade dos interesses estratégicos em questão.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. (Brasília: Ministério da Defesa, 2012). disponível em <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/144> . Acesso em 20 dez. 2021.

CANELA, J. L. F. **A UNIFIL e a sua contribuição para a política externa brasileira**. 2017. TCC – Altos Estudos de Política e Estratégia, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2017.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

KERR, G. S. **A participação da Marinha do Brasil na Missão de Paz da ONU no Líbano: implicações político-estratégicas**. 2015. 76 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Política e Estratégia Marítima) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/30048>. Acesso em 08 Fev 2022.

LESSA, A. C. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, p. 29-41, 1998. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5243/1/ARTIGO\\_DiplomaciaUniversalistaBrasil.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5243/1/ARTIGO_DiplomaciaUniversalistaBrasil.pdf). Acesso em 08 Fev. 2022.

MARTINS, A. C. R. **A UNIFIL, o Brasil e seus condicionantes de defesa**. Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2016.

ONU. **Resolution 425**, 1978. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/425> . Acesso em 08 Fev 2022.

PEREIRA, K. N. F. **A participação do Brasil na Força Interina das Nações Unidas no Líbano**. 2015. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17184/1/2015\\_KarlaNayraFernandesPereiKa\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17184/1/2015_KarlaNayraFernandesPereiKa_tcc.pdf) . Acesso em 08 Fev. 2022.

POLÍTICA EXTERNA, REGIONALISMO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. Disponível em: <http://www.sr2.uerj.br/capesprint/index.php/temas-e-projetos/11-tema-4/30-politica-externa-regionalismo-e-cooperacao-internacional>. Acesso em 4 Jan 2022.



UNIFIL. **Infographics.** 2018-2021. Disponível em:  
<https://unifil.unmissions.org/infographics> . Acesso em 10 Fev 2022.

UZIEL, E. **O Conselho de Segurança, as Missões de Paz e o Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015. Disponível em: [https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-210-Conselho\\_de\\_seguranca\\_as\\_missoes\\_de\\_paz\\_e\\_o\\_brasil\\_no\\_mecanismo\\_de\\_seguranca\\_coletiva\\_das\\_nacoes\\_unidas\\_o](https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-210-Conselho_de_seguranca_as_missoes_de_paz_e_o_brasil_no_mecanismo_de_seguranca_coletiva_das_nacoes_unidas_o). Acesso em 8 Fev 2022.

# CAPÍTULO 5

## DO FORDISMO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Susana Da Costa Mota  
Rodson Oldani Casanova  
Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad  
Diovane Da Rosa Dill  
Luciana De Aguilar Belizio

### RESUMO

Ao longo dos séculos ocorreram grandes transformações no mundo do trabalho que estão diretamente relacionadas aos modos de produção vigentes em cada época específica. Este artigo de revisão bibliográfica propõe considerar a relação estabelecida abordando as transformações no mundo do trabalho e refletindo sobre seus impactos na sociedade. Tem como objetivos específicos: I- Apresentar brevemente a história dos modelos de produção; II-Abordar a categoria trabalho; III-Analisar a construção do trabalho assalariado, e; IV- Refletir sobre as formas de dominação e resistência nos conflitos do trabalho impostos pelos modos de produção. O estudo visa atingir seus objetivos através de uma pesquisa qualitativa bibliográfica descritiva

**PALAVRAS-CHAVE:** Modos de Produção; Trabalho; Transformações; Conflitos.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Do sistema feudal ao capitalismo contemporâneo houve modificações significativas na concepção da categoria trabalho e quando ocorreu a construção do trabalho assalariados conflitos impostos pelos modos de produção refletiram em transformações que impactaram profundamente as sociedades até os dias atuais.

Porém cabe lembrar que história dos modelos de produção remonta às histórias das grandes indústrias automobilísticas do século XIX, pois após um período artesanal correspondente a uma demanda proveniente das categorias sociais afortunadas e abonadas as montadoras adotaram a “produção em massa”, que permitia alargar o mercado para toda a população.

Enquanto Taylor dedicou-se a chamada administração científica, onde procurava racionalizar o trabalho humano, melhorando tempos e movimentos, a organização do trabalho no sistema Toyota de produção, quanto às relações industriais e à relação salarial, era muito diferente em relação aos modelos ocidentais, com características que foram conquistadas a partir de mobilizações trabalhistas.

Na década de 1970, com a recessão econômica causada pela crise do petróleo, os capitalistas desenvolveram novas formas de trabalho, visando diminuir os custos de produção e aumentar seus ganhos. Começaram, então, a surgir formas de flexibilização do trabalho e do mercado que tem a ver com a busca desenfreada por mais lucro.

Essa flexibilização ou acumulação flexível, se refere aos processos que o mundo do trabalho vem sofrendo no âmbito da produção, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Todos estes são baseados na inovação e na contraposição aos padrões fordistas de acumulação que ainda impactam as relações trabalhistas e transformam o mundo do trabalho.

## **A HISTÓRIA DOS MODELOS DE PRODUÇÃO**

Frederick Winslow Taylor (1856-1915) foi um engenheiro americano, que após ser operador de máquina, chefe de manutenção e engenheiro chefe de uma indústria de aço norte americana, conhecia todas as funções dentro de uma unidade operacional. Esse conhecimento prático, aliado à observação e ao estudo das práticas de trabalho, o levou a elaborar sua teoria (LUZ, 2015).

Após os primeiros estudos, Taylor publicou em 1903 o livro *Shop Management* (Administração de Oficinas) em que expunha as seguintes ideias:

- Salários altos e baixos custos de produção;
- Aplicação de métodos científicos para formular princípios e estabelecer processos padronizados;
- Os empregados devem ser postados, cientificamente, em postos dotados de materiais e condições adequados para o cumprimento de normas;
- Os empregados têm de ser, cientificamente, treinados para aperfeiçoar aptidões e executar tarefas que lhes permitam os mais elevados níveis de produção;
- Cooperação entre a administração e os trabalhadores.

A visão de Taylor era estritamente operacional, por isso começou seus estudos pelo trabalho do operário, seguindo um caminho de baixo para cima e das partes para o todo. Taylor percebeu que os trabalhadores desenvolviam o mesmo trabalho, porém em intensidades diferentes. Assim, entendeu que, se o trabalho de cada um fosse regulado de modo lógico, como as máquinas, haveria maior produtividade. Porém, o modelo taylorista não foi pensado para a produção em massa (LUZ, 2015).

Já o modelo proposto por Henry Ford, engenheiro mecânico estadunidense fundador da Ford Motor Company, ficou conhecido como fordismo. Enquanto no taylorismo o controle do tempo e do movimento se dava a partir do rendimento individual, no fordismo o controle do tempo e do movimento era determinado pelas máquinas, surgindo assim, a linha de montagem contínua. Com a linha de montagem, o trabalho ia aos homens, ao invés dos homens irem ao trabalho (LUZ, 2015).

Algumas contribuições da era Ford são:

- ✓ Padronização produção em massa com elevado grau de padronização;
- ✓ Análise de tempos e métodos- racionalização taylorista do trabalho, alto grau de especialização;
- ✓ Grande desenvolvimento da pesquisa científica dentro da indústria;
- ✓ Desenvolvimento regional através de bons salários- salários elevados e crescentes, incorporando ganhos de produtividade;
- ✓ Desenvolvimento de processos industriais- desenvolvimento da mecanização, utilizando equipamentos especializados.

Porém, devido à inflexibilidade e pouca sensibilidade para as mudanças em curso no mercado consumidor e, ainda, guiando-se no “One Best way”, em 1939, Henry Ford perdeu a liderança para a General Motors que, a partir da gestão de Sloan, sai da estratégia Volume e vai para a estratégia Volume e Diversificação (LUZ, 2015).

Simultaneamente na indústria automobilística do Japão dois modelos de produção emergiam o modelo toyotista, da Toyota, que privilegiava a redução dos custos com volumes constantes e o modelo hondista da Honda, baseado em estratégias de lucros totalmente diferente, ancorada na inovação e flexibilidade. Porém estes dois modelos foram mesclados indevidamente, considerando que eles opunham-se em pontos essenciais, sob a designação de leanproduction(BOYER; FREYSSNET, 2000).

Contudo a notável performance dos dois modelos não impediu o desenvolvimento do modelo slonista que a Wolkswagen adotou a partir de 1974, o qual explorou com sucesso as possibilidades num contexto de mercados em mudanças (BOYER; FREYSSNET, 2000).

No entanto, Boyer e Freyssenet ressaltam que os modelos de produção não ficaram restritos apenas às indústrias automobilísticas, eles foram amplamente adaptados e disseminados por todos os ramos industriais e, posteriormente, suas estratégias e métodos foram alcançando os diversos tipos de organizações de serviço econômicos e comerciais, porém até

mesmo a grande Toyota, com seu modelo toyotista, conheceu uma grande crise de trabalho em 1990 que a obrigou a proceder desde então a substanciais transformações em seu modelo de produção (BOYER; FREYSSNET, 2000).

Economistas enunciaram as condições particularmente difíceis de se reunir para uma homogeneização mundial dos mercados, e insistiram na probabilidade de ocorrerem, no mínimo, numerosas variantes do novo modelo. Historiadores lembravam o fracasso do transplante do sistema fordista para fora dos Estados Unidos no período entre as duas guerras e a lucratividade durante muito tempo superior dos modelos de produção, começou a se pensar que todo modelo tem condições de possibilidades que limitam a sua difusão. Sociólogos contestavam que o *leanproduction* pudesse deslanchar uma inversão duradoura da divisão do trabalho entre a concepção e a execução, e mudar radicalmente o conteúdo do trabalho, pois as regras metodológicas essenciais não eram respeitadas nas comparações entre as empresas, assim, um dispositivo formalmente idêntico, como o trabalho em grupo, por exemplo, podia de fato preencher funções e visar objetivos diferentes conforme as empresas, o que impedia concluir sobre a difusão do trabalho em grupo que a *leanproduction* supostamente caracterizava. Sendo assim a pluralidade dos modelos de produção é um obstáculo determinante para a difusão de um modelo que “seria o único suscetível” de assegurar a lucratividade das indústrias (BOYER; FREYSSNET, 2000).

No final dos anos 70 já se podia identificar e analisar os principais problemas que as empresas automobilísticas tinham, tanto na área do mercado quanto na área do trabalho, e as soluções que elas haviam experimentado dar-lhes. Sendo possível analisar as condições comuns ou diferentes nas quais elas tiveram que ser lucrativas e compreender o direcionamento que deram às mudanças que operaram, quer em matéria de política produtiva, quanto de organização produtiva e de relação salarial (BOYER; FREYSSNET, 2000).

Sendo assim, fica marcante a diversidade renovada das condições macroeconômicas e sociais nas quais evoluem os modelos de produção, suas escolhas estratégicas e seus sistemas, além de certas convergências aparentes ou transitórias.

Contudo esta diversidade contextual, estratégica e sócio-produtiva não conduz em fazer de cada empresa um caso particular, arruinando a própria ideia do modelo, ao contrário, se caracteriza por processos, dentre os quais destaca-se as relações trabalhistas que os diferem.

## A CATEGORIA TRABALHO

Em *Adeus ao Trabalho?* Ricardo Antunes tem como objetivo central fazer um “forte questionamento ao significado da categoria trabalho, problematizar, polemizar e mesmo contestar as teses que defendiam o fim da centralidade do trabalho no mundo capitalista contemporâneo” (ANTUNES, 2006, p.9).

Em *Marx e a pedagogia moderna*, Mario Manacorda afirma que “trabalho é, em Marx, termo historicamente determinado, que indica a condição da atividade humana no que denomina economia política” (MANACORDA, 2010, p.58) ou seja, a sociedade fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção e a teoria ou ideologia que a expressa. Portanto, para Marx o trabalho é uma expressão negativa, pois:

É a essência subjetiva da propriedade privada e está frente ao trabalhador como propriedade alheia, a ele estranha, é prejudicial e nociva; ainda mais, sua própria realização aparece como privação do operário, pois, na medida em que a economia política oculta a alienação que está na essência do trabalho, a própria relação da propriedade privada contém o produzir-se da atividade humana como trabalho e, portanto, como uma atividade humana completamente estranha a si mesma, completamente estranha ao homem e à natureza e, assim, à consciência e à vida (MANACORDA, 2010, p.58).

Segundo Manacorda, Marx acaba resumindo essa determinação do trabalho “na qual a manifestação de vida é essa mesma expropriação de vida, pela formulação, peremptória e inequívoca, de que o trabalho é o homem que se perdeu a si mesmo” (MARX, 1952, *apud* MANACORDA, 2010, p.58).

Para Polanyi trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria, portanto devem ser organizados em mercados que formam uma parte vital do sistema econômico (POLANYI, 2000). Mas considerando a definição empírica de mercadoria, o autor ressalta que o trabalho, a terra e o dinheiro não são mercadorias, pois:

Trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia (POLANYI, 2000, p.94).

Segundo Polanyi a força de trabalho etiquetada “como mercadoria” não pode ser usada sem afetar o indivíduo humano, pois ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema dispõe também da entidade física, psicológica e moral do "homem" ligado a essa etiqueta e assim, “despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos

sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome”(POLANYI, 2000, p.95).

Por isso, o autor afirma que é inconcebível uma economia de mercado que não incluía um mercado de trabalho. Polanyi refleti sobre a dificuldade que foi estabelecer uma economia de mercado na civilização rural e tradicional da Inglaterra lembrando que o mercado de trabalho foi o último dos mercados a ser organizado sob o novo sistema industrial, no qual as vantagens econômicas de um mercado livre de trabalho não puderam compensar a destruição social que ele acarretaria, pois “tiveram que ser introduzidas regulamentações de um novo tipo para mais uma vez proteger o trabalho, só que, agora, contra o funcionamento do próprio mecanismo de mercado”(POLANYI, 2000, p.95).

É nesse ponto que Polanyi ressalta o papel das novas instituições protetoras (sindicatos e leis fabris), que mesmo sendo adaptadas às exigências do mecanismo econômico, interviriam com a sua auto regulação e destruiriam o sistema, dentre as quais o autor enfatiza a *Speenharland Law* ou "sistema de abonos" como tentativa de reforçar poderosamente o sistema paternalista da organização de trabalho na Inglaterra em 1795, “quando juízes numa época de grande perturbação, decidiram conceder abonos, em aditamento aos salários, de acordo com uma tabela que dependeria do preço do pão”(POLANYI, 2000, p.100).

Porém, embora a *Speenharland Law* assegurasse ao pobre uma renda mínima independente dos seus proventos, ela introduzia “uma inovação social e econômica que nada mais era que o "direito de viver" e, até ser abolida, em 1834, impediu efetivamente o estabelecimento de um mercado de trabalho competitivo”(POLANYI, 2000, p.100) sendo considerada pelo autor uma armadilha mortal, pois o sistema de salários teria que se tornar universal no interesse dos próprios assalariados privando-os da sua exigência legal à subsistência. Pois com a *Speenharland Law*:

O indivíduo recebia assistência mesmo quando empregado, se seu salário fosse menor do que a renda familiar estabelecida pela tabela. Ora, nenhum trabalhador tinha qualquer interesse material em satisfazer seu empregador, uma vez que a sua renda era a mesma qualquer que fosse o seu salário (POLANYI, 2000, p.101).

Consequentemente, “em poucos anos a produtividade do trabalho começou a declinar até o nível do trabalho indigente, oferecendo aos empregadores mais um motivo para não elevar os salários além da tabela”(POLANYI, 2000, p.101) quase que inutilizando o trabalho fazendo com que “o respeito próprio do homem comum descresse a um nível tão baixo a ponto dele preferir a assistência aos pobres ao salário”(POLANYI, 2000, p.102).

Portanto, Polanyi enfatiza a incompatibilidade mútua entre instituições tais como o sistema de salários e o "direito de viver", afirmando que há a impossibilidade do funcionamento de uma ordem capitalista enquanto os salários fossem subsidiados por fundos públicos. O autor afirma que um mercado de trabalho competitivo só foi estabelecido na Inglaterra após 1834 e conjuntamente, a autoproteção da sociedade se manifestou, assim surgiram leis fabris e uma legislação social como movimentação política e industrial da classe trabalhadora que visava evitar os perigos do mecanismo de mercado em um conflito fatal com a auto regulação do sistema(POLANYI, 2000).

Manacorda ressalta ainda que, ao discutir tal relação, Marx emprega, às vezes, também o termo trabalho junto ao de vida produtiva ou atividade vital humana, mas, em geral, o faz exatamente para especificar que essa atividade, que como atividade livre consciente, “é o caráter específico do homem, se encontra, nas condições da economia política, degradada a meio para a satisfação de uma necessidade” (MARX, 1952, *apud* MANACORDA, 2010, p.59).

O autor afirma que em *A ideologia alemã* trabalho, para Marx, acrescentará, recolocando, como já o fizera nos *Manuscritos de 1844*, o processo histórico da alienação, tendo perdido toda aparência de manifestação pessoal sendo a única forma possível, embora negativa, da manifestação pessoal. Assim “o trabalho subsume os indivíduos sob uma determinada classe social, predestina-os, desse modo, de indivíduos a membros de uma classe: uma condição que apenas poderá ser eliminada pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho” (MANACORDA, 2010, p.59).

Manacorda ressalta que esse é o sentido negativo do conceito de trabalho em Marx, pois o produzir da atividade humana como trabalho (alienado) é um resultado histórico, devido à divisão originária do trabalho, assim o problema para Marx, segundo Manacorda, seria o de voltar a abolir a divisão do trabalho, isto é, a atividade humana como tem sido até hoje. Sendo assim, a divisão do trabalho, embora tenha dividido o homem e a sociedade humana, ainda tem sido a forma histórica do desenvolvimento da sua atividade vital, da sua relação-domínio sobre a natureza (MANACORDA, 2010).

## **A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO**

Robert Castel nos ajudada a refletir sobre a condição de assalariamento, afirmando que:

Foram necessários séculos de sacrifícios, de sofrimentos e de exercício da coerção- a força da legislação e dos regulamentos, a coerção da necessidade e também da fome- para fixar o trabalhador em sua tarefa e nela conservá-lo através de um leque de vantagens “sociais” que vão qualificar um status constitutivo da identidade social (CASTEL, 1998, p.593).



Conforme Castel, “este caráter irreversível da mudança também pode ser compreendido a partir do processo que instalou o salariado no coração da sociedade” (CASTEL, 1998, p.593). Porém o autor ressalta que “é preciso receber com muitas reservas as declarações sobre “a morte da sociedade salarial” afinal a sociedade atual ainda é uma sociedade salarial, pois embora ainda há uma ânsia em ultrapassar o salariado rumo a formas mais conviviais de atividade, para as populações que dependem de um contrato de trabalho, todo movimento que desemboca na sociedade salarial é consistido em superar a friabilidade da ordem contratual para conquistar um *status*, isto é, “um valor acrescentado em relação à estrutura propriamente contratual da relação salarial”(CASTEL, 1998, p.600) e, conforme Castel, esses acréscimos em relação a um “puro” contrato de trabalho atuaram como redutores dos fatores de individualismo negativo.

Para o autor a relação de trabalho escapa progressivamente da relação personalizada de subordinação do contrato de aluguel e a identidade dos assalariados depende da uniformidade dos direitos que lhe são reconhecidos por um *status* (coletivo) que “encontra-se alojado num contrato de trabalho (autônomo e individual) pela submissão desse contrato a uma ordem pública (heterônoma e coletiva)” (CASTEL, 1998, p.600).

Sendo assim, na discussão sobre a articulação complexa dos coletivos, das proteções e dos regimes de individualização, as transformações que se dão no sentido de maior flexibilidade, tanto no que se refere ao trabalho quanto ao extratrabalho possui um caráter irreversível, pois a segmentação dos empregos do mesmo modo que o irreversível aumento dos serviços, acarreta a individualização dos comportamentos no trabalho distinto das regulações coletivas da organização fordista, então, segundo Castel, já “não basta mais saber trabalhar, é preciso saber, tanto quanto, vender e se vender”(CASTEL, 1998, p.601), assim o indivíduo é levado a definir ele próprio, sua identidade profissional e a fazer com que seja reconhecida uma interação que mobiliza tanto um capital pessoal quanto uma competência técnica geral.

Polanyi aborda o mercado auto regulável e as mercadorias fictícias (trabalho, terra e dinheiro) ressaltando que para compreender inteiramente o que isto significa, era importante voltar ao sistema mercantil e aos mercados nacionais que ele tanto concorreu para desenvolver. Durante o feudalismo e o sistema de guildas, a terra e o trabalho formavam parte da própria organização social, pois o dinheiro ainda não havia se desenvolvido no elemento principal da indústria. A terra era o elemento crucial da ordem feudal (era a base do sistema militar, jurídico, administrativo e político) e seu *status* e função eram determinados por regras legais e costumeiras que ficavam à parte da organização de compra e venda, e sujeitas a um conjunto inteiramente diferente de regulamentações institucionais, assim como a organização do trabalho

que fosse através de estatutos, como na Inglaterra, ou fosse através de "nacionalização" das guildas, como na França, como sob qualquer outro sistema econômico na história anterior, "as motivações e as circunstâncias das atividades produtivas estavam inseridas na organização geral das sociedades" (POLANYI, 2000, p.91).

Polanyi relembra que "as relações do mestre, do jornaleiro e do aprendiz; as condições do artesanato; o número de aprendizes; os salários dos trabalhadores, tudo era regulamentado pelo costume e pelas regras da guilda e da cidade" (POLANYI, 2000, p.91) e que o sistema mercantil, com toda a sua tendência à comercialização, apenas unificou essas condições, mas jamais atacou as salvaguardas que protegiam estes dois elementos básicos da produção, trabalho e terra, impedindo-os de se tornarem objetos de comércio.

Ricardo Antunes afirma que numa sociedade produtora de mercadorias o trabalho segue central, enquanto no trabalho abstrato e no trabalho concreto o valor de uso e o valor de troca seguem centrais (ANTUNES, 1995).

Antunes afirma que no universo da sociabilidade humana não parece plausível conceber a extinção do trabalho social, enquanto criador de valores de uso, coisas úteis, forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, então é possível visualizar a eliminação da sociedade do trabalho abstrato (ação que está naturalmente articulada com o fim da sociedade produtora de mercadorias), pois "uma coisa é conceber, com a eliminação do capitalismo, também o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado; outra, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto" (ANTUNES, 1995).

Segundo Antunes o trabalho tem um estatuto ontológico central na vida humana e do ponto de vista da organização política, revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho e se articulam a outras modalidades de luta social (ANTUNES, 1995). Sendo assim, a heterogeneidade não impossibilita a ação conjunta na classe-que-vive-do-trabalho.

## **AS FORMAS DE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA NOS CONFLITOS DO TRABALHO IMPOSTOS PELOS MODOS DE PRODUÇÃO.**

David Harvey analisa a passagem da modernidade à pós modernidade e começa lembrando que a derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiram no período pós-guerra imediato preparou o terreno político para os tipos de controle do trabalho e de compromisso que possibilitaram o fordismo, pois o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público em setores vitais

para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno (HARVEY, 1992).

Harvey afirma que os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. Mas as formas de intervencionismo estatal variavam muito entre os países capitalistas avançados, governos nacionais de tendências ideológicas bem distintas criaram tanto um crescimento econômico estável como um aumento dos padrões materiais de vida através de uma combinação de estado do bem-estar social, administração econômica keynesiana e controle de relações de salário (HARVEY, 1992).

Segundo Harvey, quando Henry Ford introduziu o dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros ele estabeleceu a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, ou seja, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1992).

Os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida. Porém o fordismo se disseminou desigualmente, à medida que cada Estado procurou seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público, limitados: internamente apenas pela situação das relações de classe; externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de cambio fixada com base no dólar (HARVEY, 1992).

Harvey ressalta que as desigualdades resultantes produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos, movimentos que giravam em torno da maneira pela qual a raça, o gênero e a origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado. Essas desigualdades eram particularmente difíceis de manter diante do aumento das expectativas, alimentadas em parte por todos os artifícios aplicados à criação de necessidades e à produção de um novo tipo de sociedade de consumo (HARVEY, 1992).

Assim, segundo Harvey, a expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em

que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder (HARVEY, 1992).

Harvey lembra que o longo período de expansão de pós guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas do controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e esse conjunto pode ser chamado de fordista-keynesiano, e o colapso desse sistema iniciou um período de rápida mudança, fluidez e incertezas. Porém o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra "rigidez", porém havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam a flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes(HARVEY, 1992).

Além disso, a forte deflação de 1973-1975 indicou que as finanças do Estado estavam muito além dos recursos, criando uma profunda crise fiscal e de legitimação. A falência técnica da cidade de Nova Iorque em 1975ilustrou a seriedade do problema que a obrigou a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho (HARVEY, 1992).

Harvey afirma que no espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta, a acumulação flexível, que é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Ela envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 1992).

Segundo Harvey a acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego "estrutural" (em oposição a "ficcional"), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical, uma das colunas políticas do regime fordista, pois os patrões tiraram proveito do

enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 1992).

Segundo o autor, o propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa. Sistemas como "nove dias corridos" ou jornadas de trabalho que têm em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução da demanda, vêm se tornando muito mais comuns. Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores "centrais" e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins (HARVEY, 1992).

Evidentemente, isso não mudou de maneira radical os problemas, surgidos nos anos 60, dos mercados de trabalho "duais" ou segmentados, mas o reformulou segundo uma lógica bem diferente. A luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado e competitivo que atende às encomendas do capital multinacional. Os efeitos são duplamente óbvios quando consideramos a transformação do papel das mulheres na produção e nos mercados de trabalho. Não apenas as novas estruturas do mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente "demitíveis" pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação permite o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa (HARVEY, 1992).

Harvey salienta ainda que a transição para a acumulação flexível foi marcada, na verdade, por uma revolução no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho num período em que o movimento de mulheres lutava tanto por uma maior consciência como por uma melhoria das condições de um segmento que hoje representa mais de 40% da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados (HARVEY, 1992).

É preciso considerar, porém, se essas mudanças assinalam o nascimento de um novo regime de acumulação capaz de conter as contradições do capitalismo durante a próxima

geração ou se marcam uma série de reparos temporários, constituindo assim um momento transicional de dolorosa crise na configuração do capitalismo do final do século XX. Há sempre o perigo de confundir as mudanças transitórias e efêmeras com as transformações de natureza mais fundamental da vida político-econômica. Mas os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra são suficientemente significativos para tornar a hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado regime de acumulação "flexível" (HARVEY, 1992).

Porém, para o autor, não está claro se os novos sistemas de produção e de marketing, caracterizados por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, de mobilidade geográfica e de rápidas mudanças práticas de consumo garantem ou não o título de um novo regime de acumulação nem se o renascimento do empreendimento e do neoconservadorismo, associado com a virada cultural para o pós-modernismo, garante ou não o título de um novo modo de regulamentação. O fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total. Produção em massa significava padronização do produto e consumo de massa, o que implicava toda uma nova estética e mercadificação da cultura que muitos mais tarde considerariam prejudicial à preservação da ética do trabalho e de outras supostas virtudes capitalistas (HARVEY, 1992).

Edward Thompson também contribui para refletir sobre as formas de “contestação” e “controle” dos trabalhadores e trabalhadoras, lembrando que a orientação de tempo nas sociedades camponesas sendo descrita como orientação de tarefas, ainda é importante em atividades como a pesca, a atividade pastoreira, as atividades domésticas entre outras que possuem ritmo de trabalho “natural”, na qual o trabalhador “parece cuidar do que é uma necessidade”, pois há pouca separação entre trabalho e vida as relações sociais e o trabalho são misturados o trabalho se prolonga o dia se prolonga ou se contrai de acordo com a tarefa, sem o senso de conflito entre passar trabalho e o passar do dia” e essa medição incorpora uma relação simples:

Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu próprio tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta (THOMPSON, 1998, p.272).

Ao descrever a história do relógio, Thompson analisa a atenção dada ao tempo no trabalho dependendo em grande parte da necessidade de sincronização do trabalho, contudo quando os homens detinham o controle de sua vida produtiva o padrão do trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e ociosidade, assim como é hoje em dia com os

trabalhadores autônomos, pois esse é o problema que os países do mundo em desenvolvimento devem enfrentar em seu crescimento, pois espera-se que atente-se “aos modelos convenientes e manipuladores, que apresentam as massas trabalhadoras apenas como uma força inerte de trabalho”(THOMPSON, 1998, p.302)

Para Thompson “não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura”(THOMPSON, 1998, p.504). O autor afirma que até meados do século XIX, o debate foi a favor do trabalho remunerado semanalmente, suplementado pelo trabalho por tarefas quando havia necessidade, ressaltando que “o trabalho mais árduo e prolongado era o da mulher do trabalhador rural”(THOMPSON, 1998, p.288), que tolerava tal ritmo porque o considerava necessário e inevitável e não como uma imposição externa.

Tais ritmos irregulares de trabalho ajudaram Thompson a compreender a severidade das doutrinas mercantilistas quanto à necessidade de manter os salários baixos para prevenir o ócio, lembrando que apenas na segunda metade do século XVIII os incentivos salariais do capitalismo começaram a ser efetivos (THOMPSON, 1998).

Richard Sennett enaltece a discussão sobre as formas de controle dos trabalhadores na contemporaneidade, afirmando que “a expressão "capitalismo flexível" descreve hoje um sistema que é mais que uma variação sobre um velho tema” (SENNETT, 2010, p.9), enfatizando a flexibilidade, atacando as formas rígidas de burocracia e os males da rotina cega, ou seja, “pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais”(SENNETT, 2010, p.9).

Para Sennet isto muda o próprio significado do trabalho, assim como de palavras como *carreira* e *job* por exemplo, que sendo originalmente da língua inglesa, acabaram sendo aplicadas ao trabalho, pois “o capitalismo flexível bloqueou a estrada reta da carreira, desviando de repente os empregados de um tipo de trabalho para outro” (SENNETT, 2010, p.9) e a flexibilidade traz de volta o sentido arcano de *job*, “na medida em que as pessoas fazem blocos, partes de trabalho, no curso de uma vida” (SENNETT, 2010, p.9).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As grandes transformações no mundo do trabalho estão diretamente relacionadas aos modos de produção vigentes em cada época específica, corroborando para a evolução no conceito de trabalho ao longo do tempo, juntamente com a emergência de se pensar novos

modelos de gestão, onde as relações do trabalho são indispensáveis para o sucesso organizacional.

Essa transição foi iniciada com a transição do fordismo para o pós-fordismo, na qual a contraposição ao paradigma fordista de rigidez e “engessamento” da produção e da relação entre empregador e empregado gerou a deteriorização pela “flexibilidade”, e adotou aspectos rejeitados pelo taylorismo, os trabalhos manuais e intelectuais ao mesmo tempo.

A crise do modelo fordista deu início a alterações na forma de gerir e na relação entre empregador e empregado. O modelo fordista prezava pelo aumento contínuo da produtividade, logo, a forma de gestão era caracterizada pela centralização do processo de tomada de decisão e o empregado era visto apenas como uma máquina. O que levou a nova geração de trabalhadores a se negarem a reproduzir um trabalho de repetição e sem sentido.

A partir da ruptura com o fordismo, o pós-fordismo iniciou um novo momento de valorização da relação empresa-empregado, que passou a não ser mais considerado como máquina e sim como parte estratégica para o desenvolvimento organizacional.

Na década de 70 o toyotismo e o volvismo buscaram a flexibilização da produção e parceria entre as partes envolvidas, assim o trabalhador ganhou espaço e tornou-se multiquilificado, polivalente e multifuncional, enquanto o gerenciamento participativo ponderou no *leanproduction*, até meados da década de 1990.

Atualmente, a preocupação da sociedade deslocou-se das condições de trabalho para a preservação do emprego, pois os avanços da informática, da cibernética, da automação e dos processos de reengenharia, aliados a competição cada vez mais acirrada entre as empresas que operam globalmente, contribuíram para a diminuição da oferta de vagas, fazendo com que a finalidade das relações trabalhistas se deslocassem no sentido de atuar como mantenedora delas.

No entanto, em 2017 a aprovação das leis 13.429/17 (BRASIL, 2017a) e 13.467/17 (BRASIL, 2017b) propuseram a terceirização e a reforma trabalhista como a “modernização” de pontos fundamentais das leis trabalhistas brasileiras, “adequando-as aos modernos modelos de produção” conferindo maior flexibilidade às relações de trabalho, mesmo sabendo que na grande maioria das organizações o regime fordista ainda é totalmente centralizado.



## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Cap.10-Fim do trabalho? (ou as novas formas do trabalho material e imaterial). **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <https://www.docdroid.net/beiO96M/ricardo-antunes-adeus-ao-trabalho-literaturasocialista-pdf#page=6>. Acesso em 12 Abr 2022
- BONAT, Débora. **Metodologia da pesquisa**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.
- BOYER, Robert; FREYSSINET, Michel. O mundo que mudou a máquina- Síntese dos trabalhos do Gerpisa 1993-1999. **Nexos Econômicos**, CME-UFBA, volume II, nº1, outubro de 2000.
- BRASIL. **Lei nº 13.429**, de 31 de março de 2017a. Acessado em: 12 de agosto de 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm). Acesso em 01 Abr 2022.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017b. Acessado em: 12 de agosto de 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm). Acesso em 02 Abr 2022.
- BRAVERMAN, Harry. Parte I-Trabalho e gerência. In: BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- CASTEL, Robert. O individualismo negativo. In: CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de pesquisa**. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2002.
- HARVEY, David. Cap.9-Do fordismo à acumulação flexível. In: HARVEY, David. A condição pós-moderna. **Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992. Disponível em: [https://www.academia.edu/31738097/David\\_Harvey\\_A\\_condi%C3%A7%C3%A3o\\_p%C3%B3s\\_moderna.\\_Livro\\_COMPLETO](https://www.academia.edu/31738097/David_Harvey_A_condi%C3%A7%C3%A3o_p%C3%B3s_moderna._Livro_COMPLETO). Acesso em 27 Mar 2022.
- LUZ, Daniel Fonseca da. **Operações industriais**. Canoas. Editora ULBRA, 2015.
- MANACORDA, Mario. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, Editora Alínea, 2010.
- POLANYI, Karl. Introdução; Cap.6-O mercado auto-regulável e as mercadorias fictícias: trabalho, terra e dinheiro; Cap.7- Spenhamland, 1795. In: POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- THOMPSON, Edward Palmer. Cap.6-Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

# CAPÍTULO 6

## EXPANSÃO DO ISLAMISMO NO EGITO ANTIGO E NORTE DA ÁFRICA

**Juliano Fabrício Antunes**  
**Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad**

### RESUMO

Esse texto artigo de revisão do surgimento e expansão do Islamismo na África do Norte e Egito, buscando, através da descrição de datas e locais, levar o leitor a entender os diferentes momentos políticos e sociais vivenciados pelo sistema que ali se implantava, bem como, e principalmente, revelando a luta pelo poder que se instala, entre os diversos seguidores dos preceitos de Alah, que se dividem, de uma forma geral, em sunitas e xiitas, fundando varias dinastias antagônicas e não raras vezes, entre os nativos (berberes) que relutavam em submeter-se a ideologia do invasor. A compreensão desse contexto estruturante do islamismo nos auxilia a entender a configuração atual desses espaços, cuja constituição histórica apresentamos nesse artigo.

**PALAVRAS CHAVE:** Islamismo: expansão; Egito Antigo; Norte da África.

### O ISLAMISMO NO EGITO

No início do séc. VII eram menos de uma centena de muçulmanos que se reuniam em Meca para fundamentarem a crença do Islã.

Adeptos de Maomé (Mohammad) que segundo a lenda recebeu de um anjo a revelação contidas posteriormente no Corão, eram a princípio integrantes de caravanas de comerciantes e berberes que juntos com suas especiarias levaram a outros povos também sua nova religião. Nos cinco séculos seguintes, apesar de inúmeras rivalidades tribais e disputas pelo poder disseminou-se sobre vastos territórios alcançando quase toda a África bem como porções significativas da Europa e da Ásia configurando-se no que os historiadores denominaram como “era Islâmica”.

Sobre a formação da religião de Maomé, Wells, destaca o apoio de Abu Bakr: “Quem verdadeiramente corporificou o espírito do Islã não foi Maomé, mas seu velho amigo, sogro e adepto Abu Bakr; se Maomé foi a inteligência e imaginação do primitivo Islã, Abu Bakr foi sua consciência e vontade. Quando Maomé vacilava, o amigo o fortalecia e sustentava”(WELLS, HG, 1988. p. 17).

Deve-se a edificação do império Islâmico a um exército de guerreiros nômades, liderados por mercadores familiarizados com a cultura e o espaço geográfico dos territórios

conquistados, entretanto, a partir da ocupação definitiva, impôs-se a eles a língua, o sistema religioso e a autoridade governamental islã, visto que “Além da religião, os árabes transmitiam sua língua a qual se tornaria a principal língua administrativa literária e científica de todo o mundo muçulmano e ofereciam sua poesia e concepções estéticas” (EL FASI, HRBEK,2011, p.4)

Para alguns historiadores, seria errôneo conceber a civilização muçulmana como um simples conjunto de empréstimos culturais; se em um primeiro momento, alguns elementos étnico-culturais dos povos conquistados foram adotados pelo conquistador nas relações de poder, fundiram-se gradativamente, ampliados e desenvolvidos até a adoção das formas islãs originais vigentes. Estimulando ou impondo a ideologia muçulmana nos planos científicos, tecnológicos, religiosos e artísticos, configurou-se o universalismo- a nova ordem social.

O Egito e a África do Norte foram assimilados ao império Muçulmano na primeira onda de conquistas. O Egito, embora afastado do califado, foi transformado em centro do império dos fatímidas, e sendo importante entreposto comercial entre o mediterrâneo e o Oceano Índico, transformou-se em grande centro cultural árabe. Também foi o ponto de partida para a conquista do Magreb (Marrocos), exercendo papel preponderante no destino de outras regiões africanas. Entre essas está a Núbia, invadida pelos beduínos berberes, do que resultou, com o declínio dos reinos cristãos na arabização do Sudão Nilótico. O Egito era também o destino final de elevado número de escravos trazidos da Núbia, da Etiópia e do Sudão, o que fazia dele o ponto de partida para as demais invasões (EL FASI, 2011).

No Magreb os conquistadores árabes enfrentaram inicialmente resistência por parte dos berberes, mas ao final do séc. VII a maioria deles se converteu ao Islã, e passando então a difundir a nova fé, formaram a quase totalidade dos exércitos muçulmanos que conquistaram a Espanha (Omíadas), designadas como “as tropas aglábidas que arrancaram a Silícia dos bizantinos e as forças fatímidas que conduziram vitoriosas campanhas no Egito e na Síria”. (EL FASI J HRBERC, 2011. p.8)

## **GEOGRAFIA DA CONQUISTA**

O Magreb e a África do Norte são territórios situados ao norte do Saara e considerados por estudiosos antigos como “terra pobre de solo arável, berço de um povo orgulhoso e livre”, ele possui uma vasta zona litorânea rica em vegetação e recursos hídricos. As encostas setentrionais bem como o planalto são cobertos por bosques, florestas e pastagens e as montanhas tornam o clima ameno em boa parte das regiões (EL FASI, 2011).

Sua abertura para o Saara e para a zona sudanesa conferia-lhe particular importância para o mundo muçulmano.

O Egito, até então província bizantina, foi a primeira região da África invadida pelos árabes. A islamização do Egito é, portanto, um processo complexo no qual participaram numerosos fatores tais como: conversões religiosas sinceras, busca de vantagens sociais e fiscais, temor de perseguições, decadência da igreja copta e imigrações muçulmanas (EL FASI, 2011)

Edificado, portanto, no berço da mais antiga civilização do mundo e favorecido por sua posição central, o império muçulmano desenvolveu economia e cultura avançada oportunizando a expansão de núcleos populacionais desenvolvidos, tendo também a África do Norte atuado como zona de livre comércio. Situado entre oriente e ocidente o mundo muçulmano expandiu o consumo de seus produtos e inovações técnicas tais como a astronomia, a geografia, atividades bancárias e exportação entre outros. Com as mercadorias transportadas por deserto ou mar, circulava a difusão do credo islã, bem como relevante número de ideias e conceitos inovadores que ora acrescentava convertidos ao domínio, ora recebia experimentos científicos de povos a dominar.

A contribuição valiosa recebida pelos árabes foi a numeração decimal, invenção chinesa que possibilitou o desenvolvimento de várias ciências, entre as quais a matemática e os ramos das ciências naturais. A ligação do Império muçulmano com tantos países permitiu o desenvolvimento intenso do comércio de um modo que não seria possível quando a região do Magreb era politicamente dividida. Essa expansão foi efetuada pelos berberes e configura sua primeira grande contribuição ao islã.

A segunda grande contribuição, dos berberes ao islã e a África, foi introduzir a religião muçulmana ao sul do Saara. As caravanas dos comerciantes berberes que atravessavam o deserto em direção ao Sahel e ao Sudão propagavam novas concepções religiosas e culturais que encontravam eco na classe de mercadores, e através deles seduzir os soberanos africanos". (SILVERIO, 2013, p. 318)

As conquistas eram lideradas por califas, que eram ao mesmo tempo comandantes militares, chefes religiosos e políticos.

Trinta anos após a morte de Mohammad, os califas já tinham conduzido seus exércitos até a Síria, a Pérsia (onde estão hoje o Irã e o Iraque), a Palestina, o Egito e o Norte da África (região do Magreb). A cada conquista somava-se ao império muçulmano novas terras, riquezas e escravos. Além disso, impunha-se aos povos dominados o pagamento de impostos ao califa, bem como a Zakat- ônus estabelecido aos não convertidos. (SCHIMIDT, 1999 p.221).

Na região do Magreb, a conversão ao islã ocorreu de forma sistemática, desde reinos poderosos como Mali até povos nômades. Com a islamização a prática da escravidão, que era muito comum no continente africano desde a antiguidade, intensificou-se. Costa Ricardo analisa este fenômeno sob o seguinte aspecto:

Ao converter meia África, o islamismo contribuiu muito para estimular ainda mais a escravidão, pois a praticou desde cedo: antes mesmo de Mohammad, já no séc. VI, mercadores árabes frequentavam todos os portos da costa oriental da África trocando cereais, carnes e peixes com tribos bantu por escravos (COSTA RICARDO, 1999 p.43).

As populações negras não muçulmanas também consideravam a escravidão um fato normal, tendo em seus reinos centenas de escravos como soldados e guarda pessoal dos soberanos. (KIRK, 1967, p.190), refere-se a essas tropas como o exército dos mamelucos (mameluk) comenta que em suas formações eram recrutados todas as raças de escravos, inclusive árabes e egípcios, turcos e europeus, além de africanos. “Mais tarde, os mamelucos passaram a formar o exército do califa Al-Mamum, na contenção dos focos de revolta que ameaçavam seu califado”.

Na África do Norte, na Núbia e na Etiópia, os imigrantes muçulmanos chocaram-se com o cristianismo; a resistência dos cristãos ao islã variou conforme a situação social e política local. No Magreb, onde os cristãos representam uma minoria (essencialmente de origem estrangeira ou mestiça) a islamização foi completa e o cristianismo foi erradicado. No Egito, o processo foi muito mais lento, acelerando-se no califado dos fatímidas, mas a islamização não foi total, sendo que ainda hoje 10% dos egípcios pertencem à igreja copta. É necessário salientar-se ainda que o processo de islamização do Egito se deu por partes e lentamente; tanto que em 358/969 quando o general fatímida Djawhar venceu a batalha ocorrida nas margens do Nilo, cujos chefes revoltosos fugiram para a Síria, somente a parte norte do Egito havia sido conquistada.

## **A CONQUISTA DO EGITO**

Em 18 de dezembro de 639, o general Amr Ibn Al-As penetrou no Egito e tomou a frente de um pequeno exército, aproveitando-se do fato de que a conquista da Síria pelo Islã impossibilitava os bizantinos de qualquer ofensiva por terra, aliado ao descontentamento da população egípcia para com o estado bizantino que dominava o Egito, o descontentamento era originado pelas perseguições aos gregos e melquitas; as benevolências aos cristãos coptas e, principalmente a fragilidade das tropas da província .

A presença árabe no Egito sobrepôs-se no início às estruturas estatais bizantinas. A

língua grega, os funcionários fiscais subalternos, as circunscrições administrativas e os aspectos da moeda foram conservados, só que o sistema funcionava em proveito dos novos mestres do país, não mais de Constantinopla e a igreja monofisista continuou com seu papel de intermediário entre a cidade, o estado e os indivíduos. (SILVÉRIO, 2013, p.319).

Apesar de tradicionalmente o poder político estar instalado no porto de Alexandria, Amr escolheu Babilônia- no limite entre o Delta e o Médio Egito- como capital da província, instalando as cabilas árabes ao norte da fortaleza.

Uma mesquita concluiu a unidade da nova cidade chamada Fustat ou Fustat-misr. Não árabes instalaram-se nas Hamra, junto às cabilas.

### **O CALIFADO UMAYYADE**

O califa Uthman, terceiro califa inspirado, duplamente genro de Maomé foi eleito por um conselho (sura) como sucessor de Ali, mas não teve reconhecida sua legitimidade por parte dos xiitas. (KIRK, 1967, p.33)

Uthman era líder dos Umayyades. Pertencia a uma rica família dos Omíadas de Meca, sendo uma das últimas tribos a se converterem ao islã. Sob seu governo, o império Islâmico sofreu profundos abalos em sua estrutura.

O califa era um homem velho, sem sabedoria e experiência para a política e a guerra, e sua má gestão acenderia conflitos entre diversos setores do Estado muçulmano. Alguns historiadores, entretanto, o apontam como o califa que deu mais atenção às conquistas como forma de adquirir poder, glória e riquezas em detrimento das conversões, que eram o objetivo oficial e principal das conquistas (EL FASI, 2011).

Consciente do perigo que representava um governador de província dispor de plenos poderes, (especialmente ter um exército e controlar as riquezas da capital), propôs a Amr o abandono da direção fiscal do Egito em favor do governador do alto Egito Abd Allah ibn sad conservando Amr apenas a responsabilidade política e militar ao que ele recusou. Abd Allah foi nomeado único governador do Egito em 644 e em 652 lançou-se numa expedição contra a Núbia (atual Sudão), mas a população monofisista resistiu ferozmente, restando aos invasores apenas um tratado comercial reajustando-se ocasionalmente. A Núbia não foi politicamente dominada pelo Islã, de onde o autor El Fasi e Hrbec(2011) define que o islã conseguiu uma dominação maior em territórios em que haviam divisões, oposições político- religiosas, enfim, em povos de cultura heterogênea. Ante a impossibilidade de dominar a Núbia, a islamização do Egito meridional foi adiada até a época mamluk.

A ampliação dos domínios do Egito e a expansão da Pérsia se processavam de forma muito lenta porque Uthman não era afeito á conquistas náuticas; aproveitou-se de sua posição para praticar o nepotismo; nomeou vários parentes seus para importantes cargos no exército e no Estado, especialmente na Síria onde se concentraram. Entre seus desmandos estão: a nomeação do primo Muawiya, filho de Abu Suyfan, outrora ferrenho inimigo do profeta, para governador da Síria, o que gerou a revolta dos segmentos sociais que aspiravam reconhecimento meritório ao mesmo tempo em que os xiitas viam a promoção familiar do califa como abuso de poder. Agravando a situação já tão controversa, Uthman publicou uma versão do Corão, reconhecidamente fraudulenta, em que o califa teria forjado partes do texto sagrado. Foi posteriormente abolida, mas seu autor e conteúdo revoltaram tanto os sunitas quanto os xiitas (EL FASI, 2011).

Em 655 com 85 anos Uthmann tentou nomear como seu sucessor o primo Muawiya revoltando novamente os xiitas, que queriam Ali, surgindo nesse impasse um terceiro partido, os kharijitas que defendiam que o califado deveria se estender a quem tivesse as qualidades necessárias para exercê-las independente de parentesco com o profeta.

Uthmann foi assassinado em sua casa por uma multidão revoltada. Com a sua morte três facções lutavam pelo poder:

Os xiitas, apoiando Ali; Os Omíadas, tentando eleger Muawiya, e os Kharijitas, tentando eleger seu califa plebeu. (KIRK, 1967, p.22).

Muawiya assumiu o califado em meio às crises que se sucederam entre os partidos. Inúmeras controvérsias surgiram: a primeira delas diz respeito à divisão de grupos de confronto quanto à relação entre a lei religiosa e o poder político (ou quanto à sucessão, na magistratura suprema). Esse rompimento da comunidade islã fez com que as diversas populações pudessem conservar antigos elementos culturais que cultivavam antes de sua conversão. Os coptas adeptos de um cristianismo simples autêntico e emocional introduziram ao sunismo suas crenças sobre o além da vida.

Quando Abd morreu, Utba, irmão de Muawiya, substituiu-o no governo do Egito. Nesse quadro político o xiismo não encontrou muitos adeptos no Egito.

A partir de 700 os egípcios foram inseridos aos elementos culturais árabes passando a língua árabe a ser idioma oficial padrão do Atlântico à Mesopotâmia subsistindo até a atualidade. Sob o califado de Umayyade, árabes e egípcios viviam em harmonia. A vida urbana diminuiu a produção agrícola e, conseqüentemente, o tesouro (diwan) que sustentava os

soldados administradores e fiscais, e em 90/704, com a diminuição das conquistas e a desestabilização do tesouro, a pressão econômica agravou-se e a arrecadação tributária passou a ser exigência onerosa aos agricultores que fugiram ou transformaram-se em monges, para escapar da capitação.

Podemos interpretar da seguinte forma:

Efetivamente os povos do livro (sistemas religiosos monoteístas) gozavam de grande liberdade religiosa, mediante a condição de pagarem a djizya, imposto de capitação da qual estavam isentos os muçulmanos. Este imposto servia para financiar as pensões que os guerreiros árabes e suas famílias (igualmente beneficiárias de um estatuto social privilegiado) recebiam do tesouro central do Estado (Diwan). Os povos conquistados dificilmente podiam ignorar as vantagens da adesão a fé do vencedor e, portanto, muitos se converteram ao islã. (EL FASI, 2011, p. 70).

O autor salienta que as conversões multiplicaram-se e a djizya diminuiu de modo alarmante, fazendo com que as autoridades passassem a desencorajá-las, decidindo que os novos convertidos continuariam a pagar o imposto de capitação e a taxa fundiária como antigamente. Posteriormente a lei foi revogada por Omar II, o piedoso.

Retomando o proposto, porque as conversões são o foco do islamismo, em 725 o califa Umar ibn abd al-Aziz isentou o novo muçulmano do djizya mas aumentou o Kharadj (imposto sobre a terra) de modo que houve a primeira revolta copta, mas foi rechaçada pelos cabilas árabes Kaysitas. El Fasi Hrbek observa que “O recurso simultâneo ao esforço militar e à negociação, assim como a preocupação em equilibrar a pressão dos diversos grupos sociais são duas características marcantes da política árabe medieval”. (EL FASI, 2011, p.206)

## **A DINASTIA ABÁSSIDA**

Em 750 os Umayyades foram depostos, quando, em agosto, seu último califa foi morto. A sede do califado foi transferida para longe do Egito, na Mesopotâmia. Damasco deixou de ser o centro autônomo do poder e a aristocracia Kurayshita foi acolhida pelos califas abássidas.

Ainda em 750, o recém-proclamado califa Abu Abas levava a cabo a perseguição dos Omíadas e seus aliados, ao mesmo tempo em que transferia o seu novo império da Síria para o Iraque onde sua família tinha mais autoridade e ali nomeou vários parentes para cargos no exército e no Estado. Isto é, praticou o mesmo nepotismo que havia condenado no califado de seu predecessor. (MIQUEL ANDRÉ – 1971, p.189)

Nos anos seguintes – até 868 aproximadamente- as revoltas foram ininterruptas no Egito motivadas pela repressão política e religiosa que o poder muçulmano exerceu sobre os cristãos.

El Fasi Hrbek expõe a situação da seguinte forma:



Os árabes das cabilas instalados nas margens do Delta tomavam os campos cultivados dos coptas para transformar em pastagens, mas não queriam pagar o kharadj sobre eles. Outros se tornaram camponeses como os coptas sendo em tudo iguais a eles depois de convertidos. E juntos árabes e coptas revoltaram-se contra o fisco. (EL FASI, 2011, p.207)

Em 832 a anarquia era tamanha que o Delta Oriental não mais reconhecia a autoridade de Fustat, sendo necessário, então, o envio de 4000 soldados turcos e mais a presença no Egito do califa Al Mamun para que a ordem fosse estabelecida. A participação de árabes nas revoltas lhes valeu a liberação do serviço militar e a cassação da pensão concedida pelo estado (diwan, administração). Alguns soldados e seus descendentes, dispensados das tropas e sem soldo tornaram-se cidadãos egípcios em atividades de comércio; outros se integraram às populações rurais, sujeitos a cobranças fiscais; outros, ainda, marginalizaram-se passando a ser assaltantes de caravanas, lugares santos e cidades indefesas, com o intuito de recuperar suas posses.

Dois séculos mais tarde, descendentes de conquistadores podiam ser encontrados tanto em meio à privilegiados quanto dos explorados e excluídos. (MIQUEL, 1971, p.219)

Assim,

Os abássidas não tiveram a mesma sorte dos Omíadas em manter-se no controle do Império. As revoltas mencionadas levaram à criação de emirados e posteriormente, de califados autônomos ao governo abássida, enfraquecendo cada vez mais sua autoridade, enquanto crescia a influência dos turcos de modo que alguns historiadores alegam que os próprios califas estavam sujeitos aos interesses de determinados líderes turcos. (MIQUEL, 1971, p.220).

Na dinastia tulunida, de 833 a 842, sob o reinado do califa Al- Mutasin, escravos turcos tomaram o controle do exército e da administração civil, fiscal e provincial, anulando o poder do califa e delegando o governo a Ahmadin Tulun que recebeu a salat (autoridade política e militar sobre a província) mas sem o kharadj (autoridade financeira e fiscal) que esteve com Ibn Al- Mudabbir até 872, quando então foi traído e deportado à Síria. A partir de então, Tulun passou a dispor do trigo do Egito e do ouro e escravos da Núbia, relutando em enviar os tributos e riquezas ao então sucessor de Al- mutasin, califa Al- Mutamid porque ambicionava tornar-se independente do califado e financiar seu próprio exército. Desviou muito ouro escondendo-o num túmulo faraônico nas proximidades de Fustat, razão pela qual o califa da porção oriental do império Al-Muwaffak levantou um exército para expulsar Ibn Tulun do Egito, mas os soldados, por não terem recebido seus soldos, dispersaram-se em Rakka. Destituído pelo califa, ele adoeceu e morreu em Ramadã do ano 270.

Seu filho e herdeiro Khumarawayh integrou Tarse e a Alta Mesopotâmia ao seu principado e em 892 o califado reconheceu por 30 anos sua soberania sobre o Egito e a Síria. Casou sua filha com califa legitimando o reinado de seus descendentes mas foi assassinado,

logo após, em Damasco.

O reinado de seus filhos Djaysh e Harun determinou a ruína da dinastia motivada pela incapacidade em defender a Síria da invasão dos Karmates.

Essa seita de origem ávida ismaeliana incitou o rancor dos árabes das cabilas expulsos para o deserto desde que os exércitos do califado eram turcos ou negros. Os beduínos invadiram a Síria a partir de 902 e venceram facilmente o exército tulunida de Damasco, comandado por Tughdj. Após a derrota em 903 o general abássida Muhammad ibn Sulayman penetrou na Síria e expulsou os Karmates; em seguida invadiu Fustat pilhou e destruiu todas as construções tulunidas, menos a mesquita. Harun já estava morto. (AL FASI, 2011 p. 210)

Segundo os historiadores, dois fatores aceleraram a queda da dinastia tulunida: hábitos e culturas impregnados da indulgência persa e exército incapaz de proteger os territórios e de conquistar outros.

Da queda dos tulunidas em 905 até a instalação de Muhammad b Tughdj como governador em 935, as desordens e revoltas continuaram, governadores geriam apenas as esferas militar e política, já que para a administração fiscal o governador era escolhido pelo califa Al- Madhara; Essa situação perdurou até 355/969 quando foi implantado no Egito o império Fatímida.

## **A DINASTIA FATÍMIDA**

Em 909 Abu Abda llah, o qual se havia proclamado descendente de Fátima e Ali, tomou a cidade de Rakkada capital do Emirado das Aglábidas na África, pondo fim à dinastia aglábida e proclamando o califado fatímida o qual nos anos seguintes se espalhou pela África do Norte indo do Magreb ao Egito conquistado em 969. Também desenvolveu o culto a Ismael, suposto descendente do profeta. Seus seguidores passaram a chamar-se de ismaelitas, espalhando-se pelo império. Mas esse culto era considerado herético pois apenas Allah e mais ninguém deveria ser adorado (EL FASI, 2011).

O general fatímida Djawhar conquistou nas duas margens do Nilo, a Fustat, forçando os chefes locais a fugirem para a Síria. Essa conquista foi possível através de uma campanha psicológica com vistas a subverter uma população desorientada e faminta; Esse combate político ideológico dos fatímidas rendeu-lhes muitas vitórias com exércitos medíocres. Djawhar conquistou o Egito para o Imame fatímida Al –Muizz. Para recebê-lo precisava criar uma cidade digna do califa e assegurar sua segurança. Então ele promoveu a construção de Al-Kahira (a vitoriosa) próxima a Fustat, contendo o Palácio para o imame, a mesquita palaciana, hoje

conhecida pelo nome de Al- Azhar, além de casernas para as tropas. Posteriormente Al-Kahira e Fustat se fundiriam formando a cidade do Cairo- capital do Egito.

O império Fatímida dedicou-se ao comércio, às relações econômicas de exportação de mercadorias de preço elevado, interligando a Europa Meridional e a África do Norte ao Oceano Índico e ao chifre da África, no Iêmen, na Índia e também na Síria.

Como consequência da expansão comercial, houve nas cidades forte crescimento demográfico. Os tributos provinciais e os tráficos que cruzavam o Egito traziam ao divan acúmulo de riquezas. Paralelamente, os tributos sobre os campos também aumentavam, desviado para as mãos de arrecadadores fiscais (cobradores de impostos), as minorias religiosas eram perseguidas pelos sunitas da Fustat. A elite se mantinha, a demanda submergindo a oferta, mas o povo sofria a escassez de víveres, o abuso tributário e a segregação religiosa.

As guerras exigiam gastos e equipamentos que se tornavam insuficientes e os soldados mal remunerados passaram a pilhar os campos, não mais representando a ordem e segurança da província.

Medidas restritivas e especulações econômicas agravaram a miséria e incentivaram as pilhagens populares.

Igualmente, assistia-se a uma desestabilização generalizada da franja desértica, as três grandes cabilas da Síria : Tayy, Kalb e Kilab selaram uma aliança em 415/1024 com as cabilas do Delta e da Tripolitânia. A solidariedade propunha a tomada de terras cultivadas para a pastagem de seus rebanhos e também a pilhagem das cidades para a sobrevivência da população. (SILVÉRIO, 2013, p.321).

Devido a essa situação de miséria que piorou em 1065, levando à morte grande parte da população do Egito, o império fatímida, também agonizante, terminou em meados de 1076.

## **EXPANSÃO DO ISLAMISMO NO NORTE DA ÁFRICA**

No ano 749, Bagdá se tornou a capital do mundo islâmico. Os muçulmanos conquistaram a Espanha em 749 e a religião começou a se espalhar pela África, Ásia, Balcãs, e sudoeste da Europa a partir do ano 800;

A expressão magreb significando o oeste da terra do islã, era menos um nome que a localização geográfica, mas tornou-se a denominação definitiva da África do Norte, território situado ao norte do deserto do Saara (excluindo-se o Egito dessa denominação).

No momento antecedente ao avanço muçulmano, o magreb professava várias crenças e religiões: haviam cristãos romanizados (al-fârika) compostos de berberes cartagineses, romanos e gregos que sob domínio romano e depois bizantino, rebelaram-se em muitas ocasiões

contra autoridades eclesiásticas e impostos. Evidenciando, conforme El Fasi (2011,p.75):“Uma vontade de independência e acirrada aversão à autoridade do Estado”.

El Fasi salienta ainda que apesar de convertidos ao cristianismo e judaísmo (e mais tarde também ao islã) os berberes permaneciam em seus cultos ancestrais de adoração das forças da natureza; eram os adoradores do fogo; no contexto Islã, Madjus (pagãos).

Os árabes encontraram os bérberes organizados em cabilas (como eles), dividindo-se em dois grandes grupos: butr e barani. Baranis eram identificados pelo uso de albornozes (capuz). Butr por sua vez significa “falta de algo”; sugere-se que esse algo seja o albornoz. Dezenas de cabilas desses grandes grupos habitam o território magrebino, grupos inimigos ou rivais, influenciando sistemas setores e governos de territórios onde hoje se situam Argélia, Tunísia, Líbia e Marrocos. A hostilidade das cabilas é veículo das diversas revoltas que permeiam a história do magreb bem como da acolhida ou rejeição de sucessivas dinastias e sistemas de governo durante longo período da invasão Islã.

No ano 647, o novo governador do Egito Abd Allah ibn Saad atacou Bizâncio. Os bizantinos se refugiaram em Cartago em Sus e em outros portos ou evadiram-se da África, enquanto as colunas árabes pilharam a cidade e aprisionaram a população até que lhe foi oferecido dinheiro, o que aceitou, recuando.

Novas conquistas foram adiadas por 12 anos por causa da guerra civil árabe, desde a metade do califado de Uthman (644-656) até a ascensão do califado de Muawiya ibn Abi Sufyan em 661. Tão logo estabelecida a paz no Império Árabe, fundou a dinastia Umayyade, nomeando Hudaydy al- Sakuni comandante chefe do exército para o recomeço da conquista do Magreb. (EL FASI, 2011).

Enquanto a crise estrutural ainda se fazia sentir no poderio árabe, os bizantinos tentaram restaurar sua autonomia: lançaram a cobrança de impostos o que a população recusou, sucedendo-se tensões e conflitos que Hudaydy rechaçou conquistando Djalula, Bizerte e a ilha de Dzerba (666).

Quatro anos depois Muawiya dispensou Hudaydah, nomeando Ukba ibn Nafi que partindo de Waddan passou pelo Fezzan e sul do Kavar, procurando garantir a autoridade do Islã, construiu mesquitas formou guarnições enviou missionários. Atacou as fortificações bizantinas restantes, fundando Kayruawan (arsenal) como base militar, centro político e capital da província; Junto com Kayruawan fundou a primeira província da África do Norte, a atual Tunísia.

Em 675 sucedeu-lhe Dinar ibn Abu al Muhajir, que despachou emissários para restaurar os laços com o restante dos Bérberes bizantinos em Cartago. Nessa estratégia, o califado Umayyade ganhou para a causa, o berbere Kusayla, chefe dos Awraba e da cabila sanadja (barani) que dominavam o Magreb central, em 678 tornando-se um marco na história da islamização do magreb.

No ano seguinte, com o apoio de Kusayla e seus exércitos, Muhajir conquistou a península de Iklibiyya, atacou Cartago e a fortaleza estratégica de Bizâncio, ao norte de Cirta (atual Constantina).

Em 680 Muawiya morreu e ascendeu ao poder seu filho Yazid que devolveu o comando do exército a Ukba que avança para o oeste, lançando-se sobre Baghaya – antigo centro do xiismo dos donatistas, sob os bizantinos de Aures. Derrotados, Bérberes e cristãos recuam. Ukba toma Masila e chega a Tahert encontrando milhares de berberes de diversas cabilas aguardando sua chegada. Ele os derrota e os converte, engrossando as fileiras de seu exército. Deixa a região de Tahert e invade o território de Tlemcen-(pais de kusayla) se zanga, mas decide contemporizar. Ao sul Ukba ataca os montanhese Masmuda (barani) que recuam até Wadi onde são derrotados; ruma para a região de Tafilalet, no nordeste e depois para o oeste em Aghmat- Urika e Naffis onde construiu mesquitas e a sudoeste atinge a costa atlântica em safe (cabo Guir). Quando retorna a Kayrawan em seu exército disperso, Kusayla com 50000 homens está à sua espera ao sul de biskra, onde Ukba é derrotado e morto. Kusayla príncipe dos Awrawan e a domina, tratando, todavia com bondade, os árabes da cidade (EL FASI, 2011. p. 77).

Os ataques de Ukba deram aos berberes a certeza de que os ataques árabes não eram dirigidos somente aos bizantinos, mas também a eles com o objetivo de agregar ao seu império território e povo.

E recusavam-se a sujeitar-se a um distante califa incorporado a uma potência estrangeira; por seu lado o califado Umayyade não podia ceder a um chefe local, ainda que convertido muçulmano a soberania sobre a nova província.

Em 688 no reinado do califa Abd al Malik ibn Marwan retomou-se a conquista de Kayrawan. Kusayla tentou impedir atacando o inimigo árabe em Mamma localidade hawwara próxima onde foi morto; Os awraba (seus súditos) vencidos; e numerosas fortalezas caíram nas mãos dos árabes. Logo após, o comandante árabe Zuhair foi morto num confronto com os bizantinos que se aproveitando da revolta de Kusayla se apossaram de Barka. Hassan

substituindo Zuhayr tinha como missão expulsar todos os bizantinos do Magreb e assim destruiu sua via de acesso (o porto de Cartago) e os expulsou para as ilhas do Mediterrâneo tomando suas fortalezas e colônias. Retornava a qayrawan quando soube que Al Kahina, personagem mística, profeta e rainha da cabilda djarawa (butr) do Aures reunira todos os zanata da região para expulsar os árabes da Yfrikiya (Tunísia). Quando Kusayla chefe Sanadja (Barani e portanto seu oponente) ascendeu ao governo ela alarmou-se, mas quando foi derrotado e morto pelos árabes que ameaçavam dominar o Magreb, determinou-se a expulsá-los. Lançado o desafio, Al Kahina esperou Hassan em Baghaya fechando sua rota para o interior de seu reino, Em 82/696, às margens do riacho Miskiania, os árabes recuaram com enormes baixas entre prisioneiros, feridos e mortos. Credo que a eles só interessava o butim, a rainha “inaugurou a estratégia da terra arrasada, deixando destruídas todas as plantações e vilarejos entre Aures e Yfrikiya” (EL FASI, 2011 p.284).

Aproveitando-se da fragilidade de Hassan uma frota bizantina massacrou grande número de muçulmanos e saqueou o que restou de Cartago. Mas em 701 num último confronto, a rainha feiticeira foi derrotada e morta, seus 1200 soldados convertidos ao islã e anexados ao exército de Hassan sob o comando de seus dois filhos.

Destruído o porto de Cartago, Hassan construiu o porto de Tunis que 30 anos depois se tornaria uma grande cidade, cuja mesquita catedral (masdjid djami) Zaytuna é um dos mais importantes santuários do mundo islâmico.

Também dotou a nova província da África Kayrawan de uma infraestrutura administrativa sólida, sendo um dos mais importantes centros de cultura e ciência islâmica. Dela faziam parte:

A região da Tripolitânia de Misrata a leste; de Tawergha no oeste; a Yfrikiya de Gabes a Annaba e Mzab até o sul de Angel; Mais tarde os filhos de Musã anexaram ao califado os magreb Central e ocidental. No Magreb Ocidental encontraram as cabilas Masmuda (Barani) e as venceram; a maioria do povo submeteu-se ao Islã. Musã fundou Tanger (no Magreb extremo ocidental), nomeando governador seu filho Marwan, substituído mais tarde por Tarik ibn Ziyad.

Estava concluída a conquista do Magreb em 710, mas os métodos cruéis empregados causaram revoltas e insubmissões que enfraqueceram a soberania do Islã.

Os árabes passaram a interessar-se nas terras que ficavam além do Mediterrâneo. O governador de Tânger, Tarik ibn Ziyad (720) liderou o exército que invadiu a península ibérica, governada pelos visigodos. Tarik e seu exército aportaram num rochedo, no lado europeu,

denominando-o Djabal Tarik (Monte de Tarik), atualmente Gibraltar.

Com o reino em crise, a falta de resistência da população e a ajuda dos judeus Córdoba e Toledo, foram tomadas, e nos cinco anos seguintes as tropas muçulmanas conquistaram toda a península (menos o norte), embora chegasse a atravessar os pirineus, adentrando o sul da França. Os árabes deram à Ibéria o nome de Al Andalus. A miscigenação desses povos com os árabes berberes, segundo Kirk, George, são os mouros, sarracenos e morenos (assim chamados pelos portugueses e espanhóis) (EL FASI, 2011).

## **OS BERBERES APÓS A CONQUISTA**

A longa conquista (642-711) dá à luz a um país com novas estruturas sociais e étnicas, novas relações políticas, culturais e espirituais, voltadas para a crença e o governo do Islã. Aderiram à crença, segundo EL Fasi, 2011,p.289: “Porque a doutrina, clara e simples os seduzia” ,imigrantes árabes fixaram-se junto aos berberes na Cirenaica e na Yfrikiya, onde alguns exerciam papel espiritual, tornando-se imames e chefes políticos das cabildas (árabes berberizados. O mesmo autor nos informa “era muito frequente que estes colonos fossem adeptos das diferentes seitas muçulmanas dissidentes dos Kharidjitas que condenavam o regime umayyade e pregavam doutrinas igualitária cujo eco rapidamente se expandiu junto aos berberes.”(EL FASI, 2011, p. 290)

O império umayyade era um reino árabe com a aristocracia dos Kurayshitas de Meca, adversários do profeta e últimos convertidos. Dirigiu o Estado Muçulmano em proveito próprio, desconsiderando os princípios democráticos da doutrina islâmica. Os recém convertidos berberes eram considerados inferiores sem o direito dos outros muçulmanos, especialmente na esfera fiscal, sem os privilégios daqueles. Os últimos governos umayyades introduziram uma política que não tardou a gerar reações hostis: Os berberes eram considerados um povo vencido, passível de ser governado pela força, apesar de sua conversão; eram não ou mal recompensados em butins ou na divisão de feudos – onde recebiam os menos férteis. O descontentamento fez com que se desligassem da ortodoxia sunita (crença oficial umayyade) e se voltassem para as doutrinas Kharidjitas.

O ensinamento político e religioso dos Kharidjitas era ao mesmo tempo democrático, puritano e integrista, opondo-se, portanto, radicalmente à ortodoxia absolutista do califado. “Os princípios igualitários dos Kharidjitas expressam-se pelo modo de designação do imame, tratando-se para eles de um posto eletivo e não hereditário, acessível a qualquer muçulmano que reunisse as qualificações necessários não importando sua raça ou condição social (EL FASI,

2011).

Também consideravam o luxo e a ostentação repreensíveis em que verdadeiros crentes deviam viver sóbria e modestamente, praticando a caridade e a honestidade. Os maus tratos e os pesados impostos eram combatidos sobre essa ideologia.

Árabes berberizados e nativos berberes atacavam a administração umayyade e em 741 ocorreu a revolta que culminou na independência do Magreb.

## **A INDEPENDÊNCIA DO MAGREB**

O ideal de fraternidade contido na doutrina do Islã que deveria unir os muçulmanos, sem distinção de raça, cor, cultura ou princípios, não aconteceu. Ao contrário amiúde os berberes eram considerados “a lepra da terra” em hadith humilhantes e apócrifos, acirrando os ânimos e suscitando revoltas, a partir das quais, condescendências ambíguas para a amenização dos ânimos dão conta de que Hassan incorporou esses berberes em seus exércitos e prometeu beneficiá-lo na divisão de terras porém conduzindo com rudeza a pacificação. Mas então o califa Sulayman ordenou o aumento dos impostos.

Umar ibn Abd al Aziz (715-720) havia determinado a expansão da doutrina tal qual Mohamed (Maomé) concebera, mas após a morte, o governador Muslim (a mando do califa) decretou que os berberes convertidos continuariam a pagar a djizya (imposto de capitação) além de humilhar os guardas berberes de seu exército, marcando-os nas mãos; foi por eles assassinado (720,721). Esse fato marcou a 1ª manifestação do Kharidjismo.

## **KHARIDJISMO**

O kharidjismo foi a mais terrível força revolucionária nascida da fitna – guerra civil que abalou a comunidade muçulmana após o assassinato de uthman (656) produziu inicialmente uma teologia política que determinava a eleição do imame, chefe supremo da comunidade devendo o poder ser entregue ao melhor – mesmo que fosse um escravo abissínio de nariz cortado. (EL FASI, 2011 p.29).

Em suas principais formas – ibadismo e sufismo, o Kharidjismo expandiu-se para as regiões desérticas: Tripolitânia, sul do Marrocos e sul de Yfrikya, influenciando os berberes Zanatta. Foram criadas duas teocracias: o imamado de Tahert que recebia a fidelidade dos ibaditas da Tripolitânia ao sul da Argélia e o principado sufrita de Sidjilmasa. Esses dois estados escaparam ao controle dos governos de Abássida e aglábida da Yfrikya, até sua destruição pelos Fatímidas (EL FASI, 2011).



No Magreb salientando-se o fato de que a resistência berbere Kharidjita não era dirigida aos árabes muçulmanos como povo, mas à classe dirigente, constituiu-se em uma doutrina centrada na absoluta igualdade de todos os muçulmanos denunciando o caráter injusto do poder umayyade bem como as violações da letra (fiscais) e do espírito do Corão, aliada a uma estratégia revolucionária que combinava a Kuud (ações subversivas destinadas a enfraquecer a ordem estabelecida); Com a Takyya (dissimulação da crença para evitar perseguições) e com khurudj (sair da clandestinidade para a insurreição direta), sendo que a revolta contra a tirania umayyade era direito e dever religioso.

Maysara comandou a revolta sufrito-ibadita (740), obtendo o título de primeiro califa berbere, mas recuando de um confronto em Tânger, foi destituído e executado. Sucedeu-lhe Zanati, por sair vitorioso na “batalha dos nobres” e também sobre a tropa do oriente, onde seu comandante foi morto. Contrariando a evidência do nascimento de um Magreb Sufrita, dois exércitos se defrontaram em kayrawan sendo derrotados (743), mas o Magreb central e o magreb oriental escaparam da tutela do oriente.

## **OS SUFRITAS**

O democratismo ligado ao sectarismo étnico ergueu inúmeros estados ou reinos. No Marrocos, o reino dos Barghawata (Tamasha) apresentava um fundamento nacionalista tão acirrado, que o quarto soberano da dinastia dos Banu Tarif, Yunus b.Ilyas, decidiu fundar, com base no islã uma religião nacional: transformou seu avô Salih b. tarif num profeta, atribuiu-lhe um corão berbere que continha prescrições, rituais e restrições mais exigentes que as originais tidas como superiores. Era a libertação cultural seguindo a libertação política, simultaneamente, o reino de Tlemcen era fundado por Zanata Abukurra filho de um cristão, Dunnas) o qual foi elevado a califa. Em 789, Tlemcen conquistou o poder dos idrisidas. O terceiro reino sufrita (banu wasul ou banu midrar)de Sidjilmasa (757-976) foi fundado por berberes mikasa e englobava o oásis de tafilalet até o Dara. Trocaram o sufrismo pelo ibadismo, depois pelo sunismo até que foram expulsos pelos Zanata banu Kharun apoiados pelos umayyades da Espanha. Sijilmasa foi porto saariano, rota do ouro e plataforma de trocas. Atualmente não existe mais (EL FASI, 2011).

## **OS IBADITAS**

A primeira revolta foi originada no oeste de inspiração sufrita e direção Zanata. Os Ibaditas, centrados na ideologia Kuud, takiyya e zuhur, esperavam o momento propício. Em 745 Kayrawan foi tomada por Habib que determinou a execução do chefe ibadita Al Tudjibi

dando ensejo ao Khurudj, que levou-os à vitória e a retomada de Trípoli. Mas a rivalidade entre os exércitos co-irmãos enfraqueceu os ibaditas e Habib (748) recuperou Trípoli e os massacrou a fim de “extirpar a heresia da província”. Em 137/754, Habib foi assassinado; O ibadismo recuperou o poder em Trípoli e em Kayrawan onde nomeou governador ibn Bustum. Em 761 ibn al –Ash ath plantou novamente a bandeira abássida em Kayrawan. Junto com os fatímidas veio a fome trazida pelos abusos da dominação e então os ibaditas a perderam (EL FASI, 2011).

### **O IMAMADO RUSTUMIDA**

O único Estado ibadita que perdurou foi o de Tahert 761-910 fundado pelo persa Abd al Rahman ibn Rustum, ex governador do Kayrawan que escapou do fatímida ibn al Ash ath. Em 778 foi elevado a imame, recebendo o reconhecimento e auxílios financeiros substanciais dos ibaditas. O estado rustimida estendia-se do Magreb Central ao Djabal Nafusa e sua autoridade era mais espiritual que temporal (agia com neutralidade diante de divergências doutrinarias).

Assim enfraquecido, o democratismo Kharijita foi gradativamente sendo substituído pela teocracia xiita (fatímida) em que o poder é exercido pelo imame de direito divino (da linhagem do profeta (EL FASI,2011,p.300)

### **OS FATÍMIDAS – A DINASTIA IDRÍSIDA**

Os xiitas que chegam à África do Norte são os ismaelianos. Um de seus dogmas é que o imamado da comunidade muçulmana pertence aos descendentes de Maomé, pela sua filha Fátima e seu marido Ali, o quarto califa. Diferentemente do califa sunita, o imame xiita herda de Maomé não somente a soberania temporal, mas também a prerrogativa de interpretar a lei islâmica (sharia) e se encontra acima de qualquer reprovação. Outra parte dessa doutrina sustenta que o último dos imames visíveis estaria não morto, mas escondido e que ressurgindo na forma de Mahdi; traria um nova fé islâmica, com justiça e equidade.

A versão fatímida predominante na África do Norte apresentava um aspecto particular: o segundo soberano da dinastia, Al-Ka m bi-Amr Allah era considerado o mahdi que introduziria a era messiânica, mas quando ele morreu a figura de mahdi foi substituída pela de autoridade espiritual e temporal. Traziam consigo missionários (du at ) para pregar sua doutrina. O ismaelismo, com suas promessas de uma nova era de reformas e justiça social, seduziu várias camadas sociais descontentes com a ordem estabelecida (EL FASI, 2011).

O xiismo ismaeliano de Abu Abd allah ganhou a maioria dos Kutama que se unificaram em um poderoso exército cimentado pela asabya (solidariedade étnica) e pela mesma lealdade

perante o imame fatímida, o mahdi esperado que deveria livrar o mundo dos opressores , fossem estes os aghlabidas ou os seus mestres de Bagdá.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse artigo cabe referir que os muçulmanos se dividem em dois grandes grupos: os xiitas e os sunitas. Depois da morte de Maomé, os seguidores dessa doutrina ficaram divididos a respeito de quem deveria liderá-los, cabendo destacar que a tomada e detenção do poder desde os primórdios da conquista é um importante elemento para entender essas disputas.

O texto trata da conquista e expansão do Islã, a luta pela hegemonia travada pelas diversas facções e dinastias aspirantes ao califado, sendo compostas pelos fatímidas, abássidas, omíadas, kharidjitas, sufritas entre outras, desestabilizando governos sucessivamente e gerando revoltas. Entretanto, podemos constatar através da literatura especializada que as conversões e consequentemente a tomada de poder temporal se processou de forma pacífica sendo que a população não sofreu violência física ou teve peremptoriamente tirada sua liberdade religiosa.

Observa ainda que “o recurso simultâneo ao esforço militar e a negociação, assim como a preocupação em equilibrar a pressão dos diversos grupos sociais são características marcantes da política árabe medieval” (EL FASI, 2011, p. 206).

Compreender o contexto de expansão do islamismo nas regiões que hoje caracterizam o norte da África e de suma importância para compreensão da diversidade étnica e cultura presente nesse espaço e que, pela expansão marítima europeia, em meados do século XV viabilizam o contato, nem sempre pacífico entre islamismo e cristianismo, cujos desdobramentos e impactos pode ser sentido na atualidade, contexto em que o multiculturalismo nem sempre concebido em sua dimensão positiva provoca um conjunto de disputas e enfrentamentos na sociedade europeia, sendo que essas disputas são travadas por atores cujos interesses transcendem as convicções religiosas.

## REFERÊNCIAS

COSTA, R. . **A expansão Árabe na África e os Impérios Negros de Gana, Mali e Sangai.** In Nishikawa, Taíse Ferreria, *História Medieval, História II.* São Paulo: Pearson, 2009. 34p.

EL FASI, M.. **História Geral da África III.** África do sec. VII ao XI. Brasília: UNESCO, 2010. 1056p.

GAARDER, J.; HELLERN, V.; NOTAKER, H.. **O Livro das Religiões/** Jostein Gaarder. Trad: Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 315p.

KIRK, G. E. **História do Médio Oriente:** Desde a Ascensão do Islã até a Época contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

MIQUEL, A.. **O Islam e sua civilização.** Brasília: Cosmos, 1971. 219p.

\_\_\_\_\_. **Seguindo os passos da História.** Disponível em: [http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2012/06/expansãoislâmica-VII-XI.html](http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2012/06/expansaoislamica-VII-XI.html). Acesso em 30 Nov 2021.

SCHIMIDT, M. F.. **Nova História Crítica.** São Paulo: Nova Geração, 1999. 221p.

SILVÉRIO, V. R.. **História Geral da África:** Pré-história ao século XVI. Brasília: UNESCO, MEC, UFS, 2013. 744p.

WELLS, H.G. **História Medieval Vol. III** Trad: Anísio Teixeira. São Paulo: Egéria S.A., 1988. 371p.

WILKINSON, P.. **Religiões – Guia Ilustrado Zahar.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 352p.

# CAPÍTULO 7

## OS JOVENS NEGROS E A LUTA PELA VIDA EM UM PAÍS “DEMOCRÁTICO”

Monica Abud Perez de Cerqueira Luz  
Flavia Abud Luz

### RESUMO

O levantamento realizado com base em dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, datados de junho de 2020, revelam que os homens negros são os maiores atingidos, representando 75% do total, contra 19% de homens não negros. As mulheres negras representam 4% e as mulheres não negras 2%. Deste total, os adolescentes e jovens negros, entre 15 e 29 anos, estão entre as pessoas mais vulneráveis à violência armada, somando 61% das mortes, contra 51% de não negros. O número de óbitos entre crianças e adolescentes negras de 10 a 14 anos é duas vezes maior do que a de não negros, somando 61% e 31%, respectivamente. Se a taxa de mortalidade for observada a cada 100 mil habitantes nesta faixa etária, a taxa de mortes entre negros é 3,6 vezes maior que entre não negros. Embasadas nestes dados, podemos reiterar a existência do racismo estrutural, que consiste em uma herança discriminatória da escravidão em conjunto com a falta de medidas e ações que possam integrar os negros na sociedade, como políticas de assistência social ou de inclusão racial no mercado de trabalho, na educação, no esporte, no lazer, dentre outras. Este artigo consiste em uma revisão bibliográfica do racismo no Brasil, onde as pessoas que se sentem exploradas e oprimidas frequentemente não podem manifestar sua raiva contra um alvo identificável, ficando assim expostas à discriminação e ao preconceito. O objetivo deste artigo é analisar historicamente como a construção de culturas racistas e eugenistas tiveram impacto sobre a vida dos negros. Diante desta análise, será possível ao entendimento da razão pela qual os negros ainda são a população menos favorecida no país e de que maneira esse desfavorecimento os atrasou em setores educacionais, sociais e econômicos e como a aplicação de leis do Estado deveriam conduzir esses indivíduos em consonância com os Direitos Humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Negros. Mortalidade. Racismo Estrutural. Preconceito.

### INTRODUÇÃO

O Brasil concentra o maior número de população negra fora do continente africano. Passando-se 134 após a assinatura e oficialização da cidadania do povo negro, muitos ainda se encontram em condições desiguais em relação à população branca, o que reitera que a abolição não trouxe medidas e soluções eficientes para a integralização dos ex-escravos na sociedade brasileira.

O marco histórico da data, postulado na história oficial, não apaga as reflexões necessárias a respeito dos anos subsequentes à abolição.

Para entender a questão do racismo é preciso antes definir e destrincar o real significado dele. De acordo com (BATISTA apud DE ALMEIDA, 2018) “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertencem”.

É visível como foram utilizados argumentos históricos (de cunho religioso ou mitológico, na maioria dos casos) para legitimar o tratamento desigual e desumano com os negros na época da escravidão, pois ao desumanizar os negros, o ato de escravizar não era visto perante a sociedade como algo tão repugnante, visto que eram meros objetos, desprovidos de personalidade e direitos (VASCONCELOS 2012, p.139).

A população negra foi vítima da escravidão e do imperialismo europeu, e carregam o peso do acentuado estigma que é o preconceito racial e que por sua vez, é também estrutural (DE ALMEIDA, 2018) e explícita a ponto de tornar-se visível essa divisão entre negros e brancos.

A discriminação racial tem profundas raízes cultivadas no colonialismo e na escravidão, e só aumenta com o medo, a pobreza e a violência, infiltrando de forma agressiva em todo o aspecto da vida (educação e alimentos até a integridade física e a participação nas decisões) que afetam fundamentalmente a vida de cada pessoa.

As diferenças mais visíveis como a cor da pele, formato do nariz ou tipo de cabelo são determinadas por um grupo inócuo de genes. As diferenças entre um negro africano e um branco nórdico compreendem apenas 0,005% do genoma humano. E diante disso, do ponto de vista biológico, é evidente que raças humanas não existem. (SANTOS; PALOMARES; NORMANDO; QUINTÃO, 2010).

O conceito de raça é utilizado como forma de dividir e conseqüentemente alimentar o racismo, como é o caso dos dois fundamentais motores “colonialismo e a escravidão” que levaram os europeus a buscar respaldo científico para justificar suas atrocidades contra os negros.

Em razão da implementação de leis e das fiscalizações que têm ocorrido, podemos afirmar que a aplicabilidade dos Direitos Humanos dentro da própria Constituição Federal para o povo negro caminha em passos muito lentos.

Sendo assim, é notória a importância dos Organismos internacionais para a implementação das leis contra o racismo e a discriminação racial dentro do Brasil, de acordo com o texto do IPEA (GOES, SILVA, 2013).

Brasil foi o primeiro a assinar a Convenção Internacional sobre a eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial aprovada pela sessão da Assembleia geral, mas embora alegasse democracia racial já no período da implementação da lei, reiteramos que as leis e tratados internacionais regidos pelos Organismo internacionais foram sumariamente importantes para a implementação de leis no Brasil.

O Brasil concentra o maior número de população negra fora do continente africano. Passando-se 134 após a assinatura e oficialização da cidadania do povo negro, muitos ainda se encontram em condições desiguais em relação à população branca, o que reitera que a abolição não trouxe medidas e soluções eficientes para a integralização dos ex-escravos na sociedade brasileira.

O marco histórico da data, postulado na história oficial, não apaga as reflexões necessárias a respeito dos anos subsequentes à abolição.

Para entender a questão do racismo é preciso antes definir e destrincar o real significado dele. De acordo com (BATISTA apud DE ALMEIDA, 2018) “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertencem”.

É visível como foram utilizados argumentos históricos (de cunho religioso ou mitológico, na maioria dos casos) para legitimar o tratamento desigual e desumano com os negros na época da escravidão, pois ao desumanizar os negros, o ato de escravizar não era visto perante a sociedade como algo tão repugnante, visto que eram meros objetos, desprovidos de personalidade e direitos (VASCONCELOS 2012, p.139).

A população negra foi vítima da escravidão e do imperialismo europeu, e carregam o peso do acentuado estigma que é o preconceito racial e que por sua vez, é também estrutural (DE ALMEIDA, 2018) e explícita a ponto de tornar-se visível essa divisão entre negros e brancos.

A discriminação racial tem profundas raízes cultivadas no colonialismo e na escravidão, e só aumenta com o medo, a pobreza e a violência, infiltrando de forma agressiva em todo o

aspecto da vida (educação e alimentos até a integridade física e a participação nas decisões) que afetam fundamentalmente a vida de cada pessoa.

As diferenças mais visíveis como a cor da pele, formato do nariz ou tipo de cabelo são determinadas por um grupo inócuo de genes. As diferenças entre um negro africano e um branco nórdico compreendem apenas 0,005% do genoma humano. E diante disso, do ponto de vista biológico, é evidente que raças humanas não existem. (SANTOS; PALOMARES; NORMANDO; QUINTÃO, 2010).

O conceito de raça é utilizado como forma de dividir e conseqüentemente alimentar o racismo, como é o caso dos dois fundamentais motores “colonialismo e a escravidão” que levaram os europeus a buscar respaldo científico para justificar suas atrocidades contra os negros.

Em razão da implementação de leis e das fiscalizações que têm ocorrido, podemos afirmar que a aplicabilidade dos Direitos Humanos dentro da própria Constituição Federal para o povo negro caminha em passos muito lentos.

Sendo assim, é notória a importância dos Organismos internacionais para a implementação das leis contra o racismo e a discriminação racial dentro do Brasil, de acordo com o texto do IPEA (GOES, SILVA, 2013).

O Brasil foi o primeiro a assinar a Convenção Internacional sobre a eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial aprovada pela sessão da Assembleia geral, mas embora alegasse democracia racial já no período da implementação da lei, reiteramos que as leis e tratados internacionais regidos pelos Organismo internacionais foram sumariamente importantes para a implementação de leis no Brasil.

## **DISCUSSÃO**

A conversa sobre racismo no Brasil precisa sair do armário. O assassinato de George Floyd nos Estados Unidos foi para os brasileiros de um modo geral, um triste exemplo do racismo estrutural, que impera nas sociedades. Pouco depois, a morte de João Alberto, colocaram à realidade conhecida das pessoas negras: o racismo determina o modo de estar de homens e mulheres negras no mundo e de suas perspectivas de continuarem vivos.

Muito antes desses episódios, o Movimento Negro já trazia em suas pautas e lutas, a necessidade de levantarem onde historicamente, se oculta a podridão da sociedade brasileira,



que continua se organizando em torno de um ideal de superioridade branca e que tem no racismo e na violência os seus principais pilares de sustentação.

Nesse sentido, o que estamos vivenciando é o que Abdias Nascimento denominou “genocídio do negro brasileiro”, para abarcar um conjunto de políticas e violências que se voltavam contra a vida da população negra no Brasil.

Os dados apresentados no artigo reiteram como as pessoas negras são as mais atingidas pelas causas de mortalidade da população e ao mesmo tempo denuncia a falta de políticas públicas abrangentes que procurassem enfrentar de maneira integrada essa realidade.

Embora esses dados já sejam bastante conhecidos, reiteramos que negras e negros morrem real e simbolicamente todos os dias de fome, frio, falta de alimentação, de moradia, de tiro.

De acordo com o Atlas da Violência 2020, pretos e pardos representaram, em 2018, 75,7% das vítimas de homicídios, enquanto as pessoas não negras a taxa foi de 13,9%. Em direções opostas, entre 2008 e 2018, as taxas de homicídio apresentaram um aumento de 11,5% para pessoas negras, enquanto para os não negros houve uma diminuição de 12,9%.

Assim, por exemplo, a chance de uma mulher negra ser assassinada é quase duas vezes mais alta em relação às não negras, uma vez que para cada mulher não negra, morrem 1,7 mulheres negras. Os dados são estarrecedores e apresentam o dia a dia do povo negro no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos reflexos dessa conformação coagida à população negra, explicitam-se nesse estudo os diferentes efeitos nocivos que se consolidaram no Brasil sobre a juventude negra, cotidianamente morta pelo sistema e suas engrenagens. Assim,

A barbárie pode ser observada no tipo de tratamento que as pessoas mantêm entre si. Mesmo em se tratando de sociedades de classe, onde as classes dominantes gozam de privilégios que não se estendem às demais classes, o tratamento humano pode prescindir do uso de tortura ou violência, como recomendação por regras da civilização. A história da humanidade, em suas diversas épocas, está, contudo, repleta de atos de violência e de tortura, ou seja, de barbárie para com o outro que, então, não é considerado como semelhante. (OLIVEIRA, 2017, p. 21)

Jovens negros “em uma sociedade ‘racializada’ e fortemente marcada pela tradição colonial (...) transforma as pessoas em seres incapazes de reconhecer a dor do outro” (ALMEIDA, 2014, p. 150).

Perante tanta omissão e violência estruturalmente construída e reproduzida, não é questão de coincidência que antes mesmo de ‘abrir a boca’ o jovem negro seja tachado de bandido, criminoso ou raça inferior a branca.

Tudo isso é resultante de uma escravidão que, lamentavelmente, perpetua-se até os dias de hoje. Direcionado por esse pensamento, o capitalismo nos mantém numa condição de aceitação das ordens impostas, reafirmando e legitimando a desigualdade social.

Assim, o Estado, referenciado como o ‘democrático de direitos’, que deveria priorizar o combate à violência contra a população negra, age de forma negligente e omissa, fortalecendo as ações extralegais dos agentes de segurança pública, o que explicita seu real caráter e função nesta sociabilidade capitalista.

Em síntese, a violência tem seu fundamento numa sociabilidade violenta, cuja maior delas é a exploração de uns sobre outros, de uma classe social e econômica sobre outra.

#### Segundo IAMAMOTO

A questão social expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando amplos segmentos da sociedade em situação de marginalidade em relação aos bens materiais e espirituais civilizatórios. (IAMAMOTO, 2008, p.160)

Meios de informação retratam todos os dias uma série de reportagens cujo cenário catastrófico é de cadáveres expostos no chão, policial com arma na mão, desespero e dor pulsando no coração daqueles historicamente explorados e mortos por este sistema.

Os jovens negros, mesmo sendo esmagados pelo sistema, colocados no patamar de invisibilidade nessa quadratura.

Além desse massacre por parte dos fardados, há também ocorrências de violência entre os próprios sujeitos da comunidade a que pertencem, bem como de comunidades vizinhas, desencadeando confusões embasadas nos mais triviais motivos. Em muitos desses conflitos comunitários, o resultado é a morte, cada vez mais alarmante, de jovens negros e pobres.

Reivindicamos a vida de todos. Mortes que poderiam e deveriam ser evitadas, são desperdiçadas, em potencial, pela negligência e pela indiferença do poder público, das instituições e dos sujeitos sociais.

Perante a lei, zela-se o princípio da equidade e justiça. No entanto, as diferenças e as desigualdades assumem um considerável papel neste contexto, direcionando o funcionamento

do sistema de justiça criminal, que embora não admita, acaba se tornando enviesado por vários determinantes.

Entendemos que enquanto o Estado brasileiro for alicerçado a uma elite política e econômica, ocorrerá desfavorecimentos em face de grupos que carregam diferenças étnico-raciais e sociais, perpetuando condutas discriminatórias e preconceituosas. Os autos processuais transformam-se muitas vezes, os fatos em versões, perdendo a essência e a importância da concreticidade dos fatos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 65.810, de 8 de Dezembro de 1969. **Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.**

CARLYLE, Thomas. Occasional Discourse on the Negro Question. **Fraser's Magazine for Town and Country**, New Orleans, vol. 2, n. 4, p. 527-538, 1849.

DE ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

GOES, Fernanda Lira; SILVA, Tatiana Dias. O Regime Internacional de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial. **Texto para Discussão, nº1882.** Brasília: IPEA, 2013.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares.** 1º edição. Rio de Janeiro. Editora Globo S.A, 2019.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche.** São Paulo: Cortez Editora, 7ª Ed. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira.** Disponível em: Acessado em 18 de outubro de 2021.

MELO, Celso Eduardo S. de. Racismo e Violação dos Direitos Humanos pela Internet – Estudo da Lei 7716/89. **Dissertação de Mestrado** – Faculdade de Direito da USP, 2010.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**, 3a. ed. Com textos de Wole Soyinka, Florestan Fernandes, Elisa Larkin Nascimento. São Paulo: Editora Perspectiva / IPEAFRO. 2016.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948.**

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução no 1.904. Declaração das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial**, 1963.

# CAPÍTULO 8

## A DOUTRINA NEOLIBERAL PELO MUNDO ONTEM E HOJE

Natália Araújo de Oliveira

### RESUMO

O capítulo de livro é um texto dissertativo argumentativo que tem como foco o neoliberalismo, tema tão central na nossa sociedade atual. O objetivo do trabalho é discutir desde as origens do neoliberalismo chegando até os dias atuais, com enfoque nas políticas neoliberais ou ainda neoliberais-desenvolvimentistas adotadas e seus reflexos nas sociedades em que foram implantadas, com ênfase no Brasil. O texto inicialmente versa sobre as origens do neoliberalismo, trazendo o contexto da década de 1940, o fortalecimento do Estado de bem-estar social e o neoliberalismo surgindo como contraponto, citando, em especial, o austríaco Friedrich Hayek, autor de *O caminho da servidão* (1944) e também a Sociedade Mont Pèlerin, que nasce em 1947 para combater o keynesianismo e instaurar um capitalismo duro e livre de regras. Em seguida, o texto destaca a doutrina neoliberal em ação, mostrando as ações adotadas nos países que a seguiram, com destaque ao neoliberal-desenvolvimentismo adotado no Brasil. Por fim, as considerações finais trazem um panorama dos resultados das políticas neoliberais adotadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Neoliberalismo; Estado de bem-estar social; Capitalismo.

### INTRODUÇÃO

O mundo atual é marcado pela ideia que o profissional é chefe/empreendedor de si mesmo, que ele tem de ser uma miniempresa, que o trabalhador na verdade é colaborador e que o mercado deve ser livre, de modo a se organizar e estabelecer sozinho. Os resultados disso são vistos a partir de um trabalho precarizado que adoce o trabalhador, com privatizações, retirada de direitos, desconfiança do que é público e ideia que a empresa e o mercado têm valores morais superiores ao Estado. Todos os pontos acima trazidos partem de um tema central, o neoliberalismo, foco do presente texto.

Definido por Harvey (2005) como a teoria das práticas político-econômicas que propõem que, a partir de liberdades e capacidades empreendedoras individuais, o bem-estar da sociedade terá maior êxito, o neoliberalismo, ainda que bastante atual, tem origens que remontam ao final da década de 1940, se fazendo presente ora de maneira mais constante ora mais discreta ao longo das últimas décadas.

O presente capítulo de livro traz um texto dissertativo argumentativo que debate esse tema tão central na nossa sociedade, com o objetivo de discutir desde as origens do

neoliberalismo chegando até os dias atuais, com enfoque às políticas neoliberais ou ainda neoliberais-desenvolvimentistas adotadas e seus reflexos nas sociedades em que foram implantadas. Dividido em três tópicos, inicialmente o texto se aprofunda nas origens do neoliberalismo e seu nascimento como contraponto ao *Welfare State*. Em seguida, no tópico seguinte, é destrinchada a adoção de políticas neoliberais ao redor do mundo, com apontamentos do contexto socioeconômico em voga e destaque ao Brasil. Por fim, as considerações finais trazem um panorama dos resultados das políticas neoliberais.

## **ORIGENS DO NEOLIBERALISMO**

O neoliberalismo deve ser definido como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico do século passado. Ele nasceu logo após a Segunda Guerra Mundial, na Europa e América do Norte, onde o capitalismo imperava. Surgiu como forte reação teórica e política contra o Estado Intervencionista e do Bem-estar (*welfare state*). No Estado do bem-estar o governo assume a responsabilidade básica pelo bem-estar de seus cidadãos, propiciando recursos básicos como saúde, educação e emprego, sendo, desta maneira, protetor, defensor social e organizador da economia. De acordo com Chaui (2005), o Estado do bem-estar social foi implantado nos países capitalistas avançados do hemisfério norte como defesa do capitalismo contra o perigo da volta ao nazifascismo e da revolução comunista.

Para Offe (1983, p. 42), o estado de bem-estar social é definido como “conjunto de habilitações legais dos cidadãos para transferir pagamentos dos esquemas de seguro social compulsório para os serviços organizados do Estado (como saúde e educação)”. Ainda segundo o autor, as origens ideológicas do *welfare state* são misturadas e heterogêneas, perpassando desde fontes socialistas até católicas conservadoras. A ideologia do Estado do bem-estar foi inspirada nas ideias do economista John Keynes, que tinha como intenção estratégica uma política econômica que promovesse desenvolvimento e pleno emprego, protegendo os afetados pelos riscos e contingências da sociedade industrial, criando assim uma medida de igualdade social (OFFE, 1983).

Para combater o Estado do bem-estar surgiu o neoliberalismo, sendo o texto que o origina *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, escrito em 1944, que ataca o controle da economia pelo Estado, denunciando-o como ameaça à liberdade econômica e política. Em 1947, enquanto os Estados de bem-estar se construíram no pós-guerra europeu, o austríaco Hayek reuniu pensadores que partilhavam de seus ideais em Mont Pèlerin, na Suíça, estando presente não só inimigos do Estado de bem-estar como também do *New Deal* norte-americano.

Vale lembrar que os Estados Unidos enfrentavam neste momento sua maior recessão pós queda da bolsa de valores de 1929. Com o *New Deal*, o Estado estadunidense tornou-se o principal agente do reativamento econômico do país, com construção de grandes obras públicas para aumentar a taxa de emprego, além de concessão de créditos as empresas e medidas assistenciais aos trabalhadores.

Cita-se entre os presentes no encontro do grupo de pensadores de deram início à ideologia neoliberal, além do próprio Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga. Estes fundaram a Sociedade Mont Pèlerin, uma organização que se reunia a cada dois anos. O grupo tinha por objetivo combater o keynesianismo e instaurar um capitalismo duro e livre de regras para o futuro. Afirmavam que o Estado do bem-estar destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, assim como asseveravam que a desigualdade era um valor positivo, mais que isso, indispensável para as sociedades ocidentais (ANDERSON, 1998). De acordo com Lopes (2008), com o intuito de convencer acerca da necessidade de adoção das políticas neoliberais, a sociedade de Mont Pèlerin se valia de dados estatísticos que mostravam que o período de menor inovação na Europa havia sido durante o Estado do bem-estar, enquanto o Japão, que não possuía esse tipo de política, só crescia.

Para os neoliberalistas, a função do Estado deveria estar restrita ao policiamento, justiça e defesa nacional (ARANHA; MARTINS, 2003). Legitimando a assertiva anterior, cita-se o discurso do Instituto Liberal (apud GROS, 2004, p.152) que afirma que “o papel do Estado não é planejar a economia, nem constituir uma sociedade igualitária. A principal função do Estado deve ser a de manter a ordem e garantir que as leis sejam cumpridas”.

Para os neoliberalistas, o Estado do bem-estar é incompatível com uma sociedade baseada em preceitos capitalistas, o que pode ser percebido na fala do um sociólogo neoliberalista de Harvard:

É lamentável que aqueles que desejam defender o *welfare state* [...] gastem suas energias persuadindo o público de que o *welfare state* não solapa os incentivos, as poupanças, a autoridade ou a eficiências [...] O que a direita reconheceu muito melhor do que a esquerda é que os princípios do *welfare state* são incompatíveis, diretamente, com um sistema de mercado capitalista [...] O *welfare state* morde a própria mão que o alimenta. A sua principal contradição é a [...] tensão entre o mercado e a política social (OFFE, 1983, p. 47).

Miliband (1982) contrapõe a fala do neoliberalista acima ao lembrar que a intervenção do Estado na economia presidiu a história do capitalismo e o guiou em seus primeiros passos,

além de jamais deixar de ser importante nas atividades capitalistas, mesmo nos países mais apegados ao *laissez-faire* e a um rígido individualismo.

O Banco Mundial (apud UGÁ, 2004) também posicionou-se contra a intervenção do Estado na economia e seus relatórios de 1997 apontavam que este deveria adaptar-se ao mundo que se transformava, procurando aumentar sua eficiência e, desta maneira, não ser mais o promotor direto do desenvolvimento, mas sim deixar essa tarefa para os mercados, retraindo sua atuação e tornando-se um facilitador e parceiro do mercado. Logo, os Estados deveriam ser um complemento do mercado e não os substituir.

## NEOLIBERALISMO ONTEM E HOJE

Por muitos anos os ideais da sociedade Mont Pèlerin ficaram esquecidos, até a década de 1970 quando o capitalismo sofreu uma profunda recessão que reunia baixas taxas de crescimento com inflação alta, o que proporcionou um campo fértil para a doutrina neoliberal. Para a sociedade de Mont Pèlerin, a crise estava arraigada no poderio exercido pelos sindicatos e pelo movimento operário que havia destruído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicatórias sobre seus salários e que havia feito com que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1998).

Ainda segundo os neoliberais, em virtude dessas pressões exercidas pelos trabalhadores, os níveis de lucro das empresas decaíram consideravelmente e provocaram inflação, que gerou por fim uma crise generalizada de economia do mercado. E a solução para eles estava clara, manter um Estado sem alianças com sindicatos e moderado nos gastos sociais e nas intervenções econômicas, sendo a estabilidade monetária a meta de qualquer governo. Este Estado deveria ter disciplina orçamentária, com contenção de gastos com bem-estar, além de possuir uma reserva de trabalhadores disponíveis, o que aumentaria o nível de desemprego e controlaria os sindicatos. Ademais, eram necessárias reformas fiscais, o que significava redução de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Logo, de acordo com os neoliberais, o crescimento retornaria assim que a estabilidade monetária e os incentivos essenciais fossem recuperados (ANDERSON, 1998).

De acordo com Francisco de Oliveira (apud CHAUI, 2005) não foram as ideias dos pensadores de Mont Pèlerin que colocaram o neoliberalismo em marcha, mas sim as contradições do fundo público implantado pelo Estado do bem-estar que proporcionaram seu colapso e o triunfo neoliberal.

Somente em 1979, com a eleição do governo Thatcher na Inglaterra que a doutrina neoliberal começou a ser colocada em ação, sendo este o primeiro dos países capitalistas empenhado em pôr em prática os ideais da Sociedade de Mont Pèlerin, sendo seguido pelos Estados Unidos com Reagan em 1980, Kohl na Alemanha em 1982, Schluter em 1983 na Dinamarca e outros (ANDERSON, 1998).

Destes governos, o de Thatcher foi o que seguiu mais fielmente o ideário neoliberal, contraindo a emissão monetária, elevando taxa de juros, baixando impostos sobre altos rendimentos, extinguindo controles sobre fluxos financeiros, criando altos níveis de desempregos, impondo uma nova legislação sindical, cortando gastos sociais e privatizando serviços como habitação inicialmente e *a posteriori* elementos da indústria básica, como aço, eletricidade, petróleo, entre outros. Já nos Estados Unidos, onde quase não havia o Estado do bem-estar, a prioridade neoliberal estava focada na competição militar com a União Soviética, lembrando que um dos pontos da política neoliberal era o combate ao comunismo. Outras ações realizadas por Reagan foram a redução de impostos em favor da classe alta e elevação de taxas de juros (ANDERSON, 1998).

Enquanto isso no norte do continente Europeu (principalmente nos países católicos) havia um neoliberalismo mais prudente, que enfatizava mais a disciplina orçamentária e reformas fiscais que cortes com gastos sociais ou afrontas com sindicatos. E no sul do continente neste período eram eleitos pela primeira vez governos de esquerda, chamados de euro-socialistas, como Mitterrand na França, González na Espanha, Soares em Portugal, Craxi na Itália e Papandreou na Grécia. Em especial Mitterrand e Papandreou esforçaram-se para pôr em prática uma política de deflação e redistribuição, de pleno emprego e proteção social. Como comenta Miliband (1982), a intervenção do Estado na França assumiu formas institucionais mais elaboradas que em qualquer outro lugar do mundo capitalista. Porém, os projetos do governo francês falharam e a França viu-se se forçada pelo mercado financeiro internacional a realizar uma política econômica similar ao modelo neoliberal, com primazia a estabilidade financeira, contenção de orçamento e fim do pleno emprego (ANDERSON, 1998).

No outro lado do planeta, a Austrália e Nova Zelândia vivenciavam projetos neoliberais radicais liderados por governos de esquerda, desmontando de maneira impiedosa o Estado do bem-estar que ocorria naquele momento, o que revelou o alcance das ideias neoliberais, haja vista que elas começaram em governos de direita radical a posteriormente foram adotadas por diferentes formas de governos. Porém, é importante salientar que alguns países se mantiveram



isentos de pressões neoliberais, como o Japão, a Suécia e a Áustria até o final dos anos 80 (ANDERSON, 1998).

Ao verificar-se os resultados do neoliberalismo durante os anos 1980 aponta-se que ele: conseguiu conter a inflação nos países da Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento (OCDE), passando de 8,8% para 5,2% entre os anos 1970 e 1980; obteve êxito na recuperação dos lucros das empresas, visto que nos anos 1970 a taxa de lucros nos países da OCDE caiu 4,2% e nos anos 80 subiu 4,7% (ANDERSON, 1998). Anderson (1998) afirma que o motivo principal para esta mudança foi a derrota do movimento sindical, reflexo do reduzido número de greves durante os anos 80 e da contenção de salários. Esse enfraquecimento da luta sindical refletiu da prática de reserva de mão-de-obra trabalhadora da política neoliberal, na qual há um crescimento das taxas de desemprego, vista como mecanismo natural e indispensável ao mercado. Logo, a taxa média de desemprego que havia permanecido em torno de 4% nos anos 70 nos países que compõem a OCDE duplicou durante os anos 80. E por fim outro objetivo do neoliberalismo foi alcançado - o aumento da desigualdade.

Para Anderson (1998), mesmo com o alcance de várias metas, como redução da inflação, aumento dos lucros entre outros, a política neoliberal não alcançou seu objetivo primordial, *reanimar o capitalismo mundial*, restaurando altas taxas decrescimento estáveis, como as existentes antes da crise deflagrada na década de 1970. Deste ângulo os resultados mostraram-se frustrantes, não havendo nenhuma mudança nas taxas de crescimentos dos países integrantes da OCDE. Marconi e Lakatos (1999) corroboram Anderson (1998) ao salientar que o neoliberalismo alcançou êxito no que se refere ao controle da inflação e salientam também seu sucesso na imposição de disciplina fiscal, mas, de acordo com as autoras, à custa de um enorme retrocesso social, com agravamento das desigualdades em todos os lugares onde foi implantado.

Anderson (1998) questiona como a recuperação dos lucros não levou a recuperação dos investimentos e, em seguida responde à indagação afirmando que a desregulamentação financeira criou condições mais propícias a inversão especulativa que produtiva. Outro fator que contribuiu sobremaneira ao malogro do neoliberalismo foi o peso do bem-estar que não diminuiu muito, visto a necessidade de amparo aos desempregados e aumento no número de aposentados.

Já durante a década de 90, de acordo com Anderson (1998), mesmo com a recessão do capitalismo e com endividamento de diversos países ocidentais, o neoliberalismo teve forças

para continuar ganhando uma nova roupagem na Europa. Governos como de John Major na Inglaterra de 1992, Berlusconi na Itália de 1993, e Kohl ainda na Alemanha deram continuidade ao avanço neoliberal, além de países que haviam resistido ao neoliberalismo terem sido derrotados nas eleições, como a Suécia que passou a ser governada por uma frente de direita a partir de 1991.

Durante a década de 1990, o neoliberalismo continuou reinante em diversos países, como pode ser visto em privatizações realizadas em países como Alemanha, Áustria e Itália. Mesmos países que se declaravam anti-neoliberais mostravam ações contrárias aos seus discursos. A vitória dos Estados Unidos sobre a União Soviética deu novo brio ao ideário neoliberal, pois representou a vitória não só do capitalismo sobre o socialismo, mas a vitória do neoliberalismo, a vitória de Reagan e Thatcher.

Nos novos países surgidos com o desmembramento da União Soviética o neoliberalismo apresentou-se muito mais forte, rejeitando o keynesianismo, o Estado do bem-estar, e economia mista, realizando privatizações muito mais amplas e rápidas que no Ocidente, além de promover grande desigualdade social. Verifica-se a ideologia dessas ações nos escritos do primeiro-ministro da República Tcheca, Vaclav Klaus durante os anos 1990. De acordo com ele:

O sistema social da Europa ocidental está demasiadamente amarrado por regras e pelo controle social excessivo. O Estado do bem-estar, com todas as suas transferências de pagamentos generosos desligados de critérios, de esforços ou méritos, destrói a moralidade básica do trabalho e o sentido de responsabilidade individual. Há excessiva proteção e burocracia. Deve-se dizer que a revolução thatcheriana, ou seja, anti-keynesiana ou liberal, parou – numa avaliação positiva – no meio do caminho na Europa ocidental e é preciso completá-la (KLAUS *apud* ANDERSON, 1998, p. 18).

De acordo com Anderson (1998), o impacto do neoliberalismo demorou a ser sentido na América Latina, exceto no Chile, que foi o primeiro país neoliberal no mundo com a ditadura de Pinochet. Vale lembrar que o neoliberalismo não tem a ditadura como inimiga, visto que a democracia jamais havia sido um valor central da doutrina, como o próprio Hayek afirmava. Entre as medidas neoliberais adotadas pelo ditador Pinochet inclui-se desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, além de privatizações dos bens públicos.

Os anos 1980 na América Latina foram marcados pela queda do desempenho e a exaustão do modelo desenvolvimentista adotado na região. O fim das ditaduras e a volta a democracia geraram crises políticas e o endividamento externo agravou a instabilidade monetária, ocorrendo hiperinflação, aumento o descontentamento da sociedade. A superproteção dada às empresas locais levou baixa produtividade sistêmica da economia. Este

caldeirão de problemas mostrou-se como terreno fértil para as ideias neoliberais serem apresentadas durante as campanhas presidenciais (CERVO, 2000) resultando na hegemonia do neoliberalismo a partir dos anos 90 pelas mãos do general Banzer, na Bolívia, Salinas no México, Menem na Argentina, Fujimori no Peru, Localle no Uruguai, Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso (FHC) no Brasil entre outros. Cervo (2000) comenta que na Argentina realizou-se uma experiência liberal radical enquanto o Brasil enfrentou uma experiência mista, situada entre o paradigma desenvolvimentista e o neoliberal.

Essas lideranças da América do Sul, com muita facilidade, implementaram nesses países uma nova visão de mundo, desvinculadas de objetivos, valores, ideias e compromissos políticos voltados a herança histórica do local. Estas acreditavam que a partir das políticas neoliberais conseguiriam retirar seus países do atoleiro fiscal e colocá-los no caminho do desenvolvimento (CERVO, 2000). Porém, os resultados foram ondas de privatização e choques de abertura comercial. Segundo Coutinho (2006), imaginava-se que a liberalização modernizaria a economia nacional, o que a tornaria mais competitiva. Todavia, a prática revelou a manutenção das econômicas primário-exportadoras deficitárias e também o desmantelamento da indústria local.

O Estado desenvolvimentista brasileiro entrou em crise devido à incapacidade de o país pagar a dívida externa no início da década de 80, dificultando o relacionamento do Brasil com a ordem capitalista mundial. Sendo assim, a crise só poderia ser vencida mediante uma nova articulação econômica nacional e, conforme a decisão tomada no país poderia surgir dificuldades nas relações do Brasil com centros econômicos e políticos mundiais. Outros fatores predominantes para a adoção do neoliberalismo no Brasil referiam-se a suspensão dos fluxos voluntários dos empréstimos bancários para países devedores da América Latina, incluindo o Brasil, devido à moratória mexicana e a economia global que se movia cada vez mais do paradigma keynesiano para a ortodoxia monetarista. Essas mudanças globais restringiram muito a autonomia da política econômica nacional. No cenário interno, a nova democratização nacional permitiu as classes populares, parte das classes médias e até mesmo alguns setores empresariais questionar a capacidade do Estado controlar a sociedade como antes (SALLUM JÚNIOR., 2003).

As medidas econômicas reformistas do governo da Nova República escolhidas para superação da crise no país estimularam, no interior da elite brasileira, a aceitação das ideias liberais em voga no mercado mundial. As políticas nacionais mostravam-se ineficientes em interromper a inflação e retomar o crescimento econômico de forma sustentada no país, sendo

interpretadas pela elite como ameaças à propriedade privada, visto que restringiam a liberdade do mercado assim como ameaçam os contratos. A partir de então a elite mobilizou-se para controlar as ações tomadas pelo Estado, orientando-se, pelo menos em partes, pela ideologia neoliberal que vinha sendo difundida desde os anos 1970 por instituições econômicas multilaterais, por *think tanks*<sup>8</sup> e governos de outros países (SALLUM JÚNIOR., 2003).

Logo, principalmente a partir de 1987 em diante a elite econômica do país passou ir contra o intervencionismo do Estado, exigindo medidas como desregulamentação, melhor acolhida do capital estrangeiro, privatização de empresas do Estado entre outros. Percebe-se então que, embora o neoliberalismo no Brasil tenha se tornado hegemônico, somente nos anos 1990, essa supremacia começou a ser edificada ainda na segunda metade dos anos 1980 (SALLUM JÚNIOR., 2003; SADER, 1998). Prosseguindo a política liberal do país, o governo Collor iniciou seu mandato com o intuito de realizar a liberalização prometida na disputava das eleições, descartando as estratégias desenvolvimentistas anteriormente realizadas no país. Contudo suas ações, que incluíam congelamento de preços e confisco de poupanças nacionais, foram insuficientes para superar a crise iniciada em 1983, e sua renúncia durante o processo de *impeachment* deu fim a seu mandato e acirrou a crise do país (SALLUM JÚNIOR., 2003).

O Estado Brasileiro dos anos 1990 hesitou em tornar-se, nas palavras de Cerro (2000) *normal*, como a Argentina, Chile e México entre outros, ou seja, tornar-se receptivo, submisso e subserviente aos interesses hegemônicos do mundo globalizado. Ainda de acordo com o autor, no Brasil a classe neoliberal não chegou a tornar-se hegemonia na intelectualidade nacional, visto que grande parte do meio político, diplomático e acadêmico do país avaliou positivamente a estratégia desenvolvimentista realizada no país nas décadas anteriores.

Já as ideias liberais, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, mudaram drasticamente as relações anteriores entre mercado/Estado e ordem das prioridades do Estado em relação aos segmentos socioeconômicos do país (SALLUM JÚNIOR., 2003). Para Guimarães (2002), o governo FHC alterou o padrão das relações entre o Brasil e o mercado capitalista internacional, com avanço dos direitos do grande capital financeiro em detrimento da soberania do país, além de aumentar a dívida externa, desnacionalizar setores produtivos e financeiros chaves do país, desregular o controle de fluxos de capitais. Estas ações

---

<sup>8</sup> Os *think tanks* são instituições de pesquisa que produzem projetos de políticas públicas norteados pela doutrina do neoliberalismo.

fizeram, de acordo com o autor, o país recém-democrático perder para os mercados financeiros parte substantiva das deliberações acerca de seu destino econômico. Outras medidas ocorridas durante o governo FHC referem-se à perda de direitos dos trabalhadores e redução das políticas assistenciais, que passaram a ser dirigidas somente a grupos de extrema penúria (VIANA *apud* GUIMARÃES, 2002).

Já Sallum Júnior vê o governo FHC como liberal-desenvolvimentista, pois a principal regra do Estado era não intervir na economia, a não ser como reguladora e quando muito como financiadora. O governo Lula, para Sallum Júnior (2008), representou a consolidação da hegemonia liberal ocorrida no governo FHC com orientações desenvolvimentistas, no qual ambos adotaram como valor supremo a ser atingido a estabilidade monetária. Por conseguinte, o governo Lula não alterou as reformas liberalizantes ocorridas durante o governo anterior, que foram agravadas em especial a partir do golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, com a ocupação do cargo por Michel Temer e posteriormente por Bolsonaro, que tem como ministro da economia Paulo Guedes, conhecido por seus discursos neoliberais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento do neoliberalismo houve certa estabilidade monetária e aumento da produtividade do sistema empresarial, em especial na América Latina. Entretanto, tudo isso a custos muito altos, como a desconstrução do núcleo central da economia, endividamento interno e externo, alienação do patrimônio nacional e transferência de renda, de modo que os governos neoliberais reintroduziram mais um século de dependência estrutural, o atraso histórico cuja superação ficou mais distante (CERVO, 2000). Corroborando Cervo (2000), Prado (2008) aponta que este promoveu regressão do desenvolvimento do bem-estar social, redução de direitos dos trabalhadores e concentração da renda nas mãos de uma minoria.

Com a virada do milênio o mundo viveu mais uma crise do capitalismo e esta, de acordo com Arbex Júnior (2000b), é resultado da impossibilidade da ordem mundial neoliberal. Contudo, comenta o autor, apesar de todas as evidências, especialistas, jornalistas, professores e intelectuais neoliberais insistem que se trata apenas de problemas conjunturais em seu modelo hegemônico. Apesar do epicentro da crise ser estadunidense, ela foi sentida em diversas partes do mundo com recessão, desemprego, queda de bolsas de valores, aumento da taxa de câmbio, queda no setor de serviços entre outras.

Esta crise, apesar de deflagrada em outubro de 2008, teve início com em meados de 2007 com estouro de hipotecas impagáveis nos Estados Unidos. Já em 2008, com a quebra de

bancos e segurados nacionais, o Banco Central dos Estados Unidos (FED) destinou 1 trilhão de dólares (cerca de 10% do PIB do país) à estatização dessas instituições falidas com o objetivo de evitar uma segunda crise de 1929. Esta situação é em si irônica, como o próprio Arbex Júnior (2008a) comenta, se lembrarmos que, em nome de princípios neoliberais o presidente Bush não quis mobilizar recursos do Estado para salvar as vítimas do furacão Katrina que atingiu Nova Orleães, principalmente se percebemos que essas vítimas eram, em especial, pobres e negras. Mas empresas o presidente Bush não viu problemas em salvar com o dinheiro público.

Com a crise financeira atual fala-se sobre o fim do neoliberalismo, crise do capitalismo. Vale deixar claro que o que se esgota no momento não é o capitalismo em si, mas sim talvez uma espécie de limite máximo de seu modelo neoliberal. Dessa maneira, nesse momento em que o Estado volta a atuar na economia, temos um retorno às sugestões da política econômica proposta por Keynes, na qual é necessária a intervenção e regulação do Estado no mercado para que ele não se autodestrua.

Nas palavras de Paulani (2008), a principal contribuição de Keynes que se mostra neste momento com a crise atual é que a economia capitalista não produz sozinha equilíbrio e harmonia necessárias ao bom desenvolvimento econômico. Quanto mais *laissez-faire* e quanto menos regulado, mas forte sua probabilidade de enroscar-se sozinho, gerando crises como a atual. Citando Ferrari Filho (2008, p. 13), “a ‘mão invisível’ do mercado não funciona sem ‘mão visível’ do Estado”. Logo, como esclarece Carcanholo (2008), a única “saída” para o capital é contar com a atuação incisiva e decisiva do Estado.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo: *In: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* São Paulo: Paz e Terra, 1998, p.9-23.

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: introdução à filosofia.* 3 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

ARBEX JÚNIOR, J. Por quem os sinos sobram ou: o monstro não morreu, mas agoniza. *Revista Caros Amigos*, ano XII, n.º 139, p. 42., out. 2008a.

ARBEX JÚNIOR, J. Xiiiiiiii... os tempos que se avizinham são perigosos. *Revista Caros Amigos*, ano XII, n.º 140, p. 35, nov. 2008b.

CARCANHOLO, M. A lógica hegemônica do capital fictício: entrevista com Marcelo Dias Carcanholo. [Entrevista concedida ao] *Instituto Humanitas UNISINOS*, São Leopoldo, 19 out.

2008. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/17540-a-logica-hegemonica-do-capital-ficticio-entrevista-especial-com-marcelo-dias-carcanholo>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CERVO, A. M. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. *Revista Brasileira Política*. Brasília, v. 43, n. 2, p. 5-27, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292000000200001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000200001&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 22 dez. 2008.

CHAUI, M. *Convite à filosofia*. 13 ed. São Paulo: Ática, 2005.

COUTINHO, M. Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea. *Rev. Sociologia Política*, Curitiba, n. 27, p. 107-123, 2006. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rsocp/n27/08.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n27/08.pdf). Acesso em: 02 jan. 2009.

FERRARI FILHO, F. A “mão invisível” do mercado não funciona sem a “mão visível” do Estado. [Entrevista concedida ao] *Instituto Humanitas UNISINOS*, São Leopoldo, 06 out. 2008. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2205-fernando-ferrari-filho-1#:~:text=Fernando%20Ferrari%20Filho%20%2D%20A%20%E2%80%9Cm%C3%A3o,%E2%80%9Cm%C3%A3o%20vis%C3%ADvel%E2%80%9D%20do%20Estado>. Acesso em: 22 dez. 2008.

GROS, D. B. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.19, n.54, p. 143-160, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/YMpgHFWNB8qgDstVdtHVHDr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jan. 2009.

GUIMARÃES, J. A crise do paradigma neoliberal e o enigma de 2002. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n.4, p. 136-144, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/wJjRmqbCTg3FxS9WnbCkwsM/?lang=pt>. Acesso em: 02 jan. 2009.

HARVEY, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de. A. *Sociologia geral*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LOPES, J. R. *Balanço do neoliberalismo*. Aula proferida pela UNISINOS na UNEMAT - Campus de Sinop, 15 dez. 2008.

MILIBAND, R. *O Estado na sociedade capitalista*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OFFE, C. A democracia partidária competitiva e o welfare state keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 26, n.1, p. 29-51, 1983. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1aCgVSIne2ZDHAKs5b0D4TEDdPHYfDQhx/edit>. Acesso em: 22 mar. 2022.

PAULANI, L. O discurso neoliberal continuará impassível a desfiar os seus disparates. [Entrevista concedida ao] *Instituto Humanitas UNISINOS*, São Leopoldo, 2008. Disponível em: [http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com\\_tema\\_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1343](http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1343). Acesso em: 22 dez. 2008.

PRADO, A. Hegemonia neoliberal: “Certamente não foi um período brilhante para a história da humanidade”. [Entrevista concedida ao] *Instituto Humanitas UNISINOS*, São Leopoldo, 2008. Disponível em: [http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com\\_tema\\_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1339](http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1339). Acesso em: 22 dez. 2008.

SADER, E. A hegemonia neoliberal na América Latina. In: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 35-37.

SALLUM JÚNIOR., B. Hegemonia liberal, desenvolvimentismo e populismo: notas sobre a especificidade do governo Lula. *Revista Nueva sociedad*, n. 217, 2008.

SALLUM JÚNIOR., B. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 35-55, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/86VVZRWPQ3sH9ndTsdH7tjz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 dez. 2008.

UGÁ, V. D. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n° 23, p. 55-62, 2004. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24621.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24621.pdf). Acesso em: 02 jan. 2009.



# CAPÍTULO 9

## EDUCAÇÃO EM CONTEXTO : REFLEXOS DO USO DA TECNOLOGIA EM VIDA E NA SOCIEDADE

Abraão Danziger de Matos

### RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão a respeito do uso dos dispositivos móveis de comunicação (celular, *smartphones*, etc.) e sua implicação social e política. São apresentados diversos fenômenos contemporâneos relacionados ao desenvolvimento de uma sociedade hiperconectada. Tal sociedade é tratada comumente, pela maioria dos autores que se dedicam a retratá-la, como uma configuração que permite a verificação do ideal libertário associado ao desenvolvimento da cibercultura. Baseando este ideal em três pilares (liberdade de localização, de emissão e ideológica), o presente trabalho busca, nos estudos de Foucault, confrontá-los com a configuração de instrumentos de vigilância que são, também, observados sob três cortes de análise: a vigilância da localização, da emissão e ideológica. O objetivo é a indicação de proposições para uma discussão a respeito da estrutura de poder.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mobilidade; vigilância e controle; sociedade hiperconectada.

### INTRODUÇÃO

A apropriação cotidiana da técnica pelo indivíduo urbano contemporâneo propõe uma reflexão acerca das características das interações mediadas pelos dispositivos móveis e de sua contribuição para uma libertação idealizada e, também, para a vigilância e controle. No cerne desta problemática alguns aspectos são indicados como referências concorrentes à estruturação deste artigo: quais as características dessa sociedade hiperconectada? Como se caracteriza a assimilação e utilização dos novos dispositivos móveis de comunicação para o indivíduo urbano hodierno? De que forma a instrumentalização é agente potencializador do ideal libertário e ao mesmo tempo elemento controlador dos processos sócio-interacionais?

Assim, inicialmente será desenvolvida, neste artigo, uma apresentação de aspectos básicos gerais relacionados à sociedade contemporânea e do desenvolvimento e apropriação das tecnologias móveis. Posteriormente, será realizado um confronto de algumas situações possibilitadas pelo desenvolvimento de tais tecnologias, sob duas óticas: uma baseada no ideal libertário e outra dominadora, com base nos estudos de Foucault.

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de tecnologias móveis, segundo alguns autores (RHEINGOLD, 2003; LEMOS, 2004; LEMOS, 2006b; MITCHELL, 2002) tem propiciado o aparecimento de novas formas de organização social e urbana. Na primeira parte deste artigo, será apresentado o advento da mobilidade e suas repercussões nos espaços urbanos, nas interações sociais, e até nas transformações biológicas do Ser Humano.

## MOBILIDADE

À medida que a computação se dissemina pela sociedade, cresce o número de dispositivos móveis que possibilitam a comunicação remota. É uma tendência cada vez maior, a comunicação entre as pessoas se dar através de diferentes tipos de equipamentos pessoais, os quais se conectam a outros equipamentos e sistemas. Aos poucos os computadores estão em todos os lugares, embutidos em outros equipamentos com interfaces intuitivas. Como exemplo tem-se os *smartphones* - telefones com acesso a aplicações típicas de computadores - e PDAs (*Personal Digital Assistants*) e *handhelds* de última geração munidos com protocolos de rede sem fio (*WiFi*) que tenderá a desobrigar os usuários do *local específico para a conexão* (LEMOS, 2004).

Pesquisadores como Rheingold (2003), vêm desenvolvendo estudos acerca da “próxima revolução social” gerada pela difusão das tecnologias móveis, bem como a construção da experiência do sujeito a partir de um novo elemento técnico-comunicacional que reorganiza os padrões interacionais e reconhece um envolvimento direto do indivíduo pela rede, sem a necessidade de um deslocamento nos padrões convencionais. Assim, as interações sociais são ampliadas, não só através das redes telemáticas, mas também através da interação face-a-face, como será desenvolvido mais adiante neste artigo.

Portando um dispositivo móvel, o indivíduo pode, também, ampliar sua capacidade de interação com outras máquinas – mesmo que não tenham mais a aparência de máquinas, como é o caso do restaurante que envia seu cardápio ao aparelho celular de quem passa à frente do estabelecimento, ou do monumento que envia informações históricas a quem o solicita.

Outra tecnologia que já é largamente aplicada em dispositivos móveis é o *Bluetooth* - uma especificação que adota comunicações de rádio (ondas curtas) para distâncias pequenas, com a finalidade de transmitir dados e voz, possibilitando a conexão de aparelhos portáteis entre si sem a utilização de fios e cabos.

Esta mobilidade, que permite a conexão entre pessoas presentes em diferentes locais, a partir de qualquer lugar; que permite a conexão entre pessoas e máquinas; e ainda, que permite a conexão entre os diversos tipos de máquina é o que caracteriza o que está sendo chamado aqui de *sociedade hiperconectada*.

Em termos conceituais, pode-se definir mobilidade, brevemente, como a capacidade de acessar dados e informações de qualquer lugar, a qualquer momento. É esta característica que determina a criação dos espaços comunicacionais, que transforma o espaço urbano tradicional.

## **DESENVOLVIMENTO DE CIBERCIDADES**

A tecnologia digital, em suas diversas fases, tem permitido o desenvolvimento de comunidades que alteram as relações de sociabilidade, gerando as cidades digitais ou cibercidades. Basicamente, os estudos relacionados a essa temática apresentam duas concepções: a da representação análoga das cidades de concreto no ciberespaço, tendo como exemplo a cidade digital de Amsterdã; e a da evolução natural da cidade que começa a experimentar a emergência dos dispositivos comunicacionais; a cidade contemporânea.

Assim, compreende-se que não há como separar o espaço urbano clássico do movimento contemporâneo sócio-técnico. Não se trata de optar por viver em um espaço clássico, livre das novas tecnologias de comunicação e informação, ou imerso em um ambiente de imagens numéricas controlado por máquinas, como sugere o imaginário ficcional. O que se vê é o desenvolvimento de novas formas de interação social baseadas nos dispositivos móveis de comunicação que extrapolam os tradicionais espaços de lugar criando espaços comunicacionais, *espaços de fluxo* (CASTELLS, 1999), *lugares digitais* (HORAN apud LEMOS, 2004).

No final da década de 1980, com a popularização da internet, já havia uma implicação em termos sociais relacionada às possibilidades de interação entre pessoas que “quebrou” os clássicos limites territoriais. Hoje, além desse movimento ter-se acelerado e transformado em uma tendência cada vez maior com a mobilidade, a configuração de tais relações sociais se dá “dentro” dos clássicos limites territoriais. Como nos mostra Lemos:

A cibercultura solta as amarras e se desenvolve de forma onipresente, fazendo com que não seja mais o usuário que se desloca até a rede, mas a rede que passa a envolver os usuários e os objetos numa conexão generalizada. (LEMOS, et al., 2004)

## HIPERINTERATIVIDADE

Rheingold (2003) considera essa “nova” dinâmica social como interativa. Ele sugere que a comunicação móvel parece ter uma capacidade superior a do computador de mesa (*desktop*) para estabelecer interações através da internet e apresenta diversas possibilidades de interação social<sup>5</sup> baseadas na utilização dos dispositivos móveis.

Para alguns autores, interatividade é definida como um processo de comunicação bidirecional que rompe com a hierarquização (COUCHOT, 1997), no qual todos podem intercambiar, negociar diferentes saberes (LÉVY, 1999). Portanto a interatividade passa a ser compreendida como a possibilidade do usuário participar ativamente, interferindo no processo com ações, reações, tornando-se receptor e emissor de mensagens, permitindo a transformação imediata, criando novos caminhos, novas trilhas, novas cartografias. Acrescenta-se também a capacidade desses novos sistemas de acolher as necessidades do usuário e satisfazê-lo – *usuário-operador* (BETTETINI, 1996). Essa interatividade promove a reconfiguração dos papéis dos sujeitos que trafegam por estes espaços mediados por instrumentos, signos e, principalmente, pelos inúmeros outros sujeitos.

Quando se pensa nas possibilidades de interações entre essas pessoas com a utilização de tecnologias móveis podemos, mais facilmente, perceber a ampliação da capacidade interativa, que aqui se propõe chamar de hiperinteratividade, principalmente porque, além de permitir a interação mediada por computador a partir de qualquer ponto, não mais um local específico, o fato de se estar “liberto do fio”, em mobilidade, permite a ampliação da possibilidade de desenvolvimento de interações face-a-face, podendo inclusive interagir face-a-face e *on-line* em situações diferentes ao mesmo tempo.

## CIBORGUIZAÇÃO

Outros autores, como Stelarc (1997), chegam a sugerir além de uma transformação social, uma própria transformação biológica, alegando que a evolução humana passa a se dar através da cibernética. “O espaço eletrônico não gera mais somente informações, mas entende e aumenta os parâmetros operacionais do corpo” (STELARC, 1997, p. 55).

Exemplos dessa tendência à “ciborguização” são os estudos e pesquisas relacionados à *wearable computing* (computação vestível). Estes estudos são baseados na idéia de que uma interface em que se opera “dentro” do computador é melhor do que em frente a ele. É importante observar que não se trata de ambientes tridimensionais imersivos e sim de uma computação vestível na qual os controles se dão através de interfaces intuitivas às atividades cotidianas das

pessoas que passam a não perceber que ali há um processo computacional intermediário. Alguns autores definem, de forma similar, este fenômeno como a dupla lógica da remediação (BOLTER e GRUSIN, 2002), em que a multiplicação de mídias apaga os traços da mediação, ou como “interface zero” (LEMOS, 1997), e como exemplificado por Negroponte:

Fashion accessories will take on new roles, becoming some of the most important Internet access points, conveniently surrounding you in a Person Wide Web. How better to receive audio communications than through an earring, or to send spoken messages than through your lapel? Jewelry that is blind, deaf, and dumb just isn't earning its keep. Let's give cuff links a job that justifies their name. (Negroponte, et al., 1995)

Esse trecho não apresenta uma simples fantasia entusiástica de Negroponte, diversas pesquisas já apontam para o desenvolvimento de tecidos que podem ser utilizados como telas e outros desenvolvimentos tecnológicos que visam a miniaturização e flexibilidade dos componentes computacionais. Tudo isso acaba por permitir a realização de tais objetivos da informática que amplia as possibilidades de comunicação através do que chamamos aqui de “aspecto ciborgue”.

Steve Mann ficou famoso por ter desenvolvido um sistema vestível composto de câmeras móveis conectadas a um computador que transmitia de volta a imagem captada a um dispositivo visual que ficava à frente de seus olhos. Assim ele teria ampliada a sua capacidade de visão, podendo posicionar a câmera na parte posterior de sua cabeça e com isso enxergar o que estava atrás de seu campo de visão biológico.

Desta forma, parece necessário pensar os limites de atuação individual e coletivo humano a partir desta extensão sensorial permitida pela tecnologia, principalmente se esta for associada à possibilidade de atuação em espaços físicos remotos e/ou virtuais.

Castells (2003) atribui importância fundamental para o nascimento da internet ao que chama de *cultura libertária*, para a qual existem dois sentidos diferentes o europeu e o americano, como explica:

Na Europa, refere-se a uma cultura ou ideologia baseada na defesa intransigente da *liberdade individual* como valor supremo – com frequência contra o governo, mas por vezes com a ajuda do governo, como na proteção da privacidade. No contexto dos EUA, ‘libertário’ significa fundamentalmente uma desconfiança sistemática no governo, com base na idéia de que o mercado cuida de tudo por si só, e os indivíduos cuidam de si. (CASTELLS, et al., 2003, p. 19) (grifos nossos)

Castells (2003) utiliza a expressão em seu sentido europeu, baseado na liberdade individual como valor supremo. Castells (2003) ainda credita a expansão da cultura da internet a uma estrutura baseada em quatro camadas, sendo que duas delas contribuem para a confirmação de que há, amplamente disseminada na internet, uma ideologia da liberdade. A

cultura tecnomeritocrática está associada à crença de que o desenvolvimento científico e tecnológico é um elemento decisivo no progresso da humanidade.

Assim, mais uma vez deixa-se claro, que a cultura da internet está em relação de continuidade direta com o iluminismo francês. Sendo que para os iluministas, as oportunidades deveriam ser iguais para todos e a liberdade era entendida como a possibilidade de manter interesses privados, inclusive a concepção ideológica, fora do poder de interferência do Estado.

Já a cultura *hacker*, fomenta inovações tecnológicas capitais através da cooperação e da comunicação livre. Para Himanen (2001), é a ética *hacker* que caracteriza a cultura da sociedade da informação, aquela que visa se desprender de um controle imperialista.

Como se pode perceber, muito se credita ao desenvolvimento das tecnologias digitais, a contribuição para uma libertação do indivíduo em diversos sentidos. Pierre Lévy (1998; 2001), certamente é um dos autores que preferem discutir a respeito da potencialidade da rede para criar laços entre os homens e permitir o desenvolvimento de uma *noosfera*; da *inteligência coletiva* – apesar de reconhecer que as relações de poder o obstruem.

Essa inteligência coletiva seria o ideal libertário do ciberespaço. Neste artigo, observa-se que potencial para isso, efetivamente, existe. Libertação para emissão de mensagens; libertação de um espaço específico para troca de mensagens; libertação de uma localização geográfica comum a tantos indivíduos para as trocas comerciais, trabalhistas, sociais, de entretenimento, políticas, etc. Neste primeiro momento, apresenta-se de que forma esta libertação é efetiva em potência, para, posteriormente, discutir, por outro lado, como as mesmas situações potencializam a vigilância e controle.

## **LIBERDADE DE LOCALIZAÇÃO**

Talvez um dos primeiros aspectos que se deve desenvolver para a apresentação do que está sendo intitulado de ideal libertário seja a concepção de local, por servir de base para os demais tópicos. Cada vez mais pessoas estão utilizando o *e-mail*, listas de discussão, fóruns, *chats*, mensageiros instantâneos e *sites* de relacionamento como pontos de encontro. Como observado por Mitchell (2002) e Castells (1999), esses pontos de encontro não precisam estar localizados em áreas densamente povoadas (apesar de ainda se observar uma tendência à concentração em grandes áreas urbanas). Assim assume-se, ainda que em potência, a possibilidade de escolha do local para se viver, sem se privar da atuação global em diversos níveis (educacionais, trabalhistas, sociais, políticos, etc.) Ainda sob tal concepção, é possível a localização em espaços onde sejam disponibilizados mapas da região com seus principais pontos

geográficos, a partir da utilização de um aparelho portátil (celular, por exemplo) equipado com GPS (*Global Positioning System*). Desta forma, o usuário passa a ter liberdade de movimentação em locais anteriormente desconhecidos.

Outro aspecto muito importante dentro deste ponto de análise (localização) está relacionado às relações de trabalho e atuação empresarial. Primeiro com as redes telemáticas e posteriormente com a mobilidade, as empresas têm aumentadas as suas áreas de atuação, podendo atender a mercados diversos, sem preocupação com as distâncias geográficas.

A liberdade de expressão talvez seja um dos aspectos mais importantes da democracia. Algumas ferramentas como as listas de discussão, fóruns e os *blogs* – este talvez com maior efeito que os demais, como afirma MacDonald (versão eletrônica) – têm desenvolvido comunidades mediadas por computador (CMC) que discutem os mais diversos assuntos: desde a experiência sobre algo específico, como o aquarismo ou o plantio de produtos orgânicos até o ativismo político, desencadeando uma conscientização dos direitos do cidadão ou denunciando absurdos do cenário político local, tradicionalmente “abafados” pela mídia de massa em geral. Para André Lemos (2006a) essas manifestações correspondem ao que ele considera como uma das três leis da cibercultura: a *liberação do pólo de emissão*, como pode ser observado no trecho:

Aujourd’hui les expressions de la cyberculture montrent l’urgence et l’émergence de voix et des discours, précédemment réprimés par l’édition des informations par l’industrie culturelle massive (LEMOS, 2006a)

Castells (2003) corrobora com esta concepção, afirmando que há uma “possibilidade dada a qualquer pessoa de encontrar sua própria destinação na Net, e, não a encontrando, de criar e divulgar sua própria informação, induzindo assim a formação de uma rede.” (CASTELLS, 2003. p. 49).

Outro fenômeno que tem apresentado repercussão é o das redes ponto-a-ponto (P2P), que possibilitam trocas de arquivos entre inúmeros usuários em todo o mundo desafiando algumas indústrias como a fonográfica, por exemplo, a partir de uma subversão dos direitos autorais (*copyright*).

Os aparelhos de telefonia celular, os *handhelds* e os PDA’s, como já foi indicado anteriormente, têm tomado certo posicionamento no que tange a liberdade de emissão, principalmente em seu aspecto imediatista. Segundo Ito (versão eletrônica), há uma “nova” forma de comunicação onde são trocadas informações de tipo muito específico; são

informações imediatas sobre a impressão pessoal de um programa de TV, algo de interessante que está passando no rádio, a foto de um evento do qual se participa, etc. Este aspecto imediatista, entretanto, não está relacionado diretamente a um aumento na qualidade da comunicação, como colocado por Lemos:

A rapidez das mensagens e dos contatos permite um questionamento se o que está em jogo é um verdadeiro canal de comunicação, ou se seria apenas para trocas rápidas de informação, não caracterizando um verdadeiro processo comunicacional. (...) Os celulares devem ser compreendidos como instrumentos que podem aumentar as possibilidades de emissão e recepção de informações, ampliando as probabilidades de comunicação mas não garantindo, necessariamente, um maior enriquecimento do processo comunicativo. (LEMOS, et al., 2004, p. 28)

Um exemplo é o que ocorreu com o atentado em Madri em 11 de março de 2004. Às vésperas de uma eleição, o governo espanhol tinha interesse em manipular informações sobre a autoria do atentado, atribuindo-o ao grupo separatista ETA, apesar de indícios de que os autores fossem árabes. Como a população recorreu ao uso dos celulares como principal meio de obtenção de informação, enviando fotos e informações do local, a farsa não pôde ser mantida e a população se mobilizou derrotando, nas eleições, o então premiê José Maria Aznar.

Este terceiro tópico é, na verdade uma derivação do que já foi desenvolvido na liberdade de localização e de emissão. As pessoas têm possibilidade de se agrupar de acordo com seus interesses particulares, independente de sua localização e de forma autárquica. A polifonia característica da internet permite o desenvolvimento de comunidades mediadas por computador (CMC) que podem agregar pessoas simpatizantes de uma mesma concepção ideológica (política, religiosa, etc.).

É o que acontece, por exemplo, com as comunidades de desenvolvedores de Software Livre. Motivados por um movimento que visa apresentar dados concretos de que a propriedade intelectual paralisa a cultura, pessoas de todo o mundo se reúnem para o desenvolvimento de aplicativos de computador. A forma organizada e a dedicação ao desenvolvimento de atividades que, *a priori*, não têm uma remuneração, são alicerçadas por um aspecto ideológico de combate a uma sociedade industrial capitalista.

## VIGILÂNCIA E CONTROLE

Foucault (1987) analisou as instituições sociais e comparou-as ao Panóptico de Bentham, o qual ele descreve:

[...] na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um



vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobrea claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha. (FOUCAULT, et al., 1987, pp. 165-166)

Em uma sociedade hiperconectada o *princípio da masmorra*, trazido por Foucault, parece ser completamente invertido (destrancar, iluminar e olhar). Os aparatos tecnológicos assumem a função do vigia, que tudo capta sob a luz e o olhar, só que agora eles estão espalhados por todos os espaços. Assim, o controle que antes era hierarquizado através das instituições sociais, e por isso, realizado dentro de (ou melhor, *trancado em*) um espaço físico, agora ocupa todo o espaço urbano público e privado.

Para Foucault (1987) alguns recursos são necessários para o sucesso do poder disciplinar: a vigilância hierárquica; a sanção normalizadora; e o exame, que seria a combinação das duas anteriores. Todos esses recursos apresentam-se potencializados com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação móveis.

O autor aponta como as instituições sociais se desenvolveram incorporando a vigilância aos seus processos, instituindo os papéis de fiscalização. Ele descreve assim o que chama de vigilância hierarquizada: “poder que é em aparência menos ‘corporal’ por ser mais sabiamente ‘físico’.” (FOUCAULT, 1987, p. 148). Ter-se-ia hoje, tal poder ainda mais sábio por ser digital, sem uma representação física visível. As instituições não têm “paredes”, seus processos não têm mais local de realização, nem início e nem fim perceptíveis. Pode-se participar de seus processos em todo o lugar e, aparentemente, em todo o lugar se está participando de, pelo menos, um desses processos, sejam eles educacionais, comerciais, médicos, trabalhistas, etc.

O segundo ponto, o uso de sanções normalizadoras, tem o objetivo de exercer no indivíduo pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo. Assim, não se integrar é estar excluído. Busca-se a normalização, que, segundo Foucault, é um dos grandes instrumentos de poder. Observa-se facilmente que, aos poucos, as pessoas são inseridas em um “mundo digital” por diversos motivos: para que possam exercer sua cidadania (governo eletrônico, voto eletrônico, pagamento de imposto através de redes telemáticas, etc.); para que participem de processos da vida cotidiana (caixa automático de banco, telefones públicos digitais, unidades de resposta audível, etc.); para se comunicar (e-mail, telefone celular, etc.);

e, principalmente, para que possam consumir através de processos eletrônicos (*e-commerce*, *e-business*, *e-banking*, etc).

Esses aspectos apontam para uma análise dos programas de inclusão digital: quem necessita, de fato, estar inserido digitalmente? Parece que, para a maioria destes programas, a resposta é: todos. Se todos precisam estar incluídos digitalmente, quem não estiver será excluído de uma sociedade e aqueles *normais* atenderão aos requisitos do observador, ou seja, carregarão consigo os instrumentos de localização geográfica, e deixarão seus rastros por onde quer que passem; do que quer que falem. Assim, aquelas expressões indesejáveis do ponto de vista do dominador são facilmente identificáveis, sancionáveis e puníveis.

Finalmente, o exame, que combina vigilância e normalização, estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. A proliferação e a interconexão entre tantos aparatos, que são utilizados pelas pessoas em mobilidade, faz com que todos sejam observados e, ao mesmo tempo, objetos de observação.

## VIGILÂNCIA DE EMISSÃO

André Lemos (2006b) apresenta a história que se passou com o Iraniano Hossein Derakhshan quando oficiais da imigração dos EUA não permitiram sua entrada no país após terem pesquisado seu nome na *internet* e descoberto que o mesmo mantinha um *blog* com críticas ao governo norte-americano. Para Lemos:

Os diversos dispositivos digitais estão nos colocando em meio a formas sutis de controle e vigilância. Derakhshan foi vítima, ao mesmo tempo, da potência libertadora da emissão, e da violência controladora e punitiva possibilitada por esses novos formatos midiáticos. Derakhshan cria uma reterritorialização no ciberespaço, o seu blog, um espaço de liberdade no espaço estriado das redes telemáticas. No entanto, “seu território” acaba sendo utilizado como forma de controle e vigilância. (LE MOS, et al., 2006b)

Se a potência libertadora da emissão e a violência controladora e punitiva estão associadas, ao mesmo tempo, a um único instrumento, mais uma vez questiona-se: de que vale o potencial libertador dele?

## VIGILÂNCIA IDEOLÓGICA

A suposta liberdade ideológica se dá pela combinação da liberdade de localização e de emissão. Assim, mesmo em países onde há censura e opressão às expressões das pessoas, é possível declarar ideais através da internet. Da mesma forma, a vigilância ideológica se dá pela combinação da vigilância de localização e de emissão.

O exemplo citado para a vigilância de emissão pode ser recuperado agora para uma observação da vigilância ideológica: Hossein Derakhshan foi censurado nos EUA por causa de suas idéias, que são contrárias às ações do governo daquele país. Neste caso, o reflexo é diminuído, pois, em primeiro lugar, os EUA é um país no qual, em teoria, existe uma liberdade de expressão e, por outro lado, não é nem a nação nem a moradia de Derakhshan. Porém, em outras situações, essa vigilância pode resultar em sanções contra aquele que se sentiu livre.

## CONCLUSÃO

O potencial libertário das tecnologias móveis é, aparentemente, o mesmo da vigilância e controle. Na mesma proporção em que o desenvolvimento tecnológico permite uma maior liberdade de comunicação, permite, também, uma maior apropriação como ferramenta de controle; uma extrapolação do conceito de lugar do panóptico – o panóptico digital. Não se trata aqui de uma crítica cega ao desenvolvimento da tecnologia. Ao contrário. Parece claro que o potencial uso não é determinado pela tecnologia, mas sim pela sua apropriação feita pela sociedade.

Foucault (1979) já alertava para o fato de que “nada mudará a sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo e ao lado dos aparelhos do Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados” (FOUCAULT, 1979). Parece aceitável, dado o desenvolvimento de aparatos interconectados, uma discussão a respeito da estrutura de poder, ao invés da manutenção de um estado de elogio e empolgação com tal evolução tecnológica em rede.

## BIBLIOGRAFIA

- BETTETINI, G. Semiótica, computação gráfica e textualidade. In: PARENTE, A. Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- BOLTER, J. D.; GRUSIN, R. Remediation: understanding new media. Cambridge, Massachussets, The MIT Press, 1999.
- CASTELLS, M.. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- COUCHOT, E. A arte pode ser um relógio que adianta? O autor, a obra e o espectador nahora do tempo real. In: DOMINGUES, Diana. A arte no século XXI: a humanização das tecnologias. São Paulo: UNESP, 1997.

- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HIMANEN, P. A ética dos hackers e o espírito da era da informação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- ITO, M. A New Set of Social Rules for a Newly Wireless Society. Disponível em: <http://www.ojr.org/japan/wireless/1043770650.php>. Acesso em: 05 de abr. 2022..
- LEMOS, A. Anjos Interativos e Retribalização do Mundo. Sobre Interatividade e Interfaces Digitais., publicado in Tendências XXI, Lisboa, 1997. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/artigos.html>. Acesso em: 26 de abril de 2022.
- LEMOS, A. Cibercultura e mobilidade: a era da conexão. In: LEÃO, Lúcia (org.) Derivas: cartografias do ciberespaço. São Paulo: Annablume; Senac, 2004.
- LEMOS, A. Ciberespaço e Tecnologias Móveis: processos de Territorialização e Desterritorialização na Cibercultura. artigo aprovado para apresentação no GT Tecnologias Informacionais de Comunicação e Sociedade, da COMPÓS, encontro de 2006 a ser realizado em Baurú, SP, junho de 2006b. Inédito. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/artigos.html>. Acesso em: 26 de abril de 2022.
- LEMOS, A. Les trois lois de la cyberculture. Libération de l'émission, principe en réseaux e réconfiguration culturelle., no prelo, a ser publicado na Revue Société, Bruxelas, 2006a. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/artigos.html>. Acesso em: 26 de abril de 2022.
- LÉVY, P. A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- LÉVY, P. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1998.
- MACDONALD, N. The future of weblogging. Disponível em: [http://www.theregister.co.uk/2004/04/18/blogging\\_future/](http://www.theregister.co.uk/2004/04/18/blogging_future/). Acesso em 04 de abril de 2022.
- MITCHELL, W. E-topia: a vida urbana, mas não como a conhecemos. São Paulo: Senac, 2002.
- NEGROPONTE, N. Wearable computing. Disponível em: <http://archives.obs-us.com/obs/english/books/nn/bd1201.htm>. Acesso em: 04 de abril 2022..
- RHEINGOLD, H. The next social revolution. Perseus Publishing, 2003.
- STELARC. Das estratégias psicológicas às ciberestratégias: a protética, a robótica e a existência remota. In: DOMINGUES, Diana. A arte no século XXI: a humanização das tecnologias. São Paulo: UNESP, 1997.

# CAPÍTULO 10

## SOCIÓLOGOS CLÁSSICOS E A RELIGIÃO

Adelcio Machado dos Santos  
Dreon Mendes  
Rubens Luís Freiburger

### RESUMO

Objetivo de identificar reflexões a partir das ideias sociólogos Emile Durkheim, Friedrich Engels, Karl Marx e Max Weber, sobre o significado da religião. Pesquisa qualitativa, descritiva-reflexiva, de revisão bibliográfica. Nos resultados, para Durkheim o sagrado não se expressa num sistema “religioso”, domínio abrigado dos embates da *vida* e da *vida social*. Engels coloca que correntes religiosas e os elementos sociais se aproximam como os crenes a sua classe social. Diferenças geram conflitos, conseqüentemente lutas entre classes sociais. Para Marx o homem constrói as religiões, a sociedade e o Estado. A religião é um sistema de ilusão para o homem suportar viver em sociedade. Weber acreditava que o sistema Capitalista tem ideias na Reforma Protestante. Enquanto o catolicismo atribuía valor a vida eterna. Concluimos que a maior contribuição dos sociólogos sobre o tema é a descoberta da relevância provocada pelas filiações religiosas e a estratificação social nas civilizações ocidentais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociologia; Religião; Engels; Marx; Weber; Durkheim.

### INTRODUÇÃO

A origem etimológica da palavra Religião vem do latim *Religare*, significa religar, unir, atar, juntar o homem ao seu criador, a palavra está relacionada ao cristianismo, citada por Cícero na obra *De natura deorum* (45 a.C.). (FIGUEIREDO, 2019).

O homem vem compartilhando o pão com seu semelhante à centenas de anos, atendendo aos escritos de um código de costumes, condutas e morais, denominado pelas religiões como Bíblia, Alcorão, entre outros. Ações executadas no simples ato de compartilhar uma refeição e, sentimentos que emerge há mais de 200 mil anos quando os agrupamentos humanos formam os primeiros núcleos sociais. (BBC, 2019).

As religiões e as sociedades evoluíram paralelamente, construindo um universo de reflexão individual e social, pois envolve um contrato entre aqueles que exercitam e desejam alcançar o desenvolvimento espiritual e humano. A cada nova apropriação de um elemento ou símbolo religioso, se confere um novo sentido de reflexão todo especial a determinado grupo social, assim, a sociedade e a religião assumem diferentes dimensões quando analisados a luz da ciência. (BERNARDI; CASTILHO, 2016).

Inúmeras são as áreas que buscam conceituar e decifrar os enigmas religiosos, como a História, a Filosofia, a Teologia, a Sociologia, entre outras. Pesquisadores da Antropologia e da Sociologia foram os que mais se aprofundaram a estudar o tema. (FIGUEREDO 2019).

Lesbaupin (2003) deixa claro que ao falar sobre o marxismo e religião é preciso antes de tudo distinguir o que a tradição vulgarizada do materialismo histórico-dialético transmitiu e o que efetivamente Marx e Engels pensaram sobre religião.

Esta tradição, na opinião do autor, não transmitiu apenas uma teoria, um conjunto de ideias – resumida no acerto “a religião é o ópio do povo” – mas uma história, a oposição entre as igrejas e o materialismo histórico-dialético, e o cerceamento às igrejas nos países socialistas reais.

Em um primeiro momento, Marx assegura que o homem busca a religião como um ópio, de que precisa para suportar a divisão e a miséria real. A situação em que o homem vive é “uma situação que necessita de ilusões”, daí a busca da religião. Nesta fase, Marx trabalha a religião como *alienação*. (LESBAUPIN, 2003)

Em um segundo momento, que inicia com a *Ideologia Alemã* (1845), Marx e Engels situa as ideias, como não tendo autonomia própria, como produto da atividade material dos homens, onde se firmam os princípios teóricos que norteiam a produção intelectual de Marx e considera a religião como *ideologia*.

Karl Marx, um ateu convicto, observa a religião como um reflexo ilusório, fantástico, das relações de dominação de classe, de exploração: as ideias religiosas exprimem e suavizam a realidade da dominação. (CHAGAS, 2017).

Para Friedrich Engels, a religião é um fenômeno que nasce no seio de uma sociedade, cada indivíduo a conceitua a seu modo e está relacionada com a classe social a que pertence. (RIBEIRO, 2020).

Emile Durkeim estabelece o papel da religião no interior da vida social, sugere que ao se estudar a religião o pesquisador se coloque no lugar do crente. O foco do estudo do fenômeno social é a religião. (QUEIROZ, 2017).

A religião é ideologia, todavia não falsa consciência. O mundo religioso é o reflexo do mundo real a religião não configura alienação, mas se trata de anestesia para as mazelas que demandam transformação social. (LESBAUPIN, 2003).

Objetiva-se com o estudo objetivo identificar reflexões, realizadas a partir dos sociólogos Emile Durkheim, Friedrich Engels, Karl Marx e Max Weber, sobre o significado da religião na sociedade.

Apresentamos reflexões encontradas na literatura, a partir das ideias dos sociólogos Emile Durkheim, Friedrich Engels, Karl Marx e Max Weber, sobre a concepção de religião e seu papel na sociedade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Sociologia e religião: Emile Durkheim, Friedrich Engels, Karl Marx e Max weber**

A maneira como a sociedade impõe regras a seus membros é semelhante ao das religiões quando apresentam seus fundamentos aos crentes. O código de regras/conduitas religiosas e as leis/conduitas de uma sociedade são construídos em comum acordo. Os membros das instituições devem seguir as regras com respeito e estas devem ser entoadas por todos os seus membros. As dissidências são resolvidas com o afastamento físico ou censura dos infieis. (DURKEIM, 1968).

Dessa forma, Souto e Souto (1985) afirmam que, o francês, sociólogo, psicólogo, filósofo Emile Durkheim (1858-1917), apresentou como posição teórica básica a de considerar a sociedade como um conjunto de fatos sociais, fatos esses a serem tratados como coisas (isto é, como padrões observáveis sistematicamente de fora, com objetividade semelhante à dos cientistas da natureza, levando à descoberta das causas). Na produção literária de Durkheim, o sociólogo sempre realizou reflexões e estudos sobre religião.

Os fenômenos/fatos sociais, não necessariamente são materiais, enquanto manifestações/valores mais característicos da vida coletiva (fatos religiosos, morais, jurídicos) se impõem ao indivíduo. Daí a célebre definição de Durkheim: “é fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior”. São para ele manifestações de coação e guardam, em relação às mentes individuais, uma realidade nova, própria, a ser buscada nas representações (ideias) coletivas do grupo (“consciência coletiva”, que se expressa em moral, religião, etc.). (QUEIROZ, 2017).

A religião é entendida como um modelo cultural-simbólico, símbolos que buscam motivar concepções existenciais nos indivíduos. Diferentemente das religiões não oriundas do continente europeu, como o budismo e o hinduísmo, os ocidentais tem dificuldade de conceituar religião. O Budismo, o Hinduísmo e o Islão, estão classificados como religiões a partir da visão ocidental. (QUEIROZ, 2017).

O hábito de enquadrar a religiosidade como salvadora da interioridade humana, faz com que o sagrado seja visto como um sistema de regras e normas denominado religião. Para Durkheim, o Sagrado não se expressa necessariamente em um sistema “religioso”, conceito admitido nos últimos séculos, cartesianamente racionalizadores consagram como o de um domínio abrigado dos embates da *vida* e da *vida social*. (SANTOS, 2021).

Durkheim considera como sendo a mais simples das religiões, com uma discussão da teoria animista e a teoria naturista, dentro do processo evolutivo, o *totemismo*. A religião é encontrada em vários grupos sociais australianos, acredita que os antepassados dos homens foram animais totêmicos. Apesar do totemismo não ter sido estudado diretamente por Durkheim, ele se serviu de relatos de outros para chegar às suas conclusões. Por meio do estudo do *totemismo*, poder-se-ia aplicar conclusões de pesquisas para a compreensão de todas as religiões, mesmo aquelas mais evoluídas e complexas. (CAVALCANTI 2018).

A importância do *totemismo* para Durkheim está no esboço de um código religioso, sobretudo com regras sociais, onde surgem as bases do sistema de parentesco, de família, de casamento e/ou as bases de organização social humana. (CAVALCANTI 2018).

Ao definir o fenômeno religião, Durkheim preocupa-se em demonstrar sua origem, assinalando sempre o fato de que este fenômeno tem uma origem social e sua importância na vida social. Quando as crenças religiosas são compartilhadas pelo grupo, temos o que Durkheim chama de “igreja”. Para Durkheim, a essência da religião está na distinção da realidade em duas esferas distintas: a esfera sagrada e a esfera profana. (SELL, 2001; LIMA, 2020).

A esfera sagrada se compõe de um conjunto de coisas, de crenças e de ritos que formam certa unidade, que podemos chamar de religião. A esfera profana é representada pela desorganização, práticas impuras e desviantes. O conjunto da realidade que se define por oposição ao sagrado, constituindo, em geral, a esfera das atividades práticas da vida como a economia, família, etc. A religião envolve tanto os aspectos cognitivo ou cultural (crenças), quanto material ou institucional (ritos) da esfera sagrada. (SELL, 2001; LIMA, 2020).

Durkheim realizou um projeto intelectual que tem sido analisado de forma fragmentada, obras com conceitos em relação ao fenômeno religioso e suas relações no conjunto da vida social. A sociologia busca explicar, no cenário da realidade atual próxima a nós, o que afeta nossas ideias e nossos atos. Assim, para Durkheim a realidade é o próprio homem. (QUEIROZ, 2017).



Ao analisar os conflitos religiosos surgidos entre protestantes, católicos e anabatistas Friedrich Engels filósofo, escritor, jornalista, economista, teórico político alemão (1820-1895), identificou os eventos religiosos e suas repercussões nos campos político e econômico. As correntes religiosas e os elementos sociais aproximam, por afinidades, assim como os crentes da sua classe social, diferenças geram conflitos, conseqüentemente a luta entre classes sociais. Então, o fenômeno religioso é visto por Engels, como um movimento social, onde cada classe social tem uma interpretação e um conceito de religião e se aproximam da corrente religiosa específica da crença e de sua classe social. (RIBEIRO, 2020).

Os anabatistas, para Engels, não se apresentam como crentes de uma religião e sim como uma experiência religiosa que busca uma sociedade igualitária e organizada, a religião é um substrato político. Assim, Engels configura a religião como uma visão do futuro social com proposição de mudanças, uma força motriz para as bandeiras de lutas sociais. (RIBEIRO, 2020).

Engels uniu-se a outro sociólogo, filósofo, historiador, economista, jornalista e revolucionário alemão chamado Karl Marx (1818-1883), juntos realizaram várias conexões e estudos entre os fatos sociais, o sistema econômico capitalista e a religião, apesar deste último tema não ser alvo o de estudo dos sociólogos. Marx como ateu convicto, acreditava que a religião era uma forma de alienação e de domínio da produção, vigente no momento histórico de estudo, assim como o sistema capitalista dominou as civilizações cristãs. A religião cristã para Marx “é o suspiro da criatura oprimida”, a alienação do homem pela religião e a luta do homem oprimido pelo capitalismo. (SENA, 2016).

Marx escreveu na obra Manuscritos de 1843 que “o homem faz a religião, a religião não faz o homem”. Em fazer a religião, o homem faz a sociedade e o Estado, uma consciência as avessas do mundo. A religião é a felicidade ilusória criada pelo homem para existir como ser social. A crítica de Marx revela o “vale de lágrimas” em que vive o homem, apresentando uma realidade “dura” da sociedade. Assim, Engels e Marx contribuem na transformação da dialética e do materialismo do capitalismo. (PEIXOTO, 2018).

No século XIX, Marx e Sigmund Freud colocam sua posição reducionista sobre o tema, a origem da religião nasce no estado patológico do ser humano, com a função de propor soluções errôneas para a cura desse estado. (FIGUEIREDO, 2019).

O legado *marx-englêsiano* sobre religião é sub interpretado meramente como um fenômeno econômico, no século XX acadêmicos estudiosos e militantes debruçam-se sobre os escritos marxistas, atualizando-os para o momento atual. Budistas, cristãos, judeus e

mulçumanos, passam a se interessar pelos manuscritos marxistas, construindo projetos políticos emancipatórios e aproximando os seguidores aos temas do marxismo. (CHAGAS, 2016).

Para comentar sobre o sociólogo, jurista e economista alemão Max Weber (1864-1920) será utilizado como porta de entrada seu texto intitulado “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, na qual o autor procura estabelecer uma relação entre a religião protestante e os líderes do mundo dos negócios e proprietários do capital. De acordo com Weber (2001), as modernas empresas que fazem uso do sistema racional capitalista de produção são, em sua grande parte, na Europa Ocidental, preponderantemente protestantes que pode ser explicada a partir de fatores históricos.

Weber compreende a religião como uma ação voltada para o mundo material e mundano, um código de leis e preceitos relacionados ao sagrado. Uma ação sobrenatural para o natural, que liga o homem, dentro da sociedade, as forças não humanas. (QUEIROZ, 2017).

Embora a religião não seja uma causa das condições econômicas, aparece como resultante delas. Tanto que as regiões de maior desenvolvimento econômico foram particularmente favoráveis a uma revolução na Igreja. Os preceitos de uma religião podem ser adotados pela camada social dominante, antes de se tornar orientação para a sociedade e conseqüentemente para a economia. (CARVALHO FILHO, 2020). A emancipação do tradicionalismo econômico aparece como um fato de apoio à tendência de duvidar da santidade da tradição religiosa e de suas autoridades.

Os reformadores da Igreja apontam para a falta de controle da vida cotidiana da Igreja Católica e as classes médias burguesas apoiaram essa visão, cedendo a uma tirania inédita do puritanismo. Há vários motivos para procurar as origens do espírito do capitalismo nas ideias religiosas da Reforma Protestante.

Weber apresenta em suas obras duas ideias sobre religião, a primeira afirma que o comportamento religioso é orientado pelo mundo terrestre para alcançar a vida eterna e a felicidade; a segunda diz respeito à racionalidade do ato religioso com papel fundamental na modernidade. (CARVALHO FILHO, 2020).

Portanto, o conceito protestante de vocação está na raiz do sistema capitalista racional, pois não há dúvida de que na palavra alemã *Beruf* e na palavra inglesa *calling*, existe uma conotação religiosa, qual seja, a de uma tarefa ordenada, ou pelo menos sugerida por Deus, que se torna mais manifesta na medida em que for maior a ênfase no caso concreto. Há afinidade

dos princípios do calvinismo puritano e o espírito empresarial. (PACHECO *et al.*, 2019; CARVALHO FILHO, 2020).

O Calvinismo atribui ao trabalho um caráter religioso que não existia anteriormente, quando o trabalho era entendido como algo pertencente à vida material que não podia ser dispensado. No entanto, na perspectiva do Calvinismo o trabalho se torna uma vocação, uma atividade de caráter religioso. (ROSCOCHE, 2016; CAMPOS, 2016). Os representantes históricos do protestantismo ascético para Campos (2016) são, sobretudo, os seguintes:

1) O Calvinismo, na forma que assumiu, sua principal área de influência da Europa Ocidental no século XVII. O espírito puritano foi o movimento decisivo no período;

2) O Pietismo, que se desenvolveu inicialmente no seio do movimento Calvinista na Inglaterra e na Holanda, vindo a ser absorvido pelo Luteranismo até o término do século XVII. O fundamentalismo é herdeiro do calvinismo puritano;

3) O Metodismo, que surgiu pela primeira vez em meados do século XVIII, separando-se posteriormente da Igreja Anglicana sob o argumento da necessidade de reavivar o espírito ascético. Influenciando a política, as relações comerciais, a vida familiar e o comportamento da igreja;

4) As seitas que se derivaram do movimento Batista, não é um movimento independente dos demais.

O estudo desses movimentos concentra-se na influência das sanções psicológicas, originadas na crença religiosa, que orientavam a conduta do indivíduo. A racionalização da produção capitalista encontra respaldo nos valores do protestantismo que asseguram ao capitalismo um “espírito” ético, ou seja, garantem hábitos e ideias que favorecem a procura racional do lucro econômico de maneira ética.

Weber (2001), recorrendo, sobretudo ao Calvinismo, procurou evidenciar que a relação de forma de vida entre a religião protestante favorecia o comportamento econômico racional, atribuindo significado moral e espiritual positivo a vida terrena, diferentemente do catolicismo que atribuía valor maior a vida eterna e não a terrena. O Calvinismo apresentou a concepção de que as habilidades humanas deviam ser entendidas enquanto dádivas divinas, devendo a vida diária ser santificada.

Destarte, a exemplo, uma habilidade para o comércio deveria ser incentivada, porquanto se constituía como uma forma de santificar a vida secular.

A contribuição de Durkheim para o estudo sistemático da religião foi fundamental para a Sociologia, uma vez que outras vertentes epistêmicas – notadamente o marxismo, a partir da célebre assertiva de Marx consoante a qual “a religião é o ópio do povo” – relegaram o estudo dessas manifestações para um plano secundário, a respeito do conjunto complexo de reflexões que algumas linhas de estudo da Antropologia vêm realizando sobre essa temática ao longo de sua história científica.

Um dos quatro núcleos fundamentais da produção *durkheimiana* trata especificamente da religião, vinculando-a ao campo das representações coletivas e compreendendo-a como uma forma de representação do mundo, ou mesmo uma forma de concepção do mundo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas no estudo sobre o significado da religião para a sociedade, na visão dos sociólogos Emile Durkheim, Friedrich Engels, Karl Marx e Max Weber, mostra que nenhum deles buscou aprofundar estudos sobre o assunto.

A religião foi apresentada para Durkheim através da fala de outros. O sociólogo passa então a pesquisar sobre a religião primitiva *totemismo* e como os fatos religiosos influenciam os fatos sociais. Engels olhava a religião como uma força propulsora de mudanças na sociedade, influenciando a realidade onde o homem vive. Marx não acreditava em Deus, acreditava que a religião é pura ilusão que ameniza as mazelas do homem social. Weber compreende a religião como uma ação voltada para o mundo material e mundano, onde o sagrado é o trabalho e o capital.

Os sociólogos, ao estudarem as crenças religiosas traçam uma linha paralela entre religião e sociedade, quando em algum momento as linhas se cruzam, os fenômenos religiosos e os fenômenos sociais provocam mudanças na ordem política, social economia, cultural e religiosa. A importância de estudos futuros por pesquisadores sobre o tema ajuda a sociedade a compreender sua própria história e o processo evolutivo do homem.

A maior contribuição dos estudos desses sociólogos, sobre o tema é a descoberta da relevância provocada pelas filiações religiosas e a estratificação social nas civilizações ocidentais.

## REFERÊNCIAS

BBC. Como e por que as religiões evoluíram. **BBC NEWS Brasil**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-tra-48141809>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BERNARDI, C. J. CASTILHO, M. A. A. religiosidade como elemento do desenvolvimento humano. **INTERAÇÕES**, v. 17, n. 4, p. 754-756. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/5D44rZBWRJ5d8YCpX4GP83H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CAMPOS, B. M. Caminhos e direções do puritanismo e conservadorismo protestantes: o fundamentalismo *avant la lettre* e a sua presença no Brasil. **Estudos de Religião**, v. 30, n. 2, p. 143-170, 2016. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/6852/5316>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CAVALCANTI, F. C. *Totemismo* e as metáforas animais. **ANTARES: Letras e Humanidades**, v. 10, n. 20, p. 35-49, 2018. Disponível em: [http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51616/1/2018\\_art\\_fccavalcanti.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51616/1/2018_art_fccavalcanti.pdf). Acesso em: 22 fev. 2021.

CHAGAS, E. A crítica da religião como crítica da realidade social no pensamento de Karl Marx. **marxismo21**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://marxismo21.org/marxismo-e-religiao/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

DURKHEIM, E. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. 5. ed. Paris: Quadriage/PUF, 1968.

FIGUEREDO, N. Sobre a definição de religião: historiografia, críticas e possibilidades. **REVER**, v. 19, n. 2, p. 271-295, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/45173/29878>. Acesso em: 25 fev. 2021.

LESBAUNPIN, I. Marxismo e Religião. In: TEIXEIRA, F. (org.). **Sociologia da religião: enfoques teóricos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LIMA, L. Émile Durkheim e Marcel Mauss: (des) associações da teoria clássica com o campo afro-religioso. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 13, n. 4, p. 269-280, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/5852/lorranv13n4.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2021.

PACHECO R. P.; ABREU, T. R.; DIAS, A. P. Ética protestante e o espírito do capitalismo. **jus**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72762/etica-protestante-e-o-espírito-do-capitalismo>. Acesso em: 1 mar. 2021.

PEIXOTO, E. M. M. Marx, Engels e a crítica da religião: inventário e notas para um debate necessário. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2018. Disponível em: <https://www.readcube.com/articles/10.9771%2Fgmed.v10i1.26424>. Acesso em: 10 mar. 2021.

QUEIROZ, J. B. As formas elementares ponto de redefinição da sociologia durkheimiana? **Sociologias**, v. 19, n. 44, p. 72-91, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/qFcnfxpTM3M8CdJRVz9ByHL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2021.

RIBEIRO, W. C. Religião, política e luta de classes: as reflexões de Friedrich Engels sobre o fenômeno religioso. **Revista Ensaios**, v. 17, p. 7-25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaios/article/view/46434/28698>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ROSCOCHE, L. F. Trabalho, lazer e religião: uma aproximação. **Licere**, v. 19, n. 2, p. 388-420, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1250/885>. Acesso em: 24 abr. 2021.

SANTOS, A. M. Sociologia da religião: análise do impacto social da confessionalidade. **RECIMA21**, v. 2, n. 4, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/254/243>. Acesso em: 26 maio 2021.

SELL, C. E. **Sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx**. Itajaí: Ed. Univali, 2001.

SENA, J. R. A religião nas concepções dos clássicos Marx e Durkheim: felicidade ilusória ou transfiguração da sociedade? **Diversidade Religiosa**, v. 6, n. 1, p. 64-86, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/dr/article/view/31152/16494>. Acesso em: 22 mar. 2021.

SOUTO, C.; SOUTO, S. **A explicação sociológica: uma introdução à Sociologia**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1985.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2001.

# CAPÍTULO 11

## ATIVIDADES ECONÔMICAS DA MULHER DO CAMPO: UM OLHAR PARA O PROTAGONISMO FEMININO E A AGROECOLOGIA

**Diana Maria Alexandrino Pinheiro**  
**Gáudia Maia Costa Leite Pereira**  
**João Batista de Oliveira**  
**David Fernandes Lima**  
**Monica Lopes Folena Araújo**

### RESUMO

A predominância do trabalho masculino na agricultura faz com que o ofício da mulher seja considerado apenas uma atividade complementar, mesmo que ela exerça funções domésticas ou econômicas que gerem renda (EBLING et al., 2015). Diante desse cenário, o século XXI é marcado pelo despertar das indagações femininas a respeito do seu papel na sociedade e a posição que ocupam nos movimentos rurais dos quais fazem parte (SILIPRANDI, 2009). Nesse contexto, faz-se importante a influência da Agroecologia e do sistema de produção agroecológico, representando bem mais do que um meio de produção de alimentos, mas também um modelo que respeita as relações sociais igualitárias na busca pelo desenvolvimento sustentável. Diante disso, essa pesquisa se propõe a analisar experiências econômicas de mulheres da zona rural do nordeste brasileiro, a partir do diálogo entre o protagonismo feminino e a agroecologia, em contraponto ao modo capitalista de produção. Através de uma revisão de literatura, qualitativa, descritiva, analisou-se publicações entre janeiro e julho de 2020, tendo como descritores da pesquisa as palavras: “protagonismo feminino”, “agroecologia” e “nordeste brasileiro”. Os resultados apontam para a mudança de realidade para as mulheres envolvidas na pesquisa a partir da realização de atividades econômicas, mas também de uma atuação ativa, como protagonista de um cenário que envolve aspectos pessoais, familiares, de produção e consumo, sociais e coletivos, além dos econômicos. A Agroecologia, por sua vez, embasa essa transformação, (re)construindo paradigmas e impulsionando a busca pelo reconhecimento e valorização da mulher do campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Protagonismo feminino; Agroecologia; Nordeste brasileiro.

### INTRODUÇÃO

Historicamente, a mulher vive uma condição de dominação masculina e de patriarcado. E, para aquelas que residem na zona rural brasileira, a realidade não seria diferente. Para Costa et al., (2017), ainda prevalece o modelo de sociedade patriarcal e de submissão feminina nas comunidades rurais do país. A predominância do trabalho masculino na agricultura faz com que o ofício da mulher seja considerado apenas uma atividade complementar, mesmo que ela exerça funções domésticas ou econômicas que gerem renda (EBLING et al., 2015).

De acordo com Parreira et al., (2017), pelo fato de a maior parte dos proventos das famílias camponesas sobrevir do trabalho no campo, para o homem, a mulher ocupa uma posição inferior e de dependência financeira. O homem, por sua vez, assume o papel de provedor-opressor, pautado na ideia de que ele é quem coloca a comida à mesa. Essa percepção patriarcal das relações sociais se vinculam à cultura capitalista colonial que privilegia o masculino nos processos políticos nas tomadas de decisões e fragmenta a realidade desvinculando estruturas sociais e resultados sobre particulares nas relações concretas que impactam sobre a qualidade de vida e a saúde (PORTO; FINAMORE; ROCHA, 2018).

Diante desse cenário, como extensão dos históricos movimentos feministas, (BEAUVOIR, 1986 [1949]; BUTLER, 2003), o século XXI é marcado pelo despertar das indagações femininas a respeito do seu papel na sociedade e a posição que ocupam nos movimentos rurais dos quais fazem parte (SILIPRANDI, 2009). Arelado a essa discussão, tem-se a Agroecologia e o sistema de produção agroecológico, representando bem mais do que um meio de produção de alimentos, mas também um modelo que respeita as relações sociais igualitárias na busca pelo desenvolvimento sustentável (BARBOSA, 2018; MONTIEL; RIVERA-FERRE; ROCES, 2020).

O debate feminista ganha então espaço no campo e segue em paralelo ao pensamento agroecológico, diante da percepção da mulher a respeito da força político-social que possui. Inicia-se assim, uma caminhada em prol da busca por ocupação de um espaço que lhe é merecido e se faz presente na produção de alimentos agroecológicos (GRISA et al., 2021).

E é diante desse cenário que debruçou-se sobre a seguinte questão norteadora: como o desenvolvimento de atividades econômicas realizadas pela mulher do campo influenciaram o protagonismo feminino? Essa pesquisa objetiva, portanto, analisar experiências econômicas de mulheres da zona rural do nordeste brasileiro, a partir do diálogo entre o protagonismo feminino e a Agroecologia, em contraponto ao modo capitalista de produção, considerando-se que o modelo capitalista de produção vem produzindo resultados nefastos, demonstrando ser ambiental e socialmente insustentável, degradando o meio ambiente e gerando exclusão social (MARQUES, 2015).

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Esta pesquisa é de natureza básica, tratando-se de uma pesquisa bibliográfica feita em base de dados da Scientific Electronic Library Online (*SciELO*) e Google Scholar, numa perspectiva de análise de conteúdo, cuja “intenção da análise de conteúdo é a inferência de



conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2011, p. 43).

Foram selecionadas publicações do ano de 2020, usando-se os descritores “protagonismo feminino” AND “agroecologia” AND “Nordeste brasileiro”. “Os descritores cumprem o papel de enumerar de forma clara os fatos que mostram que o problema existe e tornam mais preciso o enunciado do problema” (CASSIOLATO; GUERESI, 2010, p. 9) e propiciam a identificação de elementos que mostram os avanços do protagonismo feminino através da Agroecologia no Nordeste brasileiro. Isto vem se dando a partir do empoderamento que, “contemporaneamente, se expressa nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da ‘ação social” (BAQUERO, 2012, p. 175)

Os critérios de inclusão utilizados para a seleção dos textos foram: formato de artigo completo ou resumo expandido, publicados entre janeiro e julho de 2020, em língua portuguesa. Como critérios de exclusão, tem-se: trabalhos repetidos, que não se enquadrem no ano de eleição para a pesquisa ou que não se voltem ao objetivo do estudo.

Trata-se, portanto, de uma revisão de literatura, qualitativa, descritiva, na qual foi realizada uma leitura dos artigos, buscando por respostas ao objetivo da pesquisa. Em seguida, efetuou-se a leitura interpretativa, sendo elencadas as principais informações e ideias dos autores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontradas 87 publicações e, após aplicação dos critérios de inclusão, restaram 20 delas, que foram então submetidas a leitura dos resumos. Concluída essa etapa, foram obtidos 4 artigos completos após exclusão daqueles que não contemplavam os objetivos propostos pela pesquisa. O Quadro 1 apresenta os principais resultados da pesquisa, a partir da distribuição dos estudos por autor e ano da publicação, local do estudo, a atividade econômica desenvolvida pelas mulheres do campo e o que houve de transformação para elas após a prática em questão.

**Quadro 1** – Distribuição dos estudos segundo autores, ano de publicação e resultados da pesquisa (janeiro a julho de 2020).

AUTOR	LOCAL	ATIVIDADE ECONÔMICA	MUDANÇAS OBSERVADAS
(ALMEIDA; GERMANO; MELO, 2020).	Igaci e Cacimbinhas, Alagoas.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Gestão da Cooperativa Cheiro da Terra;</li><li>• Quintais produtivos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Influência da agroecologia no modelo de produção, com preservação da biodiversidade;</li><li>• Fundamenta os elementos de resistência e de luta pela autonomia feminina.</li></ul>

(BUTTO; AFONSO; ESPINDOLA, 2020).	São João, Pernambuco.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quintais produtivos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Influência da agroecologia no modelo de produção.</li> <li>• Estímulo ao cuidado com os hábitos alimentares, com a saúde e a família;</li> <li>• Embasamento de mudança das relação entre a mulher e o trabalho no campo.</li> </ul>
(BARRETO et al., 2019).	Uauá e Juazeiro, Bahia.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundo de Pasto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presevação dos ecossistemas e biomas da Caatinga;</li> <li>• Incentivo à prática de doação e troca de produtos;</li> <li>• Visão crítica para o autoconsumo, relações de mercado e políticas públicas;</li> <li>• Ressignificação das relações de trabalho e poder, incluindo o próprio lar;</li> <li>• Fortalecimento dos laços de sociabilidade nas comunidades;</li> <li>• Valorização da cultura local e da identidade da comunidade.</li> </ul>
(LIMA et al., 2020).	Alagoas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comercialização de produtos agrícolas em ferias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Modelos agrícolas norteados pela perspectiva agroecológica;</li> <li>• Desenvolvimento da autoconfiança, da autonomia financeira e pessoal;</li> <li>• Melhoria da qualidade de vida individual e familiar;</li> <li>• Despertar para a responsabilidade social e cidadã.</li> </ul>

Fonte: Autoria própria, 2021.

Segundo a Organização das Nações Unidas (2017) é essencial que se ofereça, às mulheres, as condições necessárias para que sejam proativas nas diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental. Diante dos estudos analisados, foi a atividade econômica que fez emergir nelas o sentimento de luta pela conquista de espaço, de voz, de respeito, entretanto, o vínculo com a Agroecologia e com movimentos sociais afirmativos de gênero, faz com que as dimensões não estejam dissociadas. Paradoxalmente, a presença da imagem já enraizada na história econômica e social do campo, na qual as mulheres são simples ajudantes dos homens na dimensão social-agrícola demonstra a incompletude da inclusão social da mulher.

Para Almeida, Germano e Melo (2020), a formação educacional foi um importante fator do processo, oferecendo o suporte teórico necessário à garantia do sucesso em suas atividades econômicas. À exceção de Barreto et al., (2019) todas as pesquisas trazem ainda o inconformismo feminino diante da condição de invisibilidade da mulher frente às atividades produtivas e geradoras de renda, sempre tida como complementar e à sombra da atividade masculina.

A Agroecologia, por sua vez, se faz presente em todos os trabalhos. Ela impulsiona a caminhada em prol da mudança de realidade para essas mulheres. Seja pela conversão do sistema produtivo tradicional para o agroecológico, orientado por Caporal e Costabeber (2004):

“[...] a principal virtude da Agroecologia – enquanto campo de estudos de caráter multidisciplinar –, suas pretensões e contribuições vão muito além dos aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais abrangentes e complexas que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da produção agrícola. Estas são condições importantes quando se têm em conta as possibilidades de transição da agricultura convencional para estilos de produção com base ecológica e, portanto, com maiores graus de sustentabilidade no médio e longo prazos” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 89).

Ao colocar o foco no Nordeste brasileiro, é importante observar que a Agroecologia é percebida, seja pela preservação do bioma Caatinga e respeito à biodiversidade, ou ainda pela mudança da organização sóciopolítica hegemônica vigentes (SILIPRANDI, 2009). A Agroecologia ora justifica a necessidade de mudança pelas protagonistas das pesquisas, ora embasa o modelo de produção adotado, ou ainda fundamenta a organização individual e/ou coletiva que a mulher assume após o desenvolvimento da atividade econômica escolhida pelas mulheres.

## CONCLUSÕES

Os dados aqui apresentados reforçam a importância de se dar visibilidade às atividades realizadas pela mulher do campo, situação que vem sendo modificada pelo Movimento Feminista de auto afirmação das mulheres e a Agroecologia enquanto prática que favorece essa afirmação. Em especial, aquelas envolvidas no sustento das famílias que mesclam paradoxalmente o empoderamento e libertação de um lado e a sobrecarga de atividades e responsabilidades no contexto de organização familiar e organizativa.

Para tanto, deve-se estimular que sejam protagonistas do seu presente e futuro, rompendo com as amarras do patriarcado histórico que rege a organização familiar do campo e que este protagonismo envolva os homens demonstrando efetiva transformação cultural para além do econômico.

A Agroecologia, em conjunto às reflexões históricas sobre o papel social das mulheres na sociedade favorece a superação do patriarca colonial e explorador, se apresenta como opção como alicerce dessa (re)construção, uma vez que desmonta a organização de dominação vigente e reorienta a nova ordem, baseada na igualdade dos atores envolvidos nessa construção e valorização do papel da mulher na sociedade.

Respondendo a questão norteadora desta pesquisa: O desenvolvimento de atividades econômicas realizadas por mulheres influenciam o protagonismo feminino. Situações, a exemplo da gestão da cooperativa, quintais produtivos, fundo de pasto, comercialização na feira agroecológica, são tidas como relevantes ferramentas que favorecem o protagonismo feminino e a construção de relações mais justas, além de social e ambientalmente sustentáveis.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S. DE; GERMANO, A. M. S.; MELO, M. A. V. DE. Resistência campesina: uma análise do projeto mulheres da caatinga em Igaci e Cacimbinhas, Alagoas, Brasil. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 2, p. 331, 2020.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: Instrumento de emancipação Social? – Uma Discussão Conceitual. **Revista Debates**, v. 6, n. 1, p. 173–187, 2012.

BARBOSA, L. P. Epistemologias de Nosotras, Feminismos e Teoria da Selva na construção do conhecimento: aportes das mulheres Zapatistas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 3, n. 4, p. 1128–1155, 2018.

BARDIN, L. **Análise do Conteúdo** - Edição revista e ampliada. São Paulo: Átila, 2011.

BARRETO, R. M. F. et al. A importância do trabalho feminino nas comunidades tradicionais de Fundo de Pasto: estudo de caso em duas comunidades do sertão baiano. **II CHERD**, p. 1–5, 2019.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Nova Fronteira, 1986. V. 1.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTTO, A.; AFONSO, R.; ESPINDOLA, T. Transição agroecológica e alimentação: tensões existentes na construção da autonomia em são joão, agreste meridional de pernambuco. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 3, p. 1–11, 2020.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004.

CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. Como elaborar Modelo Lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. **Nota Técnica - IPEA**, v. 6, p. 1–35, 2010.

COSTA, M. C. DA et al. Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede de atenção à saúde. **Revista gaucha de enfermagem**, v. 38, n. 2, p. e59553, 2017.

EBLING, S. B. D. et al. As Mulheres E Suas ‘Lidas’: Compreensões Acerca De Trabalho E Saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 13, n. 3, p. 581–596, 2015.

GRISA, C. et al. Sistemas agroalimentares contemporâneos: Dinâmicas, perspectivas e desafios. **Raízes**, v. 41, n. 2, p. 159–163, 13 dez. 2021.

LIMA, J. R. B. et al. Perfil socioeconômico de mulheres feirantes do Estado de Alagoas, Brasil: Liderança e empoderamento feminino camponês. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 14557–14578, 2020.

MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2015.

MONTIEL, M. S.; RIVERA-FERRE, M.; ROCES, G. I. Diálogos e convergências entre Agroecologia e Feminismo. **Agriculturas**, v. 14, n. 4, p. 1–58, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, (ONU). **Princípio de empoderamento das mulheres**. Bruxelas: Pacto Global, ONU Mulheres, 2017.

PARREIRA, B. D. M. et al. Sintomas de depressão em mulheres rurais: fatores sociodemográficos, econômicos, comportamentais e reprodutivos. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 30, n. 4, p. 375–382, 2017.

PORTO, M. F.; FINAMORE, R.; ROCHA, D. **Saúde como dignidade: riscos, saúde e mobilizações por justiça ambiental**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2018.

SILIPRANDI, E. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 3, 2009.

# CAPÍTULO 12

## DO IMAGINÁRIO AOS SENTIDOS DAS MIGRAÇÕES<sup>9</sup>: MARCAS E EXPRESSÕES NORDESTINAS EM SÃO PAULO

Elis Regina Barbosa Angelo

### RESUMO

As marcas, expressões e representações da cultura nordestina nos territórios paulistanos vêm ao longo do tempo trazendo impactos nas referências da cultura popular, no que se refere aos sentidos e significados produzidos sobre esses grupos. Suas referências trazem similaridades e desconpassos, na medida em que, suas peculiaridades por cidade/estado, significam imagens produzidas sobre o “nordestino. Nessa abordagem, busca-se instigar o debate sobre essas impressões por meio da análise hermenêutica interpretativista, buscando compreender as projeções e imagens acerca da formação imaginária de simbolismos e narrativas. Dessa forma, essa reflexão contempla aspectos do imaginário sobre essa formação de sentidos das identidades, especialmente forjadas no que se refere aos debates dos processos migratórios, de inclusão, de referências e subsídios nas relações de poder ou mesmo de luta pelo espaço/território na cidade de São Paulo, além da criação de mercados identitários com base em processos econômicos.

**PALAVRAS CHAVE:** Cultura Nordestina; São Paulo; Identidades.

### INTRODUÇÃO

A chegada dos nordestinos no sudeste, mediante as relações de atração e repulsão, foram responsáveis pela composição de cenários, em diversos espaços, formando territórios de grupos e de sentidos, especialmente na metrópole paulistana. Embora se utilize a questão de multiplicidade de intenções e não mais de atração e repulsão, nesse contexto histórico será determinante a utilização dessa abordagem conceitual.

O Nordeste do país, com seu histórico migratório condensado pelas relações sociais e econômicas versadas pela pobreza, seca e outras motivações oriundas de inúmeros quantitativos de saídas, tem uma fotografia que condensa memórias de partida e de chegada fortalecidas pelos laços de quem ficou pra trás, em compensação, os cenários formados nos diversos territórios culturais trouxeram diversas expressões culturais que formaram um patrimônio cultural

---

<sup>9</sup> Artigo proposto a partir do Projeto apoiado pela FAPESP/LEER- Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação - Deslocamentos, memórias e lugares: o nordeste no Rio de Janeiro e em São Paulo de Professora Elis Regina Barbosa Angelo- UFRRJ.

migratório significativo na metrópole, dando ênfase a música, dança, literatura e gastronomia considerados legados dos vários estados de expulsão.

Os pólos de maior expressividade que atraíram os migrantes do Nordeste, entre as décadas de 1930 a 1980, fortalecem o apelo a industrialização, em que se pese o crescimento e a produtividade dos grandes centros para a economia do Brasil. São Paulo tinha um slogan “a cidade que mais cresce no mundo”, isso favorecia os deslocamentos oriundos da necessidade de mão de obra, tanto nacional quanto internacional, movimento que “atraía migrantes e imigrantes à cidade”. (GALHARDO, 2007, p.03)

Para identificar alguns dos territórios e lugares formados em números e concentração de grupos do Nordeste, estão o Largo da Concórdia, Parque da Luz, Parque Dom Pedro II, Largo da Batata, Largo do Japonês, Largo Treze de Maio, Mercado da Penha, Praça Central de São Miguel Paulista, Praça Silvio Romero e Praça da Árvore, entre outros. Outros aspectos relevantes na formação desses cenários que definem o patrimônio das migrações estão alinhados os produtos diversificados e comercializados, a gastronomia nordestina, os lugares de sociabilidade e lazer como o Centro de Tradições Nordestinas e o Centro de Tradições Brasileiras, ao carregarem aspectos identificadores, seja como preconceito em relação aos grupos, seja como parte de suas vidas cotidianas, ao significarem e identificarem gostos, comportamentos e tradições desses migrantes e seus descendentes. (BORGES, 2007)

No que se refere à identidade, as discussões sobre “ser nordestino” carregam tensões entre o que os identifica no grupo e o que os distancia da essencialização, muitas vezes transmutado de preconceitos e segregações. Para Woodward (2003) a identidade é relacional, reivindicatória, material e de autoafirmação. Na perspectiva de Borges (2007, p.21) “não existe uma só cultura nordestina, mas várias, à medida que estas não são homogêneas e cada Estado tem as suas particularidades culturais”.

Para Borges (2007) há uma desconstrução e reconstrução e uma identidade, na qual se contrapõe os sentidos de si, os sentidos sobre si e os sentidos dados para si, levando em consideração as resistências, as redes de relações, os costumes, atitudes, comportamentos e suas respectivas origens e representações.

Sobre as representações, expressões e demais caracterizações identificadas de grupos e sujeitos, Chartier (1990) considera como discursos, carregados de sentidos que produzem estratégias e práticas indutivas. Percebem-se em contextos e cenários específicos de cunho cultural como feiras e centros culturais, que, a idéia de leitura de um fenômeno não deve ser

apreendida enquanto unitária, mas como uma leitura contraditória, repleta de tensões e de estratégias de sobrevivência e reinvenção, levando em consideração, suas espacialidades e temporalidades. (ANGELO, 2021)

No que se refere à espacialidade, os grupos vão se formando a partir de referências e redes de ligação entre o lugar e as referências e tornando-se novos territórios compreendidos a partir disso, sejam redes de parentesco, amizade e solidariedade. Na zona Sul de São Paulo, um dos reconhecidos circuitos de migrantes está em Santo Amaro, especialmente pelo comércio de produtos nordestinos no Largo Treze de Maio, que formou-se a partir das proximidades do terminal rodoviário, onde conservou uma organização com características do Nordeste, com a criação de lojas de produtos típicos nordestinos, caracterizando essa localidade como reduto nordestino.

No que se refere a formação desses espaços, pode-se dizer que há uma relação dialética entre as categorias espaço e identidade, pois, a formação dessas vivências nos lugares, corrobora com a ideia de que o espaço opera como meio de produção de identificação dos indivíduos com o seu mundo social, e, a partir daí se correlacionam as relações sociais, sentidos e significados que tangenciam a formação das identidades. (BERGER; LUCKMANN, 2004)

Alguns espaços se formam a partir das identificações, a partir dos gostos, sabores, música, dança e entretenimento, como é o caso do Centro de Tradições Nordestinas, considerado um dos pontos de encontro do entretenimento e do lazer na cidade e o Largo Treze de maio, em Santo Amaro, um dos pontos de vendas de produtos nordestinos. Analisando as pesquisas desenvolvidas pelo IPEA em 2011, 45% da população paulistana se compõe de nordestinos e seus descendentes. Tanto os bairros de maior número de nordestinos, quanto os espaços de comercialização e lazer trazem elementos que fortalecem o imaginário de concentração dos territórios nordestinos, seja nas cores, sabores e sentidos dados a esses objetos, corroborando na formação de imaginários identitários.

Para Durand (2007) o homem adota atitudes imaginativas a fim de significar algo reconfortante, e, essas atitudes por sinal, formam a percepção, produzindo símbolos, imagens, mitos e arquétipos, e, nessa confluência de elementos simbólicos forma o que se denomina de “imaginário”.

Assim, esse artigo tem o intuito de trazer para a reflexão, os espaços criados pelos nordestinos fora do Nordeste, especialmente em São Paulo, simbolizando territórios culturais identitários, ora forjados pelos interesses de sujeitos e grupos, ora formado pelas relações



econômicas. Por meio da revisão bibliográfica e da observação participante busca-se compreender aspectos ligados a formação dos territórios culturais e de sujeitos que produzem sentidos e de sujeitos que criam a interface oferta/demanda de produtos, objetos e sentidos para as relações estabelecidas nesses territórios. A análise foi feita a partir da observação do Centro de Tradições Nordestinas, do Largo Treze de Maio e da Feira Cultural da República.

### **ASPECTOS, IMAGINÁRIOS E SENTIDOS DOS BAIRROS.**

Imaginários sempre foram criações de cenários e sentimentos em relação a algo subjetivamente, considerando-se o ato de pensar e criar expectativas sobre um determinado lugar, espaço ou mesmo sujeito. No entorno do terminal Santo Amaro em São Paulo, na Zona Sul, conhecido como Largo Treze de Maio, se concentram lojas em diversidade de produtos oriundos dos nove estados do Nordeste, tendo o Ceará como um dos mais procurados pelo gosto do consumidor local, haja vista, o número de migrantes e descendentes oriundos do estado do Ceará.

Esses elementos sensoriais como gosto, cheiro e toque, forjam sentidos alocados a outros grupos, por essa razão formam o que se pode chamar de imaginário nordestino. Durand define imaginário como o “conjunto das imagens e das relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens [...]” (DURAND, 1997, p.14).

O bairro Santo Amaro já faz parte do imaginário dos nordestinos da cidade, compondo a história de mobilidade e de transformação dos espaços pelos migrantes, com a formação de bairros comerciais como o entorno do terminal Santo Amaro de ônibus. Nele, fixam-se símbolos e comércio dos produtos oriundos do Nordeste, sendo transformado em “lugar” dos sabores, saberes e sentidos na cidade. Todavia, não elegeram um bairro para viver como outros grupos de migrantes e imigrantes, eles estão pela cidade toda, onde tiveram êxito pessoal no âmbito da grande metrópole.

Em termos de números, pode-se dizer que, quantitativamente foi expressivo o contingente migratório para a metrópole e para o interior dos Estados do Sudeste, entre os anos de 1930 a 1980, com continuidades posteriores e com retornos atualmente percebidos nos deslocamentos pelo país, trazendo uma nova vertente dos processos migratórios no país, haja vista, o crescimento de atividades, a melhoria da qualidade de vida e as oportunidades de regresso, mas para um número inexpressivo, considerando os anos de maior mobilidade no século XX.

Muitos bairros condensam números de migrantes de toda etnia, países e mesmo de migrações e deslocamentos internos, como é o caso do Nordeste. Ainda que, Não se tenha um bairro formado com essa conotação, alguns lugares ficaram sendo conhecidos pelo comércio, pelo lazer e demais significados formados a partir do conceito de território. (ROLNIK, 2008)

Alguns monumentos exercem esse olhar sob o imaginário tanto de moradores quanto visitantes da cidade e de seus bairros, como o monumento erigido no Largo da Concórdia, a partir de uma iniciativa do Memorial do Imigrante. Essa homenagem aos migrantes nordestinos possui significativo ícone por ser o bairro, um dos maiores números de moradores migrantes e descendentes e, de certa forma, faz parte do imaginário sobre os nordestinos, pela relação de grupos e identidades pertencentes ao bairro. (ANGELO, 2021)

Das referências como bairros e grupos em sua diversidade, o Brás se apresenta como um dos muitos espaços de migrantes, reduto de comerciantes, sacoleiros e também produtos nordestinos, reconhecido pelas chegadas, moradia e, referência de migrantes nordestinos, e também como símbolo histórico, seja pelas lojas de confecções de roupas, seja pela composição de imigrantes que acabam dando “cara” ao lugar. (PENNA, 1992)

Nas décadas de 30 e 40 passou por grande apogeu comercial. Seu esvaziamento e a chamada “deterioração” datam da década de 50, por efeito da metrópole industrial, das alterações dos seus sistemas viários, e pelos fluxos migratórios nacionais, que marcaram o começo da nordestinação. Com a implantação do metrô, nos meados da década de 70, o bairro se descaracteriza, recrudescer o encorticiamento e seu feito cultural é nordestino, com suas feiras, seus ambulantes. (VERAS, 1994, p. 600)

Maffesoli (2001) traz como referência, o imaginário como uma fonte (ir)racional de impulsos, pois, além de represar sentidos, emoções, vestígios, imagens, sentimentos de afetos, símbolos e valores que vão culminar na escolha e definição dos sentidos sobre a produção material e imaterial das identidades, favorece a inclinação para cenários sensoriais que determinam ações.

Essa referência de imaginário e mesmo de projeção irracional forma, de certo modo, também o conceito de território urbano, como menciona Raquel Rolnik (2008), o espaço social vivido, trazendo critérios e valores de cada grupo para a formação de gostos, de memórias e sensações das mais diversas. A cidade de São Paulo ganha contornos do grupo migrante em vários bairros onde a quantidade de conterrâneos cresceu e foi multiplicada pelos laços de solidariedade e sociabilidade, além da periferização dos grupos marginalizados pela condição socioeconômica das suas origens e motivações de vinda. (ANGELO, 2021)

Antes dos anos 50, São Paulo já apresentava profundos contrastes sócioeconômicos. A imagem da cidade, desde os anos 1930, estava atrelada a da modernidade, em prol da exaltação do progresso. Era uma urbe que vinha se remodelando com o passar das

décadas, mediante a verticalização, a substituição no transporte coletivo do bonde pelo ônibus, o crescimento do número de veículos, proveniente da implantação da indústria automobilística em território nacional. (PAES, 2009, p.99)

A “São Paulo nordestina” ganha escopos diversificados, cenários que vão compondo o todo numa força numérica de indivíduos e coletivos oriundos de todo mundo, desenhando aspectos muito distintos. Dos nove estados nordestinos, dificilmente se consegue decifrar onde estão as marcas distribuídas, pois, a referência se mistura com os demais grupos (i)migrantes que em diversos momentos históricos fizeram da cidade, - uma das mais acolhedoras do país. Apesar dos inúmeros formatos e trejeitos que vão formando as diversas identidades, os lugares se formam e ganham delineamentos que condizem e representam a diversidade desse acolhimento, os bairros vão sendo redesenhados e ressignificados a todo o momento.

Apesar do ponto de migração nordestina ter como referencial os anos 30, e também ser essa época em que a migração foi oficialmente motivada pela atração (a partir de São Paulo) e repulsão (a partir do Nordeste), os migrantes já entravam na cidade há algum tempo em busca de novas oportunidades. (ANGELO, 2017)

As motivações de escassez de trabalho e renda, percebida em momentos conjeturais distintos de atração, - quando a cidade emergia na industrialização, diminuindo a imigração para a lavoura, os números de entrada cresciam e iam ressignificando os bairros, lugares e formando territórios culturais dos grupos. “A indústria e as estações de trem e de ônibus foram fatores determinantes no processo de formação dos bairros periféricos, como o Brás, o Belenzinho e a Mooca, e de toda a rede de bairros que emergiram ao redor das linhas ferroviárias, que percorriam toda a zona leste da cidade.” (PAES, 2009, p.101)

Na cidade, por um lado, tinha-se a construção do discurso da paulistaneidade e, em condição paralela, o discurso de Nordeste. Monumentos como o Pátio do Colégio marcaram a fundação da cidade enquanto ícones da “invenção da paulistaneidade”. Em contrapartida, as casas de forró, as feiras típicas nordestinas e os centros de tradição ocuparam espaços simbólicos dentro da cidade como ícones da “invenção de nordestinidade”, materializando a presença nordestina na urbe e representando outros marcos e ícones de resistência e negociação entre as diversas correntes sócio-políticas. (PAES, 2009, p. 108)

Apesar dos discursos que ora se formavam, especialmente de contradição, entre paulistaneidade e nordestinidade, muito criticados pelo seu discurso elitista, os diversos territórios representativos culturais ganham força e definição, formando identificações, muitas delas forjadas pela associação ao passado, aos sentidos desse passado em termos de sensibilidades e sentimentos, e muitas vezes formadas pela idéia de segregação.

Alguns desses territórios se formam como modos de entretenimento, como é o caso de espaços caricaturais ou mesmo de relação identificadora, como é o caso da escolha da diversão,

da sociabilidade e mesmo da união de esforços na luta pelo espaço e pelo reconhecimento dessas diversas identidades. O Centro de Tradições Nordestinas- CTN não é diferente dessa perspectiva.

A história do Centro faz parte da concepção de um empresário paulistano, José de Abreu, que fundou em 1990 a primeira rádio, a Rádio Atual (AM 1370 KHZ), a trazer música nordestina para a cidade, corroborando aspectos identificadores desses grupos e de pertencimento pela sonoridade e pelos sabores e cores da região toda do Nordeste. A ideia era trazer músicas regionais e “ser a voz dos nordestinos na capital e na grande São Paulo.” (ABREU, 2016).

Em maio de 1991, foi inaugurado o CTN, tendo como princípio a mesma direção da rádio, ou seja, ser ritmado pelo gosto dos grupos formados a partir do elo com as cidades de onde migraram, trazendo músicas, danças e estilos que corroborem na formação de identificações com os estados de onde vieram. A idéia de reconhecer a cultura nordestina e homenagear o povo do Nordeste, migrante que ajudou a construir São Paulo, hoje a sétima maior cidade do mundo em população, foi um dos lemas de criação desse território cultural. (ABREU, 2006, p. 18).

Sobre sua formação, pode-se dizer que, culminam aspectos e dimensões que simbolizam cotidianos com expressão popular nordestina. Alguns trabalhos de pesquisa como de Rosani Cristina Rigamento de 1997, “Sertanejos Contemporâneos: entre metrópole e o sertão” trata de aspetos da representação do nordestino, buscando refletir como esses indivíduos constroem e reafirmam sua identidade por meio das redes de sociabilidade. Nessa análise, e, a partir das entrevistas, menciona práticas de lazer, tradição e sociabilidade nas manifestações do CTN, precisamente como esse ressignificar de práticas produz sentidos na afirmação da identidade, apesar das transformações oriundas desse processo de interação com outras culturas numa cidade múltipla como São Paulo. “O CTN, espaço que existe há mais de duas décadas busca recriar um clima interiorano, com barracas cujas mesas e cadeiras estão dispostas ao ar livre e onde são servidas comidas típicas do Nordeste.” (BORGES, 2007, p. 52).

Considerando a formação desses espaços imbuídos de necessidades de lazer e entretenimento dos diversos grupos que constroem a diversidade nordestina na São Paulo miscigenada, ainda se percebe uma forma de referência muitas vezes negativada e pejorativa impondo-lhe relações sociais e definindo grupos, isso é percebido nos discursos, na mídia, nas

formas de tratamento, na exclusão, e em tantas outras formas de ligação dos sujeitos pertencentes aos migrantes. (ANGELO, 2021)

Os sentidos e significados que os grupos compõem no todo vai sendo percebido, especialmente, nos discursos e narrativas subjetivadas no cotidiano, nas relações sociais, nas formas de pertencimento e mesmo nas discriminações provenientes de outros grupos, seja no momento de fragilidade das relações de trabalho, seja nas esferas de preconceito e poder. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011)

Para Bobbio (2004), o preconceito se define como uma ou mais opiniões recebidas sem criticidade pela tradição, pelo costume ou por uma autoridade que não se discute, apenas se representa e mantém como correto, num ar de superioridade. Para Albuquerque Junior, (2011), o Nordeste se compõe como uma invenção recente na história brasileira, e se tornou uma identidade racial, econômica, social e cultural.

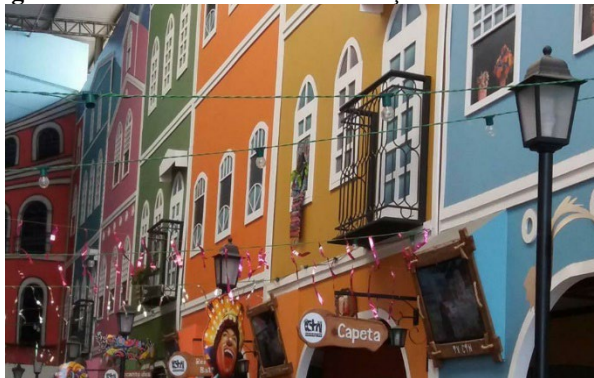
Nos seus debates, Albuquerque Junior percebe que a ideia de Nordeste é formada como uma materialidade, uma identidade e uma homogeneidade, sempre com distinção, sendo sempre oposta ao Sudeste, formando um preconceito percebido por imaginários nas diversas formas de disputa de poder, e, por meio desses discursos, há a separação por elementos como trabalhadores/improdutivos, atraso/progresso, pobreza/riqueza (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

Essas formas de segregação convergem como espelhos, que, infelizmente são modulados a critério de outros grupos, especialmente pelos discursos de ódio e de preconceito. “O Nordeste, na verdade, está em toda parte desta região, do país, e em lugar nenhum, porque ele é uma cristalização de estereótipos que são subjetivados como características do ser nordestino e do Nordeste” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.343).

As desigualdades e mesmo esses tipos de segregação muitas vezes são automáticos e nem sempre percebidos, conformando os estereótipos colaboram que muitas vezes são absorvidos nas relações de poder e das desigualdades de classe, gênero e grupos.

Alguns estereótipos são observados e alguns efeitos positivos também nessa dicotomia de identidade versus estereotipação. Muitos consideram a criação de monumentos, referências e lugares como o CTN, enquanto formas de pertencimento, de orgulho e de motivação para aceitação nas relações sociais e culturais.

**Imagem 1:** Fachada do Centro de Tradições Nordestinas- CTN



**Fonte:** Elis Regina Barbosa Angelo, acervo pessoal, 2017.

Nessa confluência, está o reconhecimento dos nordestinos na cidade, sua própria aceitação enquanto grupo e mesmo a superação de discursos de segregação, que convive em narrativas perversas de simbolismos valorativos de grupos, raças e etnias, de forma acrítica, conforme Bobbio (2004). As cores da fachada, as bandeirinhas, os símbolos e o ato de agregar valores ao simbolismo da cultura popular são observados pelas lentes valorativas dadas pelo espectador.

Na contramão dessa segregação estão ações de criação de espaços e territórios de símbolos, como o CTN, que acaba por compor a ideia de entretenimento, alegria e lazer, a fim de trazer um pouco da cultura popular, da música, da dança, da comida e da religiosidade simbolizada na imagem de padre Cícero Romão Batista e de Frei Damião como ícones do povo nordestino, além dessa referência colorida observada na imagem acima definida.

Algumas imagens, como Padre Cícero, acabaram sendo cristalizado no imaginário sobre o Ceará, o sertão, a peregrinação e a fé de muitos adeptos de todo país, com especial atenção a Juazeiro do Norte e suas adjacências serão adentro. Isso faz parte da relação de fé e simbolismo religioso popular dos visitantes do centro.

[...] a trajetória ministerial de Padre Cícero foi marcada no diálogo com a realidade do pobre, com o catolicismo popular. Em Juazeiro do Norte, local de seu pastorado, padre Cícero morava em uma casa de taipa, colocando-se nas mesmas condições que os pobres que pastoreava. Procurava passar mensagens em que priorizava uma teologia de imanência, de um Deus que caminhava junto ao sertanejo, em que a vida deste e de sua comunidade poderia melhorar aqui neste mundo, e não apenas em um reino celestial transcendente.” (FIGUEIRA & GAMA, 2019, p.52)

Os símbolos e as ideias referentes ao Nordeste vão compondo os espaços de produção de sentidos que o território reconstrói para atender às expectativas do público. Aqui, o território, compõe-se de memórias, de reinvenções da produção de uma percepção imagética, contextualizada num passado imaginário e de experiências familiares, passadas ou recriadas pelos sujeitos que visitam e almejam ter um acolhimento de lembranças passadas e de lugares

que contém essa possibilidade, mesmo que inventada conforme aponta Albuquerque Junior (2011).

Conforme apontam Figueira & Gama (2019, p.52) “Frei Damião e Padre Cícero são ícones consolidados da mentalidade religiosa de um catolicismo popular nordestino. Ambos não foram beatificados e reconhecidos como santos pela Igreja Católica Apostólica Romana [...]” Essa idéia de catolicismo popular foi aos poucos sendo incorporado no CTN como uma das expressões de religiosidade relevante do nordestino. A imagem abaixo desempenha além de um ícone de representação da cultura religiosa Juazeirense, uma das mais relevantes proposições da fé popular, observada em diversos âmbitos da religiosidade popular.

**Figura 2:** Padre Cícero - CTN



**Fonte:** Elis Regina Barbosa Angelo, acervo pessoal, 2017.

As imagens religiosas como o padre Cícero, Frei Damião e mesmo a simbologia católica dos vitrais do templo, e os desenhos que buscam identificar e ornamentar as realidades nordestinas, além de objetos de memória do passado, como seu carro, documentos e ornamentos pessoais, vão compondo o que se chama de “lugar de memória.”. (NORA, 1993)

O Padre Cícero e o Frei Damião formam laços com os conterrâneos, visitantes, curiosos e com pessoas que tem na fé os santos emocionalmente constituídos, haja vista ainda estar em processo a canonização de Cícero Romão Batista. Como os nordestinos já o evocaram enquanto santo, indiferente da religião católica e da aprovação da Igreja, o sentido e os sentimentos vão se atrelando à imagem recriada neste território. Das atividades mais significativas para o âmbito social, encontram-se celebrações de casamentos coletivos; o projeto “Vila Social”, que desde 2013 oferece atividades de reforço escolar e recreação para mais de 60 crianças entre 4 a 12 anos das comunidades do entorno do CTN, zona norte de São Paulo. (ANGELO, 2021)

Cursos profissionalizantes, CTN cidadão (uma iniciativa que oferece bimestralmente profissionais para prevenção de doenças como diabetes, pressão arterial, avaliação oftalmológica e odontológica), além de serviços que buscam promover o bem-estar de moradores das comunidades, como corte de cabelo, e estética, além de todo um trabalho social desempenhado na função de cuidar das pessoas, abraçam os sentimentos de pertença local. Também em período bimestral, ocorrem ações como orientação jurídica e emissão de documentos para cidadãos do entorno, além de atividades realizadas pelo centro concentram-se ali diversos tipos de doações de alimentos, promoção de cursos profissionalizantes e demais atividades de recreação e lazer.

Ao que se percebe, vão sendo tramados aspectos e dimensões pertencentes aos grupos e ao sentido do popular, e, as identidades e o imaginário nordestino também se consagram nas comemorações.

Outros aspectos relevantes dizem respeito a caracterização do sentido desse sujeito histórico, o ser nordestino, comemorado no dia 08 de outubro, no qual se comemora também o dia do centenário do poeta popular cearense *Patativa do Assaré*, além de muitas atividades recreativas do calendário de eventos da cidade de São Paulo, dimensionando suas identidades, ao considerar que “(...) uma pessoa pode usar a diversidade de modo a criar uma auto-identidade distinta que incorpora positivamente elementos de diferentes cenários numa narrativa integrada.” (GIDDENS, 1997, p. 175)

Para melhor conectar essa relação, também se faz necessário compreender que indivíduos transitam entre diversos mundos, especialmente ao assumir papéis, distintos por meio de adaptação e transformação oriunda de múltiplos códigos que foram traduzidos e adaptados em universos distintos, e, desse modo, forjam e constroem identidades multifacetadas, ou metamorfoses. (VELHO, 1994)

Sobre esse processo definido por Velho (1994), a movimentação entre os diversos códigos (geralmente formas de interação, identificação e interação) também se alinha ao que define como potencial metamorfose. A essa ideia, distribuída desigualmente por toda a sociedade, vão sendo formados aspectos de cada código que melhor se assemelha aos seus interesses, apesar de que as experiências mais distintas mantêm de certa forma, “uma identidade vinculada a grupos de referência e implementada através de mecanismos sociais básicos.” (VELHO, 1994, p. 29).



Nesse sentido, Gilberto Velho reflete sobre a unidade que o indivíduo representa e sua capacidade de permanecer idêntica a si mesma numa sociedade que a obriga, e valoriza, mudanças permanentes no processo de interação, e, a essa relação de metamorfose, vai se definindo aspectos dinâmicos, na qual a metamorfose seria o processo social pelo qual, através da movência contínua entre códigos, o indivíduo se reconstrói de maneira permanente, aceitando situações, jargões e mesmo os sentidos atribuídos a ele na diferenciação do outro.

Percebe-se que ao mesmo tempo, os indivíduos acabam compondo a sua identidade a partir desta multiplicidade mudanças e permanências atreladas ao “uno”, ainda que multifacetado, atua de acordo com o contexto, muitas vezes aceitando a diferenciação, a segregação e os símbolos pelo fato de permanecerem numa realidade excludente, mas em harmonia com seus sentimentos de grupo, coletivo e mesmo identidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os deslocamentos humanos fazem parte do imaginário e das realidades do Brasil desde a colonização portuguesa. As diversas formas de migração fazem parte da construção dos sentidos e símbolos das cidades, e de sua transformação ao longo dos anos e gerações.

Os contextos de formação dos diversos territórios, os processos migratórios e as experiências vividas e sentidas pelo trajeto estrutural dos mesmos traz uma diversidade de afetos e tramas que revelam as ressignificações dadas os sujeitos e suas histórias, especialmente na metrópole paulistana, referência de múltiplas identidades. .

Alguns desses territórios ao serem formatados e experienciados, demonstram a pluralidade de relações sociais vividas, entremeadas pelos sentidos e significados do que é “ser nordestino” na cidade, especialmente definindo referências de grupos e suas diversidades, que, a cada momento emerge em luta por discursos mais positivos de si e sobre si, seja pelos monumentos seja pelo respeito às diversas formas de e/i/migração que formou tanto modelos quanto formatos de bairros e seus desenhos.

Muitas relações se estabeleceram em meio a preconceitos e estereótipos formados pela elitização de lugares, especulação imobiliária, favelização e outros meios de separação pessoas pela classe, gênero e lugar, nas quais, as relações mediadas por questões de poder, de identificação, de repulsa e mesmo de preconceito, definiram ditames e pertencimentos de indivíduos migrantes, que, capazes de adaptação, demonstram ao mesmo tempo, formas de ressignificação na múltipla São Paulo.

Os territórios produzidos pelos grupos possuem elos e representações que coexistem em vários espaços, e, esses, por sinal, muito tem a dizer sobre os seus visitantes, sobre os usuários e, especialmente, sobre os nordestinos que vivenciam, frequentam e apreciam o que é representado em suas vidas cotidianas, seja pela perspectiva identitária, seja pela memória imaginária sobre seus antepassados, forjados como formas de preconceito e muitas vezes de segregação, mas que, numa linha tênue, coexistem na multiplicidade.

As referências de narrativas do que vem a “ser nordestino” em cidades metropolitanas como São Paulo, vão delineando novos sujeitos que divergem e convergem em momentos distintos para a conformação das identidades, muitas vezes forjadas pela necessidade de afirmação do passado e negadas pelas relações do presente, em discursos também escondidos, e, apesar de serem distintas as relações de criação e pertencimento, os territórios mantêm similaridades que definem a apreciação ao “lugar” criado para si enquanto sujeito social carregados de estigmas e referências culturais. Esses territórios vão configurando novas relações com as cidades.

O nordestino se (re)configura nesses territórios, não como uma cara, mas com múltiplo de variadas facetas, pois, não há identificações possíveis, especialmente de ser no tempo, espaço. Muitos são os contrastes, mas as vozes tentam definir o passado como ponto de partida de si, de seus anseios e de suas angústias. O que parece certo é a direção de manter viva a memória dos sujeitos que trouxeram para a cidade e para o bairro esse ar de “diferente”, de “singular” e de “plural”. (ANGELO, 2021)

Os sujeitos e os lugares vão dando tons, muitos são transformados em memórias que carregam as identificações da terra natal, do imaginário das pessoas e dos que vieram em busca de uma nova vida. Os estereótipos são criados numa forma de segregar, de separar e de tachar, para o diferente, o outro em outro lugar.

O imaginário, o lugar e os sentidos que formam as múltiplas identidades vão desenhando metamorfoses como Velho (1987) define. As formas de expressão, de ser e de sentir dos sujeitos, formam esses brasis do Nordeste, e, os discursos dinâmicos vão se tornando novas realidades, ressignificadas nessa metamorfose de diversidades, gerações e memórias do povo nordestino.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Cristina. **Um pedaço do Nordeste em São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: CTN, 2016.
- ANGELO, Elis Regina Barbosa. Patrimônio da migração nordestina: a literatura de cordel no Rio de Janeiro e em São Paulo, Brasil. **Revista del CESLA**. International Latin American Studies Review, n.22, pp. 347-365, 2018.
- \_\_\_\_\_. Impressões da São Paulo nordestina: Entre territórios e identidades no imaginário coletivo. **Revista del CESLA**. International Latin American Studies Review, n.27, pp. 95-112, 2021.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. L'età dei Diritti/Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BORGES, Selma Santos. **O nordestino em São Paulo: desconstrução e reconstrução de uma identidade**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós Graduação em História. PUCSP, 2007.
- CARTUM, Marcos. Monumentos para entender SP: **450 anos – Esculturas e marcos da capital paulista ajudam a explicar trajetória da metrópole**. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/sp-460/sp-em-monumento/platb/category/sem-categoria/>>. Acesso em 12/10/2019.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Criação Imaginária**. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1992.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1997.
- DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. (Trad. de Hélder Godinho). Lisboa: Presença, 2007.
- FIGUEIRA, Eulália. Rafael da GAMA, Migração e arquitetura dos espaços sagrados: religião e arquitetura na “catedral” do migrante nordestino em São Paulo, a experiência da migração e a reconstrução do sentido no CTN. **REVER**. v. 19, n. 1, pp.43-60, 2019.
- GALHARDO, Soledad. Os conterrâneos nordestinos na metrópole de São Paulo: seus símbolos, sua memória e seus mitos. **Anais do III ENECULT** - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBa, 23 a 25 mai. 2007.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. (out. 6). Perfil dos migrantes em São Paulo. Comunicado do IPEA. São Paulo: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2011.

MIGALHAS, Doutor. Pintassilgo. Santo Amaro. **Histórico da Cidade**. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dr/pintassilgo/21295/santo-amaro/historico-da-cidade.>>. Acesso em 12/03/2022.

NORA, Pierre. Entre história e memória. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC, vol.10, n. 10, pp. 7-28, 1993.

PAES, Jurema Mascarenhas. **São Paulo em noite de festa: Experiências culturais dos migrantes nordestinos (1940-1990)**. Dissertação de Mestrado em História, PUCSP, 2009.

PENNA, Maura. **O que faz ser Nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina**. São Paulo: Cortez, 1992.

RIGAMONTE, Rosani Cristina. **Sertanejos Contemporâneos: entre memória e o Sertão** (Dissertação de Mestrado) Departamento de Antropologia, FFLCH/USP, 1997.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo; CYMBALISTA, Renato Urban Land and Social Housing in Brazil: the issue of land. In: **Participatory Master Plans. The Challenges of Democratic Management in Brazil: the right to the city**. São Paulo: Instituto Pólis/Fundação Ford, 2008.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. “Cortiços no Brás: Velhas e novas formas de habitação popular na São Paulo industrial”. 1994. **Análise Social**. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XXIX (127). Lisboa, Portugal. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/>>. Acesso em: 10/09/2019.

WOODWARD, Kethryn. Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Tomãs Tadeu da. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes. pp.7-71, 2003.

# CAPÍTULO 13

## O REVISIONISMO COMO NORMA: BREVE ENSAIO SOBRE OS DISCURSOS HISTÓRICOS ACERCA DO SOCIALISMO E DO NAZISMO

Felipe Monteiro Pereira de Araújo

### RESUMO

O presente artigo problematiza a fortuna crítica de alguns autores, no que tange a forma de abordagem adotada nos discursos históricos construídos em suas narrativas relacionadas ao contexto do socialismo da União Soviética e da Alemanha nacional-socialista. Com isto, tem por intuito o rastreo das razões motivadoras que fazem tais autores distanciarem um projeto político do outro, no fito de estabelecer legitimidade ao programa socialista.

**PALAVRAS-CHAVE:** História; revisionismo; socialismo; nacional-socialismo.

### INTRODUÇÃO

O século XX abalou as estruturas da história mundial, deixando um legado de centenas de milhões de mortos. O fantasma da carnificina cometida pelos regimes totalitários do século XX ainda se encontra, em alguma medida, contida no imaginário contemporâneo, fazendo-nos refletir sobre a natureza de tais atrocidades, suas respectivas motivações e influências. A presença de pessoas justificadoras e legitimadoras de tais regimes só torna o medo deste fantasma ainda mais presente. No que tange a historiografia referente a tais eventos, o cenário não é muito distinto. Neste sentido, é preciso averiguar quais as razões e motivações que tais pensadores possuem para se inserirem no empreendimento de justificar tais atrocidades, além de apontar os procedimentos adotados por estes no fito de conduzir tal justificativa. Ao fazer isto, buscamos perceber que há uma diferença de tratamento coordenado por parte de tais autores, privilegiando um regime político em detrimento do outro como se este fosse melhor que aquele ou, de alguma forma, que este possua alguma justificativa plausível, coisa que o outro não teria.

Ante o exposto, o interesse do presente estudo é demarcar um ponto de articulação que apresente as falácias da abordagem adotada por alguns pensadores, compromissados com suas predileções ideológico-políticas. Para tanto, o texto será dividido em duas partes, a fim de tornar mais clara a argumentação proposta. Em primeiro lugar, objetar-se-á as omissões realizadas por tais autores no que tange o regime nazista, a fim de imputá-lo uma posição e logas de funcionamento que se coadune aos seus interesses ideológicos prévios. Em segundo lugar,

objetar-se-á as lacunas intencionalmente deixadas pela historiografia relacionada à União Soviética, em um projeto de mascaramento do que aconteceu, de fato, durante o regime soviético. Com isto, buscaremos entender o porquê das diferenças de tratamento com relação a tais regimes.

## **AS RAÍZES SOCIALISTAS DO NAZISMO: O “ESQUECIMENTO” PROGRAMÁTICO**

O nazismo é um dos fenômenos mais complexos da história, senão o mais complexo de todos. Captar a atmosfera que contribuiu para a formação do movimento nacional-socialista necessita uma profunda análise e um compromisso tácito com a memória de tais eventos, de modo que é natural que, por vezes, lacunas sejam apresentadas na narrativa histórica montada sobre o tema. Não se trata, portanto, de simplificar e vulgarizar a questão, interpretando o nazismo como uma ideologia de esquerda ou de direita, posto que, como demonstra o historiador israelense Zeev Sternhell (1986), a raiz da formação desta ideologia possui uma diversidade muito maior do que presume esta dicotomia, constituindo-o como uma espécie de terceira via. Isto posto, quando da ascensão do Nazismo na Alemanha, pode-se perceber que

Quando a atenção pública concentrou-se no nacionalismo, de um lado, e no socialismo, de outro, quando se julgava que os dois eram incompatíveis e constituíam a verdadeira linha divisória ideológica entre a Direita e a Esquerda, o ‘Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães’ (nazista) ofereceu uma síntese que supostamente levaria à unidade nacional, uma solução semântica cuja dupla marca registrada – ‘alemão’ e ‘trabalhador’ – ligava o nacionalismo da Direita ao internacionalismo da Esquerda. (ARENDDT, 1989, p. 406)

A partir deste ponto já podemos perceber que a compreensão deste fenômeno histórico não é tão fácil de ser realizada, posto que, embora a princípio ele antagonize polos opostos, na prática ele integra estes dois polos dentro de si, sem aderir a nenhum deles de maneira integral. É neste sentido que, portanto, apontamos para leituras viciadas, como as de Alcir Lenharo, quando este diz que

[...] o posicionamento político de Hitler tornou inaudível a disputa interna no partido e mostrou, antes do agravamento da crise econômica, na segunda metade do ano, que o partido nazista inclinava-se abertamente para a direita, estreitando seus vínculos com setores da burguesia. (LENHARO, 1986, p. 24)

O problema de tal percepção é que ela toma como ponto de partida uma perspectiva teórica de maneira a priorística, tentando encaixar os fatos na teoria ao invés do inverso. O fenômeno nacional-socialista é muito mais amplo que isto, de modo que é preciso ir mais a fundo que esta categorização dialética para se entender o fenômeno. Para além disto, a própria veracidade desta aceção é questionável. Hannah Arendt – cuja obra seminal, *As origens do totalitarismo*, discute este mesmo período histórico – se referiu a esta relação do Nazismo com

a burguesia como uma “lenda” (ARENDR, 1989, p. 356). Mais importante que esta categorização, portanto, é o entendimento de que a formação desta ideologia faz parte de um movimento que está se formando naquele período, envolvendo uma amálgama de ideias políticas coordenadas. Neste sentido, afirma Hayek argumenta

As doutrinas do nacional-socialismo representam o ponto culminante de uma longa evolução de ideias, da qual participaram pensadores cuja influência se fez sentir muito além das fronteiras da Alemanha. [...] O sistema se desenvolveu com coerência implacável. Uma vez aceitas as suas premissas, não se pode fugir à sua lógica. Trata-se simplesmente do coletivismo libertado de todos os vestígios de uma tradição individualista que pudessem impedir-lhe a realização. (HAYEK, 2010, p. 163)

Esse movimento coordenado de ideias, no entanto, constituiu-se em apenas uma fração do imaginário político da Alemanha à época, de modo que é preciso pensar de que forma ele teria ganho eco na nação alemã a ponto de se tornar posição majoritária. Sobre o vencimento destas ideias, Hayek afirma que

Não foram apenas a derrota, o sofrimento e a onda de nacionalismo que as conduziram ao sucesso. Tampouco, como muitos querem acreditar, foi o seu êxito ocasionado por uma reação do capitalismo contra o avanço do socialismo. Ao contrário, o apoio a essas ideias veio precisamente do lado socialista. Não foi, por certo, a burguesia, mas antes a ausência de uma burguesia forte, que favoreceu sua escalada ao poder. (HAYEK, 2010, p. 163-164)

Com isto, o que o autor argumenta é que o movimento avassalador da ideologia nazista que está se formando é, no seu íntimo, uma derivação do socialismo, fato “apagado” por muitos historiadores. Tal derivação do socialismo, contudo, não é realizada de maneira totalmente idêntica, mas com reformulações atinentes às predileções dos pensadores que as formularam. Sobre esta mudança de paradigmas é possível dizer que

Enquanto o socialismo teórico, em sua forma marxista, dirigia o movimento trabalhista alemão, o elemento autoritário e nacionalista recuou durante algum tempo para o segundo plano. Isso não duraria muito, contudo. De 1914 em diante, das fileiras do socialismo marxista foram surgindo doutrinadores que arrebanharam para o nacional-socialismo, não os conservadores e os reacionários, mas os trabalhadores e a juventude idealista. Foi só a partir daí que a corrente nacional-socialista se projetou, transformando-se em pouco tempo na doutrina hitlerista. A histeria de guerra de 1914 que, por causa da derrota alemã, nunca se extinguiu por completo, é o ponto inicial dos desdobramentos mais recentes que produziram o nacional-socialismo, e foi em grande parte à colaboração dos socialistas da velha escola que se deveu a sua ascensão durante esse período. (HAYEK, 2010, p. 164)

Diante disto, algumas figuras influentes do período começam a ganhar força como pontes para esta transição. Werner Sombart, classificado como “o mais característico representante desse processo de mudança” (HAYEK, 2010, p. 164), é um dos baluartes que forjaram a ideologia que fundamentaria, posteriormente, o nacional-socialismo. Tido por Engels como a maior autoridade em Marx na Alemanha, Sombart dedicou boa parte da sua vida ao engajamento nas ideias de Marx. Tal dedicação, contudo, causou uma ruptura, embora não

um abandono, das ideias marxistas. A título de exemplo, quando da publicação do seu livro sobre a Primeira Guerra Mundial, tal ponto de ruptura fica mais claro. Comentando tal livro, Hayek afirma que este

[...] saudou a ‘guerra alemã’, que considerava o inevitável conflito entre a civilização comercial da Inglaterra e a cultura heroica da Alemanha. Não tem limites o seu desprezo pelas ideias “mercantis” do povo inglês, que havia perdido todo o instinto guerreiro. Nada é mais desprezível aos seus olhos do que a busca generalizada da felicidade individual; e o que ele define como a máxima suprema da moral inglesa, ‘sê justo para que vivas bem e possas prolongar os teus dias sobre a terra’, é na sua opinião ‘a mais infame das máximas jamais formuladas por um espírito mercantil’. Ressalta a ‘concepção germânica do estado’, formulada por Fichte, Lassalle e Rodbertus, segundo a qual o estado não é fundado ou formado por indivíduos; tampouco constitui um agregado de indivíduos ou tem por finalidade servir a qualquer interesse individual. É um *Volks-gemeinschaft* (N. do R.: literalmente, ‘comunidade do povo’) em que os indivíduos não têm direitos mas apenas deveres. (HAYEK, 2010, p. 195)

O caso de Sombart é significativo, pois esboça bem o prelúdio do que de fato foi o fenômeno do Nazismo: uma luta do coletivismo contra o individualismo; da organização centralizada contra a auto-gestão espontânea. É a precedência de uma tradição pautada na centralização, que vem sendo construída desde o século XVIII pelos socialistas utópicos, em detrimento de uma tradição pautada nas ideias de liberdade. É neste sentido que, posteriormente, um outro expoente do nacional-socialismo, Arthur Moeller van den Bruck, diria que: “nós perdemos a guerra contra o Ocidente. O socialismo perdeu-a para o liberalismo” (BRUCK, 1933 apud HAYEK, 2010, p. 173). É preciso salientar que, no entanto, Sombart foi apenas um dentre uma rede de pensadores que contribuíram para a construção do ideário nazista, de modo que

Na árvore genealógica da doutrina nazista, latinos tais como Jean de Sismondi (1773-1842) e Georges Sorel, e anglo-saxões tais como Thomas Carlyle, John Ruskin e Houston Stewart Chamberlain (1855-1927) eram mais visíveis do que qualquer alemão. Mesmo o aparato ideológico mais conhecido do nazismo, a fábula da superioridade da raça ariana, não era de procedência alemã, visto que seu autor era um francês, Arthur de Gobineau (1816-1882). Os alemães de ascendência judaica, como Ferdinand Lassalle, Adolf Lasson (1832-1917), Friedrich Julius Stahl (1802-1861) e Walter Rathenau (1867-1922), contribuíram mais para os princípios essenciais do nazismo do que homens como Werner Sombart (1863-1941), Othmar Spann (1878-1950) e Ferdinand Fried (1898-1967). (MISES, 2017, p. 202-203)

Todos eles, cada um ao seu modo, produziram ideias que ecoaram no imaginário político da Alemanha nas décadas que antecederam a Segunda Guerra Mundial, afirmando e reafirmando o combate à tradição liberal. Era comum a eles, portanto, “a manifestação mais pura e mais firme do espírito anticapitalista e socialista” (MISES, 2017, p. 202).

O tamanho da influência deste ideário pode ser percebido por meio da repercussão causada pela publicação do livro *Die Juden und das Wirtschaftsleben*, no ano de 1911, pelo



Werner Sombart. Este livro – também muito importante na formação do ideário nazista e a obra que vai trazer os elementos do racismo contra os judeus na obra do pensador alemão, ancorados em uma retórica socialista – chegou a ter mais de sete edições lançadas até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, coisa que, para os padrões da época, era muito impressionante.

No que tange a distinção entre o socialismo e o nacional-socialismo, no entanto, é importante notar que esta reside em um elemento circunstancial: a impossibilidade da revolução socialista acontecer em uma magnitude universal, tal como preconizara Karl Marx, posto que, segundo os teóricos nazistas, não existia uma consciência de classe que se aplique universalmente ao operariado de todo o mundo. Neste sentido, segundo eles, só o que existia é o proletariado nacional (decorre disto a ideia do *nacional* em nacional-socialismo), que se opõe à burguesia internacional composta pelas demais nações. A dialética socialista, portanto, é transposta nos escritos destes pensadores da oposição burguês vs. proletário para a oposição proletário nacional vs. burguesia internacional (GREGOR, 2009, p. 161-188).

Tal burguesia, no livro do Werner Sombart citado anteriormente, tem seus traços raciais presentes no povo judaico, que constituem para o autor o baluarte do capitalismo moderno. Sobremodo, ela afirma (2001, p. 210) que os judeus constituem, a partir de um rastreio histórico que remonta aos tempos do Rei Salomão, um grupo de acumuladores de capital que, em razão das circunstâncias da época, passam a atuar como emprestadores de dinheiro (semelhantes a um banqueiro), erigindo as bases que viriam, para ele, constituir as contradições internas do sistema capitalista. Assim sendo, ele conclui que “as características judaicas estão enraizadas no sangue da sua raça” (SOMBART, 2001, p. 225). A aferição dos judeus como uma raça levará, anos depois, a perseguição perpetrada pelo regime nazista contra o povo judeu, sob a égide de uma purificação racista. O antisemitismo alemão, entretanto, é muito anterior a Sombart (NOLTE, 1969, p. 353-364), podendo remontar até mesmo às considerações de Martinho Lutero sobre os judeus, intitulada *Dos judeus e suas mentiras*.

Para além desta herança epistemológica, o vincular da maldade dos judeus ao acúmulo de capital é construído na prática nazista de maneira orgânica durante muitas décadas. Alcir Lenharo demonstra, utilizando-se do exemplo de um filme produzido à época, a imagem com a qual os judeus eram identificados pela propaganda nazista, de modo a incutir um imaginário de ódio na população alemã em relação aos judeus. Diz ele

*Os Rothschilds* mostra como os judeus, durante as guerras napoleônicas, acumulam sua fortuna à custa das discórdias entre as nações. O judeu é abordado como um animal perigoso – mãos aduncas, rosto encarniçado, olhar sádico e cúvido, vive sempre à custa dos outros. (LENHARO, 1986, p. 57)

Com isto, a identidade judaica é solapada em função da fundação de uma imagem do judeu como uma figura perniciosa. Deste modo, há todo um endosso de que os judeus seriam figuras egoístas e que não pensavam no bem da nação alemã, de modo que suas existências se tornassem ilegítimas. Nas palavras do próprio Hitler

[...] já é tão vasta a sua dominação do mundo econômico pelo dinheiro, que, por não possuir todos os direitos de cidadão, ele acaba não podendo mais sustentar o colossal edifício por ele criado, ou pelo menos não podendo mais aumentar a sua influência. Ambos os fins são, porém, por eles desejados, pois, quanto mais alto sobe, mais tentador lhe aparece o antigo fim alvejado, que lhes fora predito. É como uma ânsia febril, que os mais esclarecidos cérebros judaicos veem aproximar-se novamente o sonho do domínio universal, tão perto que já parece realizado. (HITLER, 2016, p. 231)

Constrói-se assim, portanto, o imaginário nazista que entendia que havia uma tentativa de dominação por parte dos judeus que, detentores do poder econômico, tentariam também sedimentar uma posição de status político elevado, no fito de se tornarem os grandes líderes do mundo. Tal possibilidade, contudo, é rechaçada por Hitler justamente em razão do aspecto racial, posto que, segundo ele, como os judeus não possuíam a pureza sanguínea da raça ariana, os judeus jamais conseguiriam levar à cabo o empreendimento de se integrarem à sociedade e de dominá-la, porque em sua visão eram demasiado fracos para isto. São destes postulados que, em substância, são derivadas as bases que viriam a dar sustento ao Holocausto.

Todo este arranjo ideológico-político é, sobretudo, “esquecido” por muitos historiadores no tratamento do período nazista. As razões para isto podem ser diversas, mas todas parecem estar ancoradas numa mesma pedra angular: o receio de associar a ideia socialista ao Holocausto. O que tais pensadores esquecem, contudo, é que o nacional-socialismo não representa as ideias do socialismo de Marx – doutrina a qual muitos destes historiadores se filiam – mas constitui-se no reflexo de uma tradição de centralização político-econômica que vinha se consolidando há décadas, solapando o ideal de liberdade da corrente opositora. Havia uma disputa entre estes dois socialismos sobre quem seria o detentor do verdadeiro socialismo, posto que um acusava o outro de defender o “falso socialismo”. Em certo grau – e não é à toa que no próprio seio da Alemanha eles se tornaram adversários políticos ferrenhos – nazistas e socialistas possuíam muitas diferenças também, tal como o forte tradicionalismo reacionário do nazismo. É neste sentido que, portanto, Pierre Chaunu teria classificado estes dois regimes políticos como “gêmeos heterozigotos” (BESANÇON, 2000, p. 9).

Em resumo, portanto, tais ideias encontraram, de algum modo, vários pontos de articulação com o socialismo, tendo estas sido gestadas no próprio seio do movimento socialista. Porém, elas não são a mesma coisa, de modo que tal “esquecimento” programático

nos parece ser o sintoma de um vínculo de compromisso à “causa socialista”, transformando o revisionismo histórico em norma no trato do fenômeno histórico referente ao nazismo. Não se trata de dizer, contudo, que o fenômeno do nacional-socialismo é somente isto, pois de fato não é. A depender das intenções do historiador, o nacional-socialismo pode ser encaixado nos mais variados rótulos político-ideológicos; seja como for, ao fazer isso, todas as interpretações incorrerão em uma leviandade reducionista. Nesse sentido, durante a narrativa histórica sobre o tema, é preciso que haja o contraste, que é não só sadio, como é a própria base sob a qual a ciência histórica se sustenta e se aperfeiçoa. Trata-se de, portanto, não ignorar uma faceta que compôs este movimento e expandir o horizonte à diversidade de fatores que o coordenam. Apenas com este desprendimento ideológico se pode entender melhor este fenômeno, a fim de que se aprofunde a compreensão do assunto.

### **O SOCIALISMO SOVIÉTICO: A JUSTIFICATIVA CONDESCENDENTE**

Por um lado, se temos a tentativa de esconder uma faceta do nazismo de um lado, do outro temos a tentativa de articular uma argumentação que justifique os horrores praticados no socialismo, levando a uma intensa “guerra de culturas” (JUDT, 2008, p. 209-236). Muitos historiadores – alguns deles de grande influência – escreveram obras em que ora ocultam muitos dos fatos relacionados ao período, ora tentam justificá-los. Um caso significativo é o do historiador britânico Eric J. Hobsbawm, um dos mais proeminentes autores da História Social Inglesa. Ao referir-se ao tratado seminal de Hobsbawm a respeito do século XX, *Era dos Extremos*, Pryce-Jones observa que neste

Não há qualquer menção ao rearmamento secreto da Alemanha promovido pelos soviéticos durante o entreguerras. O argumento bastante convincente de que Hitler aprendera de Lenin e Stálin a estratégia da violência é descartada de antemão. Nenhuma menção a Beria e à polícia secreta NKVD, nenhuma análise do trabalho escravo nem da grande fome projetada na Ucrânia para roubar e matar camponeses infelizes. A única vítima do gulag a ser nomeada é Nikolai Vavikov. E quanto a Mandelstam, Babel, ou os milhões de vítimas que não merecem ser esquecidas no anonimato? Com um desdém particularmente hediondo, Hobsbawm diz que mesmo o anticomunista Soljenítsin teve a carreira de escritor ‘firmada pelo sistema’. As referências ao Terror de Stálin são esparsas e fortuitas. Da Pequena história do Partido Comunista Soviético, de Stálin, Hobsbawm diz, como se fosse incapaz de ver o seu erro de lógica: ‘não obstante as suas mentiras e as suas limitações intelectuais, é um texto pedagógico escrito com maestria’. (PRYCE-JONES, 2012)

Deste modo, o autor apresenta o compromisso do historiador britânico para com a formação narrativa de uma legitimidade do programa soviético, ocultando seus eventos. A justificativa disto, como relembra o autor, é dada pelo próprio Hobsbawm, em uma entrevista dada a BBC nos anos 90. Ao lembrar o evento da entrevista, o autor diz que

Segundo o historiador, o Grande Terror de Stálin teria valido a pena caso tivesse resultado na revolução mundial. Ignatieff replicou essa afirmação com a seguinte pergunta: ‘Então a morte de 15, 20 milhões de pessoas estaria justificada caso fizesse nascer o amanhã radiante?’ Hobsbawm respondeu com uma só palavra: ‘Sim’. (PRYCE-JONES, 2012)

Com isto, fica claro que há uma tendência, por parte do historiador britânico, de tentar normalizar as atrocidades cometidas por um regime totalitário, desde que tais eventos ocorram em favor da causa socialista. Macula-se o real em nome do ideal, a ponto de sacrificar a própria humanidade no meio do caminho. Esta condescendência por meio da ocultação e da banalização do mal, contudo, estende-se em ainda maior escala, posto que Hobsbawm também se pronuncia (ou deixa de se pronunciar) a respeito de muitos outros eventos. Sobre isto, prossegue o autor

Tampouco há menções à supressão do Partido Comunista polonês no final da década de 1930, ou ao massacre da elite polonesa em Katyn. A destruição de Varsóvia pelos alemães em 1944 – a que o Exército Vermelho assistiu, imóvel – não foi senão o ‘castigo pelos levantes urbanos prematuros’. Do leste e do centro da Europa ocupada, no qual o Exército Vermelho criaria o bloco soviético, Hobsbawm, em mais um incrível eufemismo, diz-nos se tratavam de ‘países que romperam com o capitalismo na segunda grande onda mundial de revolução social’. Ao fim da guerra, ‘a URSS não era expansionista – e muito menos agressiva – nem esperava haver qualquer outra expansão da frente comunista’. Não há qualquer referência à prisão, deportação e assassinatos frequentes dos democratas e anticomunistas, ou à supressão dos partidos políticos. Tampouco se fala que os comunistas da Alemanha Oriental livravam-se dos opositores pondo-os nos campos de concentração deixados por seus precursores nazistas. A vitória da União Soviética foi ‘o triunfo do regime ali instalado pela Revolução de Outubro’. Hobsbawm afirma muitas vezes que a União Soviética trouxe estabilidade a diversos países, quando na verdade os estava invadindo e subvertendo. A globalização é apresentada como o ápice do mal capitalista e causa da falha do comunismo. A China mantém a chama acesa. Sob Mao Tsé-Tung, na opinião de Hobsbawm, ‘o povo chinês ia bem’, havia mais matrículas na escola primária e melhores roupas. (PRYCE-JONES, 2012)

Um outro influente pensador a produzir tentativas de justificativa para o Grande Terror stalinista é o marxista esloveno Slavoj Žižek, que entende – como propala o próprio título de sua tese – que o Stalinismo teria “salvado a humanidade”. Sua argumentação se ergue sob a ideia de que é a recusa de Stálin de entrar em um conflito nuclear com os EUA, a despeito da pressão de demais líderes socialistas do mundo, que o faz ter “salvado a humanidade”. Não ter ido às vias de fato de um conflito nuclear, contudo, não torna os eventos ocorridos no regime soviético mais brandos, como sugere o autor.

Não obstante, seguindo a mesma linha de Hobsbawm, Žižek (2011, p. 229) argumenta sobre o stalinismo que “[...] se o resultado final do horror de hoje for o brilhante futuro comunista, então esse resultado redimirá retroativamente as coisas terríveis que hoje o revolucionário tem de fazer”. Em um eufemismo brutal, o autor prossegue, mais adiante, dizendo que “Stalin basicamente acreditava (na ideologia oficial, em seu papel de líder honesto, na culpa dos acusados etc.) e não tinha controle de fato sobre os eventos (os resultados concretos

de suas próprias medidas e intervenções costumavam chocá-lo)” (ŽIŽEK, 2011, p. 231). Neste sentido, o que Žižek tenta demonstrar é que Stalin era apenas um líder honesto, inconsciente das consequências de seus atos. Tal argumentação, porém, é vazia, como veremos mais adiante ao tratar de um dos eventos esquecidos por muitos historiadores. Ainda sobre isto, contudo, prossegue

O verdadeiro político stalinista ama a humanidade, mas ainda assim faz expurgos e execuções horríveis; seu coração se parte quando os faz, mas não pode se impedir, é seu Dever para com o Progresso da Humanidade. Essa é a atitude perversa de adotar a posição de instrumento puro da Vontade do grande Outro: a responsabilidade não é minha, não sou eu que efetivamente faço isso, sou mero instrumento da mais elevada Necessidade Histórica. (ŽIŽEK, 2011, p. 233)

Mais uma vez, o autor justifica as ações de Stalin, entendendo que este era apenas um agente do devir histórico e irrefreável que, segundo Žižek, levaria ao comunismo. Esta justificativa condescendente fica ainda mais clara no final da argumentação de Žižek, quando tenta rebater as comparações que aproximam o regime soviético do nacionalismo-socialismo alemão. Ao apontar para os dois, o autor argumenta que suas diferenças residem, principalmente, na estipulação de antagonismos distintos, posto que no socialismo há um conflito de classes, “inerente e constitutivo do campo social” (ŽIŽEK, 2011, p. 264), enquanto o nacional-socialismo é pautado por “um elemento naturalizado positivo” (ŽIŽEK, 2011, p. 264). Em outras palavras, o que o autor está dizendo é que a oposição classista faz parte de um problema praticamente ontológico, que perdura de maneira natural e coletiva no social, enquanto que a oposição de raças é uma imposição, que é naturalizada através da coerção. É neste sentido que, portanto, ele argumenta que

[...] é preciso tomar partido e afirmar que uma é fundamentalmente ‘pior’ que a outra – por essa razão, a constante ‘relativização’ do fascismo, a ideia de que se deveria comparar racionalmente os dois totalitarismos etc., sempre implica a tese, implícita ou explícita, de que o fascismo era ‘melhor’ do que o comunismo, uma reação compreensível à ameaça comunista. (ŽIŽEK, 2011, p. 264)

O que o pensador esloveno não percebe, contudo, é que quem está tentando relativizar o horror de maneira (ir)racional é ele, ao tentar atribuir legitimidade ao horror praticado em nome do conflito de classes só porque sua ação se direcionou – segundo ele – no sentido de uma suposta doutrina redentora. Quase de maneira maquiavélica, sua argumentação tenta passar por cima do humano, gritando pela precedência dos fins em detrimento dos meios. Como observará

Apesar do contributo cívico e intelectual de personalidades como Hannah Arendt, Alexander Soljenitsin e Raymond Aron, do desgaste simbólico da utopia comunista, iniciado com a desestalinização do período khrushchoviano, e do colapso do bloco comunista e da U.R.S.S. em 1989-1991, parte significativa das elites (políticas e acadêmicas) e da opinião pública persiste em avaliar assimetricamente os crimes do

totalitarismo soviético – em comparação com os do nazismo e do fascismo –, refletindo uma ambivalência que Charles Maier qualificou de ‘memória quente e memória fria’ e Alain Besançon de ‘hipermnésia do Nazismo’ e ‘amnésia do Comunismo’. (RIBEIRO, 2013, p. 101)

A ocorrência deste paradigma pode ser simbolizada, de maneira significativa, no caso do descaso para com a abordagem histórica dos eventos relacionados ao Holodomor. Muitos outros eventos poderiam aqui ser elencados, mas em razão dos limites da proposta à qual nos propomos neste texto, julgamos que este exemplo é suficiente para apresentar a problemática. O Holodomor foi a fome programada decorrente do confisco dos bens de produção dos camponeses ucranianos durante os anos 30 (SNYDER, 2010, p. 196-225). Tal política de confisco, impulsionada por uma política de cerceamento e repressão, foi endossada pelo regime soviético e, principalmente, pelo líder Stalin. Sobre isto, pode-se dizer que

Com o seu cortejo de actos de barbárie, de desumanização do quotidiano e de massificação da morte, o Holodomor constitui uma enorme regressão civilizacional. Nesses tempos sombrios, proliferam os déspotas locais, dispostos a tudo para extorquirem dos camponeses as últimas reservas alimentares; assiste-se ao agravamento paroxístico das tensões entre a população rural e a população urbana; banaliza-se a violência social, expressa no aumento dos casos de banditismo e de abandono de crianças, na disseminação das ‘barracas da morte’, na propagação do canibalismo, dos linchamentos e suicídios colectivos. (RIBEIRO, 2013, p. 73)

Todo este cenário teria sido ocasionado pelo regime soviético de maneira deliberada e intencional, motivado por razões tanto econômicas quanto políticas, no intuito de levar à cabo o projeto expansionista do regime soviético e de subjugar as nações que oferecessem resistência a tal empreendimento. Esta postura para com as demais nações pode ser explicitada por meio de uma declaração de Stalin, em Dezembro de 1932, em resposta ao dirigente ucraniano Roman Terekhov, quando da informação repassada por este último da situação vivenciada na região de Kharkiv<sup>10</sup>. Em tal declaração, diz Stalin

Disseram-nos, camarada Terekhov, que o senhor era um bom orador: manifestamente, é também um bom contador de histórias, deu-nos uma ideia tão precisa da fome, pensando que nos metia medo, mas não me engana! Seria melhor que o senhor deixasse o seu cargo de secretário do Comitê Regional e do Comitê Central e que fosse trabalhar para a União dos Escritores; escreveria contos que os imbecis poderiam ler. (IVNITSKY, 2004, p. 92 apud RIBEIRO, 2013, p. 88)

---

<sup>10</sup> É importante salientar que, embora tenha se alastrado por várias nações, a grande fome (Holodomor) teve presença muito maior na Ucrânia, tanto em razão da resistência oferecida pelos ucranianos ao empreendimento soviético quanto em função dos preconceitos étnicos de Stálin em relação ao povo ucraniano. É por esta razão que, posteriormente, tal evento ficará conhecido como o genocídio ucraniano.

Com isto, Ribeiro (2013, p. 89) demonstra que a postura oficial adotada no regime soviético passa de um longo silêncio para um difícil reconhecimento, de modo que o negacionismo torna-se praticamente uma política de Estado. Como demonstra o autor, contudo, a tragédia ucraniana era de pleno conhecimento dos líderes do Kremlin e de Stálin, que não só tentaram mascarar os eventos ligados ao Holodomor como foram responsáveis por diversas medidas que contribuíram para expandir a fome de maneira programática. Tal conclusão não só aponta para o total conhecimento de causa das atrocidades do regime soviético, contrariando as palavras de Žižek, como também demonstra o caráter opressivo e totalitário do regime. Felizmente – embora muitos historiadores ainda tentem ignorar os eventos do Holodomor –, o assunto ganhou maior atenção nas últimas décadas, em especial devido a inauguração do Memorial às Vítimas do Holodomor, em Kiev, na Ucrânia, no ano de 2008. Tal empreendimento se deu em razão da importância de, assim como em relação ao nazismo, nós nos lembrarmos do horror de todo e qualquer totalitarismo, a fim de não suscitar nenhum tipo de relativização. Só assim, podemos, de uma vez por todas, preservar a nossa humanidade.

Por fim, há ainda uma questão que costuma ser esquecida no trato da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, correspondente à experiência dos judeus nos países do bloco socialista. Neste sentido, é claro que a perseguição aos judeus no regime soviético não tomou as mesmas proporções daquela perpetrada pelo regime nazista, organizada de modo a se constituir como uma verdadeira política de Estado, mas é verdade que esta perseguição foi, sim, um elemento presente no regime soviético, de tal modo que seja possível falar, assim como sinaliza o historiador francês Alain Besançon, em uma unicidade da Shoah. Sobre tais eventos, diz-se que

O elemento novo mais dramático desse último expurgo planejado por Stálin, nos últimos anos de sua vida, foi uma importante mudança de ideologia: a introdução de uma conspiração mundial judaica. Durante anos, os fundamentos para essa mudança haviam sido cuidadosamente elaborados numa série de julgamentos nos países satélites – o julgamento de Rajk na Hungria, o caso Ana Pauker na Romênia e, em 1952, o julgamento de Slansky na Tchecoslováquia. Nessas medidas preparatórias, altos funcionários do partido foram escolhidos por suas origens “burgueso-judaicas” e acusados de sionismo; aos poucos, essa acusação foi alterada para implicar agências notoriamente não-sionistas (especialmente o Comitê Judaico-Americano – JOINT), insinuando que todos os judeus eram sionistas e que todos os grupos sionistas eram “assalariados do imperialismo norte-americano”. Naturalmente, nada havia de novo no ‘crime’ do sionismo; mas, à medida que a campanha progredia e começava a concentrar-se nos judeus da União Soviética, outra mudança importante ocorreu: os judeus eram agora acusados de ‘cosmopolitismo’ e não de sionismo, e o tipo de acusação que derivava desse slogan seguia cada vez mais de perto o modelo nazista de uma conspiração mundial judaica ao estilo dos sábios do Sião. Ficou surpreendentemente claro como fora profunda a impressão que esse fundamento da ideologia nazista deve ter causado a Stálin; a primeira indicação disso tornara-se evidente desde o pacto Hitler-Stálin. É verdade que, em parte, isso se devia ao seu óbvio valor propagandístico na Rússia, bem como em todos os países satélites, onde

o sentimento antijudaico era corrente e a propaganda antijudaica sempre fora popular, mas também em parte porque esse tipo de conspiração mundial fictícia era um pano de fundo ideologicamente mais adequado às pretensões totalitárias de domínio mundial do que Wall Street, capitalismo e imperialismo. A adoção franca e despuída do que se havia tornado para o mundo inteiro o sinal mais evidente do nazismo foi a última homenagem que Stálin prestou ao seu falecido colega e rival no domínio total, com quem, muito a contragosto, não pudera chegar a um acordo duradouro. (ARENDDT, 1989, p. 353)

Esta é apenas uma das muitas características que aproximavam os dois líderes totalitários: Hitler e Stálin. Muitas outras poderiam ser citadas, como por exemplo a utilização da propaganda com o objetivo de formar uma consciência política que favorecesse o regime, intoxicando o imaginário das massas a partir de uma ideologia irreal que deturpasse a realidade das coisas; a apropriação dos campos de concentração por Hitler, com uma roupagem distinta dos campos de prisioneiros soviéticos de trabalho forçado (*gulags*), entre outras. Para os fins e os limites deste estudo, contudo, tal levantamento não será possível. Cabe-nos apenas apontar que, sobretudo, ambos tiveram trajetórias que se imbricaram em muitas questões, a tal ponto que, como nos demonstra novamente Hannah Arendt

O único homem pelo qual Hitler sentia ‘respeito incondicional’ era ‘Stálin, o gênio’, e, embora no caso de Stálin e do regime soviético não possamos dispor (e provavelmente nunca venhamos a ter) a riqueza de documentos que encontramos na Alemanha nazista, sabemos, desde o discurso de Khrushchev perante o Vigésimo Congresso do Partido Comunista, que também Stálin só confiava num homem, e que esse homem era Hitler. (ARENDDT, 1989, p. 359-360)

## À GUIA DE CONCLUSÃO

O que se pode concluir, ante o exposto, é que o fenômeno que compõe a ascensão do socialismo e do nacional-socialismo na primeira metade do século XX é muito mais complexo do que se pode perceber a partir de uma interpretação rasa. Neste sentido, há muito mais entre um e o outro do que sonha algumas vãs filosofias. É o contexto que os precedem, sobretudo, que lhe imbuem um sentido que, sob várias facetas, alocam uma série de ideias das mais variadas origens, em uma transversalidade epistemológica sem precedentes (ASHERI; STERNHELL; SZNAJDER, 1994).

Isto posto, torna-se notório que, ao sair da Belle Époque e impulsionado pelo descenso da democracia liberal, o imaginário de centralização política que havia tomado a Europa ganha corpo em vários lugares. Na Alemanha, o caráter militarista da nação, motivado pela noção pangermânica de um expansionismo do *espaço vital*, visava a unificação e a expansão das tradições nacionais, de modo a purificar a nação alemã a partir de uma concepção higienista de racismo institucionalizado. No lado soviético, esta centralização era encoberta por uma roupagem marxista, constituindo o regime a partir das linhas que traçavam uma luta de classes



entre a classe operária e os detentores dos meios de produção, que seria dissolvida a partir da nacionalização dos bens de produção e da progressão do projeto internacionalista, de modo a integrar todo o mundo dentro desta lógica.

Para tais fins, foram utilizadas diversas ferramentas para dar cabo de tais objetivos, que, sobretudo, configuraram o caráter totalitário destes regimes e que, portanto, demonstram como a tentativa de rotulá-los em uma dicotomia rasa como direita/esquerda presta um desserviço à História, pois são assim postulados a partir de um olhar anacrônico da nossa contemporaneidade em relação aos acontecimentos deste passado. Sobre tais ferramentas supracitadas, pode-se sintetizar afirmando

Independente da tradição especificamente nacional ou da fonte espiritual particular da sua ideologia, o governo totalitário sempre transformou as classes em massas, substituiu o sistema partidário não por ditaduras unipartidárias, mas por um movimento de massa, transferiu o centro do poder do Exército para a polícia e estabeleceu uma política exterior que visava abertamente ao domínio mundial. (ARENDR, 1989, p. 512)

A formação de todo este aparato, consagrado a partir da propaganda e da transformação da vida social em uma atmosfera pautada no medo – característica esta imposta pelo fomento da ideologia do regime – traz à tona um ponto de articulação destes regimes que os torna indissociáveis. O poder total de tais regimes se apoia na própria sensação de desolação – engendrada pelo próprio regime – que acometem os indivíduos que fazem parte deste cenário para servir como um bastião que servirá como uma última esperança para estes povos destituídos de identidade, posto que estão, intimamente, submetidos à lógica paroxística do regime totalitário.

Considerando esta pedra angular do funcionamento dos totalitarismos da primeira metade do século XX, percebemos que a distinção de tratamento com relação a tais regimes, por parte de alguns historiadores, se dá, em especial, pela forma com a qual o enredo histórico é urdido por tais historiadores, no que tange os seus modos de implicação ideológica (WHITE, 1994), dotando um claro compromisso com um conglomerado epistemológico que dê base às suas existências e que, por vezes, pode estar associado a tais regimes. A condenação absoluta de Hitler e a condescendência com Stálin estão, portanto, dentro desta lógica. Outros líderes poderiam também aqui ser citados, tais como o caso do genocídio cambojano perpetrado por Pol Pot (CHANDLER, 1999) ou mesmo a fome programática estabelecida pelo regime comunista chinês, sob a liderança de Mao-Tsé Tung (DIKOTTER, 2017). Contudo, para os fins deste estudo – além de sua brevidade –, consideramos o exemplo do líder soviético suficiente.

## REFERÊNCIAS

- ARENDR, H. Totalitarismo. In: \_\_\_\_\_. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 339-531.
- ASHERI, M.; STERNHELL, Z.; SZNAJDER, M. **The birth of fascist ideology**. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- BESANÇON, A. **A infelicidade do século**: sobre o comunismo, o nazismo e a unicidade da Shoah. Trad. Emir Sader. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CHANDLER, D. **Voices from S-21**: terror and history in Pol Pot's secret prison. Los Angeles: University of California Press, 1999.
- DIKOTTER, F. **A grande fome de Mao**: a história da catástrofe mais devastadora da China, 1958-1962. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- GREGOR, A. J. The national question and marxist orthodoxy. In: \_\_\_\_\_. **Marxism, fascism and totalitarianism**: chapters in the intellectual history of radicalism. Stanford: Stanford University Press, 2009, p. 161-188.
- HAYEK, F. A. As raízes socialistas do Nazismo. In: \_\_\_\_\_. **O caminho da servidão**. 6ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010, p. 163-174.
- HITLER, A. Povo e raça. In: \_\_\_\_\_. **Minha Luta**. São Paulo: Centauro, 2016, p. 211-243.
- JUDT, T. Guerra de culturas. In: \_\_\_\_\_. **Pós-guerra**: uma história da Europa desde 1945. São Paulo: Objetiva, 2008, p. 209-236.
- LENHARO, A. **Nazismo** – “O Triunfo da vontade”. São Paulo: Ática, 1986.
- MISES, L. V. Nazismo. In: \_\_\_\_\_. **Caos planejado**: intervencionismo, socialismo, fascismo e nazismo. São Paulo: LVM, 2017, p. 201-208.
- NOLTE, E. The background: the race doctrine. In: \_\_\_\_\_. **Three faces of fascism**: action française, italian fascism, national socialism. Nova York: Mentor Books, 1969, p. 353-364.
- PRYCE-JONES, D. Hobsbawm e o preço da Utopia, **Dicta & Contradicta**, São Paulo, 01 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.dicta.com.br/hobsbawm-e-o-preco-da-utopia/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.
- RIBEIRO, L. M. Holodomor: o Império da fome. In: CIESZNYNKA, B.; FRANCO, J. E. (orgs.). **Holodomor**: a desconhecida tragédia ucraniana (1932-1933). Trad. José Eduardo Franco. Coimbra: Grácio Editor, 2013, p. 51-108.
- SNYDER, T. The soviet famines. In: \_\_\_\_\_. **Bloodlands**: Europe between Hitler and Stalin. Nova York: Basic Books, 2010, p. 21-58.
- SOMBART, W. The race problem. In: \_\_\_\_\_. **The jews and modern capitalism**. Trad. M. Epstein. Kitchener: Batoche Books, 2001, p. 196-225.

STERNHELL, Z. **Neither right nor left: fascist ideology in France**. Princeton: Princeton University Press, 1986.

WHITE, H. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP, 1994.

ŽIŽEK, S. O Stalinismo revisitado, ou como Stalin salvou a humanidade do homem. In: \_\_\_\_\_. **Em defesa das causas perdidas**. Trad. de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 217-265.

# CAPÍTULO 14

## TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS IMANENTES A CIDADANIA SOCIAL BRASILEIRA

Huama Maximo  
Elizete Conceição Silva

### RESUMO

O artigo apresenta uma reflexão referente a trajetória de construção dos direitos imanentes à cidadania social brasileira em uma perspectiva histórica crítica. Por meio de dados bibliográficos objetivou-se analisar a trajetória de construção dos elementos inalienáveis à cidadania social, os quais: o direito social, o direito político e o direito civil. No decorrer do século XX, os diversos movimentos sociais organizados da sociedade, partidos políticos, sindicatos e organizações não governamentais, entre outras, lutaram pela obtenção da cidadania social, a qual foi alcançada com a promulgação da Constituição Federal de 1988. No entanto, após três décadas da promulgação da constituição, a desigualdade social ainda se faz presente. Em virtude de falta de conhecimento dos elementos inerentes, nem todos os cidadãos usufruem da cidadania social plena.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mobilização social; Cidadania social; Status social.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo<sup>11</sup> objetiva analisar a trajetória de construção dos direitos imanentes à cidadania social brasileira e abordar a origem e o desenvolvimento da luta da classe trabalhadora brasileira em busca da conquista da cidadania social no limiar do século XX.

Para a elaboração do artigo foi realizado o levantamento bibliográfico de livros, artigos, revistas científicas, dentre outros, para o aprofundamento teórico sobre a temática.

A cidadania social é uma reunião dos direitos e deveres que definem a condição legal de um ser humano perante a sociedade. A história de reivindicações e lutas sociais vai estabelecer a trajetória do desenvolvimento dos direitos inalienáveis e inerentes à cidadania social nas nações em geral. No entanto, o processo de construção da cidadania social, no tocante a conquista dos elementos intrínsecos que a compõem, ou seja, o direito civil, o direito político e o direito social apresentaram diferenças, tanto no modo, quanto no momento histórico nas diferentes nações.

---

<sup>11</sup> Consiste em um recorte da pesquisa de iniciação científica, patrocinada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ.

O direito social, elemento intrínseco e inerente à cidadania social, foi implantado no Brasil na era Vargas (1930-1945), por meio de regulamentações tais como: a Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, os direitos previdenciários e os sindicais. Os conjuntos de medidas legais abrangeram os trabalhadores regulamentados ao mercado formal de trabalho, permanecendo excluídas algumas categorias de trabalhadores, tais como os rurais. [...] A cidadania que daí resultava era passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora (CARVALHO, 2003, p. 26).

Na década de 1980, com o quadro de recessão econômica agravou-se a desigualdade social. Neste contexto, os movimentos organizados da sociedade intensificaram as lutas sociais em busca de direitos, principalmente os direitos sociais, em consequência, após alguns anos, findou-se o Regime Militar (1964-1985) no país. Os movimentos sociais de diversos segmentos apresentavam e representavam as demandas sociais da sociedade, sendo que algumas das propostas foram promulgadas na Constituição Federal em 1988. A preocupação com a construção dos direitos civis, políticos e sociais, fez com que a Carta Magna, ficasse conhecida como a Constituição Cidadã, “[...] um longo e minucioso documento em que a garantia dos direitos do cidadão era a preocupação central” (CARVALHO, 2003, p. 200).

Se por um lado foram assegurados avanços referentes à conquista da cidadania social brasileira, por meio da promulgação do texto Constitucional, por outro lado, a desigualdade social existente desde a colonização do país persistiu e avançou na contemporaneidade.

## **ELEMENTOS IMANENTES A CIDADANIA SOCIAL**

Ao resgatar a discussão sobre o conceito de cidadania realizada por Marshall (1967), cumpre destacar que, para o referido autor conceituar cidadania significa necessariamente refletir seus elementos intrínsecos, são eles: o direito civil, o direito político e o direito social. Na ausência de qualquer um desses direitos do cidadão inexistem a cidadania social plena. Em uma nação, em que seja nulo qualquer um dos elementos acima referidos, inalienáveis do ser social, o cidadão estará à margem da cidadania social. Para Marshall é a história da constituição do direito civil que possibilita a sua análise.

[...] Mas a análise é, neste caso, ditada mais pela história do que pela lógica. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último difere dos outros porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros

e pelo devido encaminhamento processual. Isto nos mostra que as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça [...] (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

Quanto ao elemento político, Marshall (1967) considera que este assegura o exercício ao direito político de votar e ser votado:

[...] Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos do Governo local [...] (MARSHALL, 1967, p. 64).

Ainda, para o referido autor, o elemento social proporciona aos indivíduos o acesso ao direito social.

[...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais (MARSHALL, 1967, p. 64).

Em suas reflexões sobre o conceito de cidadania, Marshall (1967) observa que a história de reivindicações e lutas sociais estabelece, em cada nação, a trajetória do desenvolvimento dos direitos inalienáveis à cidadania social. Visto que a emergência de cada um dos elementos que compõem a cidadania social não tem uma ordem cronológica específica para o seu aparecimento. O autor conceitua cidadania como:

[...] A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes aos status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida [...] (MARSHALL, 1967, p. 76).

Para Marshall (1967), o status de cidadania desenvolveu-se paralelamente com o sistema capitalista. Na Inglaterra, este status de cidadania surgiu em meados do século XVII e ocorreu com a introdução dos direitos civis no século XVIII, a dos direitos políticos no século XIX e os direitos sociais no século XX. A cidadania tem por pressuposto possibilitar a todos, indistintamente, direitos e deveres legais em dada sociedade.

## **SINGULARIDADES DA TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA SOCIAL BRASILEIRA**

De acordo com Carvalho (2003), a construção da cidadania social na nação brasileira ocorreu no século XX, com o avanço de um dos elementos intrínsecos e inerentes à cidadania: o direito social.

O ano de 1930 foi o divisor de águas na história do país. A partir dessa data, houve aceleração das mudanças sociais e políticas, a história começou a andar mais rápido. No campo que aqui nos interessa, a mudança mais espetacular verificou-se no avanço dos direitos sociais [...] (CARVALHO, 2003, p. 87).

Segundo o autor, no final da Primeira República (1889-1930) e, no início do governo Revolucionário (1930-1934), iniciou-se o processo de implantação e regulamentação da legislação trabalhista e previdenciária inexistente até então, que alcançou seu auge em 1943, com a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Porém, esta não abarcou a todas as categorias de trabalhadores, ficando de fora os trabalhadores rurais essenciais à macroeconomia na época. Esse processo de regulamentação do trabalho urbano iniciou com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930, com o intuito de evitar divergências entre empregadores e empregados, e legitimar o governo revolucionário, viabilizando o programa de governo que se voltava ao desenvolvimento da industrialização no país (CARVALHO, 2003).

No Brasil, ainda de acordo com Carvalho (2003), o primeiro passo à conquista do direito social ocorreu com a regulamentação do direito trabalhista, previdenciário e sindical, porém, devido a ser voltada apenas aos trabalhadores urbanos de alguns setores estratégicos ao desenvolvimento da economia nacional, só foram beneficiados os trabalhadores inseridos no trabalho formal. Este é o motivo de o autor considerar que o início do processo à cidadania tenha sido seletivo.

Para Santos (1997), a legislação trabalhista que existiu na era Vargas (1930-1945), priorizou algumas categorias de profissionais em detrimento de outras que permaneceram desprotegidas.

São cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. [...] A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadão, assim todos aqueles, cuja ocupação a lei desconhece (SANTOS, 1997, p. 68 apud MORAIS, 2011, p.19)<sup>12</sup>

Naquele momento foram considerados cidadãos somente os trabalhadores urbanos empregados em setores estratégicos e indispensáveis ao desenvolvimento industrial. Os trabalhadores das demais categorias, que não foram contemplados na legislação, não foram

---

<sup>12</sup> A referida citação encontra-se na obra intitulada: Cidadania e justiça: a política social na ordem política brasileira de autoria de Wanderley Guilherme Santos em 1997, sendo citada em artigo científico publicado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS em 2011 de autoria de Michelle Nunes de Moraes com o título: Trabalhadores Rurais e Cidadania no Brasil – 1930-1964.

reconhecidos como cidadãos, mas sim, pré-cidadão, como por exemplo: os trabalhadores rurais (SANTOS, 1997, p. 68 apud MORAIS, 2011, p. 19).

Importantes categorias de trabalhadores foram deixadas desprotegidas com a construção dos direitos sociais trabalhistas, previdenciário e sindical no início do século XX.

[...] Ficavam ainda de fora todos os trabalhadores rurais, que na época ainda eram maioria. Tratava-se, portanto, de uma concepção da política social como privilégio e não como direito. Se fosse concedida como direito, deveria beneficiar a todos e da mesma maneira. Do modo como foram introduzidos, os benefícios atingiam aqueles a quem o governo decidia favorecer, de modo particular aqueles que se enquadravam na estrutura sindical corporativa montada pelo Estado. Por esta razão, a política social foi bem caracterizada por Wanderley G. dos Santos como 'cidadania regulada', isto é, uma cidadania limitada por restrições políticas (CARVALHO, 2003, p. 114-115).

Se na era Vargas o direito à sindicalização e a implantação e regulamentação das relações trabalhistas não adentraram ao território de domínio dos latifundiários, na década de 1960, em decorrência da importância do setor agrário, sobreveio o direito à sindicalização aos trabalhadores rurais, por meio da lei que garantia o direito a rede de proteção à categoria de trabalhadores rurais.

De acordo com Carvalho (2003), o direito social conquistado foi compreendido pela maioria da população como caridade e, também, fomentou o sentimento de gratidão.

[...] Mas, em contrapartida, colocava os cidadãos em posição de dependência perante os líderes, aos quais votavam lealdade pessoal pelos benefícios que eles de fato ou supostamente lhes tinham distribuído. A antecipação dos direitos sociais fazia com que os direitos não fossem vistos como tais, como independentes da ação do governo, mas como um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade. A cidadania que daí resultava era passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora (CARVALHO, 2003, p. 126).

Conforme o autor, devido ao fato do direito social ter sido implantado e regulamentado no período ditatorial, em muitos casos ele foi considerado como benesse do governo pela população, ou seja, um favor e não um direito.

Quanto à conquista e obtenção do direito político, outro elemento essencial que compõe a cidadania social, este iniciou sua caminhada no primeiro período da era Vargas (1930 à 1937).

Carvalho (2003) considera que o fato da Revolução Constitucionalista, ocorrida no ano de 1932, ter exigido tanto a convocação de uma Constituinte quanto a elaboração de um código eleitoral para assegurar eleições limpas no país, a mesma pode ser considerada o marco do direito político. Ressalta-se que após três meses de confronto com o Estado de São Paulo, o governo de Getúlio Vargas cedeu às exigências e, em 1933 ocorreram as eleições.



[...] Para reduzir as fraudes, foi introduzido o voto secreto e criada uma justiça eleitoral. O voto secreto protegia o eleitor das pressões dos caciques políticos; a justiça eleitoral colocava nas mãos de juizes profissionais a fiscalização do alistamento, da votação, da apuração dos votos e o reconhecimento dos eleitos. O voto secreto e a justiça eleitoral foram conquistas democráticas. Houve também avanços na cidadania política. Pela primeira vez as mulheres ganharam o direito ao voto (CARVALHO, 2003, p. 101).

As eleições representaram um avanço político rumo à cidadania social, ao possibilitar o acesso das mulheres ao direito de voto, entretanto, os indivíduos analfabetos permaneceram excluídos do referido direito. O voto secreto foi uma tentativa de dificultar às oligarquias políticas a manipulação dos resultados eleitorais. Anteriormente, os latifundiários induziam a fraude eleitoral, os eleitores votavam de acordo com os interesses das oligarquias políticas, que ocorria por meio do voto de cabresto<sup>13</sup>.

No Brasil, tanto os direitos políticos, quanto os direitos civis vieram com a Constituição Federal de 1946.

A Constituição de 1946 manteve as conquistas sociais do período anterior e garantiu os tradicionais direitos civis e políticos. Até 1964, houve liberdade de imprensa e de organização política. Apesar de tentativas de golpes militares, houve eleições regulares para presidente da República, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores [...] (CARVALHO, 2003, p. 127).

Como afirma Carvalho (2003), a Constituição de 1946, garantiu a população brasileira o direito de votar e ser votado nos níveis: municipal, estadual e federal, exceto aos analfabetos. Ainda assegurou os direitos civis e a liberdade de imprensa e conservou as conquistas sociais. Nesse período havia somente uma barreira, a proibição do direito de greve aos trabalhadores, porém, esta não foi um empecilho, pois aconteceram diversas manifestações durante os anos de 1946 a 1964.

Conforme Carvalho (2003), o golpe civil-militar de 1964, rebateu severamente sobre os direitos de cidadania social, principalmente os civis e os políticos que foram cerceados de maneira mais intensa, durante a segunda era Vargas (1937-1945). Quanto aos direitos sociais, principalmente os relacionados ao mundo rural, estes foram ampliados, o que propiciou aos trabalhadores rurais arrimo de família o acesso ao direito previdenciário, porém, manteve-se a disparidade entre o direito previdenciário do trabalhador rural e do trabalhador urbano. A

---

<sup>13</sup>De acordo com Carvalho 2003, na Primeira República (1889-1930), as oligarquias políticas utilizavam seu poder e influência, para induzir a população a votarem conforme os interesses dos fazendeiros em seus redutos políticos, por meio do denominado voto de cabresto. Tal denominação refere-se a compra de votos ou o uso do poder econômico como forma de coação do eleitor, em outras palavras, os indivíduos votam de acordo com os interesses do mandatário. Prática recorrente no coronelismo.

ampliação dos direitos sociais ocorreu com o pressuposto de legitimar o Regime Autocrático, ou seja, manter o regime militar no comando da nação.

A partir de 1974, com o colapso do milagre econômico, que exacerbou o quadro de desemprego estrutural, agravando ainda mais a desigualdade social surgem os movimentos de mobilização e organização popular, os quais foram de suma importância para o fim do Regime Militar.

[...] A ampliação dos mercados de consumo e de emprego e o grande crescimento das cidades durante o período militar criaram condições para a ampla mobilização e organização social que aconteceram após 1974. O movimento pelas eleições diretas em 1984 foi o ponto culminante de um movimento de mobilização política de dimensões inéditas na história do país (CARVALHO, 2003, p. 192-193).

O crescimento desordenado das grandes metrópoles, em decorrência do fluxo contínuo de êxodo rural, contribuiu para o cenário de mobilização e organização social em busca de direitos inerentes à cidadania social, principalmente o direito político de votar e ser votado, bem como, da realização de eleições diretas para presidente da república no ano de 1984, a qual veio a ser concretizada após cinco anos e, a quase três décadas do golpe civil-militar.

O processo de redemocratização do país, contou com ampla mobilização da população em geral, bem como, de diversos movimentos sociais reivindicatórios e de inúmeros segmentos da sociedade brasileira, que participaram ativamente na Assembleia Nacional Constituinte - ANC<sup>14</sup> de 1987, por meio de diferentes propostas.

Com o esgotamento da Autocracia Burguesa, provocado pelo enfraquecimento do Regime Militar (1964-1985) e o afastamento de parte das classes sociais que apoiaram o golpe civil-militar em 1964; com o fim do milagre econômico; aumento do desemprego estrutural e a crescente dívida externa contraída pelo Estado, dentre outros fatores, o processo de redemocratização do país apresentou uma transição lenta, até chegar ao marco legal, com a promulgação da Constituição Federal em 1988 (ROJAS COUTO, 2010).

No curso do esgotamento dos governos militares, foi enunciada e promulgada a Constituição de 1988, produto de um processo de disputas democráticas com participação popular, que gestou um texto constitucional ambíguo, extremamente avançado do ponto de vista conceitual, mas restritivo do ponto de vista da ordem econômica, que manteve os princípios já enunciados nos outros textos constitucionais. O avanço central no texto constitucional está alicerçado no deslocamento do campo particular para a universalização dos direitos, não mais centrados nos méritos, mas nas necessidades sociais (ROJAS COUTO, 2010, p.186).

---

<sup>14</sup> No período referente de primeiro de fevereiro de 1987 ao mês de outubro de 1988, a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), que era formada por representantes partidários, como os deputados federais e os senadores da República. A (ANC) era constituída por comissões que debatiam diversas temáticas, como na área de previdência social (CARVALHO, 2003).

Para a autora, a Constituição Federal de 1988 foi elaborada por meio de amplo debate na sociedade brasileira, com a participação de diversos movimentos sociais que apresentavam e, representavam as demandas sociais, partidos políticos, sindicatos, organizações não governamentais entre outras. O foco central do texto constitucional se situava no campo da universalização dos direitos políticos, econômicos e sociais, sem distinção. Por esse motivo, a Constituição Federal de 1988 ficou conhecida como a Constituição Cidadã, sendo promulgada com 40 anos de atraso, se comparado a outros países como a Europa e os Estados Unidos.

Silva (2012) ressalta que a sociedade brasileira foi incentivada a participar, por meio da Assembleia Nacional Constituinte da construção da Constituição Federal de 1988:

[...] o incentivo à participação popular ‘fez com que 122 movimentos populares enviassem emendas à ANC, assinadas por mais de 12 milhões de eleitores, e 83 foram defendidas na ANC’. Ademais, 72.719 sugestões foram aportadas no Congresso Nacional por intermédio dos correios (SILVA, 2012, p. 134).

De acordo com a autora, a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), durante o processo de construção da Constituição Federal de 1988, tinha contato direto com os cidadãos e recebia diversas propostas da sociedade civil, seja por meio dos movimentos sociais que a representava, ou da participação dos cidadãos que endereçavam suas propostas por meio da rede de comunicação estatal, os correios. Algumas das propostas enviadas à Assembleia Nacional Constituinte (ANC) foram aceitas e incluídas pelos Constituintes, como por exemplo: o sistema de proteção social. Ainda, para a mesma autora, os movimentos sociais levantaram a bandeira da vitória, com a conquista do sistema de proteção social que foi promulgado na Carta Magna em 1988.

[...] O nascimento da seguridade social, além de uma conquista significativa dos movimentos organizados da sociedade, impôs uma nova lógica para presidir a proteção social no país, a lógica da universalização do acesso aos direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social. Uma lógica que estava na contramão do que vinha ocorrendo nos países do capitalismo avançado, em que a reestruturação produtiva, associada ao redimensionamento das funções do Estado e à financeirização do capital, impunha um desmantelamento dos sistemas de proteção social, mercantilizando fortemente essa proteção [...] (SILVA, 2012, p. 273-274).

A promulgação da Constituição Federal brasileira em 1988 aconteceu em um período histórico no qual o Estado, em países de capitalismo avançado, estava transferindo parte de suas responsabilidades e atribuições sociais para o mercado. Este passava a buscar lucratividade e realizar a mercantilização de setores que, até então, eram de responsabilidade do Estado, tais como: a saúde, a educação e a previdência social, entre outros. Nesse mesmo período, o Brasil

enfrentava uma crise econômica com o aumento da inflação e elevado índice de desemprego estrutural, o que agravou o quadro de recessão e a diminuição da atividade econômica.

Em meio a uma conjuntura adversa surgiu o sistema de proteção social brasileiro com o pressuposto de universalização ao direito de acesso à política de saúde a todos os cidadãos e, um sistema de seguro social contributivo que propiciava aos trabalhadores, que contribuíssem com a previdência social, o acesso aos benefícios sociais previdenciários de cobertura na velhice, bem como em virtude de doenças, entre outros, e o direito ao acesso à política de assistência social aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social (SILVA, 2012).

Como indica Carvalho (2003), dentre os elementos intrínsecos à cidadania social, o elemento que apresenta desconhecimento pela sociedade brasileira, é o direito civil, devido ao fato de a maioria dos cidadãos desconhecerem a dimensão dele.

[...] No entanto, pode-se dizer que, dos direitos que compõe a cidadania, no Brasil são ainda os civis que apresentam as maiores deficiências em termos de seu conhecimento, extensão e garantias. A precariedade do conhecimento dos direitos civis, e também dos políticos e sociais, é demonstrada por pesquisa feita na região metropolitana do Rio de Janeiro em 1997. A pesquisa mostrou que 57% dos pesquisados não sabiam mencionar um só direito e só 12% mencionaram algum direito civil. Quase a metade achava que era legal a prisão por simples suspeita. A pesquisa mostrou que o fator mais importante no que se refere ao conhecimento dos direitos é a educação [...] (CARVALHO, 2003, p. 210).

Segundo Carvalho (2003), os direitos civis historicamente cerceados na sociedade brasileira, especialmente na era Vargas e no período do Regime Militar e, estabelecidos na Carta Magna, a grande maioria da população não os usufrui em sua plenitude. “[...] Os dados revelam ainda que educação é o fator que mais bem explica o comportamento das pessoas no que se refere ao exercício dos direitos civis e políticos. Os mais educados se filiam mais a sindicatos, a órgãos de classe, a partidos políticos” (p. 210). O baixo nível de instrução, que abrange um número expressivo de brasileiros, representa um empecilho ao gozo pleno dos direitos civis e políticos, bem como, sociais. Se por um lado, a sociedade brasileira conquistou no limiar do século XX os elementos inerentes a cidadania plena, por outro lado, há um significativo número de cidadãos que desconhecem os direitos arduamente conquistados.

Se por um lado, os avanços obtidos na esfera dos direitos sociais ampliaram com a promulgação da Constituição Federal de 1988, mais que qualquer outra Constituição Federal anterior, por outro lado, a desigualdade social que surgiu com o início da colonização do Brasil em 1500, persistiu e avançou no decorrer da história da nação.

A escandalosa desigualdade que concentra nas mãos de poucos a riqueza nacional tem como consequência níveis dolorosos de pobreza e miséria. Tomando-se a renda de 70 dólares – que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera ser o mínimo necessário para a sobrevivência – como a linha divisória da pobreza, o Brasil tinha em 1997, 54% de pobres. A porcentagem correspondia a 85 milhões de pessoas, numa população total de 160 milhões. No Nordeste, a porcentagem subia para 80%. A persistência da desigualdade é apenas em parte explicada pelo baixo crescimento econômico do país nos últimos 20 anos. Mesmo durante o período de alto crescimento da década de 70 ela não se reduziu. Crescendo ou não, o país permanece desigual. O efeito positivo sobre a distribuição de renda trazida pelo fim da inflação alta teve efeito passageiro. A crise cambial de 1999 e a consequente redução do índice de crescimento econômico eliminaram as vantagens conseguidas no início (CARVALHO, 2003, p. 208-209).

A denominada Constituição Cidadã, mesmo ao priorizar os direitos sociais, os quais avançaram com a implementação da seguridade social (composta do tripé: previdência social, saúde e assistência social), bem como, promulgar os demais elementos inerentes à Cidadania Social, sejam eles: o direito civil e político, não conseguiu extinguir com a desigualdade social que persiste em permanecer na história brasileira.

Ao falar em desigualdade social, reporta-se ao pensamento de Marx (1965), que a considera como decorrente da estratificação social, ou seja, em consequência da relação contraditória entre os detentores dos meios de produção e os possuidores da força de trabalho. Deste modo, a distribuição da riqueza social ocorre de maneira desigual e consequentemente a desigualdade apresenta nos mais variados âmbitos, ou seja: econômico, político, social e cultural.

Por considerar a abrangência do conceito de “desigualdade social” a discussão no tocante a desigualdade social e, reportando-se ao pensamento de Marx (1965), opta-se por refletir sobre a desigualdade social e econômica, relacionada aos fatores: renda e cultura.

A desproporcionalidade na distribuição de renda pode ser visualizada no campo laboral. A remuneração dos trabalhadores sofre variação a depender da função desempenhada e da qualificação necessária para realizá-la. Como tal qualificação relaciona-se ao conhecimento, experiência e habilidades que atendam a demanda do mercado de trabalho. Apenas uma minoria de trabalhadores tem condições de manter-se qualificado ininterruptamente, a grande maioria não consegue qualificar-se e, caso consiga, dificilmente consegue manter atualizado seus atributos, enfim, em uma sociedade na qual tudo se torna mercadoria, até mesmo o ser humano (trabalhador) e, frente ao mundo de trabalho que a cada dia se dinamiza com mais rapidez, a mão de obra desqualificada para atender ao atual mercado laboral, vivencia cotidianamente a desigualdade social (CARVALHO, 2003).

Carvalho (2003) considera que a instrução é essencial para os trabalhadores em geral, visto que ela propicia a qualificação profissional e, conseqüentemente uma melhor condição de vida. No entanto, nem todos conseguem obter tal qualificação, devido a fatores como: o início precoce ao exercício do trabalho, ausência de recursos financeiros, entre outros.

Na esfera social ressalta-se o fator educação, esta fundamental para que a população possa usufruir dos elementos inerentes a cidadania social e, participar social e politicamente na sociedade, bem como, conhecer e acessar seus direitos. Ressalta-se que o direito civil é o de menor conhecimento da população tanto em sua extensão, quanto em suas garantias (CARVALHO, 2003).

Com essa breve reflexão a respeito do conceito desigualdade social, pode-se constatar, que o fator renda e cultura encontram-se imbricados, bem como, que no Brasil, ambos tornam-se empecilhos para o alcance da plena cidadania social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em cada Estado nacional a conquista dos elementos intrínsecos e inerentes à cidadania social ocorreu em ordem cronológica distinta. Em território brasileiro a trajetória de construção da cidadania social mostrou-se lenta, e se conquistou o primeiro elemento que a compõem o direito social, no período da era Vargas (1930 - 1945). Os demais elementos, o direito civil e o direito político somente foram alcançados, com o findar da Autocracia Burguesa (1964 -1985), ou seja, posterior ao ano de 1984, por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988.

O direito social, o primeiro elemento da cidadania social se conquistou, em razão das reivindicações e lutas sociais da classe trabalhadora. O referido direito regulamentou as leis trabalhistas, previdenciárias e sindicais, porém, apresentou um caráter seletivo, devido ter contemplado trabalhadores inseridos ao mercado formal de trabalho, os demais trabalhadores permaneceram desprotegidos.

No decorrer dos anos o direito social alcançou a totalidade da população, mas não igualmente a todos os trabalhadores, bem como, os direitos políticos e civis igualmente apresentaram uma morosidade. Se por meio da promulgação da Constituição Federal de 1946, os direitos civis e políticos foram contemplados de modo que as mulheres passaram a terem o direito a voto, os analfabetos permaneceram excluídos a tal direito.

Se para os brasileiros, a conquista da cidadania ocorria lentamente, com o golpe civil-militar de 1964, os elementos inerentes à cidadania social foram abruptamente interrompidos, por mais de duas décadas (1964-1985), quando em resposta a uma relevante mobilização da

sociedade civil, houve a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual veio assegurar universalmente os direitos: civil, social e político, ou seja, os elementos intrínsecos da cidadania social passaram a ser direito de todos, independentes de cor, raça, credo, sexo, etc.

No entanto, no Brasil, o que se constata após três décadas da conquista da cidadania social, é que logo após sua conquista, as investidas de desconstrução, se fizeram e fazem presentes, além de que, mesmo com sua conquista, a desigualdade social continua presente no território brasileiro.

Frente a este contexto histórico, pode-se afirmar que a cidadania social plena no Brasil, não foi alcançada e, possui ainda um longo trajeto a percorrer. Constata-se que o maior obstáculo para sua obtenção é a desigualdade social instaurada desde a colonização do país e que persiste na contemporaneidade como empecilho que deve ser vencido. Por fim, considera-se que, no território brasileiro, a cidadania em sua plenitude será alcançada, com o findar ou ao menos, com a redução drástica da desigualdade social.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **CIDADANIA NO BRASIL: O Longo Caminho**. 4. ed. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2003.

MARSHALL, Thomas Humprey. **CIDADANIA, CLASSE SOCIAL E STATUS**. Rio de Janeiro: editora ZAHAR EDITORES, 1967.

MARX, Karl. Avant-Propos. **Critique de l'Économie Politique (1859)**. In: Marx, Karl. (Euvres. Trad: Maximilien Rubel. Paris: Gallimard, 1965. V. I: Économie.

MORAES, Michelle Nunes de. Trabalhadores Rurais e Cidadania no Brasil – 1930-1964. **Em Tempo de Histórias** – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS, n.º 19, Brasília: ago/dez. 2011. ISSN 1517-1108. p. 16-34.

ROJAS COUTO, Berenice. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?**. 4. ed. São Paulo: editora Cortez, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e justiça: a política social na ordem política brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: (dês)estruturação do trabalho e condições para sua universalização**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

# CAPÍTULO 15

## AS CRISES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DE SEUS REBATIMENTOS NA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Mably Trindade

### RESUMO

Nos anos 1970, as inúmeras crises do capitalismo contemporâneo marcaram profundamente as décadas seguintes, ensejando inflexões significativas no evoluer da sociedade capitalista. No presente artigo, pretende-se discutir, a partir dos desdobramentos das transformações societárias e das intensas crises do capital, suas ressonâncias na intervenção profissional das assistentes sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crises Capitalistas. Transformações Societárias. Intervenção Profissional. Serviço Social.

### INTRODUÇÃO

No presente artigo, parte-se da concepção de crise estrutural de István Mészáros (2002) para analisar as transformações da sociedade capitalista na contemporaneidade. Mészáros (idem) defende a existência de uma crise global que acomete todos os países capitalistas, sejam centrais ou periféricos, desenvolvidos ou em desenvolvimento, e que afeta as principais dimensões da vida pessoal, profissional e política (como as esferas das relações sociais, da educação, da ciência, do direito, da ética, da estética, da tecnologia, dentre outras). Para o referido autor (ibidem), tal crise também é endêmica, cumulativa, crônica e permanente.

O desemprego (conjuntural e estrutural), a destruição do meio ambiente, as nefastas ressonâncias da crise sanitária global em face da Covid-19 – que somente no Brasil ceifou a vida de aproximadamente 650 mil pessoas, de acordo com dados do Ministério da Saúde – e as guerras do séculos XX – “Era dos Extremos” nos termos de Erik Hobsbawm (1995) – e XXI constituem manifestações inequívocas do caráter sociometabólico do capital que é autodestrutivo e absolutamente incapaz de se controlar.

Ademais, é preciso pensar as transformações societárias à luz das crises do capital e de suas repercussões nas contradições e relações de vida e de trabalho que incidem, por meio de mediações históricas, socioculturais e ético-políticas, nas respostas elaboradas pelo Serviço Social (GUERRA, 2016).



Nesse sentido, pretende-se analisar as transformações societárias – frutos de tais crises inerentes ao sistema capitalista – e seus desdobramentos no trabalho das<sup>15</sup> assistentes sociais.

Com tal propósito, a argumentação foi estruturada em três seções. Na primeira, são analisadas as transformações societárias e as crises do capitalismo tardio ou contemporâneo, em seu contexto histórico.

A segunda seção, por sua vez, aborda os desdobramentos de tais transformações societárias para o Serviço Social e os espaços sócio-ocupacionais.

Por fim, a terceira seção apresenta, de maneira sintética, os principais desafios e limites da profissão na contemporaneidade, diante do quadro exposto.

## **TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E AS CRISES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

Na década de 1970 – como resposta à crise que se seguiu ao período que Eric Hobsbawm (1995) denomina “anos gloriosos” do pós-guerra – emerge um novo padrão de acumulação e regulação social, um regime capitalista com características distintas do ciclo de produção até então vigente. Trata-se do toyotismo que, de acordo com David Harvey (2011), estrutura-se num processo de “acumulação flexível”, conjugando uma forma inédita de organização do trabalho, que envolve, igualmente, a incorporação de novas tecnologias: informática, microeletrônica e robótica.

Em função do contraste com a rigidez do regime fordista, Harvey

(2011) assinala que esse novo padrão capitalista – denominado pelo referido autor (idem) de “acumulação flexível” – define as mudanças produzidas como um amplo processo de flexibilização de mercados de trabalho, sistemas de produção e padrões de consumo. Na esteira de Harvey (ibidem), Ricardo Antunes (1996) assevera que a centralidade do processo de reestruturação produtiva recai sobre a necessidade de recuperação do ciclo de reprodução do capital e que o sucesso desse novo sistema de acumulação capitalista implica altos índices de desemprego estrutural (aumento do exército industrial de reserva), maior exploração do trabalhador e desestruturação do poder sindical.

---

<sup>15</sup> Neste artigo, utiliza-se o **artigo feminino a** para se referir às profissionais do Serviço Social, uma vez que se trata de uma categoria profissional formada majoritariamente por mulheres, seja na docência, seja atuando nos espaços sócio-ocupacionais.

A filosofia do modelo de acumulação flexível, ainda de acordo com Antunes (idem), é produzir o máximo com o mínimo de trabalhadores, o que somente se revela possível por meio da superexploração da força de trabalho, aliada à utilização de novas tecnologias e técnicas gerenciais.

O capital, diante de um quadro de crise, precisa engendrar uma nova correlação de forças para sua sobrevivência e reprodução, num processo que estende sua dimensão, também, para o campo político, social e cultural. Assim, em relação ao fordismo (sistema anterior) as mudanças extrapolam o processo de produção, atingindo a própria dinâmica das relações entre capital e trabalho, forçando o redirecionamento do papel do Estado.

Por conseguinte, o esgotamento do modelo de Estado de Bem-Estar Social nos países centrais, expressão das crises sistêmicas e cíclicas do capital, ensejou, na década de 1970, a emergência de novas formas organizacionais e de reajustamento social e político, baseadas na reestruturação produtiva.

Paralelamente, segundo François Chesnais (1996), a questão financeira aparece como elemento crucial da nova configuração do capitalismo, com diferenças substanciais não apenas em relação ao modelo fordista, como também no que diz respeito ao imperialismo clássico. Tal fenômeno consolida-se de forma definitiva na cena internacional no final da década de 1980, com rebatimentos deletérios para os países periféricos, especialmente da América Latina, cujo elevado endividamento externo acentuou a transferência de recursos para os países centrais, reforçando o estado de subordinação.

Assim, diante da estagflação econômica, isto é, inflação alta com estagnação da economia, gerada pela crise do regime de produção de acumulação fordista-keynesiano, era necessário, para a sobrevivência do sistema capitalista, a instituição de um novo regime de acumulação, que retirasse das massas operárias o poder de barganha conquistado no período de vigência do fordismo.

Segundo José Paulo Netto (2012), o tardo-capitalismo (ou capitalismo contemporâneo), resultado das transformações societárias ocorridas desde os anos 1970 esgotou completamente as possibilidades civilizatórias que Karl Marx (1999) identificou no capitalismo do século XIX. Ademais, tal esgotamento deve-se ao fato de o capital ser necessariamente destrutivo e absolutamente incapaz de se impor limites, nos termos assinalados por Mészáros.

Ainda de acordo com Netto (idem), o marco dos anos 1970 não é um acidente cronológico; ao contrário; a visibilidade de novos processos torna-se progressiva à medida que

o capital monopolista percebe-se compelido a encontrar alternativas para a crise na qual foi engolfado naquela quadra. Como se sabe, a cada novo ciclo recessivo estrutural, a genética do capital engendra formas de organização singulares, com vistas à maximização do lucro e à ampliação da mais-valia. Tais movimentos do capital, segundo a teoria marxista, exercem profundo impacto sobre os mercados de trabalho, atingindo a reprodução social dos trabalhadores e envolvendo diretamente uma série de “reformas” no âmbito do Estado.

Contudo, o que se convencionou chamar de “reforma” do Estado é, na verdade, parte do mencionado processo global de reestruturação capitalista, iniciado – como dito – após a crise do capital da década de 1970. Nesse contexto, emerge com força total nos anos 1980 o projeto neoliberal, de redução do papel do Estado e ampliação da esfera de atuação do mercado econômico.

No Brasil, a implantação das medidas de caráter neoliberal – como mencionado anteriormente – iniciou-se nos anos 1990, durante o Governo Fernando Collor de Mello sendo, significativamente, acelerada por Fernando Henrique Cardoso. Tais medidas, segundo Netto (1995), significaram dilapidação do patrimônio público, agravamento do quadro de vulnerabilidade social do país, taxas de crescimento residuais (quase pífias), alta do desemprego e aumento exponencial da informalidade.

Como se sabe, ao minimizar a intervenção do Estado na área social, o neoliberalismo utiliza-se da sociedade civil e do mercado para o enfrentamento das expressões da “questão social”, compreendida por Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho (2008) como as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. Trata-se, segundo os autores (*idem*), de manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção para além da caridade e repressão.

Ademais, o Estado desresponsabiliza-se da atribuição de prover os serviços sociais – sobretudo nas áreas de saúde, educação e previdência –, transferindo-a, por meio de incentivos fiscais e outros mecanismos de subsídios, para empresas privadas e Organizações Não Governamentais (ONGs). Assim, seguindo as tendências internacionais, a “reforma” do Estado brasileiro tem sido conduzida sob a pauta do ajuste fiscal, mediante privatização de empresas públicas e esgarçamento da rede de proteção social. As alegadas prioridades residem na

dinamização da iniciativa privada, controle da inflação e obtenção de superávits primários para pagamento de juros da dívida pública.

Ricardo Antunes (1996) assinala que para os trabalhadores, além dos impactos objetivos da crise – desemprego, subemprego, precarização do trabalho, baixos salários, etc. –, o neoliberalismo construiu novos modelos de sociabilidade que os afastam de suas formas históricas de organização. Desse modo, as metamorfoses em curso no mundo do trabalho afetam, em termos ontológicos, a classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada.

Ao analisar o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) implementado pelo governo FHC, Elaine Behring (2008) afirma que não se trata apenas de uma reforma administrativa, mas de verdadeira estratégia de desmantelamento do projeto de Estado Social apontado pela Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, o plano traduzia as reais tendências governamentais, ou seja, privatizar a economia nacional, realizar uma “reforma” do Estado, centrada no funcionalismo público, restringir direitos previdenciários, tentar abrandar a crise fiscal do Estado e gerar poupança interna para alavancar o crescimento econômico.

Behring (idem) denomina esse processo de “contrarreforma do Estado no Brasil”. Sara Granemann (2007), por sua vez, compreende a contrarreforma como um conjunto de alterações regressivas nos direitos do mundo do trabalho que alteram marcos legais, já alcançados, em determinado momento pela luta de classe, rebaixando direitos anteriormente consolidados.

As estratégias redistributivas esgotam-se com o sistema fordistakeynesiano, em meados da década de 1970. Como principal consequência, exaure-se definitivamente o pacto entre capital e trabalho, bem como todas as possibilidades de os trabalhadores participarem dos processos de redistribuição social, tal como nas campanhas neodesenvolvimentistas do “fazer crescer o bolo para depois reparti-lo” (GUERRA, 2016, p. 88).

Consubstancia-se, assim, o mais perverso do ideário neoliberal para as políticas sociais, ou seja, o tripé: privatização, focalização e descentralização. Nessas circunstâncias, é evidente que as transformações societárias engendradas pelo tardo-capitalismo resultaram num profundo agravamento do quadro estrutural de desigualdade econômica e social, com graves rebatimentos no mundo do trabalho, inclusive para as assistentes sociais e seus espaços de atuação profissional.

Ademais, não se pode desconsiderar que o rico e fecundo referencial teórico oriundo da obra de Karl Marx e de seus intérpretes permite examinar os avanços e retrocessos do capitalismo, as determinações, impactos e implicações de suas crises.

## **OS DESDOBRAMENTOS DAS CRISES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO NA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL**

As dificuldades para impulsionar o crescimento econômico, o aumento do desemprego e do subemprego, bem como a radicalização das desigualdades de renda e propriedade, das disparidades religiosas, raciais, de gênero e etnia comprometem processos e valores democráticos (IAMAMOTO, 2010).

No Brasil, as transformações societárias suprimiram direitos sociais historicamente consolidados, engendrando a abertura dos mercados nacionais ao capital especulativo; geração de superávits primários para garantia de pagamento dos juros da dívida; privatização do patrimônio público e de atividades de reconhecida atribuição do Estado, como as políticas sociais públicas. Medidas que exacerbam as desigualdades sociais, sobretudo as condições de vida das classes trabalhadoras. Impregnado de “atributos fetichistas”, o trabalho torna-se, como salienta Marx (1999), mais carregado de opacidade, sutilezas e alienação, fortalecendo “o despotismo do capital” e atentando contra a vida do trabalhador com os seus padrões exigentes.

Por conseguinte, o mercado passa a requerer um trabalhador polivalente, com novas características técnicas e socio-intelectivas, capaz de atuar em diferentes funções ou postos de trabalho. Os conceitos de profissão e formação específica e especializada tendem a perder funcionalidade e desaparecer. O trabalhador, além da escassez de emprego, vai enfrentar a obsolescência do seu saber e a perda de organicidade da sociabilidade produzida no fordismo/keynesianismo.

Ao mesmo tempo em que se institui o mercado como polo regulador da vida social e se afirmam políticas concentradoras de renda, de poder e da propriedade territorial capitalista, um vasto empreendimento ideológico de cunho moralizador envolve a sociedade civil. Ela é agora travestida de uma forma comunitária, dotada de cidadãos solidários, dedicados a um empreendimento voltado ao bem comum, dentro de uma ampla estratégia de mistificação.

Esse novo padrão societário impõe outra maneira de trabalhar, viver e pensar exigindo atuação na subjetividade do trabalhador para consolidar a sociabilidade do capitalismo reatualizado. Trata-se de produzir, nos termos de Antonio Gramsci (1999), o “novo homem” e o “novo trabalhador” de acordo com as atuais necessidades da reprodução capitalista.

Nesse sentido, a reconfiguração dos espaços ocupacionais é resultante das profundas transformações sócio-históricas, com mudanças regressivas nas relações entre o Estado e a sociedade em um quadro de recessão na economia internacional, submetida à ordem financeira do grande capital. Tal cenário, redimensiona os espaços ocupacionais e as demandas profissionais, impondo a exigência de novas competências às assistentes sociais.

No marco dessas lutas políticas, os espaços ocupacionais e as fronteiras profissionais, enquanto resultantes históricos e, portanto, móveis e transitórias sofrem significativas alterações. São indissociáveis dos processos da reestruturação produtiva e gerencial das empresas, da intensificação e desregulamentação do trabalho e da investida contra a organização dos trabalhadores. Tais mudanças vêm ocasionando a perda de direitos e conquistas sociais históricas, impulsionadas pela reorganização do Estado segundo os preceitos neoliberais.

É preciso demonstrar "no tempo miúdo do trabalho cotidiano", nos termos de Maria Carmelita Yazbek (2010), nas situações singulares com que nos defrontamos no exercício profissional – situações essas carregadas tanto de dimensões universais, quanto histórico-particulares – a viabilidade do projeto ético-político do Serviço Social, seu potencial renovador da profissão na afirmação dos direitos sociais dos cidadãos e cidadãs, na atenção e no respeito às suas necessidades e interesses que, por inúmeras mediações, transmutam-se em demandas sociais e profissionais.

E avançar a legitimação da profissão na sociedade, na apropriação e ampliação dos espaços ocupacionais, reforçando a nossa identidade profissional. O desafio maior é, pois, traduzir o projeto ético-político em realização efetiva no âmbito das condições em que se realiza o trabalho do assistente social.

É necessário, ainda, conformar perfis socioprofissionais que imprimam novos atributos, ideias e valores à força de trabalho. Prevalecem atributos comportamentais que se exprimem na conduta individual, com ênfase na criatividade, no empreendedorismo, na adaptabilidade e capacidade de trabalhar sob tensão ou crise.

Todos esses fatores, sinteticamente analisados até aqui, trazem profundos rebatimentos ao Serviço Social. Nesse sentido, qualquer reflexão sobre os desdobramentos das transformações societárias para a profissão e seus espaços sócio-ocupacionais no Brasil exige a prévia compreensão do contexto acima mencionado, imposto pelas insidiosas transformações societárias da ordem capitalista e seus rebatimentos na divisão social e técnica do trabalho.

## DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA CONTEMPORANEIDADE

É importante assinalar que a restrição do Estado<sup>16</sup> nas coberturas públicas e o sucateamento dos seus aparelhos de execução têm sido um dos principais obstáculos enfrentados pelas assistentes sociais no confronto com as necessidades apresentadas pela população usuária.

Trata-se de “direitos garantidos legalmente”, mas cuja materialidade não é possível atestar, face à insuficiência de recursos e dos serviços, incluindo nesse processo, a precarização das condições de trabalho das profissionais, pela intensificação dos ritmos de trabalho e pela redução dos salários. Dito de outro modo, se os direitos garantidos legalmente não se expressam efetivamente nos aparelhos e nos serviços oferecidos pelo Estado e pela sociedade, em quantidade e qualidade suficientes para o atendimento às demandas dos usuários, o seu acesso permanece restrito.

Em tal contexto, pode-se inferir que a principal demanda político-institucional, imposta às assistentes sociais, tem sido a de manejar os recursos insuficientes face às necessidades – ou demandas de acesso aos serviços – apresentadas pelos usuários. Nessa direção, trata-se de “potencializar os escassos recursos existentes” enfrentando o “mal-estar” junto à população usuária. Acrescente-se a isso a “exigência” de polivalência e de cumprimento de metas de produtividade posta aos profissionais, presente também na organização do Estado e na gestão das políticas públicas.

No que se refere às respostas profissionais, predominam o questionamento e a problematização quanto à possibilidade de se pautarem na direção do projeto ético-político do Serviço Social. Evidenciam-se, também, um conjunto de respostas efetivadas na imediaticidade da demanda institucional e atravessadas por questionamentos e inseguranças nesse contexto adverso e repleto de dificuldades, como apresentado anteriormente.

---

<sup>16</sup> A Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram a proposta de emenda constitucional que criou um teto para os gastos públicos. A PEC<sup>241</sup> ou PEC 55, dependendo da Casa legislativa, congela as despesas do Governo Federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos. Ademais, tal emenda ficou conhecida como a “PEC da Morte” (PEC 241/2016), pois, impactou diretamente os gastos da União com a educação e com a saúde pública, gerando, por exemplo, um verdadeiro caos – amplamente conhecido – no enfrentamento à pandemia de Covid-19.

A consolidação de nossa recente cultura profissional, constituída pela ruptura com o tradicionalismo, com a neutralidade técnica, com os preconceitos de ordem moral implica o reconhecimento do assistente social enquanto sujeito profissional, capaz de escolhas conscientes. E implica, também, a qualificação das respostas profissionais a partir de um referencial teórico-metodológico histórico e crítico.

A esse respeito, Netto (1996) destaca que as novas demandas (potenciais e/ou reais, impostas tanto pelas transformações societárias, quanto pelas alterações político-institucionais) são enfrentadas pelos profissionais em condições frequentemente desfavoráveis: inseguros pelas fragilidades da sua formação (ou por causa de uma formação que não responde a realidade em que se inserem), desmotivados pelas baixas remunerações, pressionados pela concorrência de outros profissionais (aparentemente mais “seguros” e mais “legitimados”), condicionados ainda por um lastro conservador em relação aos seus papéis e atribuições, há frequentemente uma atitude defensiva e pouco ousada das assistentes sociais em face das novas demandas, o que acarreta a perda de possibilidades de ampliação do espaço profissional.

Outro desafio que vem sendo imposto à profissão é a presença de uma visão desespecializada, ou seja, caracterizada pelo suposto equivocado de que qualquer um pode desenvolver as atribuições privativas de um assistente social, que atua com demandas diversas, de modo que a profissão parece resultar do acaso, do aleatório, do caótico e do improvisado, respondendo às demandas inespecíficas (GUERRA, 2016).

Segundo Guerra (idem), uma nova tendência que comparece nos espaços de trabalho das assistentes sociais é o crescente aumento de profissionais que possuem mais de um vínculo de trabalho, o que caracteriza o pluriemprego. Em uma profissão com quase 99% de mulheres, a tendência do pluriemprego, da intensificação do trabalho e do sobretrabalho doméstico limitam a possibilidade de investimento na capacitação e na pesquisa e, ainda mais, no necessário tempo de lazer e de descanso, levando tais profissionais cada vez mais ao estresse e ao adoecimento.

Para Iamamoto (2010), ao atuarem entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, as profissionais de Serviço Social colocam-se na linha de intersecção das esferas pública e privada, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais.



De acordo com a autora (idem), tem-se aí uma dupla possibilidade. De um lado, a atuação do assistente social pode representar uma “invasão da privacidade” por meio de condutas autoritárias e burocráticas, como extensão do braço coercitivo do Estado (ou da empresa). Por outro lado, ao desvelar a vida dos indivíduos pode, em contrapartida, abrir possibilidades para o acesso das famílias a recursos e serviços, além de acumular um conjunto de informações sobre as expressões contemporâneas da questão social pela via do estudo social.

Ainda de acordo com a Yamamoto (idem), as assistentes sociais realizam uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo, assim, para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos e interesses, na defesa da qualidade dos serviços sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A nefasta conjuntura atual exige lembrar a famosa afirmação do Manifesto Comunista na qual “a história da sociedade é a história da luta de classes”! Em tempos de acirramento da ofensiva capitalista neoliberal contra a classe trabalhadora e aos lutam cotidianamente por justiça social, democracia radical e substantiva, superação das opressões, liberdades e emancipação humana, a categoria reafirma que a sua escolha é (e sempre foi) a resistência.

Resiste-se na luta diuturna para que haja no horizonte da história a transformação social desta sociedade que não abriga mais as condições reais de civilidade e plenitude em suas relações sociais. É fato incontestado que o sistema capitalista e sua racionalidade chegaram a um patamar absolutamente insustentável.

Assim, engendra-se o desmonte que coloca em xeque o lastro das parcas conquistas no campo democrático de direitos, oriundas das lutas sociais da década de 1980 e do legado da Constituição Federal de 1988.

Com efeito, o projeto em curso favorece de forma inequívoca o avanço do grande capital estrangeiro sobre a economia brasileira, reforçando as alianças entre a burguesia nacional e o imperialismo. Como exemplos de tal favorecimento, pode-se mencionar a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016 – estabelecendo um teto para investimentos públicos por 20 anos –, e a contrarreforma trabalhista, que agravará ainda mais o cenário de desemprego de 13% que assola a classe trabalhadora.

Somam-se a isso, as ações administrativas e os cortes orçamentários que enfraquecem sobremaneira o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a flexibilização da legislação ambiental destinada a facilitar a exploração dos recursos naturais pelas empresas multinacionais, todas estas medidas foram implementadas por um governo corrupto, ilegítimo e espúrio em um curto intervalo de tempo (IAMAMOTO, 2017).

Neste ataque à classe trabalhadora, mulheres e jovens negros são as principais vítimas da cultura que fomenta o ódio contra as diferenças de raça/etnia, sexualidades, territórios e que têm em comum elemento de classe (IAMOMOTO, idem).

O recrudescimento das diferentes expressões da “questão social” configura o conservadorismo e o reacionarismo dessa extrema direita em ascensão nos últimos anos podem ser considerados um dos principais elementos de perpetuação das desigualdades sociais no país. Neste cenário de supressão de direitos, precarização do trabalho, perseguição a grupos específicos, o racismo, em todas as suas dimensões, manifesta-se como a face mais perversa daquilo que se pode denominar como uma grave crise civilizatória.

Nesse sentido, a emersão, nos últimos anos, do mais perverso conservadorismo no Brasil, capaz de patrocinar iniciativas como a redução da maioria penal, o projeto escola sem partido, o estatuto da família e do nascituro e as perseguições a religiões de matriz africana e às minorias, como mulheres, indígenas e à população LGBTQ+. Uma das frentes dessa preocupante ofensiva conservadora reside no Congresso Nacional, onde uma crescente bancada religiosa tenta romper a laicidade do Estado, para impor seus valores fundamentalistas à população.

Sem mencionar que os retrocessos no campo dos direitos sociais remontam a história da questão social tratada como caso de polícia, seja pelas execuções sumárias ou pelo encarceramento em massa, como regra da justiça seletiva. A perversa ação do Estado para salvaguardar o capitalismo em crise, mantendo as suas formas de dominação e exploração, reside na militarização da vida e na criminalização das lutas e movimentos sociais.

Em suma, o processo de implementação de direitos sociais no Brasil consubstancia uma longa história de desigualdades e exclusões que são potencializadas, na contemporaneidade, pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo, engendrados para solapar a agenda clássica de universalização de direitos. Além disso, os efeitos do desmantelamento dos precários serviços públicos contribuem ainda mais para o acirramento de tais desigualdades. Trata-se, de

manobra perversa que elide a responsabilidade do Estado e descaracteriza a própria noção de direitos, desvinculando-a dos parâmetros de justiça, solidariedade e igualdade, enfim, do acesso à cidadania.

Nesse cenário, de aceleração do processo fragilização de políticas sociais e supressão de direitos, patrocinado pelo governo golpista – que em 2016, por meio de um golpe de Estado, com o inescrupuloso apoio da mídia, apeou do poder uma presidenta legitimamente eleita – a categoria de assistentes sociais depara-se em sua atuação profissional, cada vez mais, com o “gerenciamento da barbárie”. Para o Serviço Social, portanto, impõe-se o desafio de resistir à contrarreforma estatal e juntamente com outros sujeitos coletivos, entrincheirar-se, sem tergiversações, nas fileiras das lutas em prol de uma sociedade solidária e substancialmente democrática.

São tempos exigentes que requisitam nossa resistência política e análise crítica para enfrentar os desdobramentos desse cenário nefasto, no contexto de um golpe de Estado que, sob a aparência de legalidade, rasga diuturnamente a Constituição Federal de 1988.

Por consequência, o momento atual impõe o acúmulo de forças no campo teórico e político. É preciso soldar a organização dos trabalhadores para fazer frente à vigorosa reação das forças conservadoras e reacionárias. Como assinala Antonio Gramsci (1999), a criação de uma nova cultura implica a elaboração de um pensamento superior ao senso comum, coerente, com bases científicas sólidas e que permanecendo em contato com as pessoas simples encontra a fonte dos problemas a serem pesquisados e resolvidos (IAMAMOTO, 2017).

O momento histórico exige, também, voltar à atenção para as lutas e movimentos dos trabalhadores enquanto classe – incluindo, obviamente as assistentes sociais –, para a preservação e ampliação do trabalho, dos direitos conquistados e da crescente democratização das políticas públicas: a defesa da seguridade social na disputa pelo fundo público do (SUS) e do (SUAS) e a luta contra a securitização da Previdência Social (IAMAMOTO, idem).

Cumprir destacar, ainda, que a onda de ódio que se alastra contra tudo que soa progressista na atualidade está muito além do fato de as elites passarem a ter que dividir o assento do avião ou o banco da universidade com os pobres. Certamente isso as incomoda, mas o fenômeno é bem mais complexo.

Nas sociedades capitalistas, tal qual a brasileira, independentemente de a esquerda ocupar alguns postos importantes na estrutura do Estado, predominam enormemente as velhas

concepções burguesas e pequeno-burguesas, entranhadas na cultura do povo por meio de séculos de dominação colonialista e imperialista.

Nesse sentido, não é fácil abrir caminho a novas concepções. A burguesia não apenas detém o predomínio de sua ideologia, como domina os instrumentos de sua divulgação e defesa. Mobiliza, assim, a imprensa, o rádio, a televisão, dispõe das universidades, dos centros culturais e utiliza largamente a religião. Em síntese, é como dizia Marx e Engels (1999, p. 12) “as ideias dominantes numa época nunca passaram das ideias da classe dominante”. Desse modo, o aparato repressivo do Estado – especificamente as polícias militar, civil e federal – é doutrinado desde sempre para ser refratário às reivindicações elementares em torno de direitos sociais, políticos, civis e humanos. Quando se aumenta a militância envolvida em sua defesa, os reacionários fascistas entrincheiram-se raivosamente em defesa da manutenção de seus privilégios.

Logo, é preciso estar junto com os movimentos sociais e novos sujeitos coletivos na luta contra as desigualdades e disparidades sociais, na perspectiva de fortalecer a ação conjunta na defesa dos direitos sociais: os assalariados da indústria e dos serviços, os trabalhadores congregados no campo, os migrantes e deslocados (em especial bolivianos, venezuelanos e haitianos no Brasil); a juventude organizada na defesa do ensino, do direito ao passe livre, em núcleos de cultura; as nações indígenas; os afrodescendentes, os grupos LGBTQ+ e as mulheres organizadas na defesa do trabalho e contra a violência doméstica, dentre outros (IAMAMOTO, 2017).

Um caminho fértil para acumular forças políticas e forjar a resistência reside no retorno ao trabalho de base, ou seja, ao trabalho de educação política, apoiando seus processos de organização, capacitação e educação política, decifrando suas expressões socioculturais (IAMAMOTO, *idem*).

Faz-se necessário, ainda, qualificar no exercício da profissão a dupla dimensão presente no trabalho profissional, imprimindo-lhe plenitude de sentido: por um lado, a contribuição na reprodução material dos sujeitos, expressa na prestação de serviços sociais previstos nas políticas públicas; por outro, a dimensão educativa que incide na cultura das classes subalternas: nas suas maneiras de ver, viver e sentir a vida, que dispõem de uma dimensão coletiva na construção de uma contra-hegemonia, nos termos gramscianos (IAMAMOTO, *ibidem*).

Para finalizar uma constatação irrefutável impõe-se: o Serviço Social latino-americano tem mais tempo em sua aproximação do pensamento histórico-crítico do que a prevalência

exclusiva do pensamento liberal e conservador. Há mais tempo de luta do que de exclusiva convivência com os centros de poder. Afirmam-se, por conseguinte, afinidades eletivas entre o Serviço Social e as necessidades, interesses e iniciativas políticas de distintos segmentos das classes subalternas e, em especial, os trabalhadores. Nesses tempos nebulosos, que desfiam a todos, um tempo de aflição e não de aplausos, como afirma o poeta Lêdo Ivo, é importante destacar a história de profunda resistência do Serviço Social brasileiro, motivo de alegria e grande orgulho! (IAMAMOTO, 2017).

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 18, n. 50, abr. 1996.

BEHRING, E. R. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRANEMANN, S. Para uma interpretação marxista da 'previdência privada'. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

GUERRA, Y. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (Org.). Cenários, contradições e peijas do Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p. 121-184.

HOBBSBAWM, E. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. Questão social no capitalismo. Temporalis, Brasília, ano 2, n. 3, 2004.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social na cena contemporânea. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 17, n. 50, 1996.

\_\_\_\_\_. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Crise do capital e consequências societárias. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 111, 2012.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. Temporalis, Brasília, v. 2, n. 3, p. 33-40, jan/jun. 2001.

# CAPÍTULO 16

## ACÇÃO E REPRESENTAÇÃO FEMININA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO LITORAL SUL DA PARAÍBA

Marcley da Luz Marques  
Horasa Maria Lima da Silva Andrade  
Wagner Lins Lira

### RESUMO

A pesquisa apresenta um estudo, envolvendo a vida e a luta das mulheres quilombolas do Litoral Sul da Paraíba. Neste sentido, observamos, não apenas aqui, mas em todo o Território Nacional, a emergência de desigualdades em torno, especialmente, do gênero e da raça, aliás, percalços advindos da estrutura patriarcal colonialista estipulada há séculos pelos modelos capitalistas, de modo que as relações de poder costumam caminhar para um direcionamento hierárquico opressor, que enfraquece os coletivos étnicos, principalmente, os territórios quilombolas. Para tal, buscamos dialogar com os aportes teóricos - disponíveis nas vigentes plataformas: Periódicos Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no *Google Acadêmico* - acerca da representatividade feminina quilombola como ação de resistência aos desafios sociais, raciais, econômicos e políticos, como também os movimentos contra hegemônicos voltados ao reconhecimento, aquisição de direitos e o fortalecimento das identidades étnicas das mulheres quilombolas no Litoral Sul da Paraíba. De acordo com o material consultado - uma Dissertação de Mestrado, um Trabalho de Conclusão de Curso e um Anais -, detectamos que as mulheres quilombolas dos territórios de Gurugi, Ipiranga e Mituaçu estão buscando caminhos e traçando estratégias para que a suas vozes sejam ouvidas tanto nos territórios, quanto para além deles, uma vez que são precursoras do *Coco de Roda*, mas também participam ativamente das tomadas de decisões nas respectivas associações, estando envolvidas em ações educativas, a exemplo, de cursos ofertados por instituições com o intuito de aquisição de renda, mas também de empoderamento, pois passam a compreender a formação acadêmica como um diferencial em suas trajetórias de luta, quando aproximam-se dos conhecimentos científicos a favor da visibilidade da causa sempre em busca de soluções, dentre elas, o fortalecimento coletivo em prol da regulamentação dos territórios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidades Quilombolas; Mulheres Negras; Território.

### INTRODUÇÃO

As comunidades remanescentes de quilombo enfrentam grandes dificuldades. Para as mulheres negras a situação é ainda mais complicada. De acordo com Ratts (2003), a sociedade majoritária estruturou a hierarquia de gênero, nessa ordem a posição de gênero seguida pela raça, ou seja, primeiro o homem branco, segundo a mulher branca, terceiro o homem negro e em quarto a mulher negra.

Dessa forma, a mulher negra se encontra na última posição, portanto, passando por mais privações para uma vida digna, pois conforme Gonzalez (2011), o sistema eurocêntrico aliena

os que estão na posição de colonizado, sendo submetido ao modelo configurado pelo sistema paternalista empregado na sociedade.

As mulheres foram e ainda são orientadas e/ou “obrigadas” à responsabilidade das atividades do lar, e nesse contexto os cuidados com a família, como se apenas elas devessem realizar essas ações (JABLONSKI, 2010).

As relações patriarcais determinam o modelo de família, pois o gênero masculino além de ser maioria no trabalho remunerado, é também maioria nas tomadas de decisões políticas, pois é considerado enquanto provedor da família, e, sendo assim, as mulheres continuam sendo subordinadas à sociedade patriarcal (IBIDEM).

Após anos de lutas e resistências, as mulheres foram ganhando espaços significativos, entretanto, a ideologia patriarcal ainda é bastante presente em nosso país, quando determina qual o papel da mulher na sociedade, assim como seus comportamentos e valores, a exemplo, da obrigatoriedade dos trabalhos domésticos, fortalecendo as desigualdades de gênero (DAVIS, 2016).

Com as mulheres negras a opressão é mais expressiva, devido à questão racial, então, nosso objetivo de pesquisa é analisar, nos materiais bibliográficos pesquisados e consultados, em uma perspectiva panorâmica da representatividade feminina às mulheres quilombolas dos territórios quilombolas Gurugi, Ipiranga e Mituaçu, do Litoral Sul da Paraíba.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A temática mulher, território e trabalho está imersa em um contexto patriarcal, que marginaliza sua participação, sobretudo, quando não reconhece uma pessoa de direitos iguais aos dos homens, pois não se pode inferiorizar ou determinar a sua atribuição na família ou na comunidade pela diferença de gênero.

O capitalismo alimenta a hierarquia de gêneros, principalmente, no trabalho, pois reverbera que o homem é superior à mulher, e, com esse discurso, reforça a diferença de salário, a subordinação, dentre outras formas para perpetuar opressões. Corroborar com essa afirmação a autora Gonzalez, pois:

[...] para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região -assim como para as ameríndias- a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. (GONZALEZ, 2011, p.18).



Precisamos desconstruir essa organização, para tanto, as autoras Cavalcante, Sousa e Andrade (2021, p. 03) afirmam que, “as políticas educacionais, formações pedagógicas, incentivos variados, estejam alinhados com essa questão de igualdade e equidade entre os gêneros”. Portanto, por meio de ações sociais ancoradas na educação e nas políticas públicas podemos enfraquecer a concepção ideológica de hierarquia de gênero.

Nós, mulheres e não-brancas, fomos “faladas”, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao impormos um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não só do nosso próprio discurso, senão da nossa própria história. (GONZALEZ, 2011, p. 14).

Quando partimos para a realidade dos territórios quilombolas, compreendemos que as lutas das mulheres são ainda maiores, até porque precisam sempre resistir às fortes premissas colonialistas, que ainda hoje refletem a exclusão, o racismo e a hierarquia de gênero (Gonzalez, 2011).

Diante desse contexto, a mulher quilombola precisou encontrar meios de resistência, de modo que os territórios foram e são lugares de pertencimento e fortalecimento, pois, personificam suas ancestralidades (SOARES, 2021). Lugares de onde emergem tradicionais formas de saber e de poder, sobretudo, voltados às estratégias de sobrevivência.

A interseccionalidade é o caminho para compreender esse contexto, porque:

Se, de um lado, nem todas as mulheres foram excluídas das indústrias e nem todos os negros foram excluídos do mercado de trabalho, somente a análise interseccional destacou a forma com que as mulheres negras sofrem a discriminação de gênero, dando múltiplas chances de interseccionar esta experiência. Quando ausentes os letamentos interseccionais para as abordagens feministas e antirracistas, ambos reforçam a opressão combatida pelo outro, prejudicando a cobertura dos direitos humanos. (AKOTIRENE, 2019, p. 38).

Por mais que ainda encontremos a hierarquia de gênero nas comunidades quilombolas, parecem existir diferenças significativas em relação à sociedade majoritária. Para Dealdina (2020, p. 26), o território quilombola “representa um projeto de partilha, de viver em comunidade, de construção do território enquanto coletivo, compartilhando o acesso a bens, em especial à terra”.

As comunidades quilombolas vivenciam os territórios, primordialmente, enquanto lugares de pertencimento, ou seja, as pessoas pertencem tradicionalmente aos lugares e, por isso, constroem laços afetivos envoltos de ações coletivas, mesmo porque, em geral, tratam-se de parentes e amigos unidos pelas ancestralidades personificadas nos lugares, onde as vidas pulsam (BISPO, 2015).

Mulheres quilombolas executam diversas tarefas nos territórios, desde o cuidado com os quintais, os roçados, os afazeres domésticos, além de enfrentarem as opressões estimuladas pelo sistema capitalista neoliberal, que insiste em aviltar os direitos, no intento de retirar os quilombolas de seus territórios de origem (SOARES, 2021).

Em muitas das vezes os homens das comunidades precisam buscar meios de sobrevivência nas capitais, o que faz com que as mulheres fiquem à frente das lideranças, justamente, para defender os territórios. Segundo Soares (2021, p. 527): “são elas, portanto, que principalmente resistem no território e que dão corpo à luta diária pela sobrevivência e à organização contra as violências diversas a que a comunidade está submetida”.

Nas atividades agrícolas, seja em seus quintais e roçados, os quilombolas executam os ensinamentos ancestrais, com práticas de respeito ao equilíbrio da natureza, entendendo que a colheita é uma doação do território para sobrevivência, e não apenas lugar de extração para venda e ou o consumo. Concepção cosmológica que contraria a antiética capitalista neoliberal (BISPO, 2015).

No combate ao sistema opressor, fomenta inúmeros movimentos de resistência à lógica das monoculturas, pois transforma os espaços a partir das vivências coletivas (SILVA, 2018). Sendo assim, Cavalcante, Sousa e Andrade (2021, p.6) relatam que “além da luta pelo desenvolvimento sustentável, social, ambiental e econômico, também a busca por equidade entre gêneros”.

Por seu turno, as mulheres quilombolas nutrem a preocupação e o cuidado em lidar com a terra para que não lhes falte os alimentos, colaborando para agricultura familiar, desempenhando protagonismo nesse contexto, pois ganham visibilidade e ocupam espaços que até pouco tempo pertenciam aos homens.

## **METODOLOGIA**

A vigente metodologia de pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa a partir de uma análise interpretativa dos dados encontrados nas produções bibliográficas consultadas. Segundo Godoy (1995, p. 58), a pesquisa qualitativa: “parte de questões ou focos de interesses amplos que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve”.

Nesse sentido, para atender ao objetivo deste estudo - a representatividade feminina quilombola - realizamos pesquisa bibliográfica a partir do método descritivo-exploratório (Gil, 1996), trazendo reflexões acerca das mulheres quilombolas situados nos territórios do Litoral

Sul da Paraíba, voltando atenção para as ações desempenhadas por elas diante do fortalecimento étnico e do protagonismo feminino local.

Para tanto, conduzimos um estudo sobre a problemática abordada, baseando-nos em referenciais teóricos e publicações científicas nas seguintes plataformas: Periódicos Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no *Google Acadêmico*, por meio de um recorte temporal de dez anos - de 2010 a 2022 -, onde utilizamos os vigentes termos indexadores: “protagonismo feminino”, “comunidade quilombola” e “quilombo” encontramos 90 trabalhos que tratam comunidade e quilombo. Sendo assim, estabelecemos duas etapas para análise dos textos encontrados.

Na primeira etapa foi realizada a leitura dos títulos desses trabalhos. Como critério foram selecionadas as publicações que traziam nos títulos os termos: “feminismo ou mulher(es)”, “quilombola(s)” e “Paraíba”, porque especificam o objetivo da nossa pesquisa. Dessa forma, apenas 10 pesquisas contemplavam os termos referidos. Por conseguinte, a segunda etapa delimitou a leitura dos resumos e/ou introduções - das 10 pesquisas - para sabermos se os trabalhos em questão foram realizados nas comunidades quilombolas do Conde-PB. Sendo assim, apenas 03 textos contemplavam os critérios de seleção:

1. *“Quantas Anônimas Guerreiras Brasileiras”: a luta das mulheres negras nas comunidades quilombolas de Ipiranga e Gurugi – Paraíba*. Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharelado em Geografia apresentado à Universidade Federal da Paraíba - no ano de 2018 - por Jadiele Cristina Berto da Silva.

2. *“AS MULHERES QUILOMBOLAS NA PARAÍBA: Terra, trabalho e território”*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia, apresentada à Universidade Federal da Paraíba - no ano de 2013 - por Karoline dos Santos Monteiro.

3. *“O UNIVERSO FEMININO RETRATADO NOS COCOS DE RODA, EM TRÊS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ESTADO DA PARAÍBA”* apresentado - no ano de 2010 - por Sara Divina Melo da Silva e Gabriela Buonfiglio Dowling e publicado nos Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero- Diásporas, Diversidades, Deslocamentos.

Os textos selecionados passaram por uma análise interpretativa com a finalidade de compreendermos as dificuldades e as ações das mulheres quilombolas dos territórios Gurugi, Ipiranga e Mituaçu do Litoral Sul da Paraíba, localizados no município do Conde, no combate à desigualdade social, racial e de gênero.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados elencados pelo levantamento bibliográfico demonstram as lutas e as resistências inerentes às vidas das mulheres negras perante uma sociedade estruturada em valores capitalistas e patriarcais, sobretudo, chama-nos atenção as ações desempenhadas por elas diante do enfrentamento à hegemonia e aos processos de desterritorialização que se configura como uma prática de retirada dos povos dos territórios, em que o Estado compreende a terra como propriedade e não como lugar de vivências comunitárias (BISPO, 2015).

A autora Monteiro (2013) discute sobre a mulher camponesa e a mulher da comunidade remanescente de quilombo, afirmando que, embora tenham algumas semelhanças nos papéis que assumem na família, no uso da terra e no enfrentamento às dificuldades fomentadas pelos sistemas opressores, principalmente, quando reconhecem os trabalhos dos homens como “produção” e os das mulheres como “reprodução”. Há uma diferença entre elas, pois percebeu-se nas mulheres quilombolas: “uma clara liderança feminina em grande parte das comunidades, que mostra como essas mulheres ocupam cargos de poder e de decisão nos territórios nos que atuam” (IBIDEM, 2013, p. 115).

As lideranças das mulheres em comunidades quilombolas figura um fenômeno que faz parte das histórias de lutas, estratégias e resistências destes povos para assegurar a posse coletiva dos territórios tradicionais. Monteiro (2013) também ressalta que: “enquanto os homens costumam migrar para trabalhar em centros urbanos, são elas que estão lutando por transformação nas comunidades onde vivem” (IBIDEM, 2013, p.174).

Ratificando essa informação, a autora Soares afirma que:

No enfrentamento a essa violência, na linha de frente e no acúmulo de forças cotidianas que garantem a resistência na luta, estão as mulheres. A batalha das quilombolas e sua ação política não é instintiva, porque estão sob ameaça das suas vidas, dos seus filhos e dos seus companheiros; como poderíamos supor, é política, mas a política delas comporta afetos, pois, para elas e dentro da cosmovisão quilombola, o afeto pode ser transgressor e político. (SOARES, 2021, p. 527).

Nessa perspectiva de resistência perante o enfrentamento às opressões incitadas pela sociedade majoritária, as mulheres dos quilombos do Litoral Sul da Paraíba buscam caminhos de afirmação e pertencimento nos territórios, principalmente, quando realizam ações de representação cultural, posto que, de acordo com Silva (2018), as comunidades de Gurugi e de Ipiranga desenvolvem e partilham conjuntamente de uma tradição popular comum, mais conhecida por Coco de Roda.

Nestas duas comunidades, as mulheres estão à frente da organização da expressão cultural, compreendendo-a como uma forma de fortalecimento identitário, uma vez que: “no processo de luta pela terra, o coco se apresentou como uma tática de comunicação de suma importância. A emergência do coco no Ipiranga contou com a ajuda de alguns mestres de coco do Gurugi” (SILVA, 2018, p. 64).

Corroborando com Silva (2018), as autoras Silva e Dowling (2010, p.7) também tiveram essa mesma percepção ao visitarem o território Ipiranga, onde: “o coco também tem assumido um papel de grupo mais organizado, perdendo um pouquinho da sua espontaneidade, e às vezes, ganhando outro caráter, com a presença de ensaios, e figurino estabelecido, além de realizando apresentações em outras comunidades e até na capital”.

Dessa forma, os movimentos culturais têm o objetivo de estabelecer laços de solidariedade nas comunidades, para que os participantes se sintam pertencentes, de modo a se identificarem com as expressões culturais, ampliando o grau de pertencimento e o de responsabilidade para manutenção de suas identidades étnicas.

Durante a prática da música e da dança, inerentes ao Coco de Roda, Silva e Dowling (2010) identificaram a importância da tradição, não apenas em momentos de festa, posto que as comunidades percebem a necessidade de ultrapassarem as fronteiras dos territórios e, por isso, estabelecem atividades continuadas, a exemplo dos ensaios, das produções de figurinos com a finalidade de se apresentarem anualmente para os diversos públicos fora dos territórios.

Na divisão ou distribuição das terras para as mulheres nos territórios remanescentes de quilombos do Litoral Sul da Paraíba, para Monteiro (2013), essa hierarquia de gênero é marcante, pois no quilombo Ipiranga, a posse de terra por mulheres se deu a partir de aquisição via herança de parentes, já em Mituaçu, verifica-se um baixo percentual de compra de terras por mulheres. Em Gurugi, por seu turno, coube a distribuição por parte do Estado, pois a comunidade anteriormente encontrava-se em área de assentamento, contudo os títulos, em sua maioria, foram passados em nome dos homens, salvo quando as mulheres eram viúvas ou solteiras.

O processo de desterritorialização e a conseqüente morosidade no reconhecimento dos territórios quilombolas locais trouxeram sérias dificuldades, justamente, porque muitas terras foram vendidas, sendo desenvolvida a prática das monoculturas de abacaxi e macaxeira dentro da comunidade ou em suas divisas. Segundo Monteiro (2013), para cada família quilombola apenas de 4 a 5 hectares é disponibilizado, por isso: “as famílias nas comunidades quilombolas

na Paraíba não sobrevivem somente do trabalho na agricultura, são diversas as estratégias acionadas que permitem às famílias continuarem e/ou preservarem um modo de vida característico, que está diretamente ligado ao território” (IBIDEM, 2013, p.136).

Ainda sobre o território,

Quando se destrói um território quilombola, por meio da expropriação, ou se força a desterritorialização desses povos, não se tira deles somente um pedaço de chão onde viviam. Remove-se também a relação com a terra, com as plantas, com as águas, com seus mortos enterrados no lugar, com sua ancestralidade e com um conhecimento que surge da e pela interação com o meio: seja floresta, rio, mar, mata ou o que está no campo do imaterial, do invisível, do encantamento e daquilo que a razão eurocentrada não abarca com seus métodos e formas de conhecer (SOARES, 2021, p. 528).

Dessa forma, as mulheres quilombolas buscam participar nas associações, seja enquanto lideranças ou de forma efetiva para fortalecimento das identidades, na busca da demarcação territorial por parte do Estado e melhores condições de vida, quanto à saúde, educação, moradia e renda. Para tal, participam de cursos como o de artesanato oferecidos pelas instituições, a exemplo, do SEBRAE, contudo precisam de assistência de inovação e créditos. Nas palavras de Silva (2018, p. 80): “O empoderamento se posiciona na democratização de poder, a ampliação de poder e gestão sobre problemáticas que marcam a vida”.

Ainda que as mulheres realizem atividades fora dos ambientes domiciliares, isso ainda parece não contribuir para a total “libertação do cárcere hierárquico”, pois nos quilombos do Litoral Sul da Paraíba ainda: “é evidente que as mulheres são responsáveis pelas tarefas consideradas eminentemente femininas e que existe uma subordinação e uma desigualdade na efetuação dessas tarefas” (MONTEIRO, 2013, p.137).

Aqui, as mulheres buscam constantemente ocupar espaços de poder diante da garantia de emancipação e independência financeira a partir da formação continuada no intuito de enfraquecer as desigualdades locais. Neste sentido: “o feminismo negro se mostra fundamental na luta em defesa dos direitos já conquistados e na busca por avanços efetivos com novas conquistas em todas as áreas” (CAVALCANTE; SOUSA; ANDRADE, 2021, p.7).

Portanto, o protagonismo feminino das mulheres quilombolas ancorado no movimento de mulheres negras para que não perca o sentido da luta, pois não temos como separar os aspectos da raça e de gênero, conforme orienta Gonzalez (2011, p.10), “nossos companheiros de movimentos reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tratam de excluir-nos dos espaços de decisão do movimento”.

Nos territórios quilombolas Gurugi, Ipiranga e Mituaçu, esse movimento das mulheres negras se materializa no cotidiano, quando as mulheres assumem a liderança das associações

comunitárias com a finalidade de gerenciar os territórios a partir da efetivação de políticas públicas, reverberando as memórias ancestrais, sobretudo, ao ter acesso à Universidade como caminho para diminuir as desigualdades raciais, sociais e de gênero.

## CONCLUSÕES

A partir da análise interpretativa dos textos, compreendemos que as mulheres quilombolas do Litoral Sul da Paraíba encontram-se em processo de luta e afirmação de suas culturas e identidades étnicas, ou seja, empoderam-se coletivamente, reconhecendo sua importância e valor diante do desenvolvimento dos territórios, assim como, desconstruindo as premissas opressoras incitadas pelo capitalismo e patriarcalismo e que não correspondem aos ideais de fortalecimento das comunidades étnicas, visto que, um território verdadeiramente fortalecido se apresenta quando todos encontram-se unidos sob o mesmo propósito, pois consideram a coletividade inspirada na solidariedade como caminho de união, sentido e pertencimento.

Por esse ângulo, as mulheres negras e quilombolas ainda têm muitas lutas a enfrentar, além do combate à desigualdade de gênero e de raça, contrapõem-se ao sistema capitalista neoliberal, que aposta no individualismo, na monocultura, na especulação imobiliária e no “necropoder” genocida e racista (MBEMBE, 2018). Antiética que difere contundentemente das compreensões de mundo nutridas pelas comunidades quilombolas, uma vez que acreditam na urgência de reparação histórica e econômica, por parte do Estado Nacional, diante da regulamentação fundiária dos territórios somada à efetivação das políticas públicas voltadas, precipuamente, para a educação, saúde e assistência social, pois tais comunidades historicamente se encontram em condições de vulnerabilidade social e subcidadania, justamente, devido à proposital e violenta ausência do Estado.

Sendo assim, faz-se necessário a união dos territórios quilombolas a favor da reivindicação de seus direitos, compreender que as associações são instrumentos de poder, pois a perspectiva é que as ações sejam coletivas para que as lutas ultrapassem as fronteiras e assim sejam visibilizadas pela sociedade majoritária e o Estado, conseqüentemente, esse legalize os territórios e dê acesso a melhores condições de vida.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Karla. Interseccionalidade: Feminismos Plurais Coordenação Djailma Ribeiro. Pólen, 2019. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade\\_%28Feminismos\\_Plurais%29\\_-\\_Carla\\_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_%28Feminismos_Plurais%29_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359) Acesso em: 20 abr. 2022.

CAVALCANTE, Luana Lira Cadete; SOUSA, Luciana Maria Lira Cadete; ANDRADE, Horasa Maria Lima da Silva. Essencialidade da Integração Feminismo e Educação Agroecológica. Cadernos de Agroecologia. v. 16 n. 1 (2021): Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia. 2021. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/issue/view/9> Acesso em: 06 abr. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. S.Paulo: Boitempo, 2016.

DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres Quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In: DEALDINA, Selma dos Santos. (org.). Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 25-44.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgmnC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: Caderno de formação política do Círculo Palmarino n.01 Batalha de Ideias. (2011). 2011. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod\\_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf) Acesso em: 24 abr. 2022.

JABLONSKI, Bernardo. A Divisão de Tarefas Domésticas entre Homens e Mulheres no Cotidiano do Casamento. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, 2010, 30 (2), 262-275. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/mJKLzrKLJCcMpnNHfr9PcGt/?lang=pt#> Acesso em: 06 abr. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 1ª ed. São Paulo: Edições, 2018.

MONTEIRO, Karoline dos Santos. **As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território**. Orientadora Maria Franco Garcia. 2013. 233f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5834/1/arquivototal.pdf> acesso em: 04 abr. 2022.

RATTS, Alecsandro (Alex) J. P. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. In: 27o encontro anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), 2003, Caxambu, MG. **Programa e Resumos do XXVII Encontro Anual da ANPOCS**, 2003. v. 1. p. 113-133.

SILVA, Divia Melo; DOWLING, Gabriela Buonfiglio. O UNIVERSO FEMININO RETRATADO NOS COCOS DE RODA, EM TRÊS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO



ESTADO DA PARAÍBA. Seminário Internacional Fazendo Gênero- Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Universidade Federal de Santa Catarina. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero- Diásporas, Diversidades, Deslocamentos.** Universidade Federal de Santa Catarina. 2010. p.1-11. Disponível em: [http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278262643\\_ARQUIVO\\_s.melo\\_g.dowling\\_fazendogerero.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278262643_ARQUIVO_s.melo_g.dowling_fazendogerero.pdf) Acesso em: 09 abri.2022.

SILVA, Jadiele Cristina Berto da. “**Quantas Anônimas Guerreiras Brasileiras**”!: a luta das mulheres negras nas comunidades quilombolas de Ipiranga e Gurugi- Paraíba. 2018. 112f. Trabalho de Conclusão de Curso (monografia). Curso de Bacharelado em Geografia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14047?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14047?locale=pt_BR) Acesso em: 08 abri. 2022.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. Rev. katálysis vol.24 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2021, p. 522-531. Disponível em: [https://old.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802021000300522&script=sci\\_arttext](https://old.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802021000300522&script=sci_arttext) Acesso em: 06 abr. 2022.

# CAPÍTULO 17

## O DESEMPENHO DE ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DA BAHIA NA REDAÇÃO DO ENEM: UMA ABORDAGEM DESCRITIVA A PARTIR DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO BAIANA DA EDUCAÇÃO

Ricardo Santos David

### RESUMO

Este trabalho apresenta dados de um estudo descritivo que compara o desempenho de estudantes da rede pública estadual, em um município da Bahia, na produção textual solicitada em uma avaliação externa baiana com o desempenho na redação do Enem. A pesquisa também descreve o desempenho de alunos da mesma rede de ensino, em edições diferentes do Enem, com o objetivo de verificar se houve avanços na escrita de textos dissertativo-argumentativos. A abordagem metodológica foi o estudo de caso (ANDRÉ, 1995), de natureza quantitativa, cuja análise descritiva foi produzida a partir de boletins de desempenho dos estudantes, dados da SEC/BA e do Inep/MEC. Os resultados apontam para uma classificação dos textos considerada intermediária, tanto na avaliação estadual quanto no Enem, bem como para a nivelção do desempenho dos estudantes baianos de 2013 a 2019. Por fim, estudiosos da área de texto (ANTUNES; MARCHUSCHI; KOCH; FIORIN& PLATÃO etc.) sinalizam que a dificuldade em produzir textos é, de modo geral, um problema do estudante brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Redação do Enem. Desempenho. Avaliação Externa. Rede pública.

### INTRODUÇÃO

A pesquisa a ser apresentada, surge em 2014 a partir da observação realizada como docente, na rede pública estadual da Bahia, referente aos resultados da avaliação externa que havia sido realizada, no ano anterior, pela Secretaria Estadual da Educação (SEC/BA). Tratava-se dos dados do Programa Avalie Ensino Médio, uma das modalidades de aferição da aprendizagem que compunha o Sistema de Avaliação Baiano da Educação (Sabe).

Segundo o Sabe/Avalie, de cinco níveis possíveis, toda rede pública estadual baiana tinha sido classificada no nível III. Esse nível enquadrava a pontuação dos estudantes na redação em um nível denominado *intermediário*, ou seja, que não puderam ser classificados como *adequados*.

De acordo com a SEC/BA, a proposta de produção textual solicitada no Avalie 2013 seguia “os parâmetros nacionais de avaliação de escrita, conjugados com as Diretrizes Estaduais de Língua Portuguesa, tendo como base a Matriz do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem” (SEC/BA, 2012, p. 13). Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo geral descrever o desempenho dos estudantes da rede pública estadual do município de Araci-BA, na redação do

Enem, nas edições 2016 e 2019, tendo como objetivo específico analisar se houve algum avanço no desempenho desses alunos na produção de texto dissertativo-argumentativo, em relação aos resultados de 2014.

O tema tratado é pertinente, uma vez que diz respeito a uma realidade presente em todo país, não sendo uma exclusividade dos estudantes do estado da Bahia. Dados das últimas edições do Enem revelam que a média em redação, em todo Brasil, não ultrapassa seiscentos pontos (Inep/MEC, 2020).

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi o estudo de caso (ANDRÉ, 1995), uma vez que as unidades escolares participantes são do mesmo município, da mesma rede de ensino e ambas obtiveram desempenhos semelhantes no que diz respeito à produção de texto dissertativo-argumentativo, na avaliação do Sabe (2013). Os instrumentos de pesquisa foram, basicamente, a coleta dos boletins de desempenho dos alunos em edições do Enem, seguido da confecção de quadros e gráficos analíticos com os dados levantados. A abordagem do trabalho é de natureza descritiva, pois busca especificar propriedades e características importantes dos sujeitos de pesquisa (SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2013).

Este trabalho está organizado da segunda forma: no primeiro capítulo são discorridos aspectos importantes sobre as avaliações externas e os sistemas de avaliação da educação básica, destacando-se o Enem e o Avalie Ensino Médio. Em seguida, é apresentada a Matriz de Referência utilizada na avaliação de textos desses exames. No terceiro e quarto capítulos, apresenta-se o desempenho dos estudantes no Avalie 2013 e Enem 2014. Em seguida, é descrita a metodologia de pesquisa, configuração dos dados obtidos nas edições do Enem 2016/2019 e, finalmente, a discussão dos resultados, com enfoque de alguns estudiosos da área.

## **OS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

As avaliações externas em larga escala vêm, ao longo das últimas décadas, se consolidando cada vez mais como uma política pública voltada para a aferição da qualidade da educação no Brasil. Segundo Melo (2013), além de “medir o desempenho para fins de avaliação de escolas e redes”, elas procuram “produzir informação para distribuição de benefícios aos recentes sistemas de responsabilização” e, finalmente, “utilizar procedimentos próprios da avaliação para incidir diretamente no processo de ensino” (MELO, 2013, p.36).

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), as avaliações externas buscam descrever o desempenho das escolas, cujos resultados “são uma medida de proficiência que possibilita aos gestores a implementação

de políticas públicas, e às unidades escolares um retrato de seu desempenho” (Inep/MEC, 2015). Essas avaliações colhem informações acerca dos resultados obtidos pelas escolas e pelas redes de ensino a partir do desempenho dos estudantes em testes ou provas padronizadas, verificando se o aprendizado em português e matemática desses alunos está em conformidade com o nível de ensino em que se encontram. Desta forma, para o Inep, as avaliações em larga escala:

Buscam assegurar a qualidade da Educação, fortalecendo o direito a uma educação de qualidade a todos os alunos. Os resultados dos testes aplicados apontam para a realidade de ensino, oferecendo um panorama do desempenho educacional (INEP, 2015).

Os dados fornecidos pelas avaliações em larga escala possibilitam aos governos tomarem decisões que visam à melhoria no sistema de ensino e nas escolas. Conforme o Inep, as informações obtidas permitem “acompanhar o desenvolvimento das redes e sistemas de ensino, ao longo das diferentes edições dos testes em larga escala, mediante a comparação dos resultados” (Inep/MEC, 2015). Dentre as ações concretas, planejadas e executadas a partir dos subsídios fornecidos com essas avaliações, é possível citar a criação dos Indicadores Nacionais para a Educação, a exemplo do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), bem como a distribuição do percentual de alunos em cada nível da escala de proficiência.

De acordo com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, esse tipo de avaliação “é um ponto de partida, de apoio, um elemento a mais para repensar e planejar a ação pedagógica e a gestão educacional” (CENPEC, 2013, p.12). Logo, essas ações são parte de estratégias governamentais que têm como objetivo garantir o direito de aprender de cada estudante brasileiro e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade da educação em todo país.

## **O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO**

Sem dúvidas, o mais conhecido, bem como o mais abrangente sistema de avaliação educacional do Brasil, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998 com o objetivo de avaliar as competências e habilidades adquiridas pelos estudantes ao término da educação básica acabou ganhando proporções inesperadas, no decorrer de pouco mais de duas décadas de sua aplicação.

Inicialmente, o Enem foi planejado buscando-se dados que viessem a contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio, no entanto, à medida que o exame foi sendo aplicado, a sua proposta inicial foi tomando outros rumos. A exemplo disso, em 2004, o Ministério da Educação “instituiu o Programa Universidade para Todos (ProUni) e vinculou a concessão de

bolsas parciais ou integrais, com base no desempenho do candidato no Enem”, (Inep/MEC, 2013, p.07).

A partir de 2009, como resposta ao aumento significativo de participantes e, de certa forma, confirmando sua natureza social, o Enem passou a ser utilizado como mecanismo de seleção para o acesso ao ensino superior nas principais Universidades Federais de todo país, através do Sistema de Seleção Unificado (Sisu), contribuindo, assim, para a democratização das oportunidades para todos os brasileiros. Diante desse fato, “o Inep viu-se na necessidade de não apenas se organizar para um crescente número de participantes, mas ampliar e tornar mais claros os objetos de conhecimentos avaliados” (Inep/MEC, 2013, p.07).

Além de questões interdisciplinares, a partir de 2009 o Enem passou a solicitar uma produção escrita do participante. Esse novo formato da avaliação relaciona-se com os componentes curriculares da Educação Básica, por área de conhecimento. De acordo com o Inep, esta reformulação do Enem “faz parte da reforma educacional brasileira iniciada em meados da década de 1990, que indicava a necessidade de um novo Ensino Médio para o Brasil” (Inep/MEC, 2013, p.11).

Paralelamente a estas mudanças no Enem, as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio também passaram por reformulações. O currículo, que antes era estruturado por conteúdos disciplinares, passou a ser organizado nas três áreas do conhecimento, a saber: área de Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação.

Atualmente, muitas universidades já adotam os resultados do Enem como processo único de seleção, enquanto outras o utilizam apenas como uma das fases de acesso, de forma combinada com o vestibular próprio de cada instituição. Nos últimos anos, além do crescente número de universidades brasileiras, está havendo uma abertura de algumas instituições de ensino superior no exterior que estão utilizando o Enem como processo seletivo de candidatos ingressantes.

Outro ponto importante, é que não se pode deixar de ressaltar aqui a natureza pedagógica do Enem. Além de avaliar as competências e habilidades desenvolvidas pelos estudantes brasileiros ao longo da educação básica, o exame revela ainda aspectos socioeconômicos dos participantes e fornece informações sobre a realidade das salas de aulas e das escolas brasileiras. Esses dados contribuem para a formulação dos indicadores da qualidade da educação em todo país, uma vez que, para o Inep:

Os resultados do Exame auxiliam estudantes, pais, professores e dirigentes das instituições escolares nas reflexões sobre suas práticas e no estabelecimento de estratégias em favor da melhoria da qualidade de ensino, ou seja, juntamente com outros dados, seus resultados podem contribuir para processos de reflexão pedagógica, aprimoramento do ensino, orientação curricular, planejamento da vida escolar e formulação de políticas educacionais (INEP, 2013, p.107-108).

Assim, a partir dos resultados do desempenho dos seus alunos em avaliações externas, como o Enem, as unidades escolares podem refletir sobre suas práticas educativas e traçar metas pedagógicas a serem alcançadas pela comunidade escolar. Isso pode contribuir diretamente para a melhoria na qualidade do ensino ofertado e, conseqüentemente, alcançar melhores resultados no processo de aprendizagem dos estudantes, por meio da consolidação de políticas educacionais.

Finalmente, esta cultura avaliativa na educação brasileira, consolidada em todo país, tem se expandido, ocupando espaços cada vez mais significativos nos sistemas de ensino, ultrapassando a esfera nacional e regional. Concebido como um instrumento importante para a busca da qualidade da Educação, alguns Estados brasileiros têm criado seu próprio sistema de avaliação em larga escala, a exemplo do Estado da Bahia.

## **O SISTEMA DE AVALIAÇÃO BAIANA DA EDUCAÇÃO**

A Bahia, seguindo a tendência nacional das avaliações externas em larga escala no campo educacional criou, em 2008, o Sistema de Avaliação Baiano da Educação (Sabe), em parceria com Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Em todo território nacional a maioria dos estados criou “os seus sistemas próprios de avaliação educacional, numa expansão muito significativa da atividade de avaliação em todo o território nacional” (MELO, 2013, p.35).

De acordo com a SEC/BA, o Programa foi criado com o objetivo de realizar diagnósticos do desempenho dos estudantes da rede pública estadual, por área de conhecimento, e tem “o propósito de criar um sistema de ensino mais justo e inclusivo, com chances de aprendizado iguais para todos os estudantes” (SEC/BA, 2011, p.12). Assim, o Sabe passou a se configurar como uma importante política pública de avaliação da educação no Estado da Bahia, produzindo informações significativas, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem dos estudantes baianos.

Ao realizar um diagnóstico mais detalhado do desempenho dos estudantes, o Programa fornece subsídios que contribuem diretamente para o acompanhamento de políticas educacionais e para a implementação de ações no contexto escolar. Segundo a SEC/BA,

Com os dados gerados pelas avaliações, é possível proporcionar um diagnóstico mais preciso e rico da educação ofertada nas escolas do Estado. Assim, subsidia a implementação, a (re) formulação e o monitoramento de políticas educacionais, contribuindo efetivamente para a melhoria da qualidade da educação no estado (SEC/BA, 2011, p.12).

Assim, os resultados das avaliações são utilizados não apenas com finalidade de ordem política, mas, principalmente, com o intuito de se fazer intervenções pedagógicas, que venham a gerar impactos positivos diretamente nas unidades escolares, em toda rede pública no Estado da Bahia. É com esse objetivo que o Sabe abrange tanto os alunos em processo de alfabetização (Avalie Alfa) quanto os que já se encontram no ensino médio (Avalie Ensino Médio).

O Avalie Ensino Médio é a modalidade de avaliação do Sistema de Avaliação Baiano da Educação que é aplicada a alunos da última etapa da educação básica. Na rede pública estadual da Bahia, além do ensino médio regular, com três anos de duração, é ofertado o ensino médio integrado à educação profissional, com quatro anos, cujos estudantes participam também das avaliações aplicadas pelo Avalie.

Trata-se, portanto, de uma avaliação externa, de natureza censitária, com o objetivo de avaliar os estudantes do ensino médio, da rede pública estadual da Bahia, monitorando a evolução do rendimento desses alunos, através da aplicação de testes que verificam o nível de aprendizagem em todas as áreas do conhecimento. Segundo a SEC, esta modalidade de avaliação produz “informações sobre os processos de ensino e aprendizagem da rede pública, ao tempo em que contribui para a (re) formulação de políticas voltadas para a melhoria do ensino médio” (SEC/BA, 2011 p.07).

Dessa forma, a avaliação consiste na aplicação de provas com questões objetivas, de múltipla escolha, de cada área do conhecimento, realizadas em todas as unidades escolares da rede pública estadual. Além das questões objetivas, na área de Linguagens e Códigos é solicitada uma produção textual, em prosa, na tipologia dissertativo-argumentativa, tendo sua própria Matriz de Produção de Texto.

## **A MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA A AVALIAÇÃO DE TEXTO**

Nos sistemas de avaliação em larga escala, para cada área do conhecimento é elaborada uma Matriz de Referência, que tem o objetivo de avaliar as competências e habilidades dos estudantes. Na área de Linguagem, Código e suas Tecnologias esse documento aponta os descritores como os instrumentos que são utilizados para indicar as competências e habilidades em leitura e interpretação, por exemplo, sendo fundamental também a implementação de uma Matriz de Referência que fosse utilizada para avaliar a competência escritora dos alunos.

Assim, para a avaliação da produção textual dos participantes do Enem foi elaborada a Matriz de Correção da redação, composta por cinco Competências:

- 1.registro;
2. tema/tipologia;
- 3.coerência;
- 4.coesão;
- 5.proposta de intervenção.

Cada competência, por sua vez, abarca as seguintes habilidades:

**Gráfico 1:** Matriz de Referência para a Redação.

**Competência 1:** Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.

**Competência 2:** Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.

**Competência 3:** Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

**Competência 4:** Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

**Competência 5:** Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Ativar o Windows

**Fonte:** Cartilha do Participante Enem, 2013.

Conforme afirma o Inep/MEC, esses documentos “asseguram maior transparência ao processo de avaliação”, pelo fato de se constituírem como os “elementos norteadores do Exame, para orientação dos participantes e das redes de ensino” (Inep/MEC, 2013, p.19). Dessa forma, essas matrizes “têm por referência os Parâmetros Curriculares Nacionais” (Inep/MEC, 2008, p.17) e cada sistema de avaliação constrói sua Matriz consultando os currículos propostos por cada Secretaria Estadual de Educação e, em alguns casos, pelas redes municipais.

No que diz respeito ao Avalie Ensino Médio, de acordo com a SEC/BA (2012), a Matriz de Correção de Texto do Programa “segue os parâmetros nacionais de avaliação de escrita, conjugados com as Diretrizes Estaduais de Língua Portuguesa, tendo como base a Matriz do Enem-Exame Nacional do Ensino Médio” (SEC/BA, 2012, p. 13). Partindo dessa perspectiva,



as propostas de produção textual do Avalie Ensino Médio tomam como base textos motivadores, solicitando do estudante “a produção de um texto em prosa, do tipo expositivo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política” (SEC/BA, 2012, p.16).

### O DESEMPENHO DOS ALUNOS NA REDAÇÃO DO AVALIE 2013

Na avaliação do texto do aluno no Avalie Ensino Médio, o desempenho de cada discente é classificado dentro de um nível que vai de zero a cinco, sendo eles: *inadequado*, *crítico*, *básico*, *intermediário*, *adequado* e *avançado*. Na última avaliação aplicada, no ano de 2013, de acordo com os dados apresentados pela Secretaria Estadual da Educação da Bahia (SEC/BA, 2014), a produção textual dos estudantes baianos foi classificada, de modo geral, como *intermediária*.

Considerando-se a Matriz de Correção por Competência, do programa Avalie Ensino Médio, além do nível 0 (nível inadequado) que é a classificação dada para os textos que não atenderam aos requisitos mínimos para serem corrigidos, os demais textos são alocados pelo programa em cinco níveis, a partir da pontuação obtida, conforme tabela abaixo (SEC/BA, 2013, p.34):

**Quadro 01:** Pontuação por nível de escrita no Avalie Ensino Médio.

Crítico	Básico	Intermediário	Adequado	Avançado
0,1 a 2,0 pontos	2,1 a 4,0 pontos	<b>4,1 a 6,0 pontos</b>	6,1 a 8,0 pontos	8,1 a 10 pontos
Nível I	Nível II	<b>Nível III</b>	Nível IV	Nível V

**Fonte:** Secretaria da Educação / Bahia, 2013.

De acordo com a SEC/BA, o *nível intermediário* é aquele em que o aluno-escritor demonstra certo domínio dos fatores de textualidade, porém, ainda não os utiliza de forma adequada. Assim, nesse nível, o estudante escreve de forma regular, não conseguindo produzir um texto bem estruturado linguisticamente, apresentando dificuldade em utilizar argumentos de forma coerente e coesa, não sendo capaz ainda de defender seu ponto de vista com clareza (OLIVEIRA, 2016).

Comparando-se a classificação dos textos do Avalie Ensino Médio com a das produções da redação do ENEM, o nível *intermediário* corresponde aos textos com pontuação entre 400 e 600 pontos. Dessa forma, fez-se necessário verificar o desempenho desses alunos que participaram do Avalie e também no Enem, para que fosse possível analisar até que ponto o

Sabe pode ser considerado um sistema de avaliação externa consolidado.

## **O DESEMPENHO DOS ALUNOS NA REDAÇÃO DO ENEM 2014**

Diferentemente do Avalie, a participação no Enem é voluntária, devido à sua relevância e abrangência no cenário nacional e até internacional, onde o nível de motivação para os candidatos escreverem uma redação é bem maior do que foi no contexto do Avalie. Assim, foi necessário fazer um quadro comparativo entre o desempenho dos estudantes do Censg na redação do Avalie 2013 com a que foi produzida por eles no Enem, edição 2014.

Assim, foi feita a coleta de dados para verificar o desempenho dos alunos dessa unidade escolar na redação do Enem. Após explicitar o objetivo da pesquisa aos estudantes e deixar claro que os nomes deles não seriam revelados, mas apenas a pontuação obtida na redação, conseguiu-se um número suficiente para calcular a média aritmética na produção textual deles no Enem 2014.

Foram obtidos vinte boletins de desempenho de estudantes do Censg, da 3ª série do ensino médio regular e da 4ª série do ensino médio integrado à educação profissional. A média atingida pela escola foi de 540 pontos, sendo que o maior índice dos candidatos do Enem 2014 ficou entre 501 e 600 pontos (Inep/MEC, 2015). Fazendo um comparativo com os números do Avalie, considerou-se esse desempenho dos alunos do Censg, no Enem, como em um nível intermediário também (OLIVEIRA, 2016, p.166).

Essa situação, enfim, apontou que o desempenho dos alunos do Censg, em redação, tanto no Avalie quanto no Enem, foi semelhante, revelando que os dados do Sabe, em produção de textos dissertativo-argumentativos eram consistentes. Logo, o Sabe, de caráter estadual, tivera seus números confirmados por um dos exames mais consolidados do país, que é o Enem.

Embora os dados de desempenho dos alunos do Colégio Estadual Nossa Senhora das Graças na redação do Enem 2014 tenha se configurado entre a média nacional, a princípio, não há motivos para contentamentos. Se for considerado o fato de que o total de pontuação a ser atingida na redação do Enem é de mil pontos, considera-se que ainda há necessidade de se avançar no quesito produção de texto dissertativo-argumentativo por nossos estudantes, seja em nível local quanto estadual e, inclusive, em nível nacional.

Passados alguns anos após a apresentação dos resultados, fez-se necessária uma nova verificação dos desempenhos dos estudantes da mesma escola pesquisada em 2013. Foram incluídas mais duas unidades escolares, com o objetivo de analisar se houve melhoria no desempenho dos estudantes do ensino médio na redação do Enem, nas escolas rede pública

estadual no município de Araci, em edições posteriores à de 2014.

## **METODOLOGIA**

Quanto ao objetivo, a presente pesquisa é classificada como descritiva. A pesquisa descritiva, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 102), “busca especificar propriedades e características importantes de qualquer fenômeno que se analise” No que tange aos procedimentos, é bibliográfica, utilizando referências de estudiosos para discussão a partir dos dados apresentados, bem como dados do Inep/MEC para fundamentar o desempenho dos sujeitos da pesquisa na redação do Enem.

A metodologia utilizada enquadra este trabalho em um estudo de caso. Este, por sua vez, pode ser aplicado na área educacional, de forma mais estrita, isto é, apenas como um “estudo descritivo de uma unidade, seja uma escola, um professor, um aluno uma sala de aula” (ANDRÉ, 1995, p.30). Assim, as unidades escolares de ensino médio do município de Araci se configuram como um caso que é representativo de todas as escolas dessa modalidade, na rede estadual, uma vez que, conforme já visto, o desempenho não satisfatório na redação foi geral, em todo Estado da Bahia (AVALIE, 2013), bem como no país (Inep/MEC, 2014).

Sendo assim, os primeiros passos metodológicos dessa pesquisa voltaram-se para a coleta de boletins de alunos que produziram a redação nas edições do Enem 2016, nas três escolas estaduais do município de Araci, a saber: Colégio Estadual Nossa Senhora das Graças (Censg) e Colégio Estadual Imaculada Conceição (Ceic), na zona urbana, e o Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (Emitec), na zona rural. Os dois primeiros colégios ofertam o ensino médio presencial, sendo que o Censg trabalha com o ensino médio integrado à educação profissional e o Ceic com o ensino médio regular. Por sua vez, o Emitec corresponde ao Ensino Médio com Intermediação Tecnológica.

No Emitec, as aulas são produzidas em estúdio, transmitidas via satélite, em tempo real para as salas de aula, localizadas nas comunidades rurais de vários municípios, em todo Estado da Bahia. Não há professores nas salas de aulas, apenas servidores de nível médio, contratados para fazerem a intermediação entre os alunos e a equipe de professores. Para a pesquisa de 2016, foram coletados dados dos alunos do Emitec de três comunidades diferentes (Pedra Alta, Barreira e Tapuio), no município de Araci.

No primeiro momento, foram coletados 30 boletins de alunos de cada unidade escolar pesquisada, sendo, porém, da terceira série do ensino médio regular, no Ceic e Emitec, e de estudantes da quarta série do ensino médio integrado à educação profissional, no Censg. A

partir da nota atribuída à redação de cada candidato foi calculada a média aritmética de cada escola no Enem 2016.

Posteriormente, o mesmo procedimento metodológico foi realizado, sendo desta vez envolvendo apenas o Colégio Estadual Imaculada Conceição, de oferta presencial, e alunos do Emitec. Tanto no Ceic quanto no Emitec a modalidade ofertada é o ensino médio regular, embora essa última na modalidade com intermediação tecnológica. Foram obtidos o quantitativo de 20 boletins do Enem 2019, sendo 10 do Ceic e 10 de estudantes do Emitec, das mesmas comunidades que participaram em 2016 (pag.14)

Por último, foi feito um levantamento da média nacional da redação do Enem nas edições de 2016 e 2019, a partir do espelho divulgado pelo Inep/MEC. Esse órgão disponibiliza o desempenho dos estudantes brasileiros em cada edição do referido Exame, logo, é importante que se tenha esses dados oficiais para que se faça um comparativo entre o desempenho dos alunos do município de Araci com os demais estudantes do Brasil.

## RESULTADOS

### Desempenho dos estudantes na redação do enem 2016

Abaixo, apresentamos quadros, por unidade escolar, com a pontuação de cada estudante na Redação do Enem 2016, sendo 30 boletins em cada uma delas:

**Quadro 2:** Notas da redação dos alunos do Colégio Estadual Nossa Senhora das Graças.

320	580	600	540	500	540	560	520	440	640
360	560	460	440	440	540	480	760	480	640
480	600	560	400	440	560	520	000	720	740
<b>TOTAL DE PONTOS:</b>									15.420
<b>MÉDIA:</b>									<b>514</b>

**Fonte:** autoria própria, 2016.

**Quadro 3:** Notas da redação dos alunos do Colégio Estadual Imaculada Conceição.

400	400	440	640	560	520	800	380	460	500
520	500	540	760	440	440	800	720	600	400
440	540	540	440	480	420	520	420	520	500
<b>TOTAL DE PONTOS:</b>									15640
<b>MÉDIA:</b>									<b>521</b>

**Fonte:** autoria própria, 2016.

**Quadro 4:** Notas da redação dos alunos do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica.

620	400	380	280	400	440	540	600	380	480
400	440	480	460	400	600	540	600	540	520
520	580	500	680	520	560	520	320	560	540
<b>TOTAL DE PONTOS:</b>									14.800
<b>MÉDIA:</b>									493

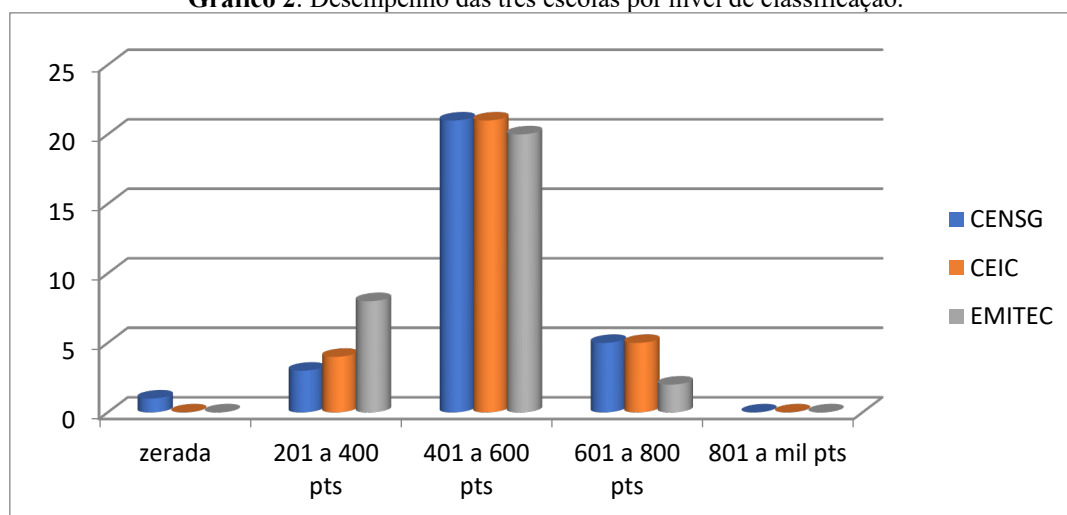
**Fonte:** autoria própria, 2016.

De acordo com os dados acima, percebe-se que nenhuma das escolas ultrapassou a média dos 600 pontos. Embora tenha havido pontuações individuais acima desse total, em cada uma delas, porém, no conjunto, a média aritmética entre as três escolas é de 510 pontos, somando-se, portanto, a pontuação de ambas.

Nota-se também que das três escolas, as duas da zona urbana tiveram melhor pontuação, com uma diferença de apenas sete pontos entre elas. Já os estudantes da zona rural ficaram um pouco abaixo em relação às da sede da cidade, ultrapassando a casa dos vinte pontos a menos.

Distribuindo-se a pontuação obtida por níveis de classificação, temos o seguinte resultado:

**Gráfico 2:** Desempenho das três escolas por nível de classificação.



**Fonte:** autoria própria, 2016.

Considerando que o primeiro nível seja relativo aos textos zerados, o gráfico acima nos mostra que dentre os noventa estudantes participantes apenas um deles zerou sua redação. As três unidades escolares ficaram empatadas no nível três (de 401 a 600 pontos), com praticamente o mesmo número de pontuação. O número de redação no nível quatro (de 601 a

800 pontos) foi pequeno, tendo havido a mesma quantidade de redações nesse bloco entre o Censg e o Ceic, sendo apenas duas delas no Emitec. Por último, vemos que nenhuma das escolas teve textos no quinto nível (de 801 a mil pontos).

### Desempenho dos estudantes na redação do ENEM 2019

**Quadro 5:** Notas da redação dos alunos do CEIC no Enem 2019.

<b>PARTICIPANTE</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>PARTICIPANTE</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
Aluno1	620	Aluno6	560
Aluno2	660	Aluno7	660
Aluno2	740	Aluno8	620
Aluno2	920	Aluno9	500
Aluno5	560	Aluno10	780
		Total de Pontos	6.620
		<b>MÉDIA</b>	<b>662,0</b>

**Fonte:** autoria própria, 2019.

A partir dos números do Quadro 5, vemos que o Colégio Estadual Imaculada Conceição alcançou média superior à própria média no Enem 2016, que fora 521 (pag.15). O resultado aponta que houve um avanço nessa unidade escolar, obtendo, assim, um total de mais de 100 pontos a mais em relação à pontuação de 2016.

**Quadro 6:** Notas da redação dos alunos do Emitec no Enem 2019.

<b>PARTICIPANTE</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>PARTICIPANTE</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
Aluno1	540	Aluno6	680
Aluno2	500	Aluno7	380
Aluno2	400	Aluno8	540
Aluno2	430	Aluno9	520
Aluno5	520	Aluno10	660
		Total de Pontos	5170
		<b>MÉDIA</b>	<b>517</b>

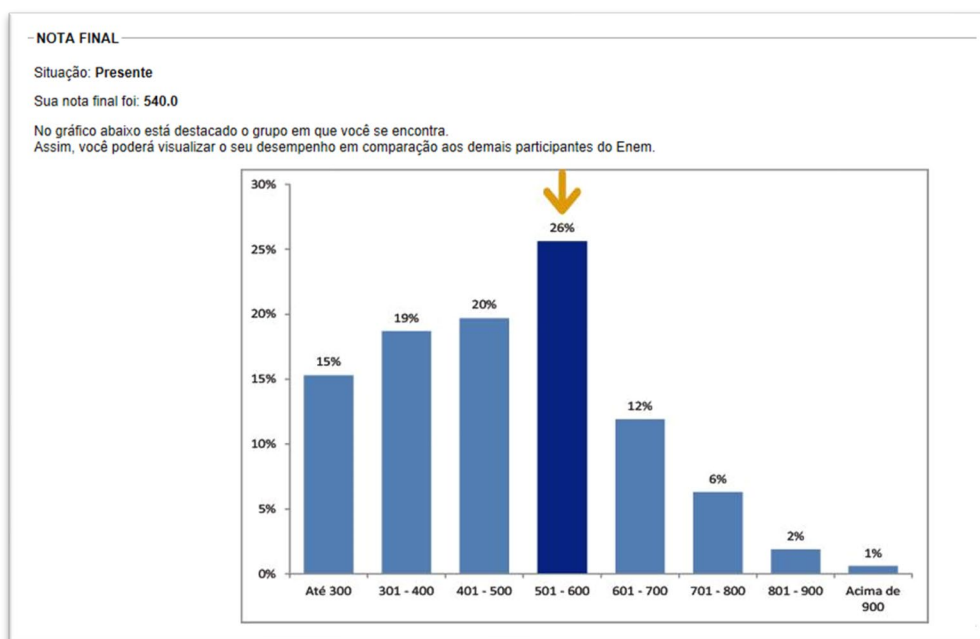
**Fonte:** autoria própria, 2019.

Já entre os estudantes do Emitec, no Qaudro 6, apesar de ter havido uma pequena melhoria na média da redação em relação ao resultado de 2016, que foi de 593 pontos (pag15.), por outro lado, o desempenho de 2019 está bem abaixo da média do Ceic, nesse mesmo ano.

## Média nacional da redação do ENEM

No espelho de redação do aluno, o Inep/MEC apresenta um gráfico comparativo entre a nota de cada candidato com a classificação dos demais, em todo país, revelando em qual nível a pontuação desse candidato foi classificada, conforme imagem abaixo:

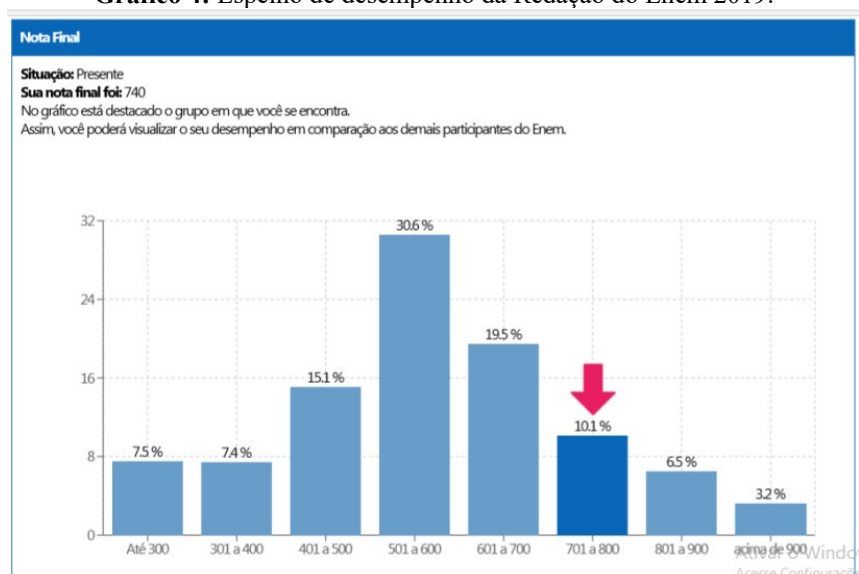
**Gráfico 3:** Espelho de Desempenho na Redação do Enem 2016.



**Fonte:** autoria própria, 2016.

O gráfico 3 mostra que a maioria dos estudantes produziu textos que oscilaram entre 501 a 600 pontos, o que se repetiu na edição 2019, conforme nos mostra o gráfico abaixo:

**Gráfico 4:** Espelho de desempenho da Redação do Enem 2019.

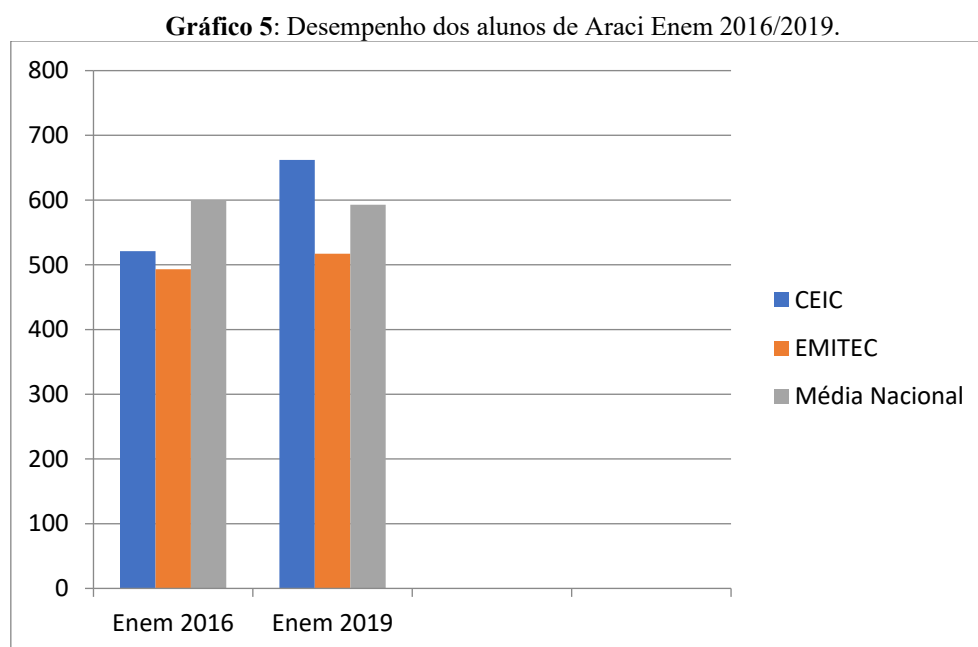


**Fonte:** Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, MEC, 2019.

Considerando o percentual de redações classificadas entre 501 a 600 pontos, vemos nos gráficos 3 e 4 que houve um aumento de textos cuja pontuação se configura nesse nível, de 2016 para 2019 (de 26 para 30.6%).

### Quadro comparativo ENEM 2016/ENEM 2019

Conforme visto nos gráficos 3 e 4, a média nacional na redação do Enem tanto em 2016 quanto em 2019 não ultrapassou os seiscentos pontos. Dessa forma, é importante traçarmos um comparativo do resultado dos estudantes do município de Araci, nessas duas edições do Enem, para que seja possível perceber se houve algum avanço no que diz respeito à pontuação obtida pelas duas escolas, lócus da presente pesquisa, individualmente, bem como em relação à média nacional:



Fonte: autoria própria, 2016, 2019.

Conforme dados do gráfico 5, nota-se que houve uma considerável ascensão do desempenho do Ceic, da edição 2016 para a de 2019, principalmente em relação ao Emitec. Quanto ao Emitec, por outro lado, mesmo que tenha ficado bem abaixo da pontuação do Ceic, ainda assim, houve um pequeno avanço em seus resultados.

Por fim, comparando-se o desempenho dos estudantes de Araci com os demais, em todo país, vemos que ambas as escolas ficaram abaixo, no Enem 2016. Na edição 2019, por sua vez, o Ceic superou a casa dos seiscentos pontos, ultrapassando, mais uma vez o Emitec e ficando acima da média nacional. Quanto ao Emitec, vemos que praticamente se configura um mesmo desempenho, tanto em relação a ele próprio quanto comparando-se à média nacional.



## DISCUSSÃO

Conforme apresentado nesse trabalho, os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio de 2014 confirmaram os dados do Sistema de Avaliação Baiano da Educação (Sabe), quando classificou, em 2013, o desempenho dos estudantes baianos em um nível *intermediário*, em todo Estado.

Assim, retomando a questão principal dessa pesquisa, que buscou responder se “os dados do Avalie Ensino Médio refletem a realidade dos alunos baianos em produção de textos dissertativo-argumentativos” e teve o objetivo de verificar se houve melhoria no desempenho dos estudantes da rede pública estadual da Bahia na redação do Enem, no município de Araci, os números levantados nesse trabalho, a partir dos dados da edição 2016, confirmam a situação apresentada anteriormente.

Conforme exposto, a pontuação dos alunos das três escolas estaduais de Araci, na redação do Enem, edição 2016, se configurou entre os 400 a 600 pontos, oscilando entre 493 a 521 pontos a média entre as três escolas. Esse resultado ratifica, por um lado, o desempenho do Colégio Estadual Nossa Senhora das Graças (Censg), lócus da pesquisa de mestrado, quando apresentou média de 540 pontos no Enem 2014, classificando a escola, mais uma vez, no nível *intermediário*.

Os dados das outras duas escolas (Ceic e Emitec), em 2016, por sua vez, confirmam a classificação obtida pelo Censg. Ambas escolas também apresentaram pontuação semelhante, ou seja, não ultrapassaram os 600 pontos, se enquadrando no nível *intermediário*, da mesma forma. Isso significa, portanto, a consolidação dos dados, tanto do Sabe, em 2013, quanto do Enem, edição 2014, no que diz respeito à produção de texto dissertativo-argumentativo em larga escala, no município de Araci-BA.

Posteriormente, com o intuito de confrontar os dados do Enem 2016, o desempenho dos alunos dos colégios Ceic e Emitec na redação do Enem 2019, apontou que houve uma melhora na produção textual, nas duas escolas, principalmente, no Ceic. Essa unidade escolar, que na edição de 2016 ficou na casa ds seiscentos pontos, dessa vez, teve um salto para quase setecentos pontos, em sua média.

No resultado do Emitec, por outro lado, houve pouca variação, uma vez que em 2016 não ultrapassou os quinhentos pontos, mas em 2019, enfim, obteve pouco mais de vinte pontos a mais. Essa situação, portanto, aponta para uma melhora no desempenho individual de cada escola, entretanto, tendo sido o resultado do Emitec bem inferior em relação ao do Ceic.

Ainda que as médias das duas escolas (Ceic e Emitec) de 2019 tenham subido em relação ao Enem 2016, quando juntamos os resultados das duas escolas como um desempenho único, no município de Araci, ou seja, como uma média geral, ela se configura com um total de 589,5 pontos. Isso significa que o resultado ainda ficou abaixo da média nacional, em 2019, ratificando, portanto, os desempenhos anteriores (2014/2016), quando a média das escolas de Araci também não ultrapassou os seiscentos pontos.

Salientando que, nessa última edição, os dados do Colégio Estadual Nossa Senhora das Graças não foram computados, pelo fato de ter sido dada prioridade aos dois colégios que ofertam apenas a modalidade ensino médio regular, em detrimento ao Censg, que trabalha com a modalidade ensino médio integrado à educação profissional, onde se dá mais ênfase, portanto, ao ensino técnico e profissionalizante.

Ao contrário das escolas regulares, na matriz da educação profissional não há o componente Redação na grade curricular, mas essa disciplina é ofertada concomitante às aulas de Língua Portuguesa (LP), o que, segundo Oliveira (2016, p.154) “nessas aulas são priorizados os conteúdos gramaticais, ao invés da leitura e da produção textual”. Do mesmo modo, Rojo & Cordeiro (2004, p.08), ratificam essa prática ao afirmarem que o que há nas aulas de LP, de modo geral, é um “ensino normativo, que prioriza a análise da língua e da gramática” em detrimento à valorização do “ensino procedimental, em que os usos da língua escrita, em leitura e redação” sejam valorizados.

Uma possível ascensão na pontuação do texto dos alunos perpassa por uma mudança de paradigma no processo de ensino e aprendizagem de textos dissertativo-argumentativos, no ensino médio. Segundo Antunes (2005, p.23), “não causa nenhuma surpresa ouvir falar das imensas dificuldades dos alunos para escreverem, mesmo no final do ensino médio, textos relevantes, adequados e, conseqüentemente, coerentes.” E isto, pode ser consequência da falta de preparação por parte da escola, quando não cumpre os objetivos propostos nem segue as orientações oficiais quanto ao trabalho com produção de texto. Para a autora,

Todos nós conhecemos também as condições gerais em que esse estudo acontece: sem muito estímulo à leitura e sem tempo para um persistente exercício de se escrever textos que sejam, de fato, representativos da atividade que as pessoas desenvolvem na comunicação no dia-a-dia. (ANTUNES, 2005, p.23)

Na escola, a produção de texto não é vista como uma atividade sociointerativa, mas unilateral. O professor é quem cria as situações de produção e, principalmente, se torna o único interlocutor para quem os textos dos alunos são direcionados. Isto torna a escrita de texto uma atividade artificial e solitária, onde o escritor (o aluno) não tem uma definição clara a respeito

dos objetivos de sua produção. É por isso que Marchushi (2008) vem dizer que este é um dos problemas principais nas redações escolares, pois

Não se define com precisão a quem o aluno se dirige. A cena textual não fica clara. Ele não tem o outro (o auditório) bem determinado e assim tem dificuldade de operar com a linguagem e escreve tudo para o mesmo interlocutor que é o professor (MARCUSCHI, 2008, p. 78).

Diante de todos os aspectos acima mencionados, pode-se perceber que a escola pode contribuir diretamente para o desempenho dos alunos na produção de textos. De certa forma, é possível justificar a classificação apresentada nas avaliações externas, como no Avalie Ensino Médio e, principalmente, no Enem, uma vez que, para Koch (2007, p. 97), “a linguagem da escola tem se distanciado cada vez mais daquela utilizada pelos alunos, o que torna possível afirmar que muitos desses saem da escola sem saber ‘ler e escrever’.”

Conforme apresentado, muitos fatores contribuem para o mau desempenho dos estudantes na produção textual, mas é possível afirmar que a escola pública brasileira, há muito tempo, não tem cumprido com o papel de formar bons produtores de texto. Grande parcela dos estudantes está concluindo a educação básica sem as habilidades necessárias para produzir textos com qualidade. Os dados acima são confirmados ao reconhecerem que

É consensual o reconhecimento de que a escola brasileira não tem cumprido satisfatoriamente o compromisso de ensinar o aluno a compreender e produzir textos com proficiência. Ao final do ensino fundamental e do ensino médio, o estudante não tem se mostrado capaz de extrair do texto os sentidos que ele transporta nem redigir textos que produzam o resultado planejado. (FIORIN e PLATÃO, 2011, p. 05)

Portanto, o trabalho de produção textual na escola é mais suscetível ao sucesso quando esta atividade envolve situações em que os próprios alunos-escritores sentem-se motivados para escrever. Quando suas produções são contextualizadas, elas passam a ter significados para os estudantes. É por isso que Ilari (1997) afirma que para que a prática de redação na escola tenha eficiência, são necessários três aspectos pedagógicos, a saber: “a importância da leitura dos bons autores; observação prévia, pelo aluno, dos fatos que serão assunto da redação; a certeza de que o aluno esteja efetivamente motivado para redigir” (ILARI, 1997, p. 70). Para o autor, estes aspectos devem ser bem evidentes para qualquer profissional que trabalhe com problemas relacionados à redação.

Enfim, outros estudiosos afirmam que, dentre os principais entraves que impedem o avanço educacional do país, um fator, contudo, se destaca: o baixo nível das habilidades de leitura e de expressão dos estudantes brasileiros. Segundo Azeredo (2007), esse fato vem se tornando consenso entre os estudiosos, uma vez que as habilidades de leitura e expressão “são requisitos essenciais ao êxito escolar dos alunos, pois elas alicerçam e alimentam

continuamente o crescimento educacional e cultural das sociedades” (AZEREDO, 2007, p.31)

Finalmente, para que se tenha evidências dos prováveis motivos que contribuem para o desempenho insuficiente em redação, por parte dos alunos da rede pública estadual, no município de Araci, quiçá em toda Bahia, são necessárias pesquisas mais aprofundadas, com o intuito de se fazer um levantamento do contexto didático-pedagógico no processo de ensino e aprendizagem da escrita, no ambiente escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, foi possível consolidar a importância das avaliações externas no contexto escolar brasileiro. Os dados coletados ratificam a relevância e confiabilidade nos indicadores de desempenho apresentados a respeito da produção de texto dissertativo-argumentativo, no ensino médio. Primeiramente, a partir do Sistema de Avaliação Baiano da Educação, que teve a classificação dos textos dos alunos de toda rede pública estadual da Bahia, realizada em 2013, confirmada pelo Exame Nacional do Ensino Médio, na edição de 2014. Posteriormente, quando os dados do próprio Enem, edição 2016, ratificaram os resultados da redação dos estudantes, levantados pelo próprio Exame de 2014.

Quanto à edição do Enem 2019, os dados apresentados, embora apontem para uma melhoria no desempenho individual das duas escolas pesquisadas, a nível municipal, apenas consolidam um resultado que vem sendo obtido nas últimas edições, quando a média da redação dos estudantes brasileiros não ultrapassa 600 pontos. A média nacional dessa última edição, por exemplo, confirma este quadro, o que, por sua vez, revela o que muitos estudiosos sustentam e registram a respeito da dificuldade que o aluno brasileiro tem em produzir textos, principalmente, de natureza dissertativo-argumentativa.

Dessa forma, o desempenho insuficiente em redação, nos moldes do Enem, por sua vez, não é uma situação exclusivamente local, nem estadual. Essa realidade que nos é apresentada através dos dados coletados, cuja proposta de produção textual do Enem é única, para todos os estudantes do Brasil, abrange todo cenário educacional brasileiro. De acordo com dados do Inep/MEC, em 2019, quase quatro milhões de candidatos fizeram o Enem. Desse total, apenas 53 redações alcançaram a nota máxima e, além disso, a maioria dos textos foi classificada entre 501 e 600 pontos, conforme espelho da redação do Enem 2019. Do total de redações, apenas 10% delas tiveram notas acima dos setecentos pontos.

Finalmente, destacamos a consolidação do Sistema de Avaliação Baiano da Educação como um instrumento de avaliação educacional de qualidade, bem como sua confiabilidade no

levantamento, produção e divulgação de índices educacionais, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade da educação pública baiana. Por sua vez, ressaltamos também a importância do Enem enquanto política pública já consolidada há mais de duas décadas, sendo um dos maiores instrumentos de promoção e acesso ao ensino superior no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas-SP: Papirus, 1995.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

AZEREDO, Jorge. **Ensino de português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BAHIA, Secretaria da Educação. **Avalie Ensino Médio: Revista da Gestão Escolar**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 02, jan; dez; 2013. Juiz de Fora, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação**. SAEB: Ensino Médio: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB, Inep, 2008.

CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. **Avaliações externas - perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino** [on-line]. São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social, 2013. Disponível em: <[http://https://fundacao-itaú-social-producao.s3.amazonaws.com/files/s3fs-public/biblioteca/documentos/avaliacao\\_e\\_aprendizagem.pdf](http://https://fundacao-itaú-social-producao.s3.amazonaws.com/files/s3fs-public/biblioteca/documentos/avaliacao_e_aprendizagem.pdf)>. Acesso em: 20 Mar. 2020.

FIORIN, Luiz. José, PLATÃO. Savioli, Francisco. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1990.

ILARI, Rodolfo. **A linguística e o ensino da língua portuguesa**. 04ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

INEP, Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **A redação no ENEM 2013: guia do participante**. Brasília-DF, 2013.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 09ª Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MARCUSCHI, Beth. Redação escolar: características de um objeto de ensino. In: **Revista da FAGED-Universidade Federal da Bahia**. 2005, n.º 09, p.139-155.

MELO, Manuel Palácios Cunha e. Sistemas de avaliação e reforma educacional: possibilidades e desafios. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete Angelina. **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores**. Brasília: Ed. Insular, 2013.

OLIVEIRA, Jean Márcio de **A produção de texto dissertativo-argumentativo no ensino médio**: uma abordagem a partir do Programa Avalie. 233f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, 2016.

ROJO, Roxane; CORDEIRO, Gláís Sales. Gêneros orais e escritos como objetos de ensino: modos de pensar, modos de fazer. In: SHCNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2004.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos. Fernandez; LÚCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 03. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2013.

# CAPÍTULO 18

## EXPEDIÇÕES AFROGEOGRÁFICAS: GEOREFERENCIANDO A NEGRITUDE NO BAIRRO DE MADUREIRA

Marcus Vinícius Castro Faria  
Diomario da Silva Junior  
Vinícius de Luna Chagas Costa

### RESUMO

O presente trabalho aborda a ideia de que na construção de uma educação geográfica e antirracista devemos sublinhar o protagonismo do negro na produção do espaço. Utilizando o trabalho de campo como metodologia de ensino da Geografia, disciplina que carrega um saber posicional aos sujeitos que a acessam. Construimos um roteiro geográfico que contemple uma visão positiva, decolonial e de pertencimento sobre o bairro de Madureira, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro. Dialogamos aqui com autores como Andreino de Oliveira Campos, Renato Emerson dos Santos e Aníbal Quijano, que contestam a branquidade epistêmica, fulcral na construção dos currículos oficiais e trazem contribuições para uma visão do professorado sobre outros referenciais territoriais identitários. Nosso esforço consiste em localizar e sublinhar manifestações culturais, religiosas e de resistência do movimento negro presentes no espaço urbano sob a luz da Lei 10.639/2003, vinculada as relações raciais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação antirracista; Ensino de Geografia; Lei 10.639; Geo-grafias negras; Relações raciais e educação.

### INTRODUÇÃO

A apropriação do território ainda é um desafio para os atores subalternizados, assim como o acesso à Educação de qualidade. O projeto de sociedade historicamente constituído os retrata, através de estigmas de inferioridade, condição refletida na exclusão política, econômica, social e cultural.

Pretendemos ao longo deste trabalho tecer algumas considerações sobre o ensino de geografia na Educação Básica, demonstrando a relação existente entre o território<sup>17</sup>, lugar<sup>18</sup> e educação ao grifar e localizar a contribuição do negro no espaço da cidade. Para tanto, utilizaremos o trabalho de campo (do ponto de vista conceitual e teórico metodológico) como possibilidade de saberes de fundo geográfico que ganhem sentidos e relações com as experiências e vivências dos estudantes.

O dínamo para este início de trabalho parte de relevantes contribuições de geógrafos cariocas: Andreino de Oliveira Campos (2005), em seu trabalho abordou o espaço dos negros e pobres na ocupação a cidade e Renato Emerson dos Santos (2009a) e sua visão sobre o papel fundamental da geografia enquanto disciplina formadora de subjetividades, identidade dos grupos sociais, referenciais e raciocínios de abstração espacial, envolvendo uma complexidade de relações permeadas pelas relações raciais como definidora sob o aspecto material e simbólico. Em outro trabalho publicado no mesmo ano, Santos (2009b) aponta para um esforço ao refletir sobre a Lei nº 10.639/2003, a saber, o de “construir um ensino a partir de outra perspectiva, principalmente o ensino de geografia, pois é nesta disciplina que tomamos conhecimento de quem somos e onde estamos, onde os sistemas de posições são desenvolvidos.”

Nosso foco aqui será: como a experiência de campo, uma prática pouco utilizada na educação pública, e, portanto, quase impeditiva para os estudantes de maioria negra, pode se tornar um instrumento que contribua para uma formação identitária e uma prática antirracista? A questão central nos parece esta: como este tipo de prática dialoga com expectativas de seus professores e alunos e que conhecimentos geográficos são mobilizados neste contexto?

Iniciamos por propor um novo roteiro geográfico afrocentrado na cidade do Rio de Janeiro para além da Zona Portuária e Centro. Entendemos que estas regiões concentram marcos importantes vinculados à história e cultura negra na região, como o sítio arqueológico do Cais do Valongo, o fórum comunitário do Porto e a Pedra do Sal onde existem circuitos acontecendo com boa frequência. A escolha pelo bairro de Madureira se dá justamente em contrapartida às áreas centrais da cidade com notória visibilidade, espaços de disputa e resistência contra os agentes do capital em sua tentativa modernizadora de comercializar a cultura negra.

---

<sup>17</sup> Haesbaert (1997, p.42), traz uma contribuição relevante para a compreensão integradora do território, em que o "território envolve sempre, ao mesmo tempo (...) uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem (sendo também uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos."

<sup>18</sup> Tuan se refere ao conceito de lugar como "um mundo de significado organizado." (1983, p. 198).



Entendemos que o esforço para compreender o bairro Madureira por meio de suas instituições, lugares de referência, subjetividades e biografias constituem uma possibilidade didática que contribui para o fortalecimento das identidades negras.

Na última década do século XIX o trem chega à Madureira, tendo sua ramificação completa em 1898 com a inauguração da Linha Auxiliar; atualmente a Estação tem o nome de Mercado de Madureira. Aos poucos, Madureira tornou-se um importante ponto do eixo ferroviário, mantendo sua vocação histórica de ponto de parada e apoio aos viajantes. Madureira foi adquirindo importância na malha ferroviária, retomando a antiga vocação de ser convergência das estradas rurais, parada essencial para os viajantes.

A inauguração do mercado vizinho à Estação de Magno, em 1914, promoveu o início de uma série de mudanças em Madureira, tornando-a o principal centro para os comerciantes e os agricultores da região. Madureira, a humilde estação da central, inaugurada em 1890, alcançou em trinta e dois anos um avanço formidável. Desde 1918 que se transformou o aprazível subúrbio [...] conta com animadíssimos cafés, confeitarias, lojas de moda, armarinhos, mercado, ostentando algum luxo em quatro ou cinco lojas principais (Abreu, 1988, p. 91).

No período da primeira década do século XX, Madureira também passou a contar com o serviço de bondes puxados a burro, encerrando esta atividade em 1929 com a chegada da eletricidade à linha de Irajá. Madureira vai se consolidar como a “capital do subúrbio” com a eletrificação dos trens suburbanos, em 1937, inaugurada por Getúlio Vargas, deixando a antiga vocação rural. Iniciou-se uma nova etapa para o bairro, marcado pelo processo de urbanização, transformando-o no principal centro comercial e cultural da zona norte do município do Rio de Janeiro. Nos anos 1940, ocorreu a abertura da Avenida Brasil e, mais tarde, em 1958, a inauguração do Viaduto Negrão de Lima, construções decisivas para o desenvolvimento e consolidação da região que tinha a maior densidade demográfica no subúrbio.

Este ritmo acelerado de crescimento manteve-se ao ponto de, em 1962, Madureira tornar-se a 15ª Região Administrativa com jurisdição sobre os bairros de Marechal Hermes, Bento Ribeiro, Honório Gurgel, Rocha Miranda, Vaz Lobo, Turiaçu, Cascadura, Quintino

Bocaiúva, Engenheiro Leal, Cavalcanti, Oswaldo Cruz e Campinho. Este crescimento de Madureira deu visibilidade aos outros bairros, tornando-os atrativos para grande parte da população, desde o processo de expulsão da população mais pobre do Centro da Cidade, o que foi muito fértil para região, do ponto de vista cultural, que permitiu à Grande Madureira se constituir como o principal polo cultural e comercial do subúrbio carioca.

## **PROBLEMATIZAÇÃO: AS MÚLTIPLAS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA POPULAÇÃO NEGRA**

Começamos por problematizar a Geografia aprendida e ensinada na educação básica por meio do conceito de território, presente na Base Nacional Comum Curricular. Nacionalmente, estas orientações<sup>19</sup> que definem o currículo datam o ano de 2017, ou seja, um período posterior à lei nº 10.639, implementada somente em 2003<sup>20</sup>. Ao considerar o currículo escolar oficial, isto é, aquilo que estudantes precisam aprender, o momento de falar sobre o território afro-brasileiro e seus referenciais históricos, simbólicos, estéticos e de matrizes africanas, fundamentais para uma consciência negra está reduzido ao sétimo e nono ano.

Ponderamos que a prática do trabalho de campo escolar, objeto central deste trabalho como forma de interpretação e leitura, não figura como uma estratégia de aprendizagem a ser considerada pelo currículo oficial. Desta forma, pensar o território - recorte espacial de pertencimento dos grupos - suas tensões, lutas e agentes através destas categorias de análise são saberes que deixam de ser mobilizados. Para quem mergulha em reflexões sobre a trajetória da população negra na produção do espaço fica uma questão em aberto: de que forma as categorias espaciais podem demonstrar tenacidade na luta antirracista?

Como agentes da lei nº 10.639/2003 no ensino de geografia, faz-se necessário o combate a construções sociohistóricas que contemplem unicamente a visão universal e linear de espaços não europeus, referência demonstrada por Boaventura Souza Santos (2002, p.37) como

---

<sup>19</sup> Proposta curricular para a Educação Básica, voltada para o segundo segmento do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano – antiga 5ª a 8ª série) elaborada pelo Ministério da Educação. Nas páginas do documento oficial, denominada Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o conceito de território figura como um conceito operacional que expressa o espaço geográfico, citado nos currículos do sétimo e nono ano de escolaridade.

<sup>20</sup> A Lei nº 10.639/2003, altera a Lei nº 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

“tradicional, o pré-moderno, o simples, o obsoleto, o subdesenvolvido”. No caso do currículo de Geografia é importante considerar o giro epistêmico, pensar em como estes conhecimentos permitem a compreensão do espaço a partir das questões raciais.

Devido a currículos como este, completamente referenciados numa concepção baseada no que Aníbal Quijano (2007, p.43) chama de “identidades geoculturais”, em que se funda o eurocentramento do poder mundial é que as abordagens espaciais sobre o negro estão assentadas. Esta visão hierarquizada de mundo coloca o europeu em uma condição superior, responsável não só pela colonização africana, aspecto reforçado pelos objetivos acima destacados, como também por uma abordagem culturalista, estereotipada e completamente deslocada de qualquer contribuição econômica, política ou mesmo social africana ou diaspórica.

O lado hegemônico da Geografia – das matrizes europeias – tenta transformar povos, culturas e territórios em meros objetos, remanescentes de uma África que, até os dias de hoje, é dependente da relação colonial, fruto dessa história de caráter universalizante. Inverter essa perspectiva e abordar o que diz a lei no contexto da educação básica reafirma a necessidade de considerarmos o direito à diferença, justamente pela desigualdade social expressa na trajetória escolar e de vida dos estudantes.

Mais do que um instrumento legal, para que esses direitos sejam efetivados, é preciso pensar em dinâmicas mais abrangentes que modifiquem a forma como se ensina sobre a Europa e América e seus reflexos políticos, econômicos e culturais, além da inserção de conteúdos que apresentem a África, fruto da história universal centrada na Europa e tida como a única história. Resta enfatizar a importância das lutas pela resistência e identidade como centralidade neste diálogo com a geografia, de atores sociais negros e negras presentes no território, como possibilidades de discutir sobre a trajetória das relações raciais no Brasil.

## **A PRÁTICA DE CAMPO EM DEBATE: MEMÓRIA E IDENTIDADE NO BAIRRO DE MADUREIRA**

Quando lançamos o foco do nosso olhar sobre a prática de campo, percebemos uma iniciativa que potencializa aos estudantes compreenderem a interação entre os vários fenômenos em suas diversas escalas de manifestações, a partir do sentido mais amplo do lugar<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Sobre o uso do lugar como instrumento de lutas políticas baseadas em construção identitária, ver a coletânea “Place and the politics of identity” (1993), organizada por Michael Keith e Steve Pile.

com que os mesmos se expressam (FERRAZ, 2002). Nesse sentido, esta é uma geografia que passa a considerar fatores como a identidade, cultura e pertencimento na trajetória educacional dos alunos, contribuindo sobremaneira para uma leitura melhor da realidade ao romper a distância entre a escola e a realidade vivida.

Percebe-se como a atividade pedagógica do trabalho de campo revela-se como privilegiada para a escola e os professores diversificarem os ambientes de aprendizagem e convivência; e ampliarem oportunidades de experiências significativas e estímulos variados.

No material elaborado por Fernandes (et. al. 2016), *Dicionário de Geografia aplicada: terminologia da análise, do planejamento e da gestão do território*, encontramos uma referência no verbete destinado ao “trabalho de campo” (p. 495) apontado como uma “prática tradicional nos trabalhos de investigação em Geografia que se consubstancia na busca e produção da informação geográfica, útil para se compreenderem aspectos geográficos que permitem a compreensão de diferentes questões e temas”.

No sentido colocado neste trabalho, pretendemos transpor esta prática científica para a Educação Básica, desenvolvida como estratégia pedagógica para combater o racismo e poder, também, contribuir para fomentar o combate a outras formas de opressão. Desse modo, a experiência de campo de geografia apresenta singularidades concernentes à geografia científica e, no campo da educação de jovens e adultos, pode contribuir com o exercício da observação, sentido e reflexão sobre a paisagem, onde, na maioria das vezes, o ambiente em sala de aula não permite o contato direto com os temas abordados.

Por isso, postulamos que o trabalho de campo deva se fazer presente na escola pública como protagonista de potencialidade formativa em relação à leitura de fenômenos geográficos sob o recorte racial, ao evidenciar a memória e luta da população negra brasileira, pautada historicamente pelo movimento negro. Ao buscar dar relevo e protagonismo ao povo negro, valorizar a cultura afro-brasileira por meio da educação, acreditamos contribuir de alguma maneira com as práticas pedagógicas antirracistas.

Explicitamos, também neste ponto, um profícuo diálogo com o professor Renato Emerson dos Santos no seu apontamento de que a educação escolar tem um papel fundamental na superação das desigualdades raciais e do racismo. O ambiente escolar é um dos principais ambientes de socialização, interferindo decisivamente na formação de personalidades, visões de mundo e dos códigos comportamentais que orientam a forma como os indivíduos se percebe/ posiciona no mundo - como ele vê o mundo e aprende a transitar, a se movimentar nele”.

A prática de campo, mesmo ainda incipiente em abordagens que contemplem estudos afro-brasileiros, merece atenção, pois promove para os docentes a oportunidade de reaprender e modificar os conhecimentos aplicados em sala de aula, desenvolvendo a complexidade do espaço geográfico ao superar preconceitos e lugares comuns, como salienta Santos:

Esta compreensão deve, portanto, ser norteadora (ou suladora!) da contribuição da geografia trabalhada dentro de sala de aula: as noções que aprendemos/ensinamos sobre geografia servem para saber interpretar esse mundo, conhecer a sua posição no mundo e agir neste mundo. Isto implica conceber o espaço geográfico como sendo estrutura - e, a partir disso, estudar sua organização, seus elementos, seus objetos etc. -, mas também como experiência: as posições que os indivíduos e grupos sociais ocupam, bem como as relações que eles vivenciam. (SANTOS, 2007, p.24)

A sensibilidade metodológica aguçada por Santos estimula a percepção da amplitude de temas relacionados à história da África e na história e cultura afro-brasileira, pois traz o desafio da descolonização do ensino, onde não há uma referência documentada pelo Estado que indique esse percurso. Os conhecimentos válidos nos currículos atuais são insuficientes para uma abordagem consistente que atribua uma maior importância para refletirmos sobre a construção da sociedade brasileira sob o contexto africano.

Podemos aqui, portanto, realizar uma articulação deste trabalho com uma das ideias desenvolvidas por Djamila Ribeiro em seu *Pequeno Manual Antirracista*, quando coloca que:

“Um ensino que valoriza as várias existências e que referencie positivamente a população negra é benéfico para toda a sociedade, pois conhecer histórias africanas promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas têm da cultura negra, saindo do solipsismo branco, isto é, deixar de apenas ver humanidade entre seus iguais. Mais ainda, são ações que diminuem as desigualdades”. (RIBEIRO, 2019, p.41)

Assim, para nós, definir Madureira como lugar a ser conhecido a partir de diversos espaços onde o movimento negro teve intensa atuação por meio da instituição de um protagonismo cultural – através das escolas de samba, caso das agremiações Portela, Império Serrano e do bloco afro - Agbara Dudu – e da militância observada em outros fixos presentes no bairro como o Mercado<sup>22</sup> de Madureira – importante centro comercial que concentra diversas lojas de artigos religiosos de matriz africana. O roteiro apresentado registra o percurso e conjunto de atividades possíveis para turmas do ensino fundamental II.

Em um momento anterior ao campo, entendemos que existe a necessidade de conhecer mais profundamente os pontos a serem visitados. Desta forma, os professores necessariamente

---

<sup>22</sup> Em 04 de julho de 2012 o Mercado de Madureira foi declarado Patrimônio Cultural Carioca, de natureza imaterial, através do Decreto nº 35862.

precisam agendar uma visita prévia aos lugares, evitando o risco de os estudantes considerarem o campo como um passeio, ou interpretarem a atividade como não sendo um saber importante, e, portanto, inferiorizando-a hierarquicamente em relação aos demais conhecimentos geográficos.

Em relação ao desenvolvimento da atividade, Steinberg (1946, p.17) aponta que o trabalho de campo, para ser significativo, precisa ser dividido em três etapas que são (1) o planejamento, (2) a realização e (3) a elaboração de resultados. Os professores organizam um roteiro para que os estudantes possam compreender essa dinâmica, que não se esgotaria no dia da experiência de campo.

A primeira fase contemplou a definição do local, considerando as variáveis de tempo e acessibilidade, visita prévia ao campo, elaboração do roteiro e orientação aos estudantes quanto ao vestuário e normas de segurança.

O roteiro contou com quatro paradas. A primeira delas, apresenta o Mercado de Madureira<sup>23</sup>, que diariamente recebe cerca de 80.000 pessoas interessadas em produtos e serviços. Criado em 1914, foi inaugurado como uma pequena feira livre o primeiro Mercado de Madureira, um ponto de venda de produtos agropecuários, localizado onde é hoje a quadra do Império Serrano ao lado da linha férrea junto à Estação de Magno. Já em 1929, uma obra de ampliação o transformaria no maior centro de distribuição de alimentos do subúrbio. Em 1949, foram construídos mais boxes para distribuição direta de mercadorias dos produtores a população, recebendo o atual nome no ano de 1959 pelo então presidente Juscelino Kubitschek.

O objetivo desta parada foi discutir a modificação temporal da paisagem, explícita pela urbanização, bem como a convergência social e o respeito pelas religiões de matriz africana.

O segundo ponto de parada ocorre no Grêmio Recreativo Escola de Samba Império Serrano<sup>24</sup>. Importante referente espacial com origem no morro da Serrinha, está localizada na Avenida Ministro Edgard Romero, próximo à estação ferroviária Mercado de Madureira

---

<sup>23</sup> <https://mercadaodemadureira.com/historia/> (visualização em 16/02/2021)

<sup>24</sup> <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/467-fundacao-do-imperio-serrano-inovou-o-carnaval-carioca/> (visualização em 16/02/2021)

(Antiga estação ferroviária de Magno) cultivava não só a tradição do samba como também do jongo.

Fundada em 23 de março de 1947, a escola nasce a partir de uma dissidência da escola de samba Prazer da Serrinha. Além da inovação na forma de desfilar ao respeitar a escolha do samba ensaiado pela comunidade, o Império Serrano foi a primeira escola de samba a ter uma mulher em sua ala de compositores: Dona Ivone Lara, autora do samba-enredo “Os Cinco Bailes da História do Rio”, em parceria com Silas de Oliveira e Bacalhau, composta para o carnaval de 1965. Para Santos (2009), o contato com a população e sua cultura faz parte do processo de reafirmação da identidade, considerando que “a identidade quilombola, no discurso político, tem de ser forjada com eles (os oprimidos quilombolas) e não para eles, enquanto homens, ou povos” (SANTOS, 2009, p. 168).

O Império Serrano tem, hoje, nove títulos do grupo especial e três do grupo de acesso. Sua ala de compositores é uma das mais respeitadas. Tem, em sua história, nomes como Silas de Oliveira, Mano Décio, Aniceto do Império, Molequinho, Dona Ivone Lara, Aluísio Machado, Beto Sem Braço, Jorginho do Império e Arlindo Cruz, entre outros. Sua história é repleta de sambas que viraram clássicos do carnaval, como “Bumbum Paticumbum Prugurundum”, de 1982. Sua bateria, chamada de Sinfônica do Samba, tem como característica principal o toque dos agogôs.

O terceiro ponto registra a escola de samba Portela, lugar repleto de afetividades e parcerias que contribuíram para sua fundação. como, por exemplo, aquela entre Paulo da Portela, que chegou à região em 1920 vindo do bairro do Estácio, Antônio Caetano, oriundo do vizinho Quintino, e Antônio Rufino, originário de Juiz de Fora, e se fixa na vizinhança no mesmo ano. O encontro resultou no bloco “Baianinhas de Oswaldo Cruz”, e dois anos depois nasce o “Conjunto Carnavalesco Oswaldo Cruz”. Em 1935, o grupo apresenta o “Vai Como Pode”, “Portela” só ganha este nome em 1936.

O quarto e último ponto de parada foi o Bloco Afro Agbara Dudu, fundado no ano de 1982 e localizado nas imediações de Madureira, mais precisamente no bairro Oswaldo Cruz, trazendo importantes significações para o conceito de lugar. A ação pioneira do grupo conta com inúmeros trabalhos Afro Culturais e musicais, onde se buscava a politização da massa através das matrizes africanas ressignificadas. O topônimo significa em yorubá a expressão

“força negra”. O Bloco Afro Agbara Dudu<sup>25</sup> surgiu com a característica de mantenedor das tradições, mesmo fora do período de carnaval, assim como alguns blocos de Salvador o fazem, entre eles, Olodum, Ilê Aiyê e Araketu. A ideia da fundação do bloco teve início durante a visita da missão cultural da Fundação Leopold Sédar Senghor, na inauguração do Museu do Negro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Tendo como padrinho o bloco baiano Ilê Aiyê, representado por Jetinha e Vovô, os fundadores reuniam-se no Bar do Nozinho, na Estrada do Portela, em Madureira, e entre dois nomes: Omodé e Agbara Dudu, escolheram o segundo. Sua bandeira traz as cores amarela, vermelha, preta e verde, as mesmas cores da bandeira da unidade africana (sonho de reunir a diáspora africana em uma só nação). A primeira sede foi inicialmente na Portelinha (antiga sede do Grêmio Recreativo e Escola de Samba Portela). Os ensaios às sextas-feiras eram transformados em verdadeiros encontros de cultura negra (comida, bebida, roupas, instrumentos, ritmos, ogãs, dançarinas etc) denominado “Terreirão senzala”. Nesta primeira sede o grupo deu início aos “Encontros das Entidades Negras”, no qual reuniam-se agremiações, artistas e entidades ligadas às artes e à política. Voltado para a comunidade, o grupo passou a desenvolver cursos, oficinas de dança e capoeira, além de debates, encontros e seminários sobre temas negros e afins.

Vale ressaltar que a memória é sempre uma construção afetiva, fruto de disputa social. A proposta em destaque, mesmo que de forma pontual, pode ser um recurso didático orientado pela observação e contato direto com os territórios que se pretendia investigar pelo simbólico, se mostra eficaz no ensino de geografia, onde o professor desempenha muitas vezes o papel de aguçar a curiosidade dos estudantes, de maneira a manter a atenção durante todo o percurso. Essa conceituação deverá se manter na verificação da aprendizagem, não aferida apenas através de instrumentos tradicionais como as provas formais. Como professores, buscamos lançar mão de atividades que não terminassem em si, e, para isso, diferentes linguagens foram propostas, como as rodas de conversa e uma novidade para o grupo de estudantes: o relatório de campo, pensando a geografia a partir de suas vivências. Também estamos estimulando o pensamento científico, produzindo conhecimento e recorrendo à abordagem própria das ciências. Em contraponto à imaginação geográfica hegemônica a respeito dos lugares, a geógrafa inglesa Doreen Massey propõe:

“em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se

---

<sup>25</sup> <https://grupoafroagbaradudu.com.br/> (visualização em 16/02/2021)



constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como o lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente. (...) [assim] os lugares não tem de ter fronteiras no sentido de divisões demarcatórias.” (MASSEY, 2000, pg. 184).

É importante que, ao propor o trabalho de campo, o professor analise e reflita sobre tal formato, procurando considerar o seu cotidiano e a melhor opção, considerando fatores comuns no cotidiano escolar, como a dificuldade em se obter o transporte, o horário da atividade, visto que é comum o próprio professor trabalharem diversos lugares, além das muitas turmas atendidas pelos professores, o que exigirá em algum momento definir que grupo será contemplado. Por isso, o trabalho de campo exige muito planejamento, e um tempo que o docente muitas vezes não possui pelas condições de trabalho, sendo fundamentais nessa proposta, para exercê-la com qualidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em síntese, nosso estudo revelou que, apesar da ampliação das políticas relacionadas ao currículo ao considerar a inclusão das temáticas das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas indicarem uma possibilidade de se discutir as manifestações explícitas do racismo, a tarefa do professor comprometido em desnaturalizar estereótipos na educação de jovens e adultos depende fundamentalmente da forma como se qualifica através de visões consistentes na luta contra o racismo, a fim de desconstruir narrativas presentes no currículo.

Podemos aqui sinalizar outra articulação com as possibilidades e necessidades sublinhadas no trabalho de Santos (2009b), que considera fundamental que “a geografia compreenda seu papel na construção de referenciais posicionais do indivíduo no mundo, tratando, portanto, não apenas das coordenadas geográficas que nos localizam, mas também situando esses indivíduos perante sua condição social, política, econômica, de gênero e geracional, entre outras, e mostrando o que significa ocupar esses lugares”. Esse seria o próprio papel social da geografia ao avançar na compreensão da realidade dos estudantes e, por extensão, na percepção das formas que eles enxergam e são vistos pela sociedade.

Acreditamos que o conceito de cidadania só se constrói através dos espaços, daí a necessidade de abordar a região da Fazenda São Bernardino, a qual abriga marcas espaciais da quilombagem, expressões das lutas históricas dos negros, muitas vezes negadas pelo Estado no espaço presente.

Saber utilizar o trabalho de campo de forma produtiva e inclusiva torna-se uma possibilidade de disputar memórias e ocupar lugares.

Pensamos que nesta conjuntura, onde cada vez mais as ciências se afastam do cotidiano, seja necessário um caminho epistemológico voltado para experiências de campo, pensando os sujeitos da EJA com capacidade para observarem os fenômenos de forma autônoma e direta, principalmente em uma região tão fortemente afetada pela cultura negra como é Madureira.

Em tempos de Lei nº 10.639, é fundamental que os professores de Geografia se articulem na perspectiva de ações suficientes para afrontar o racismo epistêmico, evitando que corporeidades e seus territórios sejam invisibilizados por um currículo eurocêntrico.

No contexto da Lei nº 10.639 precisamos examinar a matriz curricular eurocêntrica, como formas possíveis e desejáveis de reprodução. É necessário rever as visões de mundo presentes nos materiais didáticos e na escola, pois afetam as tomadas de posição enquanto sujeito na sociedade, pensando a escola. Cabe então a crítica decolonial no ensino de geografia, ainda marcada pelo primado do eurocentrismo na construção curricular, e eivado por formas e eleição dos conteúdos que dominam os saberes geográficos.

Avaliar o temário, tendo como parâmetro uma concepção antirracista, torna-se, portanto, um caminho capaz de romper com um imaginário social que privilegia o modo de ser e de pensar colonial, construído pela alienação através do apagamento das memórias espaciais e que não possibilita a convivência igualitária.

Conhecer critérios e objetivos específicos do currículo qualifica o próprio professor, ao permitir uma escolha consciente que problematize as diversas áreas do conhecimento. Toda a produção escolar se posiciona em um lugar: a pretensa universalidade não existe.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, A. O. Do Quilombo à Favela: A Produção do “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

FERNANDES, J. A. R; TRIGAL, L. L; SPÓSITO, E. S. Dicionário de Geografia aplicada: terminologia da análise, do planejamento e da gestão do território. Porto: Porto Editora, 2016.

FERRAZ, C. B. O. Geografia e Paisagem: entre o olhar e o pensar. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GUIMARÃES, G. F. Geografia Antirracista: métodos, metodologias e epistemologias. Anais XXXII ALAS, Lima, Peru, 2019.

HAESBAERT, R. Des-territorialização e identidade: A rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

MASSEY, D. “Politics and space/time”. In: Keith, M. & Pile, S. Place and the politics of identity. London: Routledge, 1993, p. 141-161.

MASSEY, D. Um sentido global de lugar. In: Arantes, A. (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000.

NUNES, F. G. (Org). Ensino de geografia: novos olhares e práticas. Dourados, MS: UFGD, 2011.

PEREIRA, E. R. M; FERREIRA, G. H. A; SANTOS, A. O. Didática e Ensino de Geografia hoje: Possibilidades e Desafios. Revista de Ensino de Geografia. Uberlândia, v. 5, n. 9, jul./dez. 2014. P. 43-62.

QUIJANO, A. “o que é essa tal de raça”. In: Santos, R. E. Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RIBEIRO, A. P. A, CID, G. S. V, VARGUES, G. F. Memórias, territórios, identidades: diálogos entre gerações na região da grande Madureira — 1. ed. — Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

RIBEIRO, D. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

SANTOS, B. S. “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. In: SANTOS, B. S. (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, R. E. “O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639.” In: SANTOS, R. E. (Org). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O Negro na Geografia do Brasil. 2ª edição. Belo Horizonte: Gutenberg, 2007, p. 21-40.

SANTOS, R. E. Rediscutindo o ensino de geografia: temas da Lei 10.639. 1ª Ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2009a.

SANTOS, R. E. Refletindo sobre a Lei 10.639: possibilidades e necessidades do ensino de Geografia a partir de um tensionamento do Movimento Negro. In: XII Encuentro de Geógrafos de América Latina - Caminando en una América Latina en transformación, 2009, Montevidéo. Montevidéo: Universidad de la República del Uruguay, 2009b.

TUAN, Y. Espaço e lugar. São Paulo: DIFEL, 1983.



www.editorapublicar.com.br  
contato@editorapublicar.com.br  
@epublicar  
facebook.com.br/epublicar

# Geopolítica e Debates emergentes em política, economia, religião e cultura

Andréa Cristina Marques de Araújo  
Diogo Luiz Lima Augusto  
Patrícia Gonçalves de Freitas  
Organizadores



**2022**

[www.editorapublicar.com.br](http://www.editorapublicar.com.br)  
[contato@editorapublicar.com.br](mailto:contato@editorapublicar.com.br)  
@epublicar  
[facebook.com.br/epublicar](https://facebook.com.br/epublicar)

# Geopolítica e Debates emergentes em política, economia, religião e cultura

Andréa Cristina Marques de Araújo  
Diogo Luiz Lima Augusto  
Patrícia Gonçalves de Freitas  
Organizadores



**2022**